

**Angola e Moçambique
no
crepúsculo do Império**

ANGOLA E MOÇAMBIQUE NO CREPÚSCULO DO IMPÉRIO

Edição: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Autor: René Pélissier

Tradutor: Daniel Gouveia

Fotografia da capa: Alf.-Mil. Daniel Gouveia, Zau-Évua, Angola, 1968.

Impressão: Uniarte Gráfica, SA – Rua Pinheiro de Campanhã, 342 – 4300-414 Porto.

1.^a edição: Fevereiro de 2022

Depósito Legal: 484543/21

ISBN: 978-989-8156-31-0

DOI: 10.21747/978-989-8156-31-0/ang

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UIDB/00495/2020.



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

René Pélissier

**Angola e Moçambique
no
crepúsculo do Império**

À memória de minha mãe,
uma mulher modesta, excepcional
e inesquecível.

Fastos, fogos, fim

Guerras órfãs?

Para além de raros especialistas, alguns políticos e certos investidores, as guerras coloniais (conquistas e abandonos incluídos) não interessam senão às famílias cujos membros masculinos nelas participaram, de livre vontade ou obrigados. Geralmente, não são guerras patrióticas. As de Portugal não foram excepção a esta realidade. Para que fossem inscritas num contexto histórico nacional, seria necessário ensiná-las nas escolas.

Quando apareceu o texto original, em francês, que agora ponho parcialmente à disposição dos leitores lusófonos actuais, intitulava-se *Le Naufrage des Caravelles* (*O Naufrágio das Caravelas*). Era um título simbólico de que me orgulhava bastante, até o saudoso almirante Teixeira da Mota me ensinar que as caravelas jamais naufragavam. Insubmersível ou não, este naviozinho mereceu, para um público estrangeiro, 21 artigos meus de vulgarização jornalística e/ou tratados mais ou menos eruditos sobre a história (poucos), a sociedade, a economia, a situação militar e – imprudentemente – o futuro. Estas 21 peças vieram à luz entre 1967 e 1975, e a obra que as reunia, só em 1979. Ocupei o tempo, de 1965 a 1975, a preparar o primeiro doutoramento de Estado em Letras dedicado à conquista de Angola e à resistência das etnias locais, desde 1845 até 1961. Convém ter em conta a quantidade de pesquisas que um doutoramento de Estado na Sorbonne representava na época, sobre um assunto ignorado em França, para o que tive de comprar centenas de livros e revistas portugueses, do meu bolso, para me impregnar apenas da conquista de Angola. Ao todo, este mergulho na História Colonial deu lugar à publicação de dois volumes não traduzidos (*Les Guerres Grises*, 630 págs., e *La Colonie du Minotaure*, 727 págs.), que todas as editoras parisienses consultadas recusaram: pouco público, muito caro! Donde a necessidade de o autor se transformar no seu próprio editor. Para um historiador pioneiro, era isso ou o silêncio de

teses que ninguém leria, ou quase. Mas voltemos a 2020-2021, pois acabei por ser o único historiador estrangeiro vivo com 8 livros traduzidos em português, prova de que esse autor serve para preencher um vazio na galeria dos livros de referência na História Colonial Portuguesa. Representa isto vários milhares de páginas com existência comercial no país-alvo.

Mesmo que os excertos dados a ler a seguir façam fraca figura ao lado dos pesos-pesados que já editei sobre os dois últimos séculos em Angola, Moçambique, Guiné e Timor, eles têm um lugar entre a exaltação do Século de Ouro por alguns professores e o silêncio de outros, nas escolas primárias actuais, embora Angola e Moçambique pertençam ao que designo por Renascença Imperial Portuguesa, que acabou em 1975-1976, talvez um pouco antes.

Na minha posição de observador de olhar frio (ou quase morno), não era vergonha transformar-me numa espécie de juiz dos «príncipes» que conquistaram, exploraram, governaram e mesmo – tardiamente – desenvolveram as duas pérolas do Império, pois, neste campo de estudo, quem quiser trabalhá-lo em profundidade deve renunciar a levar a sério os preconceitos dos colonos e dos colonizados. Favorecer exclusivamente os donos é esquecer as razões dos «escravos». E o contrário é igualmente verdadeiro.

A objectividade «científica» não existe nestes tribunais autoproclamados pela opinião internacional. Isso verifica-se amplamente nas argumentações dos advogados da geração que fez a guerra colonial de 1961 a 1975, de um lado e do outro, em Angola.

Cânticos pelas exéquias do Império

Durante décadas, a censura e a autocensura baniram os textos demasiado desviantes sobre a situação em África. Depois da implosão das Forças Armadas e da derrocada do Império, a chegada de centenas de milhares de retornados, amargurados e traídos, trouxe a publicação de testemunhos que deixaram pouca margem à narrativa dos supostos esplendores

que conheceram antes do seu «retorno». Poucos valorizavam a explosão económica em Angola, em 1973.

Simultaneamente, ou quase, as querelas internas no seio dos oficiais de carreira alimentaram uma outra corrente que, também ela, negligenciou o desenvolvimento, contudo visível a olho nu, nas duas grandes colónias continentais, sendo a Guiné o calcanhar de Aquiles dos defensores do *statu quo*.

Apareceram, pouco depois, as produções literárias de antigos combatentes, nada propensos a interpretar as estatísticas, para eles indiferentes nos quartéis do mato. A conjugação destes factores e de bastantes outros fez com que os portugueses nunca tenham tido verdadeira consciência de que, na altura de abandonarem o Império, este dava a impressão de ter atingido um louvável ciclo, o máximo do seu valor económico, pelo menos em Angola. Desenvolvimento precário, abrigado atrás de um exército corroído no seu interior. Embora falhos de originalidade, vários dos meus capítulos poderão servir para conhecer melhor este aspecto cintilante de uma economia artificial engendrada por um regime autoritário, talvez totalitário.

As minhas impressões, recolhidas essencialmente no interior de Angola, são por vezes atenuadas face ao distanciamento entre o desenvolvimento do topo da sociedade colonial e a manifesta desigualdade na base, nas sociedades africanas. Teria podido manipular os textos apresentados. Preferi deixá-los intactos, incluindo as previsões temerárias e a superficialidade de alguns desenvolvimentos. Convém também lembrar que o público ao qual estavam inicialmente destinados ignorava certos temas e, para começar, o Estado português estava exausto, suportando uma tripla guerra colonial, quente (Guiné), morna (Moçambique) e momentaneamente arrefecida (Angola). Pior do que isso, não era uma guerra popular entre os soldados mobilizados e alguns dos seus oficiais. Poucos mortos, mas um cansaço geral. Viu-se ao que ela conduziu.

René Pélissier
30 de Setembro de 2021

Angola

Da conquista à guerra civil¹

Os mitos têm isto de confortável: permitem poupar trabalho aos historiadores, o que explica, quando as escolas ainda estavam abertas em Angola, aí se ensinasse tudo, menos a sua História. De facto, poucos portugueses e angolanos se dispõem a admitir, mesmo hoje, que as suas relações não são velhas de cinco séculos de «civilização», conforme os primeiros, ou de «exploração», de acordo com os segundos. Ora, se admitirmos que Angola foi portuguesa de 1482 a 1975, teríamos de admitir que a África Ocidental Francesa foi francesa desde 1638. Crie-se o mito e dele sobrará sempre qualquer coisa que não passará de uma mistificação. Na origem desta, parece ter havido a vontade, de uma e outra parte, de confundir a Angola do Noroeste (*grosso modo*, os antigos e populosos reinos Baongo e Umbundo, feudos, respectivamente, da FNLA e do MPLA) com a totalidade do território angolano. Esta pretensão traduz um bloqueio psicológico donde resultam, hoje, prolongamentos políticos.

Tudo começou por um idílio que depressa azedou. Em 1482, Diogo Cão «descobriu» a foz do Zaire e, ao mesmo tempo, o poderoso reino do Congo.

Conquanto a Coroa portuguesa tenha, então, embarcado num ambicioso programa de «cooperação técnica» antes de tempo (missionários, artífices, etc.), o projecto já estava inquinado. Enquanto os reis de São Salvador – nomeadamente, o grande Afonso I (1506-1543), letrado da Renascença que obteve de Roma que o seu filho Henrique fosse o primeiro bispo negro – se esforçaram por desenvolver o seu país, os agentes portugueses destacados para o local revelaram-se mais preocupados com os seus interesses pessoais do que com a sua missão. As boas intenções de Lisboa iriam naufragar perante o apetite de algumas centenas de aventureiros e dos seus mestiços, que não viviam em África senão para a explorar.

¹ Publicado em *Le Monde*, 11 de Novembro de 1975.

Contudo, os Portugueses encontraram, ao sul do Congo, aquilo que procuravam: uma conquista, ou seja, uma colónia irrigada por um rio navegável, o Cuanza. Evangelização, ligação com o Zambeze, minas de prata, etc., as numerosas esperanças portuguesas nos reinos umbundos (nomeadamente, o de N'dongo, cujo rei – *n'gola*, em quimbundo – daria o nome à colónia) foram, na maioria dos casos, uma confirmação de falência. Salvo num aspecto: este país árido era, na verdade, um frutuoso corredor de escravos, quer fossem capturados ou comprados no local, quer importados da África Central. O primeiro conquistador foi Paulo Dias de Novais que, ano após ano, a partir de 1576 (fundação de Luanda), construiu os *presídios* (fortificações) que haviam de permitir subjugar este país, onde a resistência africana prosseguia, muito depois da sua morte.

A «mãe negra» do Brasil

O século XVII foi marcado por uma longa sucessão de guerras luso-umbundas, sempre proveitosas para os fazendeiros brasileiros. Nem a terrível soberana antropófaga do reino de Matamba, a célebre rainha Ginga, nem a ocupação holandesa, nem a guerra com o Congo, que se desmoronou depois da batalha de Ambuíla (1665), conseguiriam rechaçar os portugueses do corredor do Cuanza e dos entrepostos meridionais, como Benguela (1617). Promovendo a mestiçagem por necessidade e usando uns para vergar os outros, entre 2.000 e 4.000 portugueses, no máximo, conseguiriam radicar-se para manter o cordão umbilical com o Brasil. Até meados do século XIX, o *statu quo* territorial seria preservado. De Luanda aos confins do Cassange, os Portugueses possuíram uma colónia que ocupava, ao longo de 450 quilómetros, o coração do país umbundo. O Congo foi abandonado à sua anarquia, Angola Central mal foi abordada, enquanto o Nordeste, o Sul e o Leste de Angola permaneceram independentes, ou seja, desconhecidos.

A argamassa desta justaposição de «vassalos» e de fortins guarnecidos por deportados tem o nome de tráfico. Durante séculos, Angola foi a «mãe

negra» do Brasil, ao qual terá fornecido, provavelmente, dois a três milhões de escravos. A independência da América portuguesa e o fim do tráfico transatlântico – mas não da escravatura interna, que não «cessou» senão em 1878 – deixariam um país exangue e uma sociedade crioula desmoralizada, onde 1.830 brancos e 5.770 mestiços, por volta de 1845, dominaram talvez 400.000 negros, ditos «submetidos». A metrópole, esgotada por guerras civis, foi um dos doentes do hospício em que a Europa do Sul se tinha transformado. Portugal esforçar-se-ia, entre 1850 e 1860, por alargar as suas possessões angolanas, no sentido de quebrar as grilhetas dos Estados interpostos que as cercavam, mas a anemia financeira e a instabilidade governamental obrigaram-no a recuar, quanto a estas novas *conquistas*. Contudo, mesmo enfezada, Angola continuava a ser a mais importante das testas-de-ponte europeias na África tropical, numa época em que os impérios se talhavam com a proa dos escaleres de desembarque.

A acção de alguns homens de Estado e, sobretudo, o sentimento de que, perdendo a corrida para África, Portugal iria para a sarjeta da História e seria absorvido por uma Espanha hegemónica, foram o travão desta lúgubre caminhada para o apagamento colonial. Foi depois da Conferência de Berlim (1885) que Portugal foi capaz, não só de contrariar as cobiças da França, de Leopoldo II, de Inglaterra e da Alemanha, designadamente, dos Boers, mas, o que é mais notável, conseguiu alargar geograficamente as suas possessões até aos limites actuais. Finalmente, Portugal viu ser-lhe reconhecido um território que, na época, representava perto de vinte vezes a superfície que administrava efectivamente.

Uma terra de guerra permanente

Cedo ou tarde, teremos de rever a nossa concepção sobre a pretensa facilidade com que a Europa se implantou na África Negra. Angola é um caso patente, ainda que extremo. Os povos que a manta de retalhos colonial atribuiu aos Portugueses não se resignaram a ser simples indígenas. Como os comerciantes – quais gafanhotos à solta no mato – lhes forneceram

armas, combateram. Assistiu-se, então, a um fenómeno único na África tropical. 80% dos antepassados dos actuais angolanos foram tão pouco colonizados, no sentido tradicional, ou desejosos de o ser, de tal forma que foi necessário a Portugal organizar mais de 150 campanhas e acções militares, entre 1879 e 1926. Pesadelo de Portugal, Angola em permanente bancarrota tornou-se uma terra de guerra permanente, desde as praias congolezas aos pântanos da Lunda, sem esquecer as selvas montanhosas dos Dembos, nem os planaltos áridos do Sul. E não se tratou de pequenas operações em que uma companhia de atiradores destroça um reino numa semana.

Estimamos em mais de 30.000 homens, provavelmente 40.000, as tropas regulares que, durante 228 meses, se mantiveram em campanha, entre 1879 e 1926, com mais baixas do que os guerrilheiros infligiram ao exército moderno. Não deixa de ser interessante saber que foram os bacongos e os umbundos quem mais longamente se bateu contra o invasor e que foram eles quem se havia de revoltar em 1961. E apenas eles! Contudo, foram os ovambos da fronteira meridional que, dispondo de várias dezenas de milhar de combatentes dotados de modernas espingardas, opuseram a resistência mais feroz. Seriam necessários um general e um exército de mais de 5.000 metropolitanos para esmagar o rei Mandume, em 1915. Excluindo a Etiópia, Môngua foi a maior batalha da África tropical no período colonial, se levarmos em conta os efectivos e o poder de fogo de uma parte e de outra.

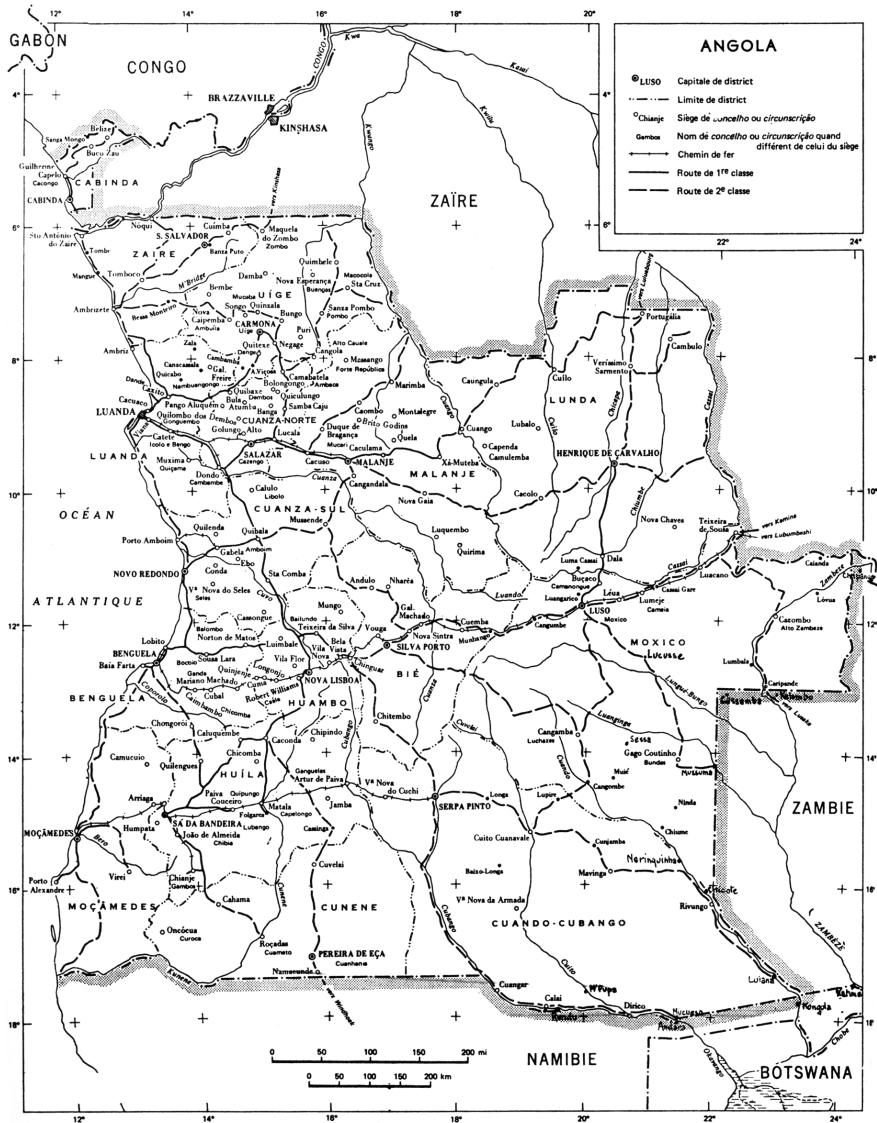
Mas, tendo-se feito ouvir as metralhadoras no mato e tendo o general Norton de Matos dizimado as redes independentistas nas cidades, a Primeira República portuguesa legaria à Ditadura uma Angola domada, pronta a receber a colonização. Esta seria lenta (78.286 europeus em 1950) e não ganharia verdadeiro impulso senão com a corrida ao café no Noroeste.

Em 1960, a colonização portuguesa em Angola estava em pleno desenvolvimento. As três revoltas de 1961 vieram acelerar esta evolução, graças aos investimentos e reforços que fizeram afluir ao território. Porém, enquan-

to o exército se batia moderadamente (cerca de 3.300 soldados morreram, entre 1961 e 1974), o regime não conseguiu, apesar das reformas tardias, desembaraçar-se do vespeiro independentista. Alguns oficiais tiraram daí as consequências, em 25 de Abril de 1974.

Unidos, não por cinco séculos de servidão mas, no máximo, por duas gerações de submissão comum, os sucessores dos portugueses, saltando directamente da guerra de libertação para a guerra civil, procuraram reconstituir, no furor das armas, uma unidade cujo único elemento aglutinador parece ter sido uma herança cultural ainda muito quebradiça, porque muito recente.

Mapa 1 – Angola em 1970



Apresentação de Angola²

Situada imediatamente a Sul e a Oeste da África independente, Angola é um bastião do que se convencionou chamar a África politicamente branca. Este imenso país constitui, igualmente, o mais importante dos territórios dependentes de Lisboa e, neste particular, desempenha um papel sem qualquer ponto comum com a sua população, que é bastante reduzida.

Angola serviu, durante séculos, de reservatório de escravos e constituiu a «mãe negra» do Brasil, país com o qual os laços económicos e culturais permaneceram, por longo tempo, mais estreitos do que com Portugal, país que nela implantou, durante uma trintena de anos, uma parte dos seus excedentes demográficos e se empenhou em «branquear» o povoamento, na tentativa de conservar o território e as suas riquezas. E foi aí que residiu o problema porque, ainda fracamente explorada, por falta de capitais e de competências locais, Angola tornou-se, aos olhos dos africanos e dos portugueses, um símbolo. Os primeiros reivindicavam uma mais justa repartição dos benefícios que as companhias metropolitanas e estrangeiras retiravam do país; os segundos – pelo menos, o governo e certos colonos – pretendiam manter o *statu quo* gerindo-o, no intuito de fazer de Angola um segundo Brasil, de preponderância branca. À falta de uma emigração europeia suficiente, Angola tem de se contentar em ser uma África intermediária entre as duas cores raciais de Pretória: uma África cinzenta. Esta deficiência não satisfaz Lisboa, nem os colonos, nem os africanos; estes últimos reclamam a independência mas, divididos, apostam mais na lassidão dos europeus e seus aliados, do que numa vitória militar. Ora, decididos a manterem-se no país, dado ser uma solução rentável para alguns e satisfatória para o orgulho nacional, os portugueses estão convencidos de que a sua resistência bastará para desencorajar os independentistas que, em 12 anos, não conseguiram ameaçar verdadeiramente a comunidade europeia.

² Publicado em *Le Million. L'Encyclopédie de tous les pays du Monde*, n.º 196, 197, Dezembro de 1972, Janeiro de 1973. Éditions Atlas, Paris.

O Estado

Angola é uma província ultramarina portuguesa que tem 7 deputados na Assembleia Nacional e alguns representantes no Conselho Nacional Ultramarino e na Câmara Corporativa, em Lisboa. A alteração à Constituição (1971) e a Lei Orgânica (1972) fizeram dela um «Estado» gozando de uma certa autonomia financeira, administrativa e legislativa.

Em Angola tem assento um Conselho Legislativo de 36 membros, dos quais 34 são eleitos (15 por sufrágio directo, 19 por entidades corporativas). Devido às particularidades da lei eleitoral, que afasta os analfabetos, e dos poderes restritos deste Conselho, o número de eleitores habilitados a votar é fraco (menos de 200.000). A maioria dos eleitores ainda é branca e mestiça. Um Conselho Económico e Social, composto por membros eleitos em parte, representa essencialmente os grupos de interesses importantes. Nestas circunstâncias, o peso da maioria africana é secundário ou insignificante.

À frente de cada distrito encontra-se um governador. O território do distrito está dividido em concelhos e circunscrições. Cada uma destas unidades subdivide-se em postos, sob a responsabilidade de um administrador. Um posto compõe-se de várias regedorias. Conselhos Municipais gerem as actividades comunitárias das cidades e o resto das aglomerações tem apenas comissões municipais. Os africanos que não tenham optado pelo estatuto de cidadão são regidos pelos seus usos e costumes, sob a autoridade de um regedor, nomeado pela Administração. As autoridades civis e militares portuguesas esforçam-se, nas regiões afectadas pela guerrilha, por reunir as populações africanas em aldeias novas, fortificadas ou defendidas pelo exército, mantendo-as do lado dos portugueses: é o reordenamento rural, em contraposição à guerra.

Apenas um partido tem existência oficial: a Acção Nacional Popular (ex-União Nacional). Do lado dos independentistas africanos, três movimentos se batem em Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), dirigida por Holden Roberto; o Movimento Popular de

Libertação de Angola (MPLA), dirigido por Agostinho Neto; a União para a Independência Total de Angola (UNITA), dirigida por Jonas Savimbi.

No recenseamento de 1960, contaram-se 2.454.401 católicos, 800.091 protestantes e 1.573.127 animistas.

Uma organização corporativa de tipo metropolitano controla os sindicatos. Contam-se 5 sindicatos nacionais e 15 organizações patronais, para 46.084 sindicalizados. A maior parte dos trabalhadores não especializados, ditos rurais, é africana e não pertence a qualquer sindicato.

Foi realizado um grande esforço no âmbito do ensino, a partir de 1961. Além disso, mais de um milhar de portugueses de Angola e de angolanos estudam em Portugal.

Vigora o sistema métrico.

A moeda é o escudo (não cambiável na metrópole), divisível em centavos. 1.000 escudos perfazem um *conto*.

Distritos	Superfície (em km²)	População (em 1970)
Cabinda (Cabinda)	7.270	80.857
Zaire (São Salvador)	40.130	41.766
Uíge (Carmona)	55.818	386.037
Luanda (Luanda)	33.739	560.589
Cuanza-Norte (Salazar)	27.106	298.062
Cuanza-Sul (Novo Redondo)	59.269	458.592
Malange (Malange)	101.028	558.630
Lunda (Henrique de Carvalho)	167.786	302.538
Benguela (Benguela)	37.808	474.897
Huambo (Nova Lisboa)	30.667	837.627
Bié (Silva Porto)	71.870	650.337
Moxico (Luso)	199.786	213.119
Cuando-Cubango (Serpa Pinto)	192.079	112.073
Moçâmedes (Moçâmedes)	55.946	53.058
Huíla* (Sá da Bandeira)	166.348	644.864
Total	1.246.700	5.673.046

*Desmembrado em 1970 para formar o 16.º distrito: Cunene.

Orçamento (1971)

<i>Receitas (8.690.918 escudos)</i>	<i>%</i>
Impostos indirectos	21,0
Impostos directos	13,2
Alfândegas	13,1
Reembolsos, juros de capital	6,2
Empresas do Estado	6,6
Outras receitas	39,9
<i>Despesas (8.690.918 escudos)</i>	<i>%</i>
Desenvolvimento económico	35,6
Serviços administrativos	27,1
Defesa	9,2
Dívida provincial	6,3
Outras despesas	21,8

A Economia

A economia angolana está condicionada pela dependência política do território em relação à metrópole. Até 1961, tinham sido postos em prática um sistema de controlo e uma legislação restritiva, no sentido de fazer de Angola um fornecedor de matérias-primas baratas (algodão), uma fonte de divisas fortes necessárias a Portugal (venda de café e de diamantes) e um mercado privilegiado para as indústrias metropolitanas. O regime em vigor era uma variante do Acto Colonial de 1930, mas o profundo abanão de 1961 teve repercussões importantes. As barreiras aduaneiras no interior do espaço português terminaram teoricamente, a indústria local desenvolveu-se sem entraves e os lucros das exportações ficaram na Província. Actualmente, Angola conhece uma expansão económica, contudo ainda muito dependente das exportações.

Plano de desenvolvimento económico(1968-1973)
(25.384 milhões de escudos)

<i>Sectores</i>	<i>Despesas</i>	<i>%</i>
Agricultura, florestas, pescas	2.041	8
Minas	11.600	45,6
Transportes, comunicações	3.779	15
Indústria	3.361	13,2
Ensino	1.358	5,4
Energia	1.238	4,8
Diversos	2.007	8

Território praticamente vazio, Angola está igualmente subcultivada (2% das terras aráveis). Aí se justapõe um sector tradicional africano-europeu, representado pela exploração de terras «tribais» e de minifúndios, a um sector moderno, virado para as culturas ricas. Devido à sua diversidade climática, Angola é um dos países mais bem colocados para desenvolver a agricultura. Ainda que não se conheça, com exactidão, a parte referente à agricultura no Produto Interno Bruto, sabe-se que, em 1970, os produtos agrícolas e florestais representavam 44,7 % das exportações.

O café, sector-chave

O café é o motor da produção. Trata-se, essencialmente, de café da casta Robusta, produzido em plantações europeias, cada vez mais imitadas pelos pequenos colectores africanos (74.000 toneladas em 1970). Com uma produção de 204.000 toneladas em 1970, Angola situa-se no segundo lugar dos países africanos. Estima-se em mais de 200.000 as pessoas a viver directa ou indirectamente do café. Foi precisamente nos distritos produtores de café do Noroeste (Uíge, Cuanza Norte, Luanda) que a revolta de Março de 1961 ganhou amplitude, tendo o café e as suas fazendas sido os símbolos da exploração colonial, aos olhos dos insurrectos. Tendo conseguido recuperar a maior parte das 700 fazendas atacadas ou destruídas em 1961, os portugueses melhoraram consideravelmente,

desde então, o tratamento dado aos trabalhadores a contrato e moralizaram as transacções com os africanos (criação de mercados rurais oficiais). Em 1970, foram exportadas 180.554 toneladas de café, representando 32 % das exportações. Os principais clientes foram os Estados Unidos da América (82.000 t.) e os Países Baixos (37.000 t.).

Produção agrícola (*em milhares de toneladas*)

Culturas	1963	1967	1970
Milho	400	380	157
Arroz	25	33	34
Trigo	13	25	12
Mandioca	1.300	1.525	1.545*
Amendoim	35	32	32*
Rícino	5	5	5*
Café	168	204	204
Cacau	0,3	0,4	0,4*
Noz de palma	21	19,6	17
Óleo de palma	36	35	35*
Cana de açúcar	750	722	66
Algodão (<i>semente</i>)	9	18	25*
Algodão (<i>fibra</i>)	5	9	29
Tabaco	7,3	13,4	3,7
Sisal	62	59	68

* 1968

O sisal, cujo cultivo foi iniciado pela comunidade alemã de Angola, sofreu variações sensíveis, de ano para ano. Cultivado quase exclusivamente no distrito de Benguela (60.000 t.), o sisal atingiu 68.000 toneladas em 1970 (segundo lugar em África).

O algodão, que antes de 1961 era uma cultura imposta aos africanos de certas zonas (Leste de Luanda e Baixa do Cassange) é, a partir daí, uma cultura inteiramente livre, desenvolvida essencialmente pelas antigas companhias concessionárias da compra e por novos plantadores europeus. A

revolta de 1961 terá tido, como consequência, a mecanização deste sector. Os principais distritos produtores são, agora, Malange e Cuanza Sul. Todas as exportações são absorvidas pela metrópole.

O milho, cultivado no planalto do Bié, é exportado, sobretudo, para Portugal, mas o trigo dos planaltos superiores é deficitário. Pelo contrário, a produção de açúcar, controlada por três gandes companhias, não satisfaz a procura interna. Angola também exporta óleo de palma e mais alguns produtos tropicais sem grande peso na balança comercial.

Pesca (em milhares de toneladas)

1959	1962	1965	1967	1970
267,4	269,3	256,7	292,1	377,8

A pesca foi, durante muito tempo, um dos pilares da economia angolana, graças às exportações de peixe seco, para o Congo-Léopoldville, e de farinha de peixe, para a Europa. A partir de 1971, empreendeu-se em Moçamedes um esforço de modernização da pesca industrial e do tratamento, em terra, das pescarias. Em 1970, foram desembarcadas 377.800 toneladas; o valor das safras foi de 240.625.000 escudos e as exportações atingiram 98.000 toneladas.

Criação de gado (em milhares de cabeças)

	1963	1967	1968
Bovinos	1.030	1.170	1.190
Caprinos	370	370	365
Suínos	300	315	315
Ovinos	110	107	137

A criação de gado sofre do facto de Angola do Norte e do Centro terem pouca tradição pastoril. Estimam-se em 2.700.000 as cabeças de gado graúdo, das quais 1.600.000 no sul (Huíla). A maior parte dos bovinos são criados pelas etnias Nhaneca Humbe e Ovambo. As fazendas europeias (10 % do total

das manadas) estão a aumentar. As indústrias leiteiras (nomeadamente, o colonato da Cela) são insuficientes e, ainda que o consumo de carne esteja em crescimento, são possíveis algumas exportações de carcaças congeladas para Portugal. No distrito de Moçâmedes existe uma criação especializada de carneiros caraculo (astracã).

A madeira não é importante senão no enclave de Cabinda e no Moxico, donde se exportaram 199.000 toneladas em 1970.

Produção mineira (1970, em toneladas)

Petróleo	5.605.105
Minério de ferro	6.048.000
Minério de manganês	23.000
Asfalto	36.956
Sal marinho	87.743
Diamantes (<i>carates</i>)	2.395.562

Energia eléctrica

	1963	1967	1969
Potência instalada (<i>milhares de kw</i>)	261,5	286,8	370
Produção (<i>milhões de kw/h</i>)	220	373	487

Uma produção mineira em plena expansão

Os produtos mineiros, em bruto ou tratados, não cessam de consolidar o orçamento angolano; representam 42,6 % do valor das exportações e três sectores (diamantes, ferro e petróleo) vêm logo a seguir ao do café.

Os diamantes são extraídos pela todo-poderosa Diamang, companhia com a qual o governo português partilha os lucros em partes iguais. Conquanto o monopólio desta companhia sobre a quase totalidade do território tenha expirado, a concessão que detém na Lunda, isolada do resto de Angola, produziu 2.395.562 carates em 1970, no valor de 1.695.880.000 escudos. Toda a produção é lapidada ou vendida em Portugal.

A exploração de ferro, iniciada em 1956, terminou em Nova Lisboa, no Huambo, enquanto as jazidas de Cassinga (Huíla) asseguram, por si

só, 97 % da produção; está provado que dispõe de reservas superiores a 1 bilião de toneladas, facilmente exploráveis, pois trata-se de montanhas de hematite de alta concentração. O escoamento passou a ser possível graças à abertura de dois ramais na via férrea de Moçâmedes. A produção angolana de minerais passou de 790.000 toneladas, em 1966, para mais de seis milhões em 1970.

O petróleo foi descoberto por uma companhia belga, em 1955, perto de Luanda. Aí foi construída uma refinaria de 650.000 toneladas, pela Petrangol (associação da empresa Petrofina com a província de Angola). Está em curso uma prospecção intensa (Petrangol, Angol, Texaco), mas foi em 1966 que a Cabinda Gulf Oil Company descobriu importantes jazidas, ao largo das costas do enclave. Em 1970, a produção petrolífera ultrapassava os 5 milhões de toneladas, ou seja, o dobro da de 1969, sendo exportadas 4.270.000 toneladas (Dinamarca, Países Baixos, Japão, Espanha).

Angola produz mais electricidade (644 milhões de kw/h, em 1970) do que aquela que consegue consumir (549 milhões de kw/h, em 1970). Uma importante barragem em Cambambe, no rio Cuanza, alimenta Luanda e uma parte do Cuanza Norte. Poderia facilmente duplicar a sua capacidade (302 milhões de kw/h com a pequena barragem das Mabubas, no rio Dande), mas a indústria do alumínio, prevista para tirar partido desta electricidade barata, não foi instalada. O complexo Lobito-Benguela é servido por duas centrais hidroeléctricas, na Catumbela, em Biópio e Lomaum. Nova Lisboa e a região circundante são abastecidas por linhas de alta-tensão, a partir da Catumbela. A Diamang produz 50 milhões de kw/h, para uso privativo, e a barragem da Matala, no Cunene, abastece o colonato, a cidade de Sá da Bandeira e a de Moçâmedes. Está previsto um grandioso projecto para o Cunene, em associação com sul-africanos: seria a réplica angolana de Cabora-Bassa, esta em Moçambique.

A indústria vai escapando lentamente aos entraves administrativos que lhe são impostos. A sua maior desvantagem reside no fraco poder de compra dos consumidores. O índice de crescimento anual da produção industrial,

a partir de 1962, está avaliado em 13 %. O valor bruto da produção das indústrias manufactureiras subiu para 8.240 milhões de escudos, em 1970, o que é considerável, para um país com esta população. As indústrias alimentares surgem à cabeça (31,8 % em 1970) e incluem moagem, refinação de açúcar, tratamento de carnes e conservas. Situam-se nos grandes centros. O mesmo se passa com a indústria têxtil (12,3 %). O algodão é descaroçado, fiado e tecido nas regiões produtoras e em Luanda. A indústria das bebidas (10,8 %) assenta, sobretudo, no fabrico de cerveja. As indústrias químicas, cimenteiras, refinarias de petróleo, transformação de tabaco, papel (a partir do eucalipto) ocupam um lugar relativamente significativo. Recentemente, verificou-se um esforço para instalar fábricas de montagem de automóveis, autocarros e camiões, mas a produção não ultrapassa alguns milhares de unidades por ano. Em contrapartida, a produção de pneus e de câmaras-de-ar cobre as necessidades internas e permite algumas exportações.

Salvo algumas excepções (grandes sociedades metropolitanas), o capital é fornecido à indústria pelos colonos locais (esforçados, mas ainda pouco adaptados a gerir grandes empresas) e por investidores estrangeiros. Uma das vantagens da indústria local é a existência de uma mão-de-obra africana cada vez mais qualificada, mas de salários modestos. As dificuldades, criadas por Lisboa, para os portugueses repatriarem os seus capitais para a metrópole obrigam-nos a reinvestir localmente. Parece que o sector onde a rentabilidade é mais elevada é a construção imobiliária.

Comunicações e meios de transporte (1969)

Estradas (km)	72.291
Estradas principais	45.817
Automóveis particulares	87.001*
Veículos industriais	29.396*
Motociclos	17.383*
Vias férreas (km)	3.159

* 1970

A política dos transportes

O essencial das despesas dos sucessivos planos de desenvolvimento foi consagrado aos transportes. A preocupação estratégica é evidente. Dora-vante, Angola dispõe de uma rede de estradas moderna e notável para a África tropical. O plano prevê ligar todas as capitais de distrito por via asfaltada. Houve algum atraso, mas hoje é possível ir do norte de Carmona, da Lunda e de Luanda, até ao Sudoeste Africano (Namíbia), por uma estrada excelente e suas transversais: Benguela-Silva Porto e Moçâmedes-Cunene. Para fazer face à guerrilha, uma fita de asfalto penetra até ao Moxico. Em 1970, foram construídos 24.593 quilómetros, dos quais 5.321 asfaltados. Todos os anos são revestidos cerca de 500 quilómetros. Uma centena de milhar de automóveis e camiões testemunha a importância da estrada na economia angolana.

Em 1969, estavam em serviço 3.159 quilómetros de vias férreas, metade das quais, sensivelmente, pertencia ao Estado. São linhas de escoamento tipicamente africanas: não é possível qualquer ligação norte-sul. As linhas aéreas internas (D. T. A.) dispõem de uma boa rede de aeródromos e pistas de aterragem, construídos por razões estratégicas, quase tão numerosos quanto os aglomerados de mais de 100 ou 200 europeus. O tráfego, contudo, é modesto: 147.000 passageiros e 2.000 toneladas de mercadorias, em 1970. Nesse mesmo ano, só o aeroporto internacional de Luanda registou 283.870 passageiros.

O movimento de passageiros nos portos quase desapareceu, salvo para a clientela mais pobre (45.000 entradas e saídas), mas os fretes desembarcados e embarcados atingiram 14.344.000 toneladas em 1970.

Comércio (em milhões de escudos)

	1968	1969	1970	1971
Importações	8.844	9.261	10.594	12.160
Exportações	7.796	9.387	12.172	12.402

<i>Importações (1970)</i>	%
Portugal	35,2
República Federal da Alemanha	11,2
Estados Unidos da América	10,8
Reino Unido	9,4
França	5,4
Japão	4,3
África do Sul	4
Itália	3,2
Outros países	16,5
Máquinas, material de transporte	12,4
Ferro e aço	8
Vinho	5,5
Têxteis	4,9
Outros produtos	69,2
<i>Exportações (1970)</i>	%
Portugal	34,3
Estados Unidos da América	15,6
Países Baixos	10,9
Japão	6,5
República Federal da Alemanha	6,3
Espanha	4,4
Reino Unido	3,4
Dinamarca	3,4
Outros países	15,2
Café	31,9
Diamantes	19,2
Minério de ferro	11,7
Petróleo bruto	11,4
Outros produtos	25,8

A balança comercial é, em geral, positiva (salvo em 1967 e 1968, anos de importações de bens de equipamento) e o saldo contribui para colmatar o défice metropolitano.

A História

Quando os portugueses chegaram a Angola, no século XV, encontraram sociedades Banto vindas, em migrações sucessivas, do Norte, do Leste e do Sudoeste. As mais conhecidas foram as que serviram de base ao reino do Congo, fundado no século XIV e já dotado de uma administração centralizada. Ao sul, estava o seu inconstante tributário, o reino de N'dongo – cujo rei, o N'gola, daria o nome à região do Cuanza, depois a toda a Angola – povoado por umbundos. O expansionismo do N'dongo seria aniquilado pelos portugueses. A leste do N'dongo, as influências culturais e políticas do complexo Luba-Lunda engendraram reinos ameaçadores. O do Cassange faria a sua aparição no vale do Cuango, entre 1540 e 1600. Mais a leste, emergiram os jaga, que devastaram toda a Angola no século XVI. Tratava-se mais de um bando de canibais nómadas, fundadores de dinastias e fornecedores de escravos, do que de um povo propriamente dito. Ao sul, entre 1500 e 1700, os invasores ovimbundos colonizariam os planaltos centrais de Angola, antes de formar uma vintena de reinos com relações ténues com Benguela.

Se a história pré-colonial de Angola está por escrever – excepto para o Congo –, em contrapartida, as actividades dos portugueses são bem conhecidas. Em 1482, o navegador português Diogo Cão chegou à foz do Zaire, entrou em contacto com o rei local e, então, começou uma experiência única. A corte de Lisboa decidiu cristianizar esse reino e fazer dele um estado moderno, à imagem de Portugal, levando-lhe assistência técnica. Tal generosidade não podia resistir muito tempo ao apetite dos negociantes de homens. Tirando o marfim e alguns produtos de interesse secundário, o Congo não tinha para vender senão os seus filhos, a fim de financiar o projecto. Desde então, instalou-se um mal-entendido e as querelas dinásticas serviram de pretexto às intervenções europeias.

O primeiro assimilado

O Manicongo (título do soberano) Afonso I (1506-1543), produto acabado do ensino português, seria o primeiro assimilado. Bom cristão (o

seu filho Henrique foi o primeiro bispo católico negro) e monarca patriota, pediu especialistas e padres para ensinar ao seu povo os conhecimentos ocidentais. Porém, os escravagistas baseados em São Tomé não se interessavam senão pelos homens que ali podiam encontrar.

Por volta de 1568, os jagas invadiram o reino e só foram repelidos graças à ajuda de tropas portuguesas. O poder real foi abalado pelas mudanças trazidas pelos europeus. Lisboa visava mais ao sul, concretamente o N'dongo, onde o N'gola tinha reforçado a sua autoridade com o papel de cobrador escravagista. Em 1575, Lisboa enviou Paulo Dias de Novais e, em 1605, chegaram 400 colonos a Cambambe. No início do século XVII, os portugueses instalaram-se no N'dongo, onde as suas fortalezas (Muxima, Massangano, etc.) serviam de apoio logístico aos mercadores de escravos. A partir daí, a Angola «útil» tornou-se um inesgotável reservatório de mão-de-obra servil para a América do Sul.

Durante a ocupação holandesa (1641-1648), os portugueses foram expulsos da faixa costeira pelos holandeses, aliados ao rei do Congo e à rainha Ginga – mulher fatal que não desdenhava alimentar-se dos seus múltiplos amantes – tornada símbolo do nacionalismo umbundo. A restauração de 1648 fortaleceu o poder dos portugueses, que recuperaram Luanda e Benguela. O reino do Congo foi esmagado em Ambuíla (1665) e fragmentou-se em sobados rivais que não conseguiram reencontrar o poderio do Congo no tempo de Afonso I. Em 1671, o N'dongo foi definitivamente vencido e uma série de alianças e guerras com os estados vizinhos de Matamba e Cassange permitiu chegar a um *statu quo* que se manteve praticamente inalterado durante dois séculos. No sul, em Benguela, fundou-se o *presídio* de Caconda (cerca de 1682), mas a arrancada para o interior cessou. Do Brasil, Angola apenas recebia soldados e degredados; para lá, enviava escravos.

Os negreiros franceses, ingleses e holandeses traficavam ao longo da costa, apesar da proibição dos portugueses, que tentavam rechaçá-los.

A única figura marcante do século XVIII foi o governador Francisco de Sousa Coutinho (1764-1772), que tentou diversificar a economia,

fundar novos *presídios* no interior e quebrar a rotina dos séculos. Porém, as melhores reformas esbarraram numa evidência: apenas os lucros da escravatura e da traficância justificavam a presença de europeus nesta dura região que é o corredor do Cuanza. A abolição teórica da escravatura, em 1836, a anarquia na metrópole, a independência do Brasil e, sobretudo, a presença de uma esquadra britânica encarregada de reprimir o tráfico levaram a Angola portuguesa a iniciar uma reconversão. A despeito de algumas explorações empíricas, quando Livingstone chegou a Luanda, em 1854, foi o primeiro a dar a conhecer, a um vasto público, a situação de um país atrasado. Os portugueses já não podiam contentar-se em vegetar nas reivindicações sobre o interior, onde a sua influência era nula ou mínima. Às guerras desastrosas (expulsão dos portugueses dos Dembos em 1872), seguiram-se arrancadas para o sul, a partir de Moçamedes, em direcção ao Cunene. Houve explorações científicas, como as de Hermenegildo de Brito Capelo, Roberto Ivens, Alexandre de Serpa Pinto, Henrique Dias de Carvalho, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, etc., que permitiram conhecer melhor, entre 1877 e 1890, o território que Portugal iria ocupar em seguida.

Uma terra de conquistas

Expulso da margem direita do Congo pelo rei Leopoldo II, da Bélgica, Portugal anexou uma parte do reino do Congo, conseguiu que lhe fosse atribuído o essencial da Lunda, mas viu os seus sonhos de unificação com Moçambique reduzidos a nada por um ultimato britânico (1890). Salvou, contudo, os planaltos, o Ovambo menos estéril e uma imensa extensão das savanas orientais. No mapa, em finais do século, a Angola dos Bragança era vinte vezes maior do que a Angola portuguesa do século XVIII. Era necessário, todavia, disputá-la aos africanos numa profusão de campanhas, tendo a última acabado em 1941.

Durante uma trintena de anos, Angola voltou a ser uma terra de conquistas, enquanto Luanda começou a ver a sua população de mestiços e negros afirmar o seu nacionalismo, e os europeus a sua autonomia. O autocrático

governador-geral (1912-1915), mais tarde alto-comissário (1921-1926), José Mendes Ribeiro Norton de Matos esforçou-se por reorganizar a administração, disciplinar os impacientes e, sobretudo, desenvolver o país encorajando a imigração branca. Os seus sucessores hesitaram nos métodos, mas a instauração da ditadura na metrópole (1926) teve o mérito de assegurar a estabilidade e o rigor da gestão financeira.

A Angola de Salazar

A abertura de minas de diamantes em 1917-1919, a ligação do caminho-de-ferro do Lobito à rede belga, a intensificação das plantações, o desenvolvimento da rede de estradas exigiam contingentes de mão-de-obra africana cada vez maiores. Embora a intensidade das diferentes formas de trabalho não-voluntário tenha variado segundo as regiões, não é de ignorar que a divisão jurídica dos africanos em duas classes, indígenas (98-99 %) e assimilados (mestiços incluídos) deixava os primeiros à mercê de uma decisão arbitrária da Administração. De 1945 a 1960, Angola saiu do marasmo económico e recebeu vagas de imigrantes brancos, mas, ao fazê-lo, aumentou as fricções exploradas pelos independentistas, encorajados pelos exemplos de descolonização à volta das suas fronteiras, a norte e a leste.

Em 4 de Fevereiro de 1961, foi duramente reprimida uma tentativa de levantamento em Luanda. Paralelamente, mas sem ligação clara com os acontecimentos na capital, estalou uma rebelião de camponeses na Baixa do Cassange e, a 15 de Março, a União dos Povos da Angola (UPA) lançou no seu feudo étnico (bacongo), a partir de Léopoldville, uma insurreição que provocou o massacre de 200 a 300 portugueses, tomou alguns postos administrativos e destruiu parcialmente a economia do café no Noroeste. Para reconquistar terreno, Portugal enviou o exército e lançou os camponeses do Centro contra os bacongos. No final de 1961, reganhou quase todo o terreno perdido. As rivalidades entre os partidos independentistas atrasaram a extensão da guerrilha. Por outro lado, em 1961 e 1962, os portugueses suprimiram o indigenato e numerosos abusos, consolidando assim as alian-

ças que encontraram nas etnias não afectadas pela rebelião. Não obstante, o MPLA e a UNITA iniciaram, em 1966, as operações nas savanas orientais, ameaçando tomar os planaltos. As autoridades portuguesas também procuraram colmatar as zonas de insegurança, desenvolver rapidamente a economia e os transportes, preparar o futuro escolarizando e cuidando do maior número possível de africanos, pois 12 anos de guerra mostraram que uma solução militar parecia insuficiente para sanar o conflito.

A Literatura

A literatura angolana é de uma vitalidade contrária à taxa de analfabetismo que flagela o país (88 % em 1966). É o corolário da política de selecção cultural praticada pelos portugueses. O mesmo é dizer que se trata, ainda, de um fenómeno criado por uma minoria escrevendo em português para os membros da sua comunidade e um público europeu, dada a impossibilidade de atingir as massas que não lêem.

Não obstante, no início do século XX, sob o impulso do missionário e filólogo suíço Héli Châtelain, acreditou-se ser possível, em Luanda, o nascimento de uma literatura autenticamente popular, redigida em quimbundo. J. D. Cordeiro da Mata (1857-1894), mestiço autodidacta, poeta e jornalista, mas também linguista e gramático bantoísta, foi o chefe de fila desta tendência. Os seus seguidores, escrevendo em línguas locais, depressa se desencorajaram, dado o correcto uso do português ser a única possibilidade de promoção social.

Desde o fim do século XIX, apareceu uma plêiade de assimilados mestiços de estilo mordaz, hoje considerados os precursores do nacionalismo angolano. Quase todos viviam em Luanda e na região dos umbundos. Dentre eles, notabilizaram-se José de Fontes Pereira e o cónego António José do Nascimento. Esta literatura contestatária, uma das mais antigas de África, teve a sua grande figura na geração seguinte, com António de Assis Júnior (1878-1960), funcionário e militante das associações africanas.

A juventude posterior à guerra manifestou em Luanda uma grande actividade literária, integrada no movimento «Vamos Descobrir Angola». Inspirando-se, em parte, na poesia do europeu angolano Tomás Vieira da Cruz, este grupo publicou a efémera revista *Mensagem*, antes de se dispersar. Três autores se tornariam conhecidos no estrangeiro, mais pelo combate político do que pelos seus versos: Agostinho Neto, Mário de Andrade e Viriato da Cruz, todos membros do MPLA. Esta escola, à qual ligaremos António Jacinto e Fernando Costa Andrade, é de facto uma variante extremamente politizada da negritude.

Longe desta corrente marxista, ficaram do lado dos portugueses dois outros poetas importantes. O mais idoso é o advogado mestiço Geraldo Bessa-Victor, cujos *Ecos Dispersos* (1941), *Cubata Abandonada* (1957) e *Mucanda* (1964) oferecem um lirismo cada vez mais depurado. A sua recolha de contos *Senzala sem Batuque* (1967) é um precioso testemunho das realidades sociológicas da Luanda mestiça e negra. Mário António, outro mestiço residente em Lisboa, tornou-se conhecido pelos seus trabalhos de historiador, os seus contos e, sobretudo, pela mestria da linguagem poética em *Poemas e Canto Miúdo* (1960), *100 Poemas* (1963) e *Rosto de Europa* (1968).

Os autores portugueses brancos nascidos ou tendo vivido em Angola são extraordinariamente numerosos. Ainda que o seu exotismo seja muitas vezes superficial ou triunfalista, pelo menos dois contrastam com o conformismo dos seus confrades. O antigo administrador colonial Castro Soromenho (1910-1968) passará, progressivamente, do exotismo literário à pintura desesperada da realidade colonial em *Terra Morta* (1948), *Viragem* (1957) e *A Chaga* (1970). Angolano de coração, o europeu conhecido por Luandino Vieira ligou a sua causa à do nacionalismo africano e foi encarcerado em Cabo Verde. Devem-se-lhe, entre outros, *Luuanda* (1963), uma recolha de contos amargos sobre a condição dos africanos nos musseques e nas prisões de Luanda, e um texto consagrado à resistência angolana, *A Verdadeira Vida de Domingos Xavier*, cuja construção astuciosa e o estilo inventivo servem brilhantemente a narrativa e a causa que defende.

A jovem literatura angolana ainda acusa demasiadamente a presença dos autores mestiços. Mas os progressos da escolarização deverão corrigir, a mais curto ou mais longo prazo, este desequilíbrio desfavorável aos escritores puramente africanos.

A sociedade de hoje (1972)

Angola atravessa uma situação perturbada, desde 1961. Ainda que aí se combata muito pouco, a presença de um forte contingente de tropas metropolitanas, a actividade da polícia política, as tentativas de infiltração dos independentistas nos meios africanos urbanizados, o reagrupamento das populações rurais nas zonas de insegurança são índices de mal-estar. Antes de 1961, os portugueses tinham instituído um sistema de dois níveis que, no seu entender, era o apogeu do triunfo colonial. É necessário conhecer as suas grandes linhas, para explicar as realidades actuais.

As barreiras da assimilação

Em teoria, não se admitia qualquer discriminação racial, apenas contava o valor individual para se ter acesso ao topo da sociedade. Legisladores sábios tinham elaborado uma doutrina simples, mas de aplicação melindrosa: todos os habitantes das províncias ultramarinas de África tinham a nacionalidade portuguesa, mas só uma minoria gozava dos direitos de cidadão português. O critério dependia do grau de «civilização», podendo este ser modificado por esforço pessoal. A discriminação era cultural e temporária, mas não racial e imutável. Havia, portanto, de um lado os *civilizados*, do outro os *indígenas*. Todos os brancos, mesmo os iletrados, eram declarados civilizados, enquanto os mestiços e os negros africanos deviam fazer prova das suas habilitações. Os mestiços ultrapassavam facilmente a barreira jurídica da assimilação e obtinham o cartão de identidade que os tornava teoricamente iguais aos brancos. Todavia, estando a mestiçagem em regressão pela chegada de mulheres brancas nos anos posteriores à guerra, o número de mestiços, nos anos 60, revelava-se marginal face aos 172.529 brancos e, sobretudo, aos 4.604.362 negros (1960).

A assimilação era um procedimento eliminatório, de regras impostas pelos europeus e controladas apenas por eles. Seria necessário, ao *indígena*, não só levar uma vida europeia (emprego, casamento estável, etc.), mas também ter renunciado às suas tradições e falar correctamente o português. Na verdade, apenas uma minúscula elite tinha acesso à assimilação, da qual a Administração era a guardiã. Estima-se que, em 1960, menos de 38.000 negros angolanos tinham sido assimilados, isto é, 0,82 % dos negros. Tendo em conta a progressão entre 1950 e 1960, seriam necessários 4.500 anos para que a população negra se tornasse cidadã portuguesa! Por outras palavras, mais de 99 % dos africanos eram *indígenas*, ou seja, uma minoria protegida pela Administração, mas igualmente submetida a diversos constrangimentos, dos quais o mais marcante era a obrigação de ter um emprego durante, pelo menos, seis meses por ano. A medida não era, em si, exorbitante, mas arrastava consigo numerosos abusos: muito frequentemente, o *indígena* era considerado, antes de tudo, um fornecedor de mão-de-obra barata, requisitado em proveito do Estado e dos colonos. É inegável que a intensidade do trabalho não-voluntário foi exagerada no estrangeiro, mas é igualmente verdade que este regime, praticado anteriormente por todos os colonizadores na África Negra, se tornou moralmente intolerável num país que se vangloriava, bem alto, dos ensinamentos e da moral do Cristianismo.

Lentos a reagir, os portugueses não eliminaram todos os abusos, porque interesses poderosos lutaram por perpetuá-los. Foi apenas em 1961 (fim do indigenato) e em 1962 (novo código do trabalho rural) que a Administração reformou estas práticas bastante anacrónicas. Uma grande parte do descontentamento dos africanos abrandou, graças ao desaparecimento das limitações na escolha do emprego, à possibilidade de obter o cartão de identidade (símbolo da antiga assimilação) concedido a quem o solicitasse, ao incremento inesperado da escolarização que triplicou os seus efectivos em dez anos, e a uma certa evolução – ainda por terminar – da mentalidade dos colonos em relação aos seus novos concidadãos. Querera isto dizer que esse descontentamento desapareceu? Seria utópico afirmá-lo,

mas no espaço de 12 anos foram atenuados certos pontos de fricção entre *ex-civilizados* e antigos *indígenas*. Importa ainda ter em conta o facto de o rancor, mesmo inimizade, entre as várias componentes sociais ou raciais ser por vezes menos intenso do que a rivalidade tradicional entre as diversas etnias africanas.

Ensino (1969)

<i>Graus</i>	<i>Escolas</i>	<i>Professores</i>	<i>Alunos</i>
Primário	3.802	7.680	339.681
Secundário	149	1.661	29.651
Técnico	69	1.227	14.693
Superior	1	123	1.074

O mundo dos brancos

Actualmente, podemos tentar esquematizar a situação como se segue. Os europeus são, praticamente, todos portugueses, portanto, ultrapatriotas. O seu nacionalismo organiza-se, no entanto, em vários sectores. Os brancos nascidos no território, ou tendo todos os seus interesses em Angola, oscilam entre várias atitudes. Poucos estão satisfeitos com a situação económica, política e militar. São numerosos os que gostariam de acabar com a guerrilha (chamada «terrorismo» na África portuguesa), limpando pelo despejo as zonas afectadas. Se fosse preciso, alguns não hesitariam em pedir ajuda ao seu modelo sul-africano, mesmo completando esta ajuda com o recurso à guerra tribal generalizada. A exasperação pelo que julgam ser a passividade ou incapacidade das suas próprias tropas exprime-se à boca pequena, mas vai avançando. Outros, mais realistas, sabem que o apoio da metrópole é indispensável, porque a balança demográfica ser-lhes-á sempre muito desfavorável. Esses não se sentem descontentes por ver que várias centenas de milhares de soldados metropolitanos se têm sucedido, em Angola, para defender os seus bens; para mais, tendo os negócios sofrido um crescimento sem precedentes, por causa da guerra. Uma minoria, ao que parece, pensa que, pelo contrário, as guerras subversivas não têm solução

no terreno e, mais tarde ou mais cedo, terá de haver negociações com os independentistas. Estes liberais, geralmente jovens ou trabalhando em profissões intelectuais, são, contudo, prudentes – quando não estão no exílio. Citadinos na sua maior parte, não alimentam qualquer antipatia visceral contra os africanos, com quem os seus filhos ou eles próprios estudaram na escola. Mas como ignoram, geralmente, os sentimentos profundos das massas tribais contra eles, apesar das aparências, acomodam-se bastante bem ao *statu quo*: o regime metropolitano é ainda muito forte para se deixar ultrapassar pela sua subtileza.

Como em todos os países de colonização europeia massiva, os brancos de baixa extracção são mais hostis para com os africanos, pois estes últimos são seus rivais económicos directos. Em Luanda, afastaram os negros da maior parte dos empregos especializados e existe um proletariado branco no limite da pobreza (vendedores de lotaria, empregados de hotel, etc.). Os *colonos*, atraídos pelo Estado para os colonatos do interior, frequentemente voltam para a cidade, onde as condições de vida são menos duras. Angola ainda é um país de brancos tarefeiros cujas últimas levas não hesitariam em regressar à Europa se aí encontrassem um emprego, deixando os seus compatriotas, nascidos no território, a contas com os africanos. Nenhuma destas sensibilidades é perceptível aos visitantes que apenas vêem, em geral, uma fraternidade racial bastante inesperada, depois dos massacres de 1961. De facto, a distância entre brancos e negros não tende a diminuir, salvo na Administração, «paraíso» ao qual aspiram todos os africanos, porque aí o trabalho não é estafante e o tratamento é igual, em funções e níveis hierárquicos iguais.

Os angolanos de cor

Os mestiços desempenham um papel desproporcionado em relação ao seu número, que ninguém conhece, pois se os jovens soldados metropolitanos praticam a mestiçagem «selvagem», poucos são os que reconhecem os seus filhos. Estes últimos têm, assim, todas as hipóteses de ser classificados

como negros, a despeito da cor da sua pele. Contrariamente a uma ideia estabelecida, a mestiçagem é um fenómeno quantitativamente secundário na África portuguesa, mas, qualitativamente, é importante, pois fornece a maioria dos quadros do movimento independentista marxista (MPLA) e um número apreciável de funcionários da Administração. Quer combatam o sistema abertamente do exterior, ou insidiosamente do interior, os mestiços também estão divididos. Aqueles cujos pais já são mestiços sentem-se, muitas vezes, angolanos antes de portugueses; aqueles que foram educados pelo seu pai branco estão divididos entre os valores – e interesses – dos brancos, a atracção pelo mundo negro e o temor ou a raiva que este lhes inspira. Eis uma posição desconfortável que envia uns para o exílio e outros para as tropas de choque portuguesas.

Os africanos representam a maior incógnita. Ainda pouco instruídos e habituados, há séculos, a obedecer aos chefes tradicionais – actualmente, simples correias de transmissão da Administração, sem qualquer poder real –, mais tarde às elites (pastores e catequistas entre os protestantes; catequistas, monitores e professores primários entre os católicos), são essencialmente rurais (89 % em 1960), pouco tocados pela vida moderna, excepto na capital, nas zonas do café e naquelas que o exército controla. É incontestável que a sua sorte melhorou muito, de há uma dezena de anos para cá. À míngua de liberdade de expressão, contentam-se em esperar que os combatentes independentistas sejam suficientemente fortes para inverter o equilíbrio actual. A terrível experiência de 1961 incita os que têm veleidades de revolta a esperar que os seus vizinhos dêem o primeiro passo por eles. A despeito dos comunicados triunfantes, os independentistas não detêm nem sequer a vigésima parte do território, mas escavam subterraneamente as retaguardas dos seus adversários, que têm a mesma inércia dinâmica e a mesma paciência que eles.

Os nacionalismos em Angola³

Duas organizações independentistas africanas, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) celebraram respectivamente, em 4 de Fevereiro e 15 de Março de 1969, o oitavo aniversário do que cada uma delas chama a Revolução Angolana. Ambas entraram, assim, no nono ano de uma luta cuja data do termo nenhuma delas corre o risco de estabelecer.

E contudo, se nos reportarmos às declarações da Primavera de 1961, «a hora (...) em que flutuará nas cidades e aldeias angolanas a bandeira sagrada da Pátria»⁴ deveria ter soado durante, ou pouco depois, da estação das chuvas de um Outono já velho de mais de oito anos. Este optimismo de um dirigente angolano tinha, de resto, o contraditório nos adversários, visto o Governador-Geral da época, o General Venâncio Deslandes (1961-1962), comandante-em-chefe das forças portuguesas, ter afirmado, em 7 de Outubro de 1961, que as operações propriamente militares estavam terminadas⁵. Acaso o tempo, no mundo luso-africano, teria um decurso que as vulgares ampulhetas não conseguiam medir?

Seja como for, enquanto numerosos observadores tidos por entendidos previam, em 1960, um apagamento rápido da tutela de Portugal sobre Angola, uma década que viu o acesso à independência da quase totalidade das antigas colónias da Europa industrial chegaria ao fim sem que o país com o desenvolvimento económico mais modesto da Europa Ocidental tivesse perdido mais do que uma relíquia insignificante e indefensável: o forte-residência de São João Baptista de Ajudá, tomado pelo Daomé em 1 de Agosto de 1961. Muito melhor do que isso, uma nação cujo maior recurso ainda é a capacidade de trabalho e de poupança dos seus emigrantes,

³ Publicado na *Revue française de science politique*, Vol. XIX, n.º 6, Dezembro de 1969.

⁴ *Le Monde*, 4 de Abril de 1961.

⁵ *Boletim Geral do Ultramar*, n.ºs 436-438, p. 254.

mantém, em três frentes simultâneas (Guiné, Angola e Moçambique), a mais longa «guerra» jamais conhecida na África ao Sul do Sara, esforço que nenhum outro país, por muito rico que fosse, conseguiu manter por tanto tempo. Não reside aí o paradoxo menor da história das relações entre Portugal e África.

Uma conquista tardia

Correndo o risco de sermos desagradáveis, pensamos que, para a compreensão dos problemas actuais, é preciso, uma vez por todas, exorcizar os reinos do Congo e do N'dongo e espantar de vez os fantasmas de Paulo Dias de Novais, de Salvador Correia de Sá e Benevides, da rainha Ginga e dos «heróis» e «antepassados» que atravancam um panteão posto a saque para fins mais que duvidosos. Uma vez que os historiadores lusófonos não se decidem a redigir uma História de Angola honesta, sólida e completa, comecemos por denunciar um mito tão inacreditável quanto vivaz e aceite, com enorme falta de lógica, por portugueses e angolanos. Quer se queira, quer não, Angola não foi portuguesa desde o século XVI. Pelo contrário, 9/10 do seu território só foram conquistados no final do século XIX e a totalidade apenas durante a Primeira Grande Guerra ou pouco depois. A este respeito, Angola não escapa ao esquema habitual da colonização. Para colonizar, é preciso submeter; e para submeter é preciso vencer e estabelecer a autoridade. Ora, a «pacificação» de Angola necessitou de algumas das mais árduas e longas campanhas jamais vistas na África Negra⁶.

Contrariamente ao proclamado, não houve quatro séculos de «exploração escravagista» ou de «civilização cristã», mas, na verdade, quatro séculos de não-ocupação, salvo em alguns entrepostos, no baixo e médio vale do Cuanza e certos pontos do interior. A colonização portuguesa não arrancou senão depois da Conferência de Berlim (1885) e não ganhou no-

⁶ Remetemos o leitor para René Pélissier: «Campagnes militaires au Sud-Angola (1885-1915)», *Cahiers d'études africaines*, n.º 33, e à obra que traça o quadro mais completo: *Les Guerres Grises. Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*. Pélissier, Orgeval, 1978.

toriedade senão depois da Primeira Guerra Mundial, quando a segurança dos brancos pôde ser garantida em toda a extensão do território⁷.

Apercebemo-nos imediatamente de uma consequência capital desta realidade bem tangível. Se a influência portuguesa foi precoce, durante séculos ficou geograficamente muito limitada e não se fez sentir, em maior ou menor profundidade, senão duas gerações depois.

Os nacionalismos em Angola antes de 1961

Esquemmatizando em extremo uma situação complexa, pode-se dizer que não há nacionalismo angolano propriamente dito, mas nacionalismos tão divergentes, antagónicos e ambíguos como a sociedade angolana que eles pretendem representar em exclusivo. Não obstante, historicamente podemos distinguir duas grandes correntes: a) a oposição dos colonos em relação à metrópole; b) a hostilidade dos negros africanos e dos mestiços, face aos colonos e às autoridades brancas em geral. Esta última cinde-se, por sua vez, em pelo menos dois ramos.

A. O nacionalismo dos colonizadores

Se a primeira vertente conheceu notável favor na América, tendo em conta o diminuto povoamento branco, em Angola um tal movimento só poderia desenvolver-se lentamente; havia falta de colonos e, salvo uma ou outra excepção, eram pobres e dependiam de interesses estrangeiros ou metropolitanos mais poderosos do que eles. Sobreviver e enriquecer era a sua preocupação essencial. O separatismo da minoria branca estava, contudo, registado desde o século XVII e voltaria, com algum vigor, no início do século XIX, com as lutas na metrópole e a independência do Brasil, sendo Angola colónia deste país, antes de o ser de Portugal. Pode considerar-se, como axioma, que a um poder fraco ou dividido na metrópole correspon-

⁷ Estado da população branca depois de 1900:

1900: ± 9.000	1920: ± 20.700	1940: 44.083	1960: 172.529
1910: ± 12.000	1930 ± 30.000	1950: 78.826	1969: ± 300.000

deu um ganho de autonomismo nas cidades litorais, ou seja, na capital, Luanda, e em Benguela. Em 1822 e 1823 estalaram motins, porque os negociantes de escravos queriam manter os seus mercados além-Atlântico. As revoltas escravagistas de 1830-1845 foram mais dirigidas contra as autoridades abolicionistas enviadas para Luanda do que para fomentar a independência de um país que faltava conquistar e onde, em 1845, viviam apenas 1.830 brancos, 87 % deles concentrados na capital.

As associações económicas constituídas, a partir de 1851, para a defesa dos interesses dos colonos de Luanda, alimentariam, ao longo de todo o século, veleidades de republicanismo, de independência ou de união com o Brasil (também com os Estados Unidos da América!). Com a aceleração das comunicações e da conquista, bem como a presença de contingentes militares europeus, o reforço dos quadros administrativos e a agitação dos assimilados mestiços e africanos que ameaçavam a preponderância dos colonos, estes – em boa parte, exilados políticos ou condenados de direito comum – agruparam-se em lojas maçónicas ou em redor de patrões poderosos que, na imprensa local e pela sua própria influência oculta, desempenharam um papel ainda mal definido, mas suficientemente perigoso para que as autoridades tenham detectado, em 1890-1892, uma conspiração visando instaurar uma república angolana. O fim da monarquia foi um período fértil em projectos separatistas, a par de republicanismo, autonomismo e independentismo.

A instauração da república na metrópole, em Outubro de 1910, não secou esta vertente, pois algumas das leis do novo regime aplicáveis em Angola (nomeadamente sobre o trabalho forçado) iam contra os interesses dos patrões e de simples colonos que utilizavam uma mão-de-obra semi-escrava. Foi concedida a Angola uma certa descentralização administrativa e financeira, mas foram, sobretudo, os governadores-gerais (convertidos em altos-comissários em 1921) que dela se tornaram símbolos, pelo seu estatuto de pro-cônsules. Norton de Matos ficou como o exemplo mais marcante. Para a comunidade branca de um país que mal tinha terminado

a conquista do seu sertão, a proliferação de partidos⁸ e a instabilidade metropolitana levaram, muito naturalmente, à quase ditadura dos homens fortes enviados por Lisboa para governar esta colónia turbulenta. Estes últimos, oscilando entre a «ordem» e o «desenvolvimento», pelo seu autoritarismo já pressagiavam o Estado Novo. A benevolência com que os brancos acolheram a República, em 1910, não resistiu aos golpes que o autocrático Norton de Matos infligiu a toda a oposição, branca ou negra, no seu segundo mandato (1921-1923).

A ditadura militar instaurada em 1926 suprimiu progressivamente toda a actividade política, revelando-se o inimigo comprovado de tendências centrífugas cujo resultado seria desmembrar o Império. Na verdade, sob a fórmula da «unidade política de uma nação multirracial e pluricontinental», disfarçava-se uma centralização que apenas retomou uma tradição secular. Embora economicamente essa centralização se tenha limitado ao estrangulamento do Pacto Colonial, ela foi-se mantendo ainda quase meio século depois do seu ressurgimento. Assistiu-se, até, em Março de 1930, a um golpe militar em Luanda, mas o regime encontrava-se demasiadamente forte para ser derrubado por um punhado de golpistas inexperientes. Ainda se conhece mal a actividade dos separatistas brancos que vegetavam numa clandestinidade da qual não saíam senão por detenções episódicas⁹.

Somente perto de 20 anos mais tarde, durante a campanha que precedeu as eleições para a presidência da República (1958), a agitação ousou mostrar-se à luz do dia, ainda que seja difícil distinguir o verdadeiro separatismo, do que resultava da simples oposição ao regime. Importa menos apurar se o candidato da oposição, general Humberto Delgado, ganhou, ou não, ao candidato oficial, almirante Américo Tomás, do que o acentuado aumento de detenções pela PIDE, em 1959, que atingiu tanto os europeus de esquerda e extrema-esquerda, como os militantes independentistas africanos.

⁸ Exemplos: Junta Revolucionária de Loanda, Partido Reformista de Angola, Partido Republicano Colonial, Partido Pro-Angola, União dos Defensores de Angola, etc..

⁹ Sabe-se, entretanto, que em 1940 houve algumas réplicas com epicentro no colégio de Nova Lisboa, sem que se possa dizer se este caso foi reflexo de um mal-estar económico dos colonos do centro de Angola, ou o ressurgimento de um nacionalismo adormecido.

Retenhamos um facto importante. Nas vésperas da revolta de 1961, os brancos¹⁰ que manifestavam uma opinião política contrária às teses oficiais estavam mais divididos do que nunca. Entre eles era possível distinguir partidários de, pelo menos, três vias que se repartiam parcialmente entre os indecisos que constituíam a maioria: 1) uma independência «selectiva» de tipo sul-africano; 2) uma autonomia no seio da República Portuguesa; 3) uma independência «igualitária» com todos os africanos. Os raríssimos militantes europeus defensores desta última opção estavam em ligação, mais ou menos estreita, com os grupos africanos e é por eles que chegamos à outra grande corrente do nacionalismo em Angola, a dos colonizados.

B. O nacionalismo dos colonizados

Se a fraqueza dos opositores brancos era patente em 1960, que dizer da dos africanos? Dos 4.830.449 habitantes em 1960, 172.529 eram brancos, 53.392 eram mestiços e 4.604.362, negros. Infelizmente, estes números não mostram a divisão entre «população civilizada» e «população não--civilizada»¹¹, o que impede, desde logo, de traçar o limite entre os africanos evoluídos, colocados teoricamente no mesmo plano dos brancos, e a massa indígena privada de direitos ditos políticos. Esta linha de clivagem sócio-política é fundamental, pois serve para revelar uma das maiores dificuldades com que se debatem os dois ramos do nacionalismo. Persiste um mal-entendido entre a elite (antigos assimilados) e a base (antigos indígenas). Conquanto, historicamente, a primeira tenha saído da segunda e tenha procurado, alternadamente, conquistá-la, explorá-la, protegê-la, servir-se dela e arregimentá-la, os conflitos de interesses, de origens e de perspectivas que acabaram por se sobrepor às características

¹⁰ Em 1960, eram 172.529, dos quais 50.921 tinham nascido no território.

¹¹ Em 1960, haveria 41.756 assimilados e 4.562.606 «indígenas». Em 1950, num total de 4.145.266 habitantes, 135.355 eram considerados «civilizados», isto é, o conjunto de todos os brancos (78.826), mais a maioria dos mestiços (26.335 assimilados num total de 29.648 mestiços), mais uma ínfima minoria de negros (30.089 assimilados num total de 4.036.687 negros). Entre estes 135.355 «civilizados», 43.567 eram analfabetos, ou seja, uma percentagem de 32,1 %. Entre estes 43.567 analfabetos, 41,6 % eram brancos; 32,2% eram negros; 23,2 % eram mestiços e outros.

de uma sociedade ainda tribal, no essencial, constituem um dos travões à unidade do nacionalismo dos colonizados.

Um dos pontos fortes da colonização portuguesa foi não ter lançado no desespero absoluto, por ostracismo racial, as frágeis elites que, pelo nascimento (mestiços) ou pela educação (africanos), já não se sentiam em harmonia com a sociedade africana. Quer se tratasse de uma válvula de segurança (dividir para reinar) ou de confiança nas virtudes da cultura, não é menos verdade que, ao basear as distinções sociais não na cor da pele, mas nas possibilidades de absorção do colonizado – mesmo limitando-as subtilmente –, Portugal introduziu um foco de dissensão entre os que contestariam, do interior, os seus métodos e a sua presença. Registemos simplesmente que os assimilados se arvoram muitas vezes em defensores dos seus irmãos ou primos indígenas, mas antes de 1961 não foi sustentada ou conduzida qualquer resistência tribal massiva, precisamente por aqueles que teriam podido oferecer, a essa resistência, os quadros que lhe faltavam. Entretanto, Portugal soube, quase sempre, encontrar entre esses assimilados os seus melhores auxiliares. Esta falta de consciência nacional, até recente data, não é, de resto, típica de Angola, explicando uma das fragilidades do nacionalismo africano neste país: nunca houve uma frente comum contra o colonizador, mas sim dispersão de esforços e divergências de interesses, conforme o grau de penetração da civilização portuguesa.

1. Os «modernistas»

O qualificativo é equívoco, mas empregámo-lo num sentido muito restrito, por oposição ao nacionalismo étnico e parcelar cujas reivindicações não se tornaram pan-angolanas senão depois de terem sido tribais, e apenas tribais, por muito tempo. Se bem que no mato os nacionalistas «modernistas» recrutem, sobretudo, nas zonas donde os seus quadros provêm, na origem apoiam-se menos numa etnia do que num sector marginal: os mestiços e negros assimilados, em conflito entre uma sociedade dominante e uma sociedade dominada. A cidade é, pois, o seu terreno de eleição e de

instrução, sendo a assimilação, ou a cópia dos costumes portugueses, o denominador comum deste estrato sem homogeneidade racial. Trata-se, em primeiro lugar, de se fazer aceitar pelo colonizador. Só mais tarde a massa indígena – de início estrangeira, dado não estar conquistada – foi invocada na questão, em reforço de reivindicações demasiadamente visíveis internamente. A transição entre queixas de classe e nacionalismo só surgiu quando os abusos e as tensões os ameaçaram directamente. A real importância destes contestatários, frequentemente funcionários do Governo ou das missões católicas e protestantes, só se tornou visível antes da chegada em massa dos brancos. Paralelamente, a sua posição social não parou de se degradar, a partir do primeiro quarto de século e, singularmente, desde o segundo mandato de Norton de Matos.

Sem recuar muito no tempo, pode-se dizer que os precursores do nacionalismo angolano «modernista» prosperaram durante meio século (1875-1922). Ficaram conhecidos porque utilizaram um novo meio de informação: uma imprensa sem demasiadas interferências das autoridades. Entre os temíveis polemistas que publicaram algumas das mais corrosivas filípicas jamais dirigidas contra uma colonização europeia, citemos José de Fontes Pereira (1823-1891) e os autores de uma recolha de artigos de título eloquente: *Voz d'Angola clamando no Deserto. Oferecida aos amigos da verdade pelos natu-raes* (Lisboa, 1901). Com o advento da República, os assimilados, bem como os brancos, lançaram-se na organização para-política. A sua Liga Angolana (reconhecida em 1913) manifesta um republicanismo de bom recorte. Alguns dissidentes fundaram uma associação que se transformaria no Grémio Africano. Mais do que partidos, eram associações de defesa dos interesses dos assimilados, face aos brancos. Pretendendo falar em nome de milhões de africanos, atribuíam-se uma representatividade que os seus «mandantes» teriam muita dificuldade em conceder-lhes, mas que era útil para fazer progredir a causa. O mesmo aconteceu com associações de africanos e mestiços criadas em Lisboa¹² que,

¹² Liga Ultramarina (1910), Liga Colonial (1911), etc..

embora encontrando uma certa audiência nos meios pan-africanistas, por exemplo, na Sociedade das Nações, tiveram das mais reduzidas influências no decurso dos acontecimentos em Angola.

Localmente, os enviados da República já tinham descoberto, em 1916-1917, um pretenso *complot*, presumindo que os elementos da Liga Angolana pretendiam pôr-se à cabeça de um levantamento tribal umbundo, a norte do Cuanza. Norton de Matos, baseando-se igualmente em rumores de um *complot*, proibiu a Liga Angolana e o Grémio Africano, em 1922, aprisionando ou deportando alguns assimilados mais activos, como António de Assis Júnior (1878-1960).

Não se julgue, porém, que o Estado Novo foi inovador nesta matéria. Limitou-se a seguir a via traçada pelos altos-comissários republicanos, ao dissolver a Liga Angolana, o Grémio Africano e as associações africanas em Lisboa. Pode-se considerar que, deportando para o exílio ou abafando as vozes dos que não se resignavam ao esboroar do seu estatuto, uma geração de assimilados foi reduzida ao silêncio, a partir de 1926-1928, se bem que alguns representantes seleccionados da Liga Nacional Africana (ex-Liga Angolana) e da Associação de Naturais de Angola (ex-Grémio Africano), filtrados e subsidiados, fizessem ouvir a sua voz, a partir de 1946, no Conselho Legislativo (ex-Conselho do Governador). O tema das intervenções dos mais arrojados, não podendo, evidentemente, ser político, incidia sobre as modalidades de emancipação dos quatro milhões de indígenas.

No fim da 2.^a Guerra Mundial, a jovem geração, mais instruída e conhecendo mal as provações sofridas pelos seus maiores, inquietou-se perante o que considerou falsos problemas. Além disso, interrogou-se sobre quão desconfortáveis eram o seu papel e a sua situação. O movimento literário «Vamos Descobrir Angola» foi a expressão de um retorno às fontes africanas, de jovens cada vez menos à-vontade entre duas culturas que não os satisfaziam. Os prolongamentos políticos estavam implícitos.

Contudo, não se deve sobrestimar a influência dos movimentos clandestinos que iriam reunir, ao lado de alguns veteranos, estudantes aliciados

pelos marxistas portugueses, funcionários menores da Administração e destribalizados morando nos *musseques* (bairros pobres). Aos olhos do observador, as fragilidades abundavam e, entre elas, a principal parece ter sido, não a ausência de visão a longo prazo ou de homens sinceros e decididos, mas a falta de implantação entre os indígenas de toda a Angola – não só da zona umbundo, donde provinha a maior parte dos não-mestiços destas diferentes células. Seria uma conclusão precipitada admitir que a insatisfação de uma massa dividida pela compartimentação étnica correspondia mecanicamente às aspirações nacionalistas de alguns assimilados. Na prática, tendo nascido na cidade, o nacionalismo «modernista» não se ampliou senão onde encontrou outros assimilados vivendo no mato, que o divulgaram. Os nacionalistas «modernos», não querendo, ou melhor, não podendo fazer vibrar todas as cordas tribais¹³ à escala angolana, estavam condenados a recrutar os seus quadros essencialmente em meio urbano, onde uma consciência angolana ganhava corpo. Mas na cidade estavam sob os olhos da polícia e no centro dos mais compactos bastiões brancos. Aí iriam receber duros golpes.

Observe-se que, sem se deixar enredar na teia dos grupos clandestinos cuja cissiparidade e multiplicidade mais parecem uma verdadeira patologia política, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), «nascido» em 1956, é o mais célebre porque dois ou três dos seus quadros superiores conseguiram sair de Angola e de Portugal antes de serem presos. As vagas de detenções de 1959 tiveram, no entanto, efeitos desastrosos para o MPLA, quer no seu interior, quer entre os seus concorrentes da época, mal conhecidos mas muitas vezes igualmente activos¹⁴. Essas vagas privaram tais movimentos da maior parte dos seus quadros locais e aqueles que escaparam à PIDE ficaram praticamente isolados do exterior.

¹³ Lembremos que, em 4.562.266 africanos considerados autóctones (isto é, provavelmente «indígenas» com outra designação) em 1960, havia 1.746.109 ovimbundos, 1.053.999 umbundos, 621.787 bacongos e o resto repartia-se por uma dezena de outros grupos linguísticos. Esta estatística é utilizada com reservas, visto os critérios de distribuição entre bacongos e umbundos terem mudado, em relação aos critérios de 1950.

¹⁴ Citemos, nomeadamente, o Movimento de Libertação Nacional, o Movimento de Libertação de Angola, o Movimento de Independência Nacional de Angola, etc..

Condenados a desaparecer ou a agir no terreno onde o adversário era mais forte, lançaram-se, sem meios e isolados, nas operações suicidárias de 4 de Fevereiro em Luanda¹⁵.

2. Os etno-nacionalistas

Nas vésperas de 1961, este ramo era muito mais forte do que os seus rivais «modernistas» porque, embora manifestamente menos versados nas subtilidades da dialéctica revolucionária, tinham em compensação um potencial nada negligenciável em seis aspectos: 1) um capital étnico: os bacongos; 2) um aparelho político fruste e muito insuficiente, mas intacto pois estava instalado em Léopodville; 3) certos apoios financeiros e materiais de estados africanos, organizações anticolonialistas americanas, leia-se, interesses económicos estrangeiros; 4) uma fronteira aberta com um país não só amigo, mas etnicamente idêntico; 5) a possibilidade de criar bases rurais nas fortalezas vegetais que são as serras do Noroeste angolano; 6) um alicerce de insatisfação na população africana que se considerava vítima de uma corrida europeia para as terras do café.

Contudo, logo de início, os etno-nacionalistas cometeram um primeiro erro que iria virar-se contra eles. Associaram a nação Bacongo a toda a Angola, quando não significavam senão 15 % da população da época. Por falta de enviados recrutados fora da sua área linguística, não conseguiram ultrapassar verdadeiramente o ferrolho do Cuanza. Nem sequer tiveram o recurso de poder contar com os quadros menores de assimilados dispersos pelo mato. Em termos muito simples, o etno-nacionalismo activo, que se limita a uma fracção dos bacongos e seus aliados, tem um comportamento tribalista e irá sofrer as consequências disso.

Não vamos repetir aqui a evolução histórica do Reino do Congo, do seu apogeu, da sua decadência e da sua ocupação pelos portugueses, nos fins do século XIX. Há que assinalar, contudo, que o etno-nacionalismo bacongo pode reivindicar para si dois precursores que utilizaram os méto-

¹⁵ Está longe de ser feita luz sobre certas complicitades que, se tivessem existido, teriam dado outra dimensão ao que acabou por ser uma corrida para o massacre.

dos de contestação modernos no século passado: D. Aleixo e D. Nicolau (1830?-1890). Esses reafirmaram, sem serem ouvidos, as pretensões do seu decaído reino à independência.

Com efeito, o nacionalismo bacongo estruturado ganhou vida nos anos do pós-guerra (1945 e seguintes), graças à tolerância belga. Ao invés dos «modernistas» mais ao sul, nasceu portanto no exílio e ofereceu, desde o início, uma fragmentação reveladora de rivalidades tribais no seio da etnia¹⁶.

Repartiu-se entre uma formação relativamente sólida, a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), criada em 1954 ou 1957, e uma meia dúzia de associações que se tornariam cada vez mais hostis à linha dura que Holden Roberto, o chefe da UPNA (transformada em UPA pela eliminação da referência «do Norte», por conter resquícios etnocêntricos), imprimiu ao seu movimento. A UPA, movimento composto quase exclusivamente por bacongos dirigidos por uma extensa família de exilados baptistas, renunciou em 1958 às suas pretensões ao trono de São Salvador, para reivindicar a «libertação» do Norte de Angola e, a seguir, de Angola inteira, mas sem que o recrutamento dos seus partidários progredisse sensivelmente para lá do seu feudo bacongo e da região dos Dembos.

Uma aliança entre esta UPA, com um conhecimento sumário de Angola mas com relativa força no Noroeste, e os chefes recuperados do MPLA teria constituído uma séria ameaça para os portugueses, por os primeiros possuírem tropas em potência e, os segundos, os quadros de assimilados indispensáveis para elevar a luta acima do patamar de levantamento primário de camponeses. Quer por culpa das diferenças ideológicas entre os dirigentes dos dois movimentos, quer das oposições entre pessoas ou, mais prosaica e realisticamente, da velha desconfiança, para não dizer outra coisa, que separa os mestiços e os assimilados dos indígenas, as rivalidades entre a UPA e o MPLA constituíram e continuam a constituir a melhor arma de Lisboa contra os independentistas africanos.

¹⁶ Só para os separatistas de Cabinda (ex-reino de N'goio; 56.000 africanos em 1960), registaram-se, em 1960, quatro organizações.

Importa, pois, saber que foi em formação dispersa que os dois ramos do nacionalismo dos colonizados iniciaram, em 1961, o combate contra o colonizador. Uns combateram quase de mãos vazias na capital; os outros, um pouco mais bem armados, mas na esperança de arregimentar para a sua causa 600.000 bacongos, mais um número indeterminado de umbundos.

As revoltas de 1961 e as suas sequelas

A. 1961, o ano terrível

É, incontestavelmente, o ano-charneira na História de Angola moderna. Em sangue e terror, as tensões revelaram-se à luz do dia e os verdadeiros sentimentos de colonizados e colonizadores puderam exteriorizar-se sem nunca mais usar as máscaras habituais. Mas a forma adoptada – a chacina racial recíproca, a uma escala e com uma virulência sem igual na África Negra desde a tentativa da «solução final» do problema colonos-herero no Sudoeste Africano alemão (1904) –, modificou para sempre a relação de forças entre as duas correntes independentistas que coexistem em Angola. Não só uniu a comunidade branca (e uma franja mestiça), mas também lhe deu a justificação para a sua presença («luta contra a barbárie negra») e, sobretudo, os meios de a defender (constituição de um arsenal, implantação de um exército metropolitano, aceleração do desenvolvimento económico). Finalmente, o massacre afastou as perspectivas de uma discussão serena entre as partes. Pode-se, contudo, colocar uma questão: teria havido, em 1961, algum outro método para levar a luta avante, visto as negociações estarem, *a priori*, excluídas por Portugal e pela maioria dos colonos? Adivinha-se um, mas exigiria, da parte dos africanos, tais preparações, que eles recorreram à solução mais facilmente acessível, mas a mais perigosa para a sua causa, no caso de falhar.

Os ataques contra as prisões e certos objectivos estratégicos em Luanda (4 de Fevereiro de 1961), a repressão sangrenta daí derivada (a partir de 5

de Fevereiro) e os últimos sobressaltos de 10 de Fevereiro ainda continuam muito obscuros. A iniciativa foi reivindicada pelo MPLA, mas é lícito pensar que esta organização não foi a única a dar instruções. Os efectivos mobilizados (menos de 300 homens) mostram a fraqueza do movimento face a uma cidade que, em 1960, contava 224.540 habitantes, dos quais 55.567 brancos e 13.593 mestiços. Os resultados mais claros terão sido o desmantelar, por vários anos, das redes que tinham sobrevivido às detenções anteriores, alertar a opinião internacional, mas, sobretudo, pôr de sobreaviso a comunidade branca que não tardou a mostrar o que valia. Ainda que, tecnicamente, os instigadores dos operacionais tenham pecado por falta de realismo, não cometeram o maior erro psicológico da UPA e não atacaram a população civil branca.

Não foi essa a primeira preocupação dos bacongos e dos umbundos dos Dembos que se sublevaram a partir de 15 de Março. Vários autores defenderam, interpretaram, explicaram ou desculparam a revolta dos etno-nacionalistas do Noroeste. Aqui, apenas queremos apurar o resultado mais concretamente palpável: ao mutilar e chacinar, nas plantações, nas estradas e nos postos isolados, a 15 de Março e nos dias seguintes, entre 200 e 300 (?) brancos¹⁷, incluindo mulheres e crianças, atingiram em cheio a colonização portuguesa num dos seus dogmas aceites sem contestação pelos brancos de Angola, a saber, que o indígena «irresponsável mas submisso» era incapaz de tais manifestações de ódio para com eles. De todos os temas da mitologia colonial, a perfeita harmonia racial é seguramente o mais citado. De todos os portugueses, os nortenhos¹⁸ eram quem menos compreendia os reais sentimentos dos indígenas que viviam a seu lado. Desta explosão tão longamente contida, instigada a partir de Léopoldville, não viram senão um aspecto daquilo que a UPA qualificou de «revolução

¹⁷ É impossível admitir números superiores a 1.800 mortos, por vezes avançados.

¹⁸ Eram, sobretudo, camponeses dos distritos mais pobres do Norte de Portugal, cuja maioria tinha menos de seis anos de permanência em Angola. Se tinham abandonado as suas aldeias das Beiras e de Trás-os-Montes, não será excessivo pensar que não foi para aumentar os seus conhecimentos sobre a filosofia banto, mas para escapar a uma penúria atávica na metrópole.

nacional»): o massacre brutal de brancos pelos negros¹⁹. Os portugueses das Beiras e Trás-os-Montes iriam reagir com violência justificadamente radical, pois durante quase um mês – caso quase único na História da Colonização Moderna – foram deixados praticamente sem reforços, por Luanda e por Lisboa. Com o sentimento bem nítido de que tinham sido abandonados às suas únicas forças e literalmente alagados pelas chuvas, evacuaram os postos e as plantações menos defensáveis e começaram represálias, muitas vezes sistemáticas, sobre qualquer africano que não se refugiasse nas matas. Era a lei de Talião, cujos efeitos foram centuplicados pela superioridade do armamento de que dispunham.

Cavado pelas revoltas, o fosso racial aprofundou-se sob uma verdadeira vaga de fundo homicida que varreu o vale do Cuanza até Malange²⁰, a cidade de Luanda e alguns pontos do Centro e Sul de Angola, onde se descobriram os tradicionais «*complots*». Acossados pelo pânico, perante a passividade das autoridades, os elementos mais irresponsáveis da população branca dedicaram-se, em vários locais, a uma verdadeira caça ao assimilado africano, mais particularmente, aos quadros protestantes, suspeitos – não sem razão, talvez – de ter uma visão dúbia sobre a manutenção da presença branca em Angola.

É certo que nunca se saberá o número exacto de mortos caídos em 1961²¹, mas o mais importante a reter é que, assente em bases puramente raciais, o combate dos etno-nacionalistas, para ser bem sucedido, deveria reunir, pelo menos, três condições em Angola: 1) uma extensão generalizada dos massacres, pela total e rápida adesão de todos os angolanos à insurreição do Noroeste, num levantamento simultâneo; 2) a existência

¹⁹ O facto de os bacongós, umbundos e ovimbundos que trabalhavam nas plantações, bem como assimilados e mestiços, terem sido mortos em número muito superior pelos insurrectos em nada alterou o caso, pois a propaganda portuguesa aproveitou-se disso para denunciar o carácter tribalista e sectário da revolta e recrutar voluntários africanos do Centro e do Sul de Angola.

²⁰ A região a leste de Malange tinha sido teatro, em Janeiro-Fevereiro, de uma sublevação de camponeses na Baixa do Cassange, protestando contra a cultura obrigatória do algodão.

²¹ Vai de 8.000 a 50.000 (?), sendo o segundo número mais verosímil do que o primeiro.

de quadros, mesmo que moderadamente competentes, mas numerosos e capazes de ultrapassar as fronteiras tribais e sociais; 3) um armamento e uma decisão de vencer superiores às dos europeus e de certos mestiços que se juntaram à causa destes.

Ora, nem a História nem a Sociologia angolanas permitiam a conjunção destes três factores. Depois de alguns êxitos na Primavera e no princípio do Verão, os montanheses bacongos e umbundos dos Dembos ficaram sem armas e sem quadros, enquanto o resto de Angola não reagiu, ou reagiu muito pouco. A 13 de Abril, o presidente Salazar fez sair a máquina militar da expectativa em que se encontrava e mandou seguir tropas metropolitanas em contingentes substanciais. A destruição das colheitas de café do Noroeste, pelos activistas da UPA, foi tardia e fez redobrar a ira dos colonos. A partir daí, foi a lenta agonia da revolta da UPA. A partir de Setembro de 1961, senão antes, o entusiasmo de Março foi desaparecendo pouco a pouco, perante as hecatombes. Os ataques em massa, a peito descoberto, contra os fortins onde os portugueses eram obrigados a vencer se quisessem sobreviver, fracassaram. Os postos abandonados na Primavera foram recuperados, um a um, pelo corpo expedicionário.

As directivas da UPA e a política de terra queimada dos portugueses tiveram como efeito esvaziar o Noroeste. A estação das chuvas chegou, mas o impulso revolucionário relaxara. No final de 1961, cerca de 200.000 angolanos tinham-se refugiado no Congo-Léopoldville, mais de 100.000 tinham-se rendido aos portugueses, mais de 300.000 ainda estavam escondidos nas serras onde a UPA tentava mobilizá-los, o que não conseguiu senão muito imperfeitamente. O Noroeste economicamente activo – isto é, fora das montanhas – tinha perdido mais de 70 % da população. Áreas de vários milhares de quilómetros quadrados tornaram-se desertos humanos, onde uma aviação «maniqueísta» bombardeava e metralhava tudo o que mexesse.

Progressivamente, os guerrilheiros que a UPA conseguia formar nalgumas serras próximas da fronteira não encontravam diante deles senão o

vazio, assim que penetravam no interior. Faltando a «água» (uma população cúmplice), o «peixe» (os guerrilheiros) asfixiava, não subsistindo senão em certos redutos quase inexpugnáveis onde aldeias inteiras se tinham agrupado. Mas também esses redutos sentiram, ao longo dos anos, os efeitos das privações, do desgaste e do desencorajamento. Militarmente, a rebelião da UPA não estava vencida no fim de 1961, mas, enquanto não receberam armas e homens mais treinados, o seu melhor capital – o reservatório humano nas serras – não deixou de diminuir²².

Para o Noroeste, o balanço desta revolta saldou-se, portanto, pelo desaparecimento de metade da população bacongo do solo angolano, ou seja, por grosso, mais de 300.000 pessoas, evidenciando que o etno-nacionalismo setentrional não cessou de se enfraquecer no país. É duvidoso que este tenha sido o objectivo procurado pela UPA que, nove anos depois de ter desencadeado as hostilidades, se encontra quase no ponto de partida: uma facção de refugiados em vias de se «desangolanizar» pela quebra dos ténues laços que outrora mantinha com os outros angolanos.

B. A afirmação do nacionalismo africano

Perante a escassez de informações sobre Angola, são numerosos os observadores que, confundindo as realidades angolanas e a imagem que delas dão os exilados, privilegiam esta última em prejuízo das primeiras. Isto é desconhecer a relação de forças em presença e deixar-se guiar mais pelas convicções pessoais do que pela frieza das estatísticas e dos factos. Por muito respeitável que possa ser a sua causa e por muito habilidosos ou imaginativos que sejam os seus porta-vozes, as facções independentistas africanas campeando na periferia de Angola representam apenas uma faceta – provavelmente a mais importante – do problema. Espanta que seja preciso repeti-lo, após oito anos de «guerra».

²² De 1962 a 1966, mais de 170.000 refugiados das serras, famintos e doentes, ainda conseguiram alcançar o santuário congolês, enquanto os portugueses recuperaram e isolaram quase igual número.

1. O MPLA

Depois do duplo fracasso de 1961, os chefes da ala «modernista» e da ala congoleza encontram-se instalados em Léopoldville, onde a proximidade física não melhora em nada as relações já tensas antes das hostilidades em Angola.

Por essa data, os problemas do MPLA eram complexos. Apesar das afirmações em contrário, não participou activamente na revolta de Março de 1961. De 1961 a 1963, o MPLA compensou as evidentes fraquezas no terreno com uma propaganda bem acolhida e repercutida pela esquerda europeia e os países socialistas. Apenas algumas bolsas à volta de Nambuangongo e nos Dembos, de dominante metodista²³, se mantinham nas suas matas, sobrevivendo numa auto-subsistência de miséria. É arriscado calcular os efectivos destes «resistentes», chamados «terroristas» pelos portugueses, mas não deviam ultrapassar provavelmente 15.000 pessoas, alimentando algumas centenas de guerrilheiros mal armados até à chegada de colunas de reabastecimento, em 1966.

Em Léopoldville, o MPLA procurou, até 1963, captar as boas graças dos refugiados bacongos. Não conseguiu, perante a força dos laços étnicos entre esses refugiados e a UPA. Houve um pouco mais de êxito com os umbundos que empreenderam a longa marcha até Léopoldville, mas na verdade o movimento teve de proceder a uma reforma do seu aparelho em 1962, dando a presidência a um umbundo, o Dr. Agostinho Neto. E, ao afastar o mestiço Mário de Andrade, ficou como estava em 1961: um grupo de quadros em busca de combatentes.

1963 marcou, para o MPLA, simultaneamente o seu colapso em Léopoldville e um renascimento inesperado em Brazzaville. O reconhecimento exclusivo, por Mobutu, do movimento de Holden Roberto obrigou o MPLA a sair do Congo-Léopoldville mas, ao atravessar o rio Zaire, evitou os golpes do seu rival. De 1964 a 1966, beneficiou de dois factores que lhe permitiram uma recuperação política relativa: 1) o governo de Massemba-

²³ A filiação religiosa é importante, mesmo para esta facção marxizante, porque no terreno são muitas vezes os pastores protestantes angolanos que dirigem os refugiados nas serras.

-Debat protegeu-o; 2) obteve ajuda técnica e material importante dos países socialistas (inclusive, Cuba e China) e acessoriamente de certos estados árabes. O MPLA aproveitou esta conjuntura favorável para preparar o futuro formando, sob a direcção de Lúcio Lara – mestiço com um papel capital no seio do movimento, pela sua eficácia e inflexibilidade de convicções –, numerosos quadros políticos e militares. O movimento tomou, cada vez mais, uma feição marxista: jovens pioneiros, comissários políticos, etc.. Contudo, no plano das actividades militares, o quadro é menos brilhante. No enclave de Cabinda, indefensável perante guerrilheiros aguerridos, as poucas centenas de combatentes do MPLA nada mais conseguiram senão operações-relâmpago. A população cabinda é considerada «politicamente inpreparada», quer dizer, é hostil ao movimento.

Rechaçado em Cabinda, confinado aos seus abcessos de fixação nos Dembos e reduzido à impotência nas cidades, o MPLA iria conhecer o seu maior êxito num teatro inesperado. Prosseguindo sempre uma estratégia pan-angolana, depois de dois anos de preparações clandestinas, fez a sua aparição no Leste de Angola (distritos do Moxico e do Cuango-Cubango), a partir de bases zambianas. No que chamou a «Frente Leste», dedicou-se a uma «guerrilha científica», segundo os preceitos dos melhores teóricos na matéria. Foi perigosa para os portugueses, na medida em que adoptou os modelos luso-guineenses (quase ausência de colonos brancos para sustentar e justificar a acção do exército) e norte-moçambicana (mediocridade e grande extensão das linhas de comunicação portuguesas).

Talvez mais importantes do que estas actividades, ainda limitadas, foram as sondagens que o MPLA tentou junto dos ovimbundos do Centro-Oeste e os umbundos a leste do curso superior do Cuanza. Se conseguisse arrastá-los para uma revolta comparável pela amplitude, senão pela forma, à dos bacongos em 1961, constituiria a mais grave ameaça para os portugueses. A partida progressiva do estado-maior político, de Brazzaville para Lusaka, ou mesmo as instalações no interior de Angola Oriental testemunham bem a importância dada pelo MPLA, a partir de 1968, ao «ventre flácido» de Angola. Ficou por saber se a situação (exclusividade da luta num território

cujos quadros tinham sido formados pelo movimento) recriada em seu benefício no Leste não foi comprometida pela intromissão de um rival recente, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), cuja fundação em 1966 por um dissidente da UPA, Jonas Savimbi, visava obter o concurso da etnia pretendida dali em diante pelo MPLA: os ovimbundos, que representavam 40% dos africanos a viver em Angola.

2. A FNLA-GRAE

Longe de se ter apaziguado, o conflito entre o MPLA e a UPA não cessou de se acentuar, tendo por pano de fundo uma galáxia de micro-movimentos etno-nacionalistas desempenhando algum papel, no sentido em que dividiram um pouco mais as lealdades dos refugiados ainda decididos a uma militância activa²⁴.

Dotada de um chefe de personalidade esmagadora, a UPA conseguiu formar, em Março de 1962, com um movimento congolês menor²⁵, uma Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), a qual não hesitou em constituir um Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Apesar do cuidado em dar-lhe uma fachada pan-angolana escolhendo ministros não-bacongos, este GRAE foi sempre dominado por Holden Roberto.

Passou a dispor, desde essa época, de bases militares cedidas pelas autoridades congoleesas, mas a passividade destas tropas e a vigilância dos portugueses impediram outras acções para além de golpes de mão e emboscadas. Foi o suficiente para manter uma certa insegurança em cerca de 5 % do território angolano e mostrar à opinião internacional que, sendo o único movimento a lutar em 1963, era o único habilitado a receber subsídios. A vitória diplomática que alcançou sobre o MPLA, ao fazer-se reconhecer (a partir do Verão de 1963) por vários estados-membros da Organização de Unidade Africana, não teve prolongamentos práticos, porque em nada

²⁴ Entre a vintena de formações nascidas no exílio posteriormente aos grupos bacongos existentes antes da revolta (Ngwizako, Aliazo, Nto-Bako, MDIA, etc.), citemos pelo menos a Frente Patriótica para a Independência do Congo dito Português (FPIKP) e o Conselho do Povo Angolano (CPA).

²⁵ A Aliazo (*Alliance des Ressortissants de Zombo*), tornada Partido Democrático de Angola (PDA).

remediou a sua fraqueza fundamental: uma influência que se fazia sentir apenas na terceira etnia angolana, por ordem de importância, e em alguns ninhos de resistência umbundos disputados ao MPLA.

A FNLA-GRAE ainda se fez notar em 1964, mas, em Junho de 1965, uma tentativa de deposição de Holden Roberto por antigos membros da UPA descontentes revelou a divisão que minava a organização exactamente onde ela era mais forte. Com os anos a sucederem-se sem trazer mais do que o retrocesso da guerrilha da UPA, a impaciência dos financiadores transformou-se em retraimento. O desalento dos combatentes no interior das matas manifestou-se pela retirada de certos bastiões da revolta, contribuindo assim para despovoar um pouco mais o Noroeste.

Não sabemos que mais sublinhar: se a resistência à miséria fisiológica dos que sobravam ainda em 1969 (provavelmente, menos de 20.000 pessoas apoiando nas suas «repúblicas» algumas centenas de guerrilheiros ou fazendo-se passar por tais), se o comportamento dos dirigentes da FNLA-GRAE que, não podendo expulsar os portugueses do seu solo, contentaram-se em aprisionar os opositores mais acessíveis, a saber, os seus próprios dissidentes e a gente do MPLA que se deixou apanhar.

Neste nono ano, a FNLA-GRAE continua a ser a herdeira das insuficiências da UPA e colhe os frutos da ceifa sangrenta da Primavera de 1961. Para ela, trata-se de sobreviver enquanto, a Leste, sobe a estrela do MPLA e, em toda a Angola, os portugueses continuam a reforçar a sua posição. Considerando apenas os aspectos políticos do problema, o impasse em que se encontra a FNLA-GRAE poderia parecer crítico, uma vez que os chefes de estado da Organização de Unidade Africana decidiram (Setembro de 1968) reconsiderar o reconhecimento do GRAE. Na realidade, o alcance de tal medida é completamente platónico, pois as chaves do problema angolano não estão em Kinshasa, mas em Angola e, mais ainda, em Portugal e na África do Sul.

Situação das forças em presença

Antes de tudo, é necessário dizer uma verdade evidente, mas aparentemente não reconhecida por todos os observadores e actores: a iniciativa pertence às autoridades de Lisboa e não aos movimentos independentistas africanos ou aos colonos de Angola. Ironia da História! Neste nono ano de «revolução», jamais Angola esteve tão firmemente tida na mão por Portugal e, para qualquer lado que nos viremos, os sinais de uma mudança brutal em sentido contrário tardam a manifestar-se, o que, aliás, não deve ser interpretado como uma garantia de estabilidade para o decénio que se anuncia. Na ausência de conclusões peremptórias, podemos, não obstante, tentar classificar, por ordem crescente de importância, as forças que pesarão sobre a orientação de Angola nos anos vindouros.

A. Os angolanos no exílio

O seu número é diversa e evasivamente avaliado em 500.000 a 600.000 (?) refugiados ou nascidos no exílio, quase todos concentrados no Congo-Kinshasa. São caracterizados por dois aspectos: 1) espera milenar pela independência; 2) ausência de militância para a alcançar. Várias razões podem ser invocadas para justificar este imobilismo. Em primeiro lugar, as gerações adultas tiveram a experiência pessoal da repressão praticada durante a «confusão» de 1961 e, logo após, nas matas e nos caminhos que levavam ao Congo-Kinshasa. Não parece quererem repetir essas provações imediatamente. A seguir, há a lassidão das pessoas que observam as clivagens, as rivalidades sórdidas e, finalmente, a impotência daqueles que pretendem ensinar-lhes a melhor via para a salvação. Factor igualmente notável é a boa integração destas centenas de milhares de angolanos. Não só não abandonaram, na sua maioria, o seu território étnico, como não vivem nele como parasitas. Ao contrário de certas situações conhecidas, não há os eternos protegidos dos campos de refugiados, mas a concreta reconstituição de aldeamentos onde levam, em terras alugadas ou compradas, uma vida quase normal. Finalmente, não é de subestimar o lento processo de

assimilação à população congoleza. Salvo algumas excepções, as crianças recebem no Congo um ensino que não tem o português como veículo, mas o quicongo e o francês. Este fenómeno corre o risco de acentuar, ainda mais, as distâncias e os obstáculos de toda a ordem que os separam do resto dos angolanos e de fazer das suas elites cidadãos de segunda, se um dia tivessem de voltar a um país onde o português ficará como único aglutinador linguístico.

B. Os angolanos do interior

1. As *massas*

É com os angolanos que ficaram do lado português que os independentistas africanos devem contar, se quiserem, verdadeiramente, regressar um dia a Angola, de bandeira ao vento. Lisboa só tem uma doutrina oficial em relação a esses angolanos: fazer deles, o mais rapidamente possível, portugueses de cor, assimilando-os através das missões católicas e das escolas. Podemos avaliá-los em mais de 5.100.000, antes do recenseamento decenal de 1970. Apesar de um êxodo rural notório, são essencialmente agricultores e pastores. Uma convenção antiga, mas sempre espalhada, pretende fazer deles escravos rurais, vítimas da mais abjecta servidão jamais vista em África. Quaisquer que tenham sido as suas dificuldades e a sua sorte antes de 1962, viram a situação melhorar desde aí, não pela revogação do Estatuto do Indigenato (1961), nem por uma modificação apreciável da sua posição social, que continua incontestavelmente subalterna, mas pela desapareição progressiva de abusos demasiado frequentes no regime de trabalho que lhes era aplicado. Depois da promulgação do novo Código do Trabalho Rural de 1962, a ameaça que pesava sobre todo o indígena do sexo masculino após a infância (obrigação de se empregar, com um salário irrisório, num patrão – branco, na circunstância –, se não pudesse provar que trabalhava por conta própria) dissipou-se em 90 a 95 % do casos. O nível de vida dos rurais também se elevou, tanto pela subida dos preços de compra dos produtos nobres e pela supressão do regime de cultura forçada (algodão),

como por uma vigilância um pouco mais rigorosa das autoridades sobre os comportamentos de certos comerciantes portugueses para com os africanos. Se juntarmos a estas medidas, eventualmente consideradas bastante tardias e tímidas, um começo de escolarização massiva²⁶ e um estreitamento da malha sanitária no mato, podemos supor que o angolano rural de 1969 começa a beneficiar dos aspectos positivos da colonização portuguesa e já não sente apenas os constrangimentos menos agradáveis. Dito isto, um facto permanece: excepto em contacto com as aglomerações ou zonas de implantação agrícola branca, a maioria dos africanos continua à margem da economia de mercado, da sociedade moderna e das suas tensões.

De todas as colonizações modernas, a portuguesa, cujos vectores são essencialmente rurais, é a mais próxima da mentalidade do africano, no sentido em que oferece uma resistência às mudanças e um desprezo pelo tempo que não deixam de ter eco numa sociedade tradicional.

2. *As elites*

Na cidade, os problemas dos antigos assimilados²⁷ e daqueles que vieram habitar os *musseques* são muito mais complexos. Apesar de um desenvolvimento económico espectacular, os recém-promovidos continuaram a ser muito menos numerosos, por a concorrência dos imigrantes brancos não jogar a favor dos africanos, embora o número destes que prosseguiram os estudos secundários e superiores tenha aumentado, depois de 1961²⁸.

Dos sentimentos desta elite em formação dependerá uma boa parte do futuro de uma Angola multi-racial. Poderá ela, como os países que a antecederam, encontrar nas classes subalternas da Administração e nas

²⁶ 1960-1961: 105.781 alunos nas escolas pré-primárias e primárias; 1966-1967: 295.508 alunos nos mesmos estabelecimentos.

²⁷ Ao ser abolido, em 1961, o Estatuto do Indigenato, a designação de assimilado deixou de ter oficialmente um valor social e político, enquanto a obtenção do cartão de identidade perdeu muito das suas virtudes «anti-venenos sociais», embora as deslocações dos que o não têm estejam sempre submetidas à autorização dos administradores de posto.

²⁸ É um número desconhecido, visto o critério da raça ter sido banido das estatísticas há vários anos, mas é duvidoso que atinja 8.000 por ano.

novas indústrias a consagração das suas aspirações sociais, para não dizer políticas? Note-se que, salvo para alguns raros mestiços, não se vê em Angola o nascimento de qualquer classe de empresários não-europeus, mesmo de modesta envergadura, como existia no Congo Belga, por exemplo. A direcção do sector terciário, até às suas mais ínfimas engrenagens, pertence aos portugueses; a elite africana moderna, por falta de vocação ou, mais correntemente, de capitais, está portanto condenada, no presente sistema, a depender da comunidade europeia para viver.

Tudo dito sobre a condição do africano vivendo em Angola, uma evidência se impõe. Um levantamento não pode ter êxito apenas com quadros e com armas. Se uns começam a ser um pouco mais numerosos, as outras continuam a faltar. Não espanta, pois, que os cidadãos que continuam a considerar-se sob o estatuto colonial, mas não esqueceram o ano terrível, prefiram adoptar, por agora, uma solução que exige poucos esforços: esperar que, da mata e singularmente do Leste, venha a luz.

C. Os portugueses em Angola

1. Os recém-chegados

Sem querer entrar a fundo no labirinto psicológico da colonização portuguesa, cremos poder afirmar que a sua força essencial se baseia numa massa de colonos: 1) pobres ou modestos, mas duros e decididos a fixar-se a todo custo porque, economicamente, têm o mar como barreira; 2) convencidos do seu direito e dispostos a defendê-lo por todos os meios violentos; 3) reforçados pelos massacres de 1961, na convicção de que os seus métodos e o seu domínio são as melhores garantias do seu futuro pessoal; 4) tão compenetrados das fraquezas dos adversários, quanto carecem de meios de informação imparciais e se sabem apoiados pela metrópole, pelos seus vizinhos da África do Sul e por numerosos interesses estrangeiros.

O número da população branca em 1969 é desconhecido, mas, apesar de todos os esforços oficiais, vai aumentando lentamente. Sem contar com as Forças Armadas, deve situar-se abaixo de 300.000 pessoas, isto é, um

número inferior ao dos emigrantes portugueses em França, de há 15 anos para cá. À falta de inquéritos sócio-profissionais, não descobrimos nada de novo ao dizer que quem pesa numericamente no fluxo migratório são camponeses sem terra e operários pouco qualificados. O desemprego dos brancos não é desconhecido em Angola. São o que alguns chamam, pejorativamente, «branquinhos». Psicológica e materialmente, são «fronteiros» e, se o arcaísmo da referência pode fazer sorrir ou sobressaltar, não há, na verdade, melhores tropas para perpetuar uma colonização europeia.

Mal apetrechados para lutar contra as elites africanas nascentes, a maior parte sabe que, em qualquer hipótese, pagariam o preço de uma mudança que daria a maioria política aos africanos. Se alguns protestam – muito discretamente, convenhamos – contra o Governo e o Estatuto Provincial, é mais por um reflexo de indivíduos convencidos de que têm pouco futuro na metrópole, do que por uma verdadeira fé nas virtudes da independência. Contudo, à medida que o seu regresso definitivo a Portugal se torna mais aleatório, também eles se «angolanizam» e engrossam as fileiras dos brancos que pensam ser Angola a sua pátria e, a este título, insubstituível.

2. Perspectivas do nacionalismo branco

Os colonos de uma categoria social mais elevada, bem como os europeus nascidos no território, põem um problema comparável ao dos rodesianos. Muitos são os que se acomodam mal à actual situação de província: quer por não terem laços familiares com a metrópole²⁹; quer porque, ao possuírem interesses não transferíveis necessitando de mão-de-obra barata, decidiram acabar os seus dias num país onde enriqueceram; quer por se impacientarem com a tutela de Lisboa e pensarem que Angola tem um futuro económico que garante viabilidade política. Como nenhum ostenta visões contrárias à política centralizadora de Lisboa, devido aos riscos e perigos que correria, é difícil discernir as diferentes escolas no seio deste sector de opinião europeia.

²⁹ No Sul de Angola, alguns vão já na quarta ou quinta geração branca nascida no território.

Podemos, entretanto, considerar verosímil que a «independência igualitária», segundo a fórmula «um homem, uma voz», que levaria a dar o poder aos africanos, quase não tem adeptos depois do traumatismo de 1961. O exemplo do Brasil sempre fascina quem conhece mal as estatísticas, a História e a relação de forças demográficas nos dois casos. Alguns estariam prontos a encarar um governo de classe, composto pelas pequenas elites africanas e mestiças, face aos antigos indígenas, apostando na solidez dos laços culturais julgados mais fortes do que as realidades étnicas. Como o actual sistema só dá direito de voto a quem sabe ler, se a instrução dos africanos fosse travada a tempo, poder-se-ia dispor de um corpo eleitoral não muito desequilibrado, assegurando uma representação dos rurais por intermédio de certos chefes tradicionais. Poder-se-ia chegar, deste modo, a um modelo próximo do oferecido por Salisbúria. Alguns, mais optimistas, chegam a pensar não ser absolutamente impossível um entendimento com nacionalistas «responsáveis e não-racistas». Nesta visão, os estigmas que se colam à UPA excluem quase inevitavelmente a FNLA-GRAE, mas não o MPLA, se este consentisse em pôr o socialismo em segundo plano.

Parece que a maioria dos europeus, temendo estas especulações, se contentaria com um simples e vago autonomismo, continuando a metrópole a assegurar a protecção militar e a representação internacional, deixando os colonos recolher a totalidade das divisas ganhas pelas exportações angolanas. Uma fracção apreciável deles situa-se nos antípodas deste liberalismo, sendo a via da força a única concebível. Seria preciso acabar com os métodos psico-sociais do exército e destruir, como nos «belos tempos» de 1961, qualquer foco de dissidência, activo ou potencial. Uma vez pacificada pelo terror, Angola bem poderia tornar-se um satélite lusófono da África do Sul, no caso de a metrópole se cansar a longo prazo.

O independentismo branco não morreu em 1961 e, se não ousa manifestar-se, é porque conhece a real força de Portugal e sabe como seria delicada a sua posição no caso de uma retirada do exército. Esta última hipótese, bastante improvável a curto prazo, não significaria, de resto, infalivelmente, o fim das suas esperanças, pois é lícito pensar que poderia manter-se face aos independentistas africanos, se várias das seguintes condições fossem

cumpridas: 1) continuação do apoio da África do Sul e da Rodésia; 2) desenvolvimento das exportações capaz de suportar uma economia de guerra; 3) obtenção do concurso de certas etnias que forneceriam tropas auxiliares (guerra preta), desencadeando assim uma guerra tribal que não seria a primeira em Angola.

Em todo o caso, um factor é determinante: os europeus estão superabundantemente armados e são os únicos a estar com os grupos de autodefesa africanos. Não é utopia pensar que, em caso de urgência, os civis portugueses de Angola poderiam mobilizar rapidamente mais de 100.000 homens decididos a tudo, como os do Noroeste amplamente demonstraram em 1961. E desde aí, a sua situação estratégica melhorou em proporções dificilmente imagináveis³⁰.

3. A autoridade metropolitana em Angola

De momento, as considerações acima não passam de hipóteses possíveis [cinco anos antes do Movimento dos Capitães e da revolução de 25 de Abril de 1974] porque, se há uma realidade patente, é a vontade de Lisboa não encarar uma retirada para a Península Ibérica, no estado actual das coisas. Todos os escalões superiores da Administração, desde o governador-geral e secretários provinciais até aos governadores de distrito, são ocupados por metropolitanos, com raríssimas excepções³¹. Todas as autoridades têm de responder exclusivamente ao Governo de Lisboa, de quem dependem em última instância.

O mesmo se passa com o Exército. Estima-se em cerca de 70.000 homens, dos quais 50.000 vêm da metrópole, sendo o resto composto por recrutas africanos «fiéis», europeus angolanos, cabo-verdianos e alguns são-tomenses³².

³⁰ A maior parte das sedes de concelho dispõe, desde então, de uma pista de aterragem e a rede de estradas asfaltadas ligará, em breve, todas as capitais de distrito entre elas, a Luanda e à Cidade do Cabo.

³¹ Em 1966, o Secretário Provincial da Educação era um mestiço de Cabinda.

³² Juntam-se as polícias municipal, rural e política, em grande número e particularmente eficazes, um corpo paramilitar encarregado de vigiar as plantações e estradas do Noroeste, as polícias privadas recrutadas pelas grandes companhias (Diamang, Caminho de Ferro de Benguela, etc.) e grupos de autodefesa africanos contra a guerrilha.

O exército é forte na razão directa da fraqueza dos inimigos, divididos e pouco activos militarmente. Individualmente, o camponês português, dócil e resistente, é certamente um dos melhores soldados em matéria de contra-guerrilha. As deserções são raríssimas, por dois elementos entrarem em linha de conta: 1) a guerra não é mortífera³³, pela simples razão de que se combate muito pouco; 2) O pré de um soldado não é insignificante, em relação ao salário de um jovem português não-qualificado. Pouco exposto, não politizado e relativamente bem tratado, o soldado de 1969 suporta o seu penar com paciência. A fixação de soldados-colonos é, contudo, um fracasso.

O corpo de oficiais é muito menos apreciado pelos colonos, que os acusam de deixar deteriorar a situação e de métodos pouco eficazes (nomeadamente, as campanhas de recuperação psico-social no Noroeste). As tensões entre a comunidade branca e o comando não acabaram desde 1961. Atormentados pelo exemplo argelino, os oficiais de carreira adquiriram uma experiência que, tecnicamente, os coloca, em geral, à altura da sua missão.

Aparentemente estão persuadidos de que irão vencer, mas este sentimento parece não ser partilhado por todos os oficiais em contacto directo com as tropas. São, antes do mais, jovens arrancados aos seus estudos e, sendo pouco partidários do regime actual, não vêem nesta «guerra» enquistada uma solução militar. Em consequência, uma das suas preocupações primordiais é reduzir as perdas em homens, evitando qualquer actividade imprudente.

Uma questão se pode pôr. Se, por hipótese, os sucessores imediatos do Dr. Salazar viessem a considerar que negociações com certos nacionalistas africanos seriam a única saída honrosa, correriam eles o risco de ver os Altos Comandos virarem-se contra si? Ainda que os números exactos continuem ignorados, é certo que, com mais de 120.000 homens repartidos por três territórios, o exército português é, com o exército sul-africano, a única força militar séria ao Sul do Sara. Mas esta força expedicionária sem prece-

³³ Oficialmente, 800 mortos em combate, em Angola, de 1961 a 1 de Dezembro de 1968. Contando com mortes por minas, acidentes de viação, ferimentos e doenças, talvez 3.000 (?) mortos em oito anos.

dentes na sua História contém um germe de fragilidade. Com dois terços destacados em África, teria os meios de agir, a milhares de quilómetros de distância, contra uma metrópole finalmente fatigada? De facto, a questão pode continuar como está, pois a aliança entre monopólios económicos, oficiais superiores e Governo, que constitui a pedra angular do Estado Novo, em nada parece ameaçada, perante a ausência de oposições eficazes e de uma opinião pública informada.

À falta de vitórias espectaculares, o exército, que se considera indispensável e se encontra reforçado e intacto, também espera, com razão ou sem ela, que o tempo trabalhe a seu favor.

D. A metrópole

Portugal mantém, pois, uma «guerra» tripla que vai exaurindo lentamente as suas finanças³⁴, o que, numa colonização de tipo clássico, deveria pressagiar uma retirada mais ou menos rápida das tropas. Porém, graças a empréstimos junto de mercados financeiros estrangeiros, ao agravamento da carga fiscal, aos envios de fundos da emigração, ao rápido desenvolvimento das exportações angolanas geradoras de divisas fortes³⁵ e, facto novo, aos investimentos do grande capital internacional, Portugal consegue fazer face a estas despesas e dotar o ultramar, em particular Angola, de uma infraestrutura parcialmente virada para a continuação de uma guerra prolongada. E o tempo é um dado muito acessório na História e na mentalidade portuguesas.

Na realidade, Angola não está na situação [em 1969] de ser abandonada pela metrópole, porque a sua conservação responde, no espírito dos governantes de Lisboa, a imperativos tanto nacionais como económicos. Não se entenderiam os primeiros, se não se conhecesse a História de um país dominado por um ultranacionalismo que o Estado Novo veio avivar.

³⁴ As despesas militares (ultramar incluído) representam quase 7,5 % do Produto Interno Bruto e 650 milhões de francos para o Ultramar, em 1969.

³⁵ Balança comercial de Angola (em milhões de escudos):

	<i>Exportações</i>	<i>Importações</i>
1960	3.565.492	3.669.610
1968	7.796.363	8.844.222

A classe dominante, confrontada com as dificuldades de um país pobre e pequeno onde o receio, por vezes agudo e sempre presente, de uma absorção pela Espanha não se desvanece senão com um Ultramar fazendo contrapeso suficiente para eliminar esta ameaça, nunca deixou de ver, na expansão de além-mar, o melhor bastião da independência nacional. Para não cair na posição de uma Catalunha atlântica, Lisboa está convencida, desde há quase um século, justa ou injustamente, de que o seu futuro está em África. Alguns poderão ver aí uma política reveladora de uma singular falta de confiança nas capacidades da metrópole e do seu pequeno povo, raramente consultado sobre estes importantes assuntos. Outros notarão, pelo contrário, a continuidade de uma tradição expansionista e aventureira, ainda que a natureza profunda do rural português se mantenha caseira.

Seja como for, num país onde a classe instruída se orgulha de ter «dados novos mundos ao mundo», os herdeiros da revolução de 1926 não podem negar a existência de rivais nacionalistas no que é, aos seus olhos, território pátrio. O Prof. Marcelo Caetano, antigo Ministro das Colónias e primeiro sucessor do Dr. Salazar, repete o que ele próprio e gerações de homens de Estado portugueses sempre proclamaram, sob vários regimes: «Portugal é responsável pela segurança das suas populações e não pode abandonar os seus filhos, seja qual for a sua raça ou cor, às vicissitudes da violência, do ódio e das intrigas políticas internacionais»³⁶.

Mantendo-se cada um nas suas posições não negociáveis, não se consegue ver como o fosso de incompreensão entre independentistas angolanos e portugueses se poderia colmatar, a breve prazo. Menos provável é, ainda, que os monopólios³⁷ e os grandes bancos, que têm a economia das províncias africanas nas mãos e os seus homens no interior do Governo e da Administração, continuem a realizar benfeitorias substanciais pesando nas despesas que deveriam reservar para a defesa do território.

³⁶ *Le Monde*, 29 de Novembro de 1968.

³⁷ Alguns colonos de Angola chamam-lhes «tubarang», ou seja, tubarões de Angola.

Outro factor que contribui para a manutenção do *statu quo* é a indiferença ou resignação da imensa maioria da população metropolitana, que tem uma visão forçosamente sumária dos problemas do ultramar. A inexistência de uma opinião pública esclarecida e a impotência das oposições – que se mantêm prudentes e divididas quando se trata destas questões – juntam-se para encorajar esta persistência. As classes dominantes, impregnadas de uma História onde os Descobrimentos e a Expansão Ultramarina são capítulos dados como um «destino manifesto da raça», profundamente conservadoras qualquer que seja o horizonte político a que pertençam, estão intelectualmente desarmadas quando se trata de compreender os independentismos angolanos. Admiti-los ainda lhes é mais difícil, pois a contestação ao Império é, muitas vezes, inconscientemente associado a uma traição à nação. O regime actual não se engana sobre isso. Sabe bem que, para as questões do ultramar, tem o apoio tácito de uma quantidade não despreciada dos seus adversários na metrópole.

Esperar

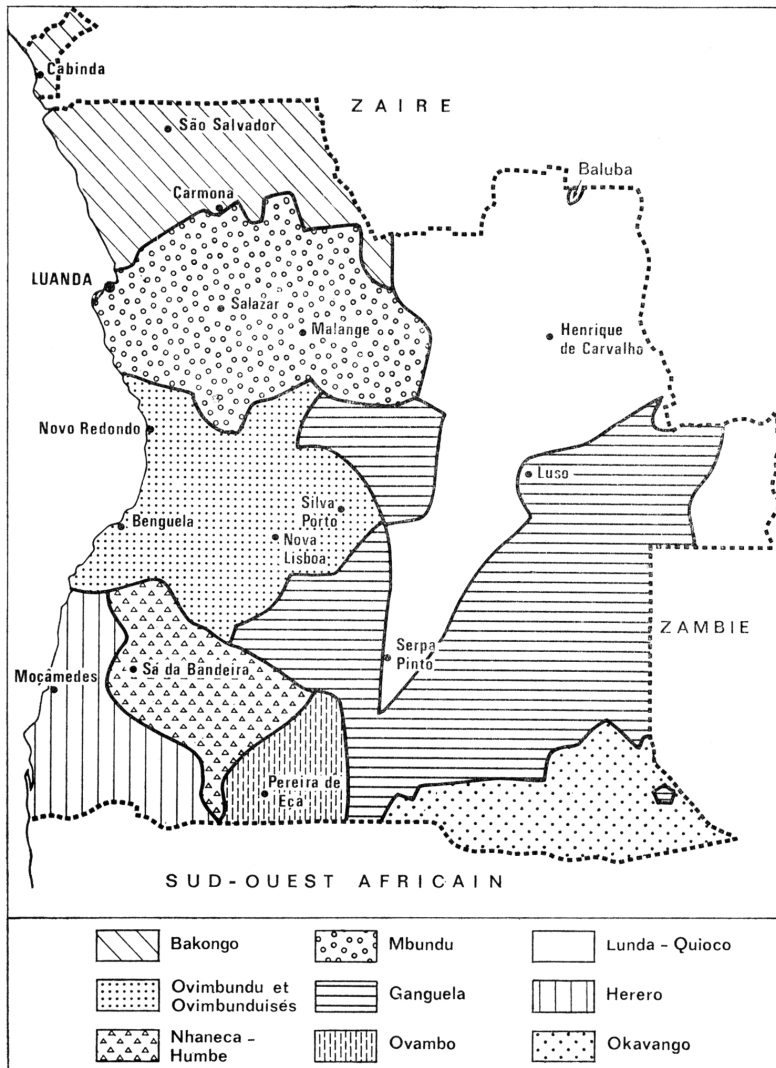
Desde há séculos, a sociedade portuguesa oferece uma resistência extraordinária às convulsões sociais e às mudanças rápidas e ordenadas. O que, aos olhos de um observador impaciente, pode parecer inércia ou esclerose constitui, em África, talvez a maior força de Portugal. O presente equilíbrio em Angola pode manter-se ainda por longo tempo, pois necessita de poucos esforços de inovação e, enquanto a despesa se mantiver dentro dos limites financeiros que os regimes metropolitanos estão provavelmente dispostos a levar o mais longe possível, a perpetuação deste estado de coisas está assegurada, porque é rentável para vários sectores da economia metropolitana³⁸. Uma eventual ruptura poderia ter origem numa decisão da

³⁸ Em 1967, 36 % das importações angolanas provinham da metrópole; o valor correspondente para as exportações era de 33 %. A principal exportação de Portugal Continental para Angola era constituída por vinhos e bebidas espirituosas de qualidade dificilmente vendável fora de África. O mesmo sucedia com os têxteis, que ocupavam a segunda posição.

metrópole e acessoriamente de Luanda. A perspectiva de um esmagamento do dispositivo militar pelos independentistas é de excluir nas actuais condições. Se alguma ruptura há, é duvidoso que a evolução a curto e médio prazo vá no sentido desejado pelos independentistas africanos, sabedores ou devendo saber que, no fim de contas, terão de fazer face não a expatriados sem raízes no país, mas a outros independentistas concorrentes, de uma dureza extrema e não tendo outra escolha senão resistir.

A ausência quase completa de tradições e de referências democráticas, as recordações de uma conquista ainda fresca, o amor rural que o colono dedica à terra angolana, um sentimento de superioridade europeia muito enraizado, a divisão, passividade ou impotência dos africanos e, em última análise, a comunidade de interesses que liga os brancos de Angola e os de Moçambique aos do resto da África austral, mais a comunidade tecida entre certos meios metropolitanos e vários grandes negócios internacionais, bem poderiam fazer do baluarte angolano um prolongamento do círculo defensivo de carros bóer sul-africano. E por tempo indeterminado, mas provavelmente longo.

Mapa 2 – Angola. Carta etnográfica (século XX) (extraída de *La Colonie du Minotaure*).



Nota: Parece que a área étnica dos Okavango é, de facto, muito mais reduzida, considerando alguns autores este reagrupamento como artificial.

Evolução dos movimentos etno-nacionalistas bacongos de Angola antes da revolta do Noroeste (1961)³⁹

O presente trabalho trata apenas de um aspecto do nacionalismo africano em Angola antes de 1961, deixando deliberadamente de lado o outro ramo deste nacionalismo: os movimentos «modernistas» que, não só têm aspirações pan-angolanas, como também têm suficientes intelectuais e amigos no estrangeiro para dar a conhecer a sua causa e inseri-la numa ideologia anticolonialista aceitável. O etno-nacionalismo, neste momento, não beneficia de tantos apoios doutrinários, contentando-se em compensar, pelos números, a precariedade ou inexistência do seu programa político. A antítese etno-nacionalistas = massas rurais; nacionalistas «modernistas» = quadros urbanos está longe de se confirmar em toda a Angola, mas no decurso do período estudado, que corresponde à sedimentação do descontentamento antes da tempestade de 1961, é bastante exacta.

Este estudo também não aborda os etno-nacionalismos dos não-bacongos em Angola. Estes últimos sofrem de uma dupla inferioridade. Ou possuem quadros e massas importantes, como os ovimbundos de Angola Central, mas estão muito distantes das fronteiras para se poderem abrigar da acção da PIDE e da Administração colonial, ou têm origem nas etnias situadas junto às fronteiras angolanas (ovambos, quiocos, ganguelas, por exemplo), mas demasiado fracas, numérica e intelectualmente, ou rodeadas de regimes ainda dominados por brancos.

O etno-nacionalismo dos bacongos de Angola tem a vantagem de poder desenvolver-se:

- 1) numa comunidade de exilados (em 1960, 20 % de bacongos angolanos vivem no exílio, no Congo-Léopoldville) com a pujança de contar, no mínimo, com 150.000 pessoas antes de 1961;

³⁹ Publicado na *Revue française d'études politiques africaines*, n.º 111, Março de 1975.

- 2) num país de acolhimento onde as actividades políticas são permitidas, leia-se, encorajadas depois da independência congoleza;
- 3) no seio de uma comunidade onde subsiste uma consciência histórica (pelo menos, entre os baxicongos originários de São Salvador).

Em contrapartida, a etnia *kongo* sofre, tanto em Angola como ao norte, da fragmentação tribal que a condena à dispersão. Juntam-se a isto as rivalidades religiosas à volta do trono de São Salvador, entre baptistas, educados por missionários ingleses, e católicos detentores da tradição e mais próximos dos portugueses. O problema complica-se ainda mais com o separatismo de Cabinda que, apoiando-se nos bacongos lusófonos, procura demarcar o seu futuro do de Angola. Numa palavra, são forças apreciáveis, mas minadas por divisões profundas que os portugueses se dedicaram a acentuar.

Em 1960, em Angola, numa população negra indígena de 4.562.606 habitantes, os bacongos representavam 621.787 pessoas. As quatro tribos principais (baxicongos, bassossos, bazombos e bassorongos) representavam quatro quintos da etnia. O alicerce politicamete activo correspondia ao antigo Reino do Congo e, no seu seio, à fracção dos baxicongos protestantes exilados, que iria constituir a ponta de lança do movimento. As suas reivindicações iriam sair progressivamente do estreito âmbito monárquico, estendendo-se a todo o grupo bacongo para, finalmente, pôr em causa o estatuto político angolano. É pois à volta deste núcleo duro, que afastaria os seus rivais de Léopoldville, que se iria organizar, mal ou bem, o levantamento de Março de 1961 no Noroeste de Angola. A União dos Povos de Angola (UPA), único movimento etno-nacionalista angolano levado a sério por outras potências além das africanas e a beneficiar de ajuda exterior, pôde ocupar a vanguarda da causa nacionalista, procurando fazer cair no esquecimento os seus concorrentes. Conseguiu-o no plano internacional, mas não entre as populações locais e os refugiados que, uma vez amainada a explosão racial momentaneamente unificadora da Primavera de 1961, tenderam a reagrupar-se em função de critérios tribais ou religiosos. Ignorar os

aparelhos bastante frustes dos outros micropartidos corresponderia, então, a remeter ao silêncio a influência que estes possuíam (e possuem, talvez, ainda no terreno, ainda que não tenham sido consultados em Janeiro de 1975, por não terem pegado em armas entre 1961 e 1974).

Os baxicongos

A) Em redor do trono

As estatísticas demográficas não são seguras. Estima-se que, em 1959, os baxicongos representariam 30 %⁴⁰ dos bacongos angolanos que ficaram no território e talvez uma percentagem idêntica dos bacongos exilados no Congo-Léopoldville. Mais uma vez, convém situar o nacionalismo na sua ambiência africana, sob pena de cometer um erro grave de interpretação.

Para melhor compreender o nascimento do movimento nacionalista que iria propagar-se nos meios angolanos de Léopoldville, importa saber que a recordação da história da monarquia congoleza ainda está bastante viva no seio dos baxicongos, que dão ao Ntotela (rei) uma importância simbólica que transcende a mediocridade do poder temporal a ele atribuído pela Administração portuguesa. O que era o Rei do Congo nos anos 50? No plano espiritual, era o guardião da tradição dos baxicongos e, num grau bem menor, de alguns outros elementos de expressão quicongo e quimbundo (nomeadamente nos Dembos). O Reino do Congo não era mais do que um mito, mas o potencial nacionalista que ele constituía não passava despercebido ao Governador-Geral em Luanda. Sendo a administração de Angola directa, qualquer instituição indígena de alguma envergadura era considerada como susceptível de minar a lusitanidade oficial. O Rei do Congo, aos olhos dos portugueses, era apenas um regedor ou *soba grande*, pensionista das autoridades que dele se serviam e a quem convinha vigiar⁴¹.

D. Pedro VI, católico, morreu em Abril de 1955, após um reinado de cerca de trinta e dois anos. Bem considerado pelos portugueses, que ele

⁴⁰ 28,63 % da população indígena do distrito do Congo (actualmente, Zaire+Uíge), segundo Hédio Felgas: *As Populações Nativas do Congo Português*. Luanda, 1961, p. 24.

⁴¹ Horácio de Sá Viana Rebelo: *Angola na África desse Tempo*, Lisboa, 1961, pp. 203-206.

ajudara a combater a terrível rebelião de Álvaro Buta⁴² de 1913-1914 e as suas sequelas (1915), o seu poder era reconhecido pelos baxicongos e certos dembos. Se, nas eleições anteriores num país acabado de pacificar, a escolha de um rei não tinha suscitado qualquer interesse, o mesmo não aconteceu em 1955. O caso apaixonou, sobretudo, os meios baxicongos de Léopoldville. Em São Salvador coexistiam duas missões, uma católica, outra protestante, e os seus fiéis divergiam, tanto em Angola como no exílio. Os católicos queriam respeitar a tradição e desejavam que o futuro rei fosse da sua confissão; um rei baptista seria contrário ao costume e, em suma, herético. Mesmo em Angola, os doze clãs eleitores estavam divididos. Os últimos reis tinham sido eleitos pelos kivusi, ou kivugi. Em Julho de 1955, a Administração portuguesa «recomendou fortemente» que fosse eleito o candidato mais seguro. Seria António III (ex-ajudante de tipógrafo na missão católica, oferecendo as melhores garantias de flexibilidade). Ora, em Léopoldville, um tal António Necaca, ou Nekaka, ex-secretário de Pedro VII⁴³, caixeiro numa casa portuguesa da capital do Congo Belga, foi um dos candidatos dos protestantes no exílio. Era, precisamente, irmão da mãe de Holden Roberto⁴⁴. Os clãs não-kivugi protestantes, principalmente os membros que viviam em Léopoldville e em Matadi, contestaram os resultados da eleição. A nova geração, tendo saído jovem de Angola ou nascido a norte da fronteira, ficou particularmente descontente, pois queria um soberano menos respeitador dos portugueses e mais «popular». Procurou fazer nomear, como conselheiros de António III, os seus

⁴² Esta revolta, a mais longa de todas em Angola, atraiu, evidentemente, a ira dos portugueses contra os baxicongos protestantes, principalmente contra o avô materno de Holden Roberto, Miguel Necaca, figura acabada de catequista baptista da época pioneira (ajudou a traduzir a Bíblia em quicongo). Uma vez aprisionado, este braço direito dos missionários ingleses terá provavelmente instilado na família um espírito proto-nacionalista ou, pelo menos, hostilidade contra os portugueses. É de notar que o chefe da revolta, Álvaro Buta, era católico, mas sustentado pela missão inglesa de São Salvador, por razões que queremos acreditar fossem morais (recusa de deixar partir contratados para São Tomé). Para toda esta revolta, cf. René Pélissier: *Les Guerres Grises. Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*. Pélissier, Orgeval 1978, pp. 232-248.

⁴³ *Boletim Geral das Colónias*, n.º 163, Janeiro de 1939, p. 287.

⁴⁴ Outro candidato foi José Eduardo Pinnock, ou Pinock, primo de Holden Roberto. O candidato baptista restante era Manuel Kiditu, que foi derrotado.

elementos com maior visibilidade. Os fazedores de reis locais, a saber, o administrador de São Salvador e um capuchinho italiano, frustraram a manobra. Os partidários provenientes de Léopolville, nessa época, eram monárquicos baxicongos, protestantes e residentes no estrangeiro, logo, duplamente suspeitos aos olhos dos portugueses. Não eram homens para aceitar uma derrota que consideraram injusta. Tentaram, então, a desforra. Pouco antes do Natal de 1955, verificou-se a sua entrada em Angola, onde acabaram, simplesmente, por depor António. Chegou a ser lida, em São Salvador, uma proclamação neste sentido. As autoridades intervieram rapidamente. O novo governador-geral, Horácio de Sá Viana Rebelo, ao chegar em Janeiro de 1956, proibiu qualquer manobra contrária a António III, considerando-a um acto hostil à administração e mandando prender certos notáveis de São Salvador. Mas a família de Holden Roberto, em Léopoldville, não desarmou. Por alturas da Páscoa de 1956, anunciou no Congo Belga uma nova tentativa para depor o rei António III, mero títere dos portugueses. O grupo dos baxicongos baptistas de Léopoldville queria alguém mais «nacionalista». O governador-geral proibiu a entrada de qualquer pessoa vinda para este fim e, desde então, deixou de se falar abertamente sobre destronar o rei. Independentemente de António III ter sido um monarca muito pró-português, o governador-geral fê-lo ser tratado como qualquer outro chefe tribal, para «cortar pela base tudo o que pudesse cheirar a dominação»⁴⁵.

A família Necaca e os monárquicos de Matadi não tiveram, na época, outras pretensões confessadas senão as de uma formação tribal desejosa de, antes do mais, restaurar o Reino do Congo e tomar nas mãos as rédeas do seu comando. O resto de Angola não lhes interessava, verdadeiramente. Logo trataram de procurar mentores e patrocinadores, que encontraram junto de dois pastores americanos, membros do American Committee on Africa, que iriam içá-los à cena internacional. No fim de 1955, já tinham pedido às Nações Unidas para colocar o Reino do Congo sob tutela ameri-

⁴⁵ Horácio de Sá Viana Rebelo: *op. cit.*, p. 204. N. do T. – Traduzido do texto em francês.

cana. Em Maio de 1956 reafirmaram o seu «konguismo», sustentando que o Congo nunca pertencera a Angola e repetindo, em Dezembro de 1956, que os portugueses deviam deixar o Congo e os americanos deviam vir civilizar o país. Foram, na verdade, bons alunos do American Committee on Africa.

A sua ignorância de exilados, em relação ao resto de Angola, era total e a sua intenção separatista era igual ao desconhecimento da sua própria História⁴⁶.

B) A UPNA

Progressivamente, vieram a tomar consciência do papel moderno que a realeza poderia desempenhar em São Salvador. O futuro rei deveria ser jovem, instruído e imbuído de espírito democrático, a fim de rejeitar a tutela dos velhos e a dos europeus. A 11 de Julho de 1957, morreu em São Salvador o protegido dos portugueses, António III, após dois anos de reinado; envenenado, segundo uns, vítima de uma congestão cerebral, segundo outros. Quase na mesma altura, uma vintena de activistas, a norte da fronteira, fundaram um movimento, a União das Populações do Norte de Angola (UPONA ou UPNA), cujas ambições viriam a ser frustradas mais tarde por Sá Viana Rebelo, ao querer evitar os problemas de 1961. O governador-geral mandou sondar o terreno e, segundo a sua pesquisa, aparentemente os baxicongos de São Salvador queriam um rei para manter a tradição, mantendo-se as outras tribos bastante indiferentes. Pelo contrário, no Congo Belga, os exilados queriam um rei a qualquer preço, desde que concretizasse as reivindicações políticas dos bacongos e contestasse a soberania portuguesa sobre o Noroeste de Angola. Pelo seu lado, o palácio do governador fez saber que o futuro rei deveria ser católico e que a missão baptista inglesa devia manter-se afastada do assunto. Enquanto um novo

⁴⁶ Em Junho de 1957, escreveram às Nações Unidas: «A presente petição não é submetida pelo país chamado Angola, mas pelo Congo que é um antigo território independente que nunca assinou qualquer tratado com Portugal». George M. Houser: «Nationalist Organizations in Angola: Status of the Revolt», in John A. Davis and James K. Baker: *Southern Africa in Transition*, Nova Iorque, 1966.

monarca não fosse eleito, a viúva de D. António III, Dona Isabel, asseguraria a regência. O governador-geral, intencionalmente, fez arrastar as coisas o mais possível: os baxicongos não teriam rei enquanto esteve à frente da administração angolana⁴⁷. Esta política de adiamentos seria seguida pelos seus sucessores até 2 de Dezembro de 1962, isto é, quando a revolta de Março de 1961 se transformou numa guerrilha indecisa. Isso fez gorar os planos da UPNA, mas, em contrapartida, ao privá-la da seu pretexto mais directo, fê-la mudar de rumo, forçando-a a tornar-se um grupo menos tribalista e mais nacionalista, no sentido moderno do termo.

Parece que, nesta época, o candidato oculto da UPNA ao trono vazio já não era Barros Necaca, como em 1955, mas um seu sobrinho, o mesmo é dizer seu herdeiro, segundo a regra de sucessão matrilinear. Assim apareceu Holden Roberto em cena, para nunca mais a deixar⁴⁸.

Embora limitadas, deste modo, a questões ainda essencialmente tribais, as actividades da UPNA não puderam expandir-se facilmente, sob a autoridade belga que estava em ligação com a polícia e a administração portuguesas. Existia igualmente uma certa concorrência com o partido

⁴⁷ «A política a seguir era deixar a eleição à iniciativa das tribos de São Salvador, vigiar a evolução dos acontecimentos e, se não houvesse rei, tanto melhor, porque não íamos pôr em Angola um chefe indígena, apoiado pelo estrangeiro, que, a curto prazo, se transformaria em chefe de partido político». Horácio de Sá Viana Rebelo: *op. cit.*, p. 206. N. do T. – Traduzido do texto em francês.

⁴⁸ Nascido em São Salvador (ou no Congo Belga) em 12 de Janeiro de 1924 (ou em 12 de Janeiro de 1923, ou ainda em 12 de Janeiro de 1925), era filho de Garcia Roberto e de Jolona Johana Nekaka. Seus pais, camponeses, emigraram quando ele tinha um ou dois anos. Recebeu, por nome de baptismo, o do pastor protestante inglês Holden. A família instalou-se em Thysville, onde o pai trabalhou na Petro-Congo. A seguir, partiram para Léopoldville, onde o chefe da família se empregou na Unilever até à reforma. Os Roberto estiveram uns tempos em Angola, em 1932 ou 1934. Holden Roberto fez os estudos primários em Léopoldville, excepto durante o seu regresso a São Salvador, onde frequentou a escola da British Missionary Society. De volta a Léopoldville, continuou os estudos primários e secundários em estabelecimentos de ensino baptistas. É, pois, um angolano da diáspora, de educação protestante e francesa, para quem a cultura portuguesa é, no mínimo, sumária. Fez curtas visitas a Angola em 1940, 1951 e 1956, durante as quais se apercebeu das condições em que viviam os seus compatriotas, a sul da fronteira. Trabalhou oito anos como funcionário dos serviços financeiros da administração belga em Léopoldville, Stanleyville e Bukavu, após o que passou a trabalhar para uma firma comercial portuguesa (Nogueira Reis, L.^{da}), onde estava empregado o seu tio Barros Necaca. Segundo os portugueses, terá sido despedido por motivos graves que, tanto quanto sabemos, nunca foram publicamente comprovados. E, no plano da luta política, é fácil difamar quem vem de longe. Nesta época, podia-se considerar como pertencendo à classe dos «evoluídos».

congolês ABAKO, também ele pretendendo reconstituir o antigo reino em seu benefício. A base tribal, porém, era demasiado alargada para que a UPNA se desenvolvesse.

Muitos destes angolanos que falavam quicongo tinham perdido, na segunda geração, todos os contactos com a Angola dos seus pais. Só falavam os dialectos locais e o francês. As razões desta emigração dos bacongos para norte eram diversas. Podemos citar, nomeadamente e sem ordem de importância:

- 1) a atracção urbana, sendo Léopoldville mais acessível do que Luanda, para a maior parte deles;
- 2) o desejo de escapar ao trabalho por contrato;
- 3) maiores facilidades económicas num país em plena expansão;
- 4) a vontade de fugir à autoridade portuguesa, considerada mais dura do que a belga.

O nível cultural destes transplantados era, evidentemente, fraco e não era a existência de uma Casa dos Africanos Portugueses, em Léopoldville, que remediava esta situação. Não obstante, os seus laços com os portugueses instalados na área eram bastante estreitos. Em 1957-1959, cerca de 6.000 a 7.000 destes portugueses detinham o pequeno comércio e empregavam preferencialmente angolanos. Estes últimos, estrangeiros no país, nada tinham a esperar da evolução política da sua pátria de acolhimento, ainda que a acompanhassem olhando para sul. As comparações e conclusões eram inevitáveis.

Não podendo atingir o objetivo inicial dos seus fundadores (a conquista do trono de São Salvador), a UPNA, com o bloqueio das eleições nesta cidade, adoptou posições mais nitidamente nacionalistas e encetou uma viragem pan-angolana. No início de 1958, numa carta ao American Committee on Africa (9 de Fevereiro), Barros Necaca apontou-o claramente⁴⁹. Segundo parece, esta evolução caminhava a par da prossecução

⁴⁹ «De momento, o que mais nos interessa é a mudança das condições predominantes em Angola. A questão da restauração do Antigo Reino do Congo será considerada mais tarde, quando melhores circunstâncias o

das ambições monárquicas. O Comité Director da UPNA decidiu enviar Holden Roberto ao estrangeiro, com uma dupla finalidade: 1) enquanto candidato «de reserva ao trono», deveria adquirir uma formação moderna e alargar a sua experiência viajando; 2) poderia encontrar uma tribuna donde denunciasses Portugal e contactasse militantes nacionalistas e grupos de pressão anticolonialistas. Graças a uma angariação de fundos entre os baxicongos angolanos de Léopoldville dirigida, ao que parece, por Eduardo Pinnock, e também graças ao apoio de alguns comerciantes bazombos, ao fim de alguns meses a UPNA reuniu o equivalente a 5.000 dólares. Partindo de Léopoldville a 12 de Setembro de 1958, depois de uma viagem bastante complicada que lhe foi facilitada pelo abade Fulbert Youlou, então presidente da câmara municipal de Brazzaville, Holden Roberto chegou a Accra em Outubro. Aí assistiu à Primeira Conferência dos Povos Africanos (Dezembro de 1958).

A capital do Gana, de independência recente, foi a placa giratória ideal para um nacionalista debutante. Sob pseudónimos, expôs o problema angolano na imprensa local. Alargou, sobretudo, o seu horizonte político. Voltou a encontrar Patrice Lumumba e, nas suas palavras, os dois homens terão firmado o compromisso de se ajudar mutuamente. Terá, mesmo, sido concluído um «pacto secreto» entre eles, em cujos termos o primeiro a obter a independência para o seu país deveria ajudar o outro a conseguir igual objectivo. Com mais utilidade a longo prazo, entrou em contacto com Kwame Nkrumah e o seu conselheiro George Padmore, especialista em pan-africanismo. Ter-se-ia igualmente avistado com os delegados argelinos à Conferência, nomeadamente Boumendjel e Franz Fanon. Já não era questão de se limitar a trabalhar para a restauração de um reino cuja existência pareceria anacrónica aos dirigentes da nova África. Das suas reuniões com personalidades de outra envergadura, diferente da dos políticos menores de Léopoldville, tirou a conclusão de que «só a luta armada pode libertar Angola».

permitirem. Temos trabalhado, desde há bastante tempo, com alguns dirigentes que vivem em Luanda, porque os nossos objectivos são, em princípio, os mesmos e a nossa delegação representará toda a Angola.» George M. Houser: *op. cit.*, p. 168.

C) A UPA

Tendo sido distribuído, na Primeira Conferência dos Povos Africanos, um manifesto em nome da União das Populações de Angola (UPA), podemos presumir que a transformação da UPNA em UPA datou de Novembro de 1958. É mesmo possível pensar que o seu único arquitecto foi Holden Roberto. Com uma alteração bastante simples (retirar as palavras «do Norte» da sua designação), a UPNA com novo figurino viu-se, desde aí, pan-angolana, mas Holden Roberto permaneceu no estrangeiro até 1960. A UPA não pôde ir além da preparação do terreno. Na prática, limitou-se à redacção e distribuição de panfletos e à infiltração de alguns activistas ao sul da fronteira.

Qual era a influência real da UPA em Angola, nesta época? Na opinião do governador do Congo português, Hélio Felgas, a UPA era o movimento mais activo no seu distrito, graças à propaganda que ia espalhando, pouco a pouco, para além da área dos baxicongos. Um facto iria facilitar a entrada dos seus militantes. Depois dos motins de 4 de Fevereiro de 1959 em Léopoldville, as autoridades belgas expulsaram perto de 2.000 angolanos que neles teriam participado. Eram essencialmente indivíduos não-qualificados e, para mais, meio-estrangeiros em Angola, na sua maior parte não falando português. Os fazendeiros utilizaram-nos como trabalhadores agrícolas nas fazendas de café, o que não foi fácil para uma mão-de-obra pouco afeita aos trabalhos agrícolas. A gente da UPA, os «upistas», dedicou-se a um trabalho político junto dos sobas (autoridades gentílicas) que não podia passar despercebido aos portugueses, postos de sobreaviso, pelo que viam, de que «aquela gente vinha lançar fogo à terra»⁵⁰.

No exterior, Holden Roberto – aliás, José Gilmore – empregou-se no Departamento dos Assuntos Africanos, de Nkrumah, durante um ano, mais ou menos. Esta estadia no Gana foi entrecortada por viagens aos Estados

⁵⁰ Hélio Felgas: *Guerra em Angola*. Lisboa, 1963, p. 45.

Unidos da América, onde participou, no seio da delegação guineense, nos trabalhos da Assembleia-Geral das Nações Unidas, no Outono de 1959. Assistiu também à Segunda Conferência dos Povos Africanos de Tunis (Janeiro de 1960), onde encontrou, pela primeira vez, aqueles que iriam ser os seus rivais mais perigosos: dois dirigentes do MPLA, Viriato da Cruz e Lúcio Lara. Estes propuseram-lhe que se lhes unisse numa Frente revolucionária para a independência nacional das colónias portuguesas (FRAIN). Recusou, com o pretexto de não ter recebido mandato nesse sentido, por parte do seu Comité Director, que ficara em Léopoldville. Segundo alegações suas⁵¹, naturalmente repudiadas pelo MPLA, os dois dirigentes deste movimento teriam ameaçado acusá-lo de estar a soldo dos americanos, caso recusasse a proposta. É inegável que nesta altura Holden Roberto, lançado no turbilhão das conferências internacionais, ganhara tal ascendente no seu movimento que lhe seria fácil tomar a decisão sem consulta prévia. Não o fez. É possível que, perante rivais mais maduros, tenha recuado, compreensivelmente. Estando à frente do seu movimento e desfrutando de uma autoridade tribal, restrita mas real, porquê medir-se com intelectuais desembaraçados e argutos em utilizar a dialéctica marxista, cuja implantação em Angola ele não considerava? Havia uma grande diferença entre ele – um escriturário da administração congoleza, sem dúvida inteligente mas que, em resultado da política de ensino belga, nunca passou de um certo nível – e, por exemplo, um professor de Ciências como o subtil Lúcio Lara, português por educação, mas não pelo coração. Quer as razões tenham sido pessoais, quer políticas, o fracasso marcou esta primeira tentativa de junção nacionalista.

Qual era a situação da UPA a meio do ano de 1960? Na fermentação que precedeu a independência congoleza, continuava a desenvolver actividade em duas frentes. No exterior, Holden Roberto, que não voltara a Léopoldville desde 1958 e vivia em Accra entre duas viagens, adquiriu um sólido capital de simpatias. Pôde contar com a ajuda da Tunísia, do Gana,

⁵¹ Pierre Moser: *La révolution angolaise*. Tunis, 1966, p. 109.

da Frente Nacional de Libertação argelina e do American Committee on Africa. Há duas mais-valias a considerar:

- 1) os baxicongos de Léopoldville constituíam uma reserva de homens, dos quais alguns estavam prontos a bater-se. Podia dispor, portanto, de alguns combatentes potenciais prontos a ser treinados;
- 2) era o único movimento *kongo* de Angola a encarar o futuro para além do tribalismo exclusivo.

Interna e externamente, os notáveis da UPA beneficiaram do apoio de Lumumba e tentaram trabalhar as massas rurais do outro lado da fronteira. Houve infiltrações a partir de Matadi, Boma, etc., no território bassorongo (Santo António do Zaire, Nóqui), mas sobretudo em São Salvador, onde esbarraram, entretanto, com os católicos monárquicos. Em Cabinda, não foi a força dos separatistas, mas a desconfiança dos cabindas para com os angolanos em geral, que entrouvrou estas actividades. O movimento terá feito prospecções bastante mais além da área *kongo*, na cidade e no distrito de Malange. Tocaram no distrito de Luanda, nomeadamente na capital, bem como no do Cuanza Norte. Se acaso os umbundos receberam emissários, a influência da UPA parece não ter ultrapassado o eixo Cuanza-Malange. As grandes etnias do Centro e do Centro-Sul angolanos, que tinham nas suas mãos o equilíbrio geopolítico do país, foram ignoradas pela UPA. Seria o seu fracasso mais grave, antes de ter começado a luta.

No entanto, comparada com os seus concorrentes, a UPA era relativamente conhecida e reconhecida na Angola do Noroeste. Aproveitando, até, a dispersão dos bacongus, conseguiu instalar algumas antenas em Luanda, mas em meio urbano não podia esperar impor-se às células do MPLA e aos homens que a ele pertenciam ou com ele simpatizavam.

De passagem por Tunis, Holden Roberto declarou, a 9 de Junho de 1960, em nome da UPA, que tinha lançado um apelo ao povo português para que «tivessem lugar negociações, o mais cedo possível, sobre as bases

do fim do regime colonial e o reconhecimento da soberania angolana ... O movimento está decidido a travar combate pelo fim da opressão colonial». A independência do Congo-Léopoldville (30 de Junho) deu um impulso decisivo às actividades da UPA que até então, é necessário reconhecê-lo, em nada tinham sido diferentes, no Congo-Léopoldville, das de outras formações angolanas. Holden Roberto regressou e foi acolhido triunfalmente pela comunidade angolana. A tarefa mais importante continuava a ser a unificação dos movimentos, verdadeiro trabalho de Penélope. Todas a queriam, mas ninguém se atrevia a queimar-se.

Holden Roberto sentiu-se duplamente confiante, pois só tinha diante de si dirigentes que pouco tinham aprendido durante a sua ausência; e ele tinha o apoio de Lumumba, que lhe permitiu, especialmente, usar a Rádio Léopoldville. A sua propaganda ampliou-se com o aparecimento (Setembro de 1960) do órgão da UPA, *A Voz da Nação Angolana*, publicado em francês, português, quimbundo e quicongo (tiragem de 8.000 exemplares). A unidade podia organizar-se, mas à sombra da sua pessoa e no âmbito da UPA, o que era exigir muito aos dirigentes que viviam em Léopoldville. A política da UPA não deixou de endurecer, à medida que a ajuda exterior ia chegando. Nas ondas de rádio congolezas, Holden Roberto ameaçava os sobas, incitava os soldados angolanos à deserção, acusava de traição os indígenas que solicitavam o estatuto de assimilados. A UPA pretendia dispor, nesta época, de 50.000 membros e 150 quadros em Angola, números irrisórios, mesmo que não tenham sido inflacionados.

A destituição de Lumumba pelo presidente Kasavubu, em Setembro de 1960, implicou dificuldades para a UPA, porque Kasavubu, que se deixava tratar por «Rei» dos bacongos, e o seu partido ABAKO, viam com olhar crítico os esforços desenvolvidos por estes estrangeiros para desmembrar o território étnico dos bacongos. Preferiam ligar o destino deles ao de Angola, do que contribuir para ligar o Congo português ao Congo-Léopoldville. Holden Roberto teve de partir precipitadamente para os Estados Unidos da América, a fim de representar, sozinho, a secção exterior da UPA. Sempre

clamando o pacifismo da UPA, o tom subiu e a intransigência apareceu nas declarações deste dirigente.

Em 1 de Novembro, começou em Léopoldville uma conferência dos movimentos angolanos, na qual participaram membros da UPA (sem o assentimento de Holden Roberto, ausente em Nova Iorque), da ALIAZO, do MPLA e do MLEC (Cabinda). Constitui-se uma Frente comum, das mais efémeras. Um mês mais tarde, Holden Roberto regressou e decidiu retirar a UPA da Frente (Dezembro de 1960). Encontrando-se à testa de um movimento que era o único, com o MPLA, a ser conhecido da opinião internacional, não viu a necessidade de perder a vantagem do trabalho de divulgação que tinha efectuado durante dois anos. A sua posição no xadrez angolano era relativamente forte. É difícil citar nomes dos seus patrocinadores e, ainda mais, números. Segundo alguns, pelo menos uma ou várias empresas americanas desejosas de se implantar vantajosamente em Angola teriam financiado a UPA, cobiçando jazidas de cobre no Noroeste. Ninguém contestou, por razões éticas ou outras, a ajuda material, intelectual e política concedida pelo American Committee on Africa. A Igreja Baptista, de um lado e do outro da fronteira, era tacitamente favorável a qualquer movimento emancipalista onde houvesse fiéis seus.

De todos os movimentos etno-nacionalistas angolanos, a UPA foi o único a ter amigos fora de África e a receber deles quer conselhos, quer subsídios, quer algumas armas (muito poucas). Não havia qualquer hipótese de eventuais negociações com Portugal tendentes à independência de Angola. Restava-lhe, então, endurecer o seu movimento, preconizando a luta armada.

Entretanto, antes de enveredar pela via da violência, a UPA teve de fazer face a uma primeira crise interna. A abortada tentativa de uma Frente comum foi lamentada pelos menos intransigentes da UPA. Além disso, no plano pessoal, cuja importância nos dispensamos de citar, a conduta de Holden Roberto foi contestada. Acusaram-no de nepotismo e de favorecer a família na distribuição de cargos. Entre a equipa dirigente da época, sa-

lientamos o presidente Manuel Barros Necaca (tio), dois secretários, Francisco Borralho Lulendo e João Pedro Bala, ou Jean-Pierre Mbala. Podemos citar ainda os nomes de personalidades com um papel posterior: António Francisco Maiembe, Rosário André da Conceição Neto (um umbundo vindo de Luanda), Eduardo Pinock (dito Pinóquio), Alexandre Taty ou Tati (de Cabinda). Nenhum era baxicongo e alguns bazombos do Comité Director, sentindo-se talvez menos favorecidos do que os membros da ex-futura família real, recalcitraram. Não é de excluir, também, que a polícia política portuguesa, interessada de perto nas actividades destes exilados, tenha convencido os menos extremistas. Em Dezembro de 1960, dezassete membros mais ou menos influentes da UPA separaram-se dela. Tratou-se da ala de Jean-Pierre Mbala, composta essencialmente por bazombos. Iriam formar o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA). Holden Roberto, liberto dos correligionários hesitantes e mesmo do seu tio, Barros Necaca, que deixara a presidência da UPA, fez prevalecer a linha dura. Sabe-se até onde chegou a violência da UPA, depois de 15 de Março de 1961.

Contudo, este activismo da UPA não deve deixar no esquecimento os grupos mais moderados que disputavam entre si quase a mesma clientela e que, pela sua multiplicidade, impediram um agrupamento poderoso de todos os baxicongos, até mesmo o conjunto dos bacongos. O seu retraimento seria um dos obstáculos encontrados pela UPA, quando as engrenagens sangrentas do 15 de Março de 1961 começaram a girar.

D) *Nwizani a Kongo* ou NWIZACO

É talvez o exemplo mais acabado de movimento etno-nacionalista, no sentido mais restrito. Nasceu de uma associação de alguns baxicongos de Léopoldville, após a morte de D. Pedro VII. Podemos defini-los simplesmente dizendo que eram monárquicos congolezes do clã kivusi, católicos e conservadores. Em geral, eram angolanos idosos, sendo a sua preocupação principal a restauração do Reino do Congo num contexto católico, o que os

pôs em concorrência directa com o partido congolês ABAKO e, sobretudo, com a UPA; e em dificuldades com os separatistas cabindas. A eleição de D. António III, em 1955, se não lhes satisfizesse as ambições políticas, pelo menos acalmou-lhes as inquietações religiosas. Para melhor lutarem contra os baxicongos protestantes de Léopoldville e de Matadi, começaram por constituir uma associação de entreajuda que, seguindo um esquema conhecido, se transformou em movimento político, em Fevereiro de 1960. À semelhança da UPNA, depois UPA, tinham o seu candidato ao trono, na pessoa do seu presidente, José dos Santos Kasakanga. O nome desta formação variou entre *Organization pour l'entente congolaise*, *Entendimento do Congo*, *Associação dos Naturais do Congo Português* e *Associação dos Conguenses de Expressão Portuguesa*.

Queriam a independência do Congo histórico, obtida por meios não-violentos e por negociações com os portugueses. Os seus argumentos eram tanto jurídicos como históricos. O Reino deveria ser restabelecido na sua integridade territorial, ou seja, deveria integrar também o enclave de Cabinda. A organização tinha a sede em Léopoldville. O seu feudo em Angola era, evidentemente, o coração da região dos baxicongos: São Salvador. Podemos encontrar um frágil indício da influência da NWIZAKO em Angola no facto de que só a 6 de Maio de 1961, ou seja, quase dois meses depois do eclodir da revolta, é que a UPA conseguiu atacar São Salvador, onde alguns sobas chegaram a pedir armas aos portugueses, para se defenderem. Da análise das petições feitas por este movimento às Nações Unidas, ressalta que o nível cultural dos seus dirigentes era muito inferior ao das suas ambições. A extrema moderação política e a falta de interesse no resto de Angola fatalmente os colocaram, em certos momentos, na órbita dos portugueses e tornaram-nos um alvo da UPA. Em Agosto de 1960, esperaram uma fusão com a ALIAZO dos bazombos, mas o monarquismo demasiado visível foi o maior obstáculo para esta tentativa de criação de uma força de moderados. Em Novembro de 1960, os portugueses fizeram-lhes acreditar que a eleição de Kasakanga não poria dificuldades, servindo-se disso para, na realidade, lançar a confusão entre os exilados.

Em Janeiro de 1961, a NWIZAKO anunciou no jornal *Le Courier d'Afrique* que, após acordo com os portugueses, a data de 17 de Fevereiro estava marcada para a eleição do rei. Nesse dia, uma caravana de exilados dirigiu-se para São Salvador, mas foi recambiada na fronteira. A revolta em Luanda, a 4 de Fevereiro, terá levado os portugueses a adiar estas operações de diversão, úteis em tempos menos conturbados, mas perigosas para as autoridades, dados os riscos que comportavam.

Os bazombos

Os bazombos (51.900 indígenas em 1959, no Congo português) formavam, na época, a comunidade angolana mais numerosa de Léopoldville. Historicamente, tinham sido vassalos dos baxicongos e a sua região era uma província do Reino (Mbata). Tradicionalmente, dedicavam-se ao comércio, o que lhes dava um à-vontade e uma mobilidade bastante notórias. Eram, antes do mais, mercadores e a sua Associação estava, ao princípio, mais virada para a entreajuda do que para a militância.

A) A Aliança dos Naturais do Zombo ou ALIAZO

Na origem deste grupo (Dezembro de 1956), tribal na sua composição, senão nas suas finalidades, encontramos uma associação de ajuda mútua formada pelos bazombos de Léopoldville e alguns baxicongos inspirados pelo exemplo que lhes tinha dado o profeta Simão Toco, antes do seu confinamento em Angola, em 1950. Ficou conhecida pelo nome de ASSOMIZO, dirigida por um mestre-escola, Emanuel Kunzika, e um jornalista protestante, André Massaki. Depois da independência do Congo, a ASSOMIZO transformou-se, a 1 de Agosto de 1960, em ALIAZO, cuja designação iria variando entre Aliança Zombo, Aliança dos Originários de Zombo, Aliança dos Naturais de Maquela do Zombo e de novo a primeira versão. A sede era em Léopoldville. Mais um grupo assaz fluido do que um

movimento, tomou consciência do seu potencial político na confusão do Verão de 1960. Sendo moderado, rejeitou a proposta da NWIZAKO. O seu Comité Central demarcou-se do programa dos monárquicos católicos de São Salvador, a partir de 10 de Agosto de 1960. A ALIAZO participou, não obstante, em 1 de Novembro de 1960, numa das muitas conferências encarregadas de realizar a unidade do movimento nacionalista. A ALIAZO, à época, era um movimento etno-nacionalista desejoso de colaborar com os seus rivais, sem que a Frente assim constituída significasse a desapareição dos movimentos membros ou uma renúncia à política de cada um, o que, num contexto tribal, soa mais a resignação do que a militância.

Devido ao grau de evolução e de integração na sociedade congoleza atingido pelos bazombos de Léopoldville, a ALIAZO conseguiu ocupar um lugar que ultrapassava, em importância, a dos efectivos dos seus militantes. Bastante conhecida, devia a sua relativa notoriedade, antes de mais, ao seu primeiro presidente, André Massaki, e ao seu vice-presidente, Antoine Matumona, dois jornalistas que escreviam em francês. Acabou por se aliar à UPA, no seio da FNLA, muito depois do eclodir da revolta.

B) Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA)

Pouco há a dizer sobre este grupo antes de Março de 1961, pois nasceu de uma cisão no Comité Director da UPA, em Dezembro de 1960. A ala de Jean-Pierre Mbala tinha fama de pacifista e, nesta data, era composta por bazombos que tentaram integrar-se na ALIAZO, por afinidades étnicas. Sendo os lugares de chefia disponíveis, provavelmente, pouco consentâneos com as pretensões dos dissidentes da UPA, Mbala e dezasseis companheiros formaram o seu próprio movimento que imediatamente se situou entre os moderados. Sendo apologista de negociações com os portugueses, com vista a uma associação luso-angolana, a não-violência deste micro-movimento depressa foi aproveitada por Lisboa que, praticamente, o financiou e dele se serviu para diversos fins.

Os bassorongos

Constituíam, em Angola, a franja marítima dos bacongos. Foram eles quem primeiro entrou em contacto com os portugueses (1482). É politicamente interessante saber que a sua província (Sonho ou Soyo) foi uma das primeiras a libertar-se da tutela de São Salvador. A debilidade numérica (33.501 indígenas em 1959, no Congo português) escondia a sua importância estratégica. Cobriam o flanco oeste, donde podiam vir os fornecimentos de armas. Também eles não podiam escapar à febre nacionalista.

Registe-se uma Associação dos Bassorongos, constituída talvez desde 1942, com sede em Angola, mas em território tribal, em Boma. Tinha por objectivo a reconstituição do Reino do Soyo. Antes de 1961, existia um regedor principal em Santo António do Zaire (abreviadamente, Sazaire) que se intitulava «Rei dos Bassorongos», reconhecido como tal pelo Rei do Congo. Há muito pouca informação sobre as actividades desta associação, aparentemente adormecida entre 1955 e 1960, data em que um pretendente expulso do trono de Sazaire se apresentou em Banana, por ocasião da independência do Congo ex-Belga, em Junho de 1960, para contactar os bassorongos fixados ao norte da fronteira, a fim de regressarem «logo que Angola fosse independente», caso em que ele se tornaria «Vice-Rei dos Bassorongos».

A junção entre esta Associação dos Bassorongos e a Frente Nacional Angolana (FNA), que mais tarde se transformaria em Movimento Nacional Africano (MNA), deve datar do segundo semestre de 1960. Esta formação parece ainda mais embrionária do que os outros micro-movimentos. O seu chefe, António Monteiro, era um mestiço sem grande audiência.

Bacongos angolanos abakistas

Todos os exilados no Norte, politicamente motivados, deixaram sem resposta os apelos destas cinco formações étnicas: UPA, NWIZAKO

para os baxicongos, ALIAZO e MDIA para os bazombos e MNA para os bassorongos. O ABAKO de Kasavubu era um partido congolês que tinha não só ambições sobre São Salvador, mas também militantes de origem angolana.

Para o ABAKO, tratava-se de obter, para começar, o reconhecimento da condição *kongo*; a seguir, tentar dar-lhe uma base territorial parecida com as regiões antes pertencentes ao antigo Reino, entendido nas suas maiores dimensões. Os seus domínios principais encontravam-se em Cabinda e no Congo português. O ABAKO, criado em 1950, dirigia-se à mesma clientela *pan-kongo* da UPA e parece ter havido uma secção clandestina do ABAKO em Angola. Tendo tirado proveito, tal como a UPA, da expulsão dos desempregados angolanos, pelos belgas, a seguir aos motins de 4 de Fevereiro de 1959, os militantes conseguiram angariar fundos em nome do ABAKO nas zonas baxicongo (Bembe), mas também bassosso (Sanza Pombo) ou bazombo (Maquela) de Angola. Terão recolhido 20.000 escudos. Terá havido infiltrações análogas em Cabinda?

A hostilidade de Kasavubu para com a UPA levou-o a tentar e a conseguir a formação de um movimento dirigido aos angolanos, sob a sua influência. Assim foi criado, em Dezembro de 1960, em Léopoldville, o NTO-BAKO ou NTO-ABAKO, o sexto movimento a disputar as quotizações dos angolanos. Seria dirigido por Alberto Angelino, que conseguiria uma simbiose notável: era nacionalista angolano, devotado amigo do ABAKO e ligado à Embaixada de Portugal, que dele se serviu como contra-fogo em relação à UPA.

As características essenciais deste movimento eram a moderação e o desejo de cooperação com os portugueses. De início, pretendeu uma independência progressiva e uma Angola multirracial. A colaboração verdadeiramente estreita com os portugueses tornou-a suspeita aos olhos de todos. A leste da linha Maquela do Zombo-Damba-Carmona, a sua influência chocou-se com a da UPA mas, insistindo na solidariedade tribal, Alberto Angelino pôde colocar-lhe obstáculos e por vezes ultrapassá-la localmente,

quando se colocou a soldo dos portugueses, fazendo entrar em Angola um bom número de refugiados, depois do Verão de 1961.

O separatismo de Cabinda

A UPA e as cinco outras formações registadas acima não esgotam a lista dos movimentos bacongos lusófonos. O etno-nacionalismo *kongo* contou, efectivamente, com os seus franco-atiradores militando em sentido oposto ao grosso dos exilados. A posição centrífuga, senão hostil, às teses da UPA e do MPLA explicava-se pela região de origem. Em 1960, o enclave, melhor dizendo, o «exclave» de Cabinda contava com 58.547 habitantes, dos quais 1.922 eram brancos. Distante do resto de Angola e constituindo um só distrito, a evolução intelectual dos cabindas e, de maneira geral, a das etnias costeiras reforçavam a crença de que, embora pertencendo ao grupo *kongo*, eram gente que sempre beneficiara de um tratamento um pouco peculiar, por parte dos portugueses. De facto, era o problema das tribos mercantis que tendem a conservar certos contactos privilegiados com o europeu. Em Cabinda coexistiam, além disso, dois elementos importantes:

- 1) uma reduzida superfície (7.270 km²) permitiu agir menos superficialmente do que em territórios mais vastos. A escolarização era relativamente mais avançada do que no resto de Angola (2.281 alunos em 1960, quando o número na Lunda era de 2.993, para uma população quatro vezes maior);
- 2) os tratados de Chifuma (29 de Setembro de 1884), de Chicamba (27 de Dezembro de 1884) e o de amizade e vassalagem de Simulambuco (1 de Fevereiro de 1885), com as autoridades africanas da época, foram interpretados pelos nacionalistas cabindas como tendo instituído um simples protectorado, enquanto o resto de Angola seria português por direito de conquista. Este protectorado devia, segundo eles, chegar ao fim e o enclave recuperar a independência, o que colocava automaticamente o nacionalismo

cabinda em conflito com os outros nacionalismos angolanos. De facto, os textos destes tratados são de uma ambiguidade comum a toda a costa do Loango. De resto, os portugueses tinham criado, ou reconhecido, no século XIX, uma aristocracia africana que recebia títulos nobiliárquicos europeus, a fim de a fazer pender mais para o lado de Lisboa do que de Liverpool. Além disso, para complicar ainda um pouco mais o panorama cabinda, existiam, num território tão reduzido, divergências entre, de um lado, as tribos costeiras já fortemente urbanizadas na cidade de Cabinda e em Guilherme Capelo (ex-Lândana) e, de outro, os habitantes da floresta do Maiombe.

É inteiramente falso afirmar que o nacionalismo de Cabinda foi uma consequência da descoberta de petróleo no «exclave» porque, muito antes de se acusar este ou aquele dirigente actual de representar interesses da Gulf Oil ou da Elf-Congo, já os primeiros nacionalistas cabindas tinham morrido sem nunca ter visto uma plataforma ou uma broca de perfuração. Na realidade, poucos cabindas se sentem angolanos, pela simples razão de que se consideram superiores aos que vivem ao sul do Zaire. Será o vestígio longínquo de sangue semita trazido por alguns negreiros de São Tomé, ou simplesmente a convicção de homens que vários séculos de comércio familiarizaram com os costumes europeus? Não vamos especular, mas certo é que três formações, pelo menos, viram a luz do dia antes de 1962.

A) Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC)

Foi o antepassado da actual [1975] Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). As origens são confusas. Sem poder estabelecer uma filiação exacta, encontramos uma Association des Ressortissants de l'Enclave de Cabinda (AREC), fundada em 1968, e uma Amicale des Originaires de l'Enclave de Cabinda (AOEC) em tempos dirigida por um alfaiate de Brazzaville, Paulino Posty, aliás, Puaty dos Santos. Seja como

for, o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda terá sido fundado em 1959 ou 1960, em Léopoldville, por Luís Ranque Franque, membro de uma das famílias mais notáveis no tempo dos tratados. Este grupo foi dirigido por alguns descendentes de famílias da aristocracia africana, «príncipes, duques, barões, nobres, chefes e regedores da região», mais ou menos comerciantes no exílio. Eram moderados, mas, pelas suas posições políticas (separatismo), iriam vacilar na atitude para com o nacionalismo angolano, ora aproximando-se, ora afastando-se. Não quiseram ou não puderam recorrer às armas, contando com a negociação para atingir os seus fins. O que mais lhes faltou foi uma base étnica suficientemente forte para dialogar, de igual para igual, com rivais tão perigosos como os anti-separatistas do Noroeste de Angola ou o MPLA. Em Agosto de 1960, o MLEC reclamou a independência de Cabinda. Notou-se uma efémera aproximação ao MPLA e à ALIAZO, no Verão de 1960. Na verdade, aqui o oportunismo combinou-se com a hesitação, quanto ao futuro desta micro-entidade que era o enclave: autonomia, independência, fusão com um dos dois Congos independentes ou com Angola. Pacifista, o MLEC não participou nos ataques iniciais de 1961 contra o enclave. A UPA conseguiu recrutar no Congo-Léopoldville um certo número de exilados, entre eles, Alexandre Taty, autor de sangrentas incursões.

B) Formações menores

Citemos uma União Social dos Maiombos [sic] de Luali. Luali é uma aldeia do Maiombe, em Cabinda. Esta União terá tido ligações com o partido ABAKO e talvez fosse a sua réplica no enclave. É verosímil que não tenha ultrapassado o âmbito dos habitantes das florestas do interior. Acaso terá sido a origem da Alliance du Mayombe, ou ALIAMA, de que se ouviria falar em 1963, mas cujas origens parecem mais longínquas? Finalmente, a Comunidade Cabindense (COMCABI) foi comprovada em 1961. Parece ter tido uma existência tão discreta como as outras três, sem que se saiba bem quem representou.

Movimentos friáveis

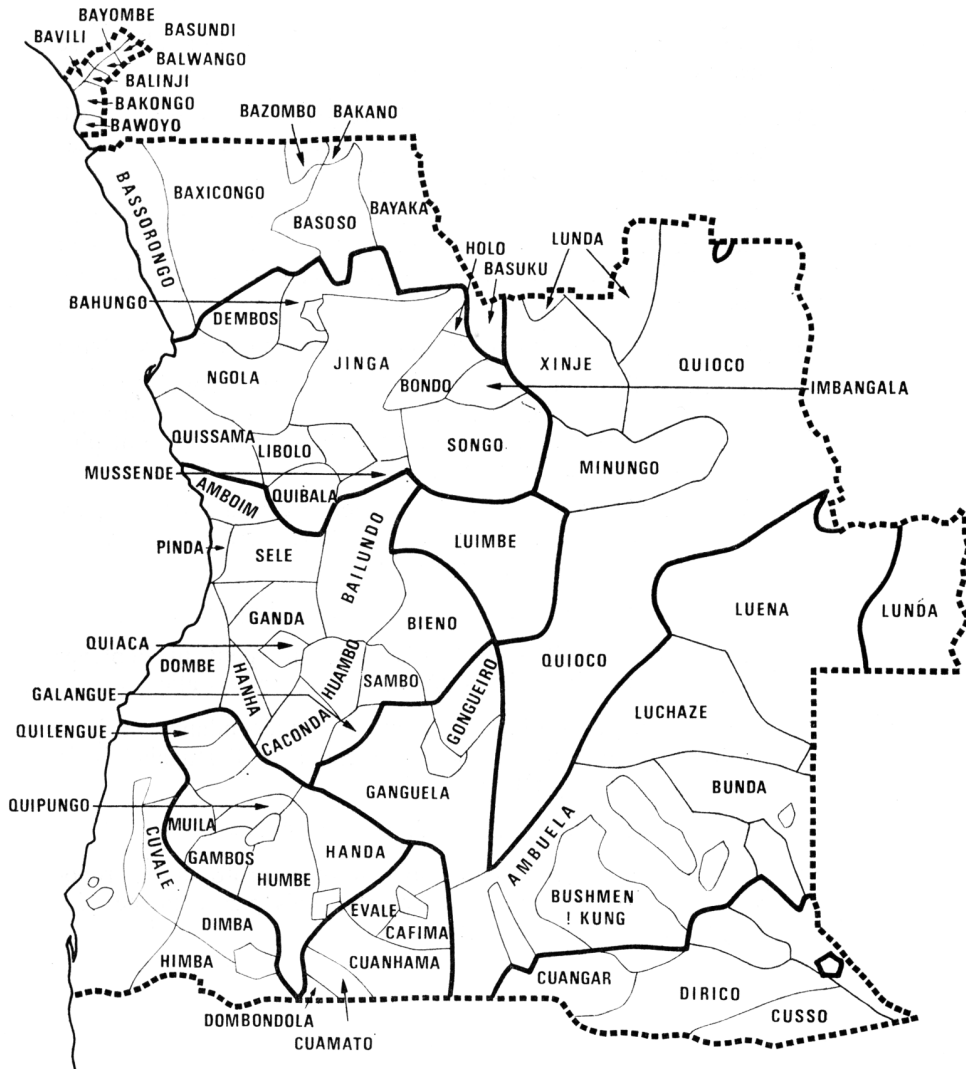
É fácil ver que a fragmentação do etno-nacionalismo *kongo* foi a arma essencial das autoridades portuguesas. A debilidade era patente. Apenas um movimento, a UPA, podia demarcar-se desta impotência, porque era o único a beneficiar de ajuda estrangeira. Nada destinava, à partida, este pequeno grupo de monárquicos protestantes a tomar a dianteira do movimento reivindicativo. Admitamos que esse sucesso se deveu à qualidade do seu chefe que soube manobrar tão habilmente entre os meandros da política congoleza, como entre os escolhos das ambições económicas, religiosas e ideológicas de interesses exteriores a Angola.

Vamos tentar compreender melhor este ramo do nacionalismo angolano? Pela sua natureza, o fenómeno é dificilmente sintetizável. Propomos, não obstante, caracterizá-lo como se segue:

- 1) nasceu geralmente no seio de associações mutualistas que se transformaram progressivamente em formações políticas;
- 2) os seus militantes foram recrutados, no começo, entre os indígenas emigrados que sentiam a necessidade de se reagrupar em cidades onde eram duplamente estrangeiros;
- 3) fazendo apelo ao tribalismo, os grupos conseguiram encontrar facilmente membros, mas aos quadros faltava competência, pois não ultrapassavam o nível de «servente».
- 4) As actividades destes movimentos desenvolveram-se em dois planos:
 - a) fora de Angola, trabalhavam entre uma população recentemente urbanizada ou, muitas vezes, sem quaisquer laços, além dos tribais e afectivos, com Angola (alguns só eram angolanos por nostalgia);
 - b) no interior do país, a expansão era rural (só podiam contar com alguns assimilados, nas imediações dos postos e das missões);
- 5) a filiação religiosa era um critério importante;

- 6) fora do alcance das autoridades portuguesas, os estados-maiores podiam desenvolver as suas actividades sem outras dificuldades para além das materiais;
- 7) por trás de uma aspiração comum à independência e à «liberdade», a sua luta ainda era racial: o português era o mal absoluto para a UPA;
- 8) a ideologia política estava praticamente ausente;
- 9) a influência dos movimentos era variável, muitas vezes profunda porque assentava em bases étnicas sólidas, mas, por isso mesmo, geograficamente circunscrita.

Mapa 3 – Angola. Carta etnográfica pormenorizada (extraída de *La Colonie du Minotaure*).



Angola ou a aprendizagem da paciência militar⁵²

Paradoxo dos paradoxos, de todos os países europeus que tiveram colónias fora da Europa, é o mais pobre que não se decide a renunciar a elas e, apesar das dificuldades económicas, enfrenta sem desfalecimentos uma tripla guerra em África, desde 1961. Primeiro país a lançar-se na descoberta do exotismo, Portugal continua a administrar, contra todos os ventos da História conhecidos ou previsíveis, sete províncias ultramarinas repartidas pelos confins de três grandes oceanos. As duas únicas pérolas caídas da sua coroa foram precisamente as que não defendeu militarmente, porque não tinha meios para isso: o Forte de São João Baptista de Ajudá encravado no Daomé, inacessível sem violação do território vizinho, e o Estado Português da Índia que teria certamente podido resistir mais tempo à agressão indiana, se a guarnição tivesse sido decuplicada e convenientemente armada. No restante, a bandeira flutua «do Minho a Timor», para citar a expressão oficial decalcada da defunta frase «de Dunkerque a Tamanrasset»⁵³. E flutua provavelmente com mais de 130.000 soldados em África para evitar que seja arriada.

Primeira constatação: jamais Portugal mobilizou efectivos tão importantes em África. Mas, segunda constatação, são irrisórios se quiser fazer face a uma tripla guerra (não falemos sequer dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe) de libertação nacional que se estende por 36.125 km² (Guiné), 1.246.700 km² (Angola) e 778.009 km² (Moçambique). Há, pois, uma desproporção flagrante entre o desafio da vastidão do território e os encarregados de o conservar portugueses. Mas

⁵² Publicado em *Cultures et développement. Revue internationale des sciences du développement*, Vol. III, n.º 3, 1971.

⁵³ N. do T. – Exortação feita num discurso do presidente De Gaulle, em 1958, sublinhando que a França não concederia a independência à Argélia: «Todos franceses, de Dunkerque [cidade francesa] a Tamanrasset [cidade no extremo sul da Argélia]». Quatro anos mais tarde, foi obrigado a concedê-la.

este afastamento é ainda maior se tivermos em conta estes efectivos – para simplificar, vamos arredondá-los para 200.000 homens, com as forças policiais e paramilitares – e os 13 ou 14 milhões de africanos presumivelmente dispostos a desalojá-los. Surge uma dúvida. Na verdade, os portugueses praticamente quintuplicaram, em dez anos, as suas Forças Armadas em África e aí despenderam créditos cujo montante não nos preocuparemos em calcular. Mas terão eles chegado ao ponto de ruptura, exangues e desfeitos? Por muito que desagrade a muitos comentadores, tal não é a nossa opinião porque, baseando-nos num estudo atento da história recente das empresas portuguesas em África, pensamos que:

- 1) o conflito actual não tem solução militar nas presentes circunstâncias, isto é, na ausência de ajuda massiva concedida aos portugueses ou aos independentistas;
- 2) o dito conflito pode muito bem ser suportado a curto – e talvez a médio – prazo pelos beligerantes, de um e de outro campo;
- 3) não é certo que se faça alguma coisa, de um lado e doutro, para chegar a uma solução rápida.

Esta última apreciação exigiria desenvolvimentos que não cabem aqui, mas, para ilustrar a nossa posição, tomaremos o exemplo de Angola, que oferece a particularidade de estar em «guerra» há mais de dez anos sem que se vejam surgir os primeiros indícios de um abrandamento das operações militares, ou de cansaço entre aqueles que as realizam.

As revoltas de 1961

Em 4 de Fevereiro ou 15 de Março de 1971, conforme adoptemos o calendário do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) ou da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), Angola entrou no décimo primeiro ano de «guerra» sem que a imprensa internacional se preocupe grandemente com o que lá se passa. Como a eclosão das revoltas

de 1961 quase coincidiu com um período agitado da História Africana (principalmente o Congo e a Argélia), essas revoltas não ocuparam a ribalta da actualidade no seu tempo. E mesmo se os chefes de redacção tivessem querido, teriam de deparar com a temível política de informação portuguesa, seguidora do princípio de que, quanto menos se falasse da África portuguesa, melhor seria para as autoridades que a administravam.

Parece então necessário esclarecer o que ainda está entregue à obscuridade e aos arquivos, resumindo brevemente as condições nas quais o movimento de emancipação de Angola deixou de ser virtual, para se lançar na ofensiva e na resistência armada. Seria preferível falar de movimentos ou facções, pois a fragmentação tribal e política dos chefes ofereceu aos portugueses uma arma de que se serviram e servem com destreza, sem muitos escrúpulos, mas com eficácia. Cada movimento arrancou, em Luanda e em Léopoldville, sem cuidar de saber se os seus concorrentes independentistas se lhe iriam aliar, uma vez posta a engrenagem em movimento. Ora, a coesão não é a qualidade essencial dos movimentos de resistência, em país nenhum. Houve, portanto, três revoltas sucessivas e isoladas, que os portugueses puderam abafar ou travar antes de as subjugar.

A primeira em data e a menos conhecida, porque a censura portuguesa se aprimorou, teve lugar entre os umbundos, etnia que ocupa um vasto território-charneira entre os povos kongo a norte, os ovimbundos ao centro e os situados a leste, no território Lunda-Quioco. Foi precisamente no degrau oriental da região Umbundo, na depressão da Baixa do Cassange – que no século anterior, e até antes, barrava o caminho às caravanas entre o mar e a Lunda –, que um sistema que qualificaríamos de «algodocrata» impunha a cultura obrigatória do algodão a algumas dezenas de milhares de indígenas (ou seja, segundo o direito português da época, indivíduos portugueses, mas não cidadãos) em condições que certos interesses belgas deviam conhecer, visto receberem uma parte dos lucros do sistema. Foi uma revolta a vários níveis: a) revolta de pobres, fartos de ser explorados; b) revolta messiânica de gente que esperava, da deusa Maria, o anúncio

de melhores tempos; c) revolta «política», na medida em que certos emissários de partidos congolese e movimentos angolanos conseguiram participar no seu decurso. Este levantamento foi muito localizado, isolado e depressa reprimido. A pouca racionalidade parece ter dominado desde o princípio e bastava a falta de chefes e de armas para deixar prever o desenlace. Facto notável foi os revoltados não estarem contra os portugueses em si, mas na sua qualidade quer de representantes da companhia concessionária, quer da Administração conivente com ela, quer de uma determinada missão católica.

Enquanto insurreição mística, praticamente não fez mortos civis portugueses. Em contrapartida, este caso cujas origens remontam a 1960 pôs em evidência as características da repressão portuguesa. Procurou-se conseguir o retorno à calma por meio de promessas. Não foram suficientes. Entrou, então, em acção o braço secular (Caçadores Especiais e a Força Aérea). As reformas só vieram mais tarde e sob coacção de um Ministro do Ultramar⁵⁴ mais activo do que os anteriores. Em Fevereiro e Março de 1961, falaram as armas. O exército interveio com grande eficácia e uma brutalidade desproporcionada em relação à dimensão real dos desacatos; sobretudo, em relação às razões dos infelizes insurgidos. Segundo algumas fontes locais, dificilmente verificáveis, na impossibilidade de mobilizar grandes efectivos, recorreu-se ao terror. Face a iluminados que esperavam a salvação sacrificando animais de cor branca e a vinda de um profeta supostamente enviado por uma deusa redentora, foram chamados os equivalentes aos pára-comandos de outros exércitos coloniais. O resultado não se fez esperar. Ainda que haja zonas de sombra a mascarar as peripécias locais, algumas centenas de soldados bem treinados, um pouco de «napalm» e o mais que se lhes juntou puseram termo rapidamente às aspirações dos revoltosos, crentes de que as balas dos brancos eram de água e que os cacetes de que dispunham valiam por metralhadoras. Jamais se conhecerá o número de mortos, mas parece ter sido suficiente para esmagar, pela disseminação do

⁵⁴ N. do T. – Contra-Almirante Vasco Lopes Alves.

terror, alguns bandos desorientados e sem apoios do exterior. Em Maio de 1961, apareceu um decreto que tornava a cultura do algodão facultativa. Praticamente sem testemunhas externas, esta revolta estrangulada não foi colocada no seu verdadeiro lugar pelos independentistas angolanos, que dificilmente a podem reivindicar.

Enquanto este obscuro caso se desenrolava na Baixa do Cassange, rebentou a segunda revolta de 1961, em condições bem diferentes, em Luanda; por outras palavras, no centro do bastião branco de Angola. Com efeito, é preciso saber que o povoamento branco em Angola, ao contrário de uma ideia instituída, foi essencialmente urbano e singularmente luandense. Com 55.567 brancos em 1960, a capital congregava mais ou menos um terço dos europeus no território. Luanda era, e ainda é em 1971, uma cidade onde os africanos destribalizados não são muito numerosos, proporcionalmente aos brancos. Dos 224.540 habitantes em 1960, 55.567 eram europeus, 13.593 eram mestiços e os restantes eram negros. Fragmentados no plano étnico e religioso, os negros de Luanda eram-no também no plano jurídico, uma vez que a cidade compreendia, a par dos indígenas maioritários, o núcleo mais compacto de assimilados, ou seja, cidadãos portugueses de direito. Os bairros pobres – *musseques*, em Luanda – eram, de resto, pontuados por uma rede de comerciantes brancos e outros (em particular, cabo-verdianos, pouco amados pelos angolanos), patriotas ou informadores da polícia. A estas dificuldades, junta-se um formigueiro de células políticas rivais, em concorrência com as do MPLA e, para completar, lembremos que os melhores quadros locais estavam presos desde 1959 e 1960. Portanto, as condições não eram favoráveis a um levantamento e é possível que os marxistas angolanos, dirigindo, mais ou menos estreitamente, do exílio as suas células, tivessem esperado por ser mais fortes, antes de afrontar a fortaleza branca.

Nem tudo se conhece sobre os antecedentes da revolta de 4 de Fevereiro de 1961 e é possível que dela não nos apercebamos senão de uma franja. Um facto exterior precipitou os acontecimentos e obrigou, pela força das

circunstâncias, os executantes a improvisar: a chegada à capital de vários jornalistas estrangeiros, para esperar o paquete Santa Maria desviado nas Antilhas pelo capitão Henrique Galvão, velho romântico que, após ter sido um alto funcionário colonial, denunciou abusos, tornou-se opositor do regime e, depois de rocambolescas aventuras, assenhoreou-se de um navio de cruzeiro na intenção de o conduzir a Angola, para «libertar» esta província ultramarina. Nunca lá chegou, mas a presença destas dezenas de jornalistas oferecia uma oportunidade única: alertar a opinião pública internacional para o que se passava nesta parcela africana. Estas testemunhas profissionais assistiram, então, ao que foi pomposamente baptizado de «o nascimento da revolução nacional» angolana.

De facto, na noite de 3 para 4 de Fevereiro, menos de 200 africanos fracamente armados tentaram tomar duas prisões – para libertar presos políticos e, ao que se pensa, aumentar os efectivos em quadros –, mais uma esquadra de polícia e outros objectivos, para os quais variadas interpretações são possíveis. O número de assaltantes, pela sua modéstia, testemunha a debilidade da implantação independentista em Luanda, nessa data. Poucos homens se decidiram a dar o passo de se tornarem rebeldes, pois sabiam que o poder branco era esmagador, comparado com os seus desígnios. Modernos na táctica ou apenas prudentes, estes comandos que mais pareciam avançar para o suicídio não atacaram a população civil branca. Conseguiram matar sete polícias europeus e falharam todos os objectivos, excepto um: por audácia ou inconsciência (alguns deviam estar drogados), destruíram a fachada de harmonia racial apregoada pelas entidades oficiais portuguesas. Passou a haver ódio entre as comunidades que até então coexistiam. A 5 de Fevereiro, durante o funeral dos polícias mortos, explodiram as tensões raciais, provavelmente aticadas por agentes provocadores. Os brancos – particularmente os pouco instruídos que constituíam a maioria da população europeia – desencadearam uma sangrenta caça aos «terroristas», termo desde então consagrado para designar qualquer africano que se revoltasse. Tiveram lugar massacres nos musseques,

acerca dos quais continuaremos evasivos, pois faltam elementos seguros. A 10 de Fevereiro, os sobreviventes dos golpistas tentaram pela última vez libertar os seus camaradas ou, também verosímil, mostrar que ainda tinham poder na cidade. Foram sumariamente ceifados pelos funcionários da Administração do bairro de São Paulo. A partir daí, Luanda, o baluarte branco de Angola, reagiu segundo a cor dos protagonistas. As milícias brancas que secundaram o Exército e a Polícia consideraram suspeitos todos os africanos pobres, sendo a posição dos assimilados a mais desconfortável e a dos mestiços não desprovida de riscos e de ambiguidade.

A revolta, ou melhor, a tentativa de levantamento de uma pequena parte de africanos politizados de Luanda, foi afogada em sangue, em condições que é extremamente delicado aprofundar. Pode-se, entretanto, tomar como certo que estes sangrentos confrontos, causadores de, provavelmente, várias centenas de mortos africanos, se consideraram pacificados um mês depois.

Foi então que eclodiu a terceira revolta, convencionalmente datada de 15 de Março de 1961, mas cujo primeiro dia remonta a 13 ou 14 de Março, em certos locais recuados. Neste caso, nada de grandes elucubrações políticas a assinalar. Foram rurais que se sublevaram, para mais, rurais de vida relativamente desafogada graças à cultura do café. O factor sócio-económico mereceria desenvolvimentos mais amplos, mas podemos afirmar que houve alguma inveja nas motivações dos insurrectos: apropriando-se das plantações dos brancos tidos por exploradores – o que, por vezes, era verdade –, os seus vizinhos africanos aumentariam as suas propriedades e, de qualquer modo, a independência significaria o fim do trabalho «a contrato», ou seja, na prática, não voluntário. A influência das doutrinas protestantes (baptistas entre os bacongós, metodistas entre os umbundos) é mais difícil de invocar, embora alguns cálculos demonstrem que o grau de protestantismo africano é proporcional ao número de brancos, o que, pelo menos entre os bacongós angolanos, pode indiciar uma recusa à integração na religião do colonizador, neste caso, o catolicismo português.

É muito fácil estabelecer o balanço das queixas invocadas pela UPA (União dos Povos de Angola, que em 1962 será o elemento motor da FNLA) para preparar o terreno insurreccional e igualmente fácil enumerar os procedimentos por ela usados para convencer os hesitantes. Citaremos promessas falaciosas, magia, terror, persuasão dulcificante, uso de drogas, etc.. Quem conhece a anatomia das revoltas congolenses de 1964 conhece o essencial dos mecanismos aplicados a sul da fronteira, três anos mais cedo. O todo foi naturalmente apresentado no exterior sob o aspecto político, ampla capa que nem o próprio São Martinho conseguiria puir.

Não vamos aqui remontar aos meandros dos movimentos etno-nacionalistas bacongos angolanos instalados em Léopoldville em 1961. Diga o que disser o MPLA, este movimento não desempenhou praticamente qualquer papel no desencadear da revolta no Noroeste, em Março, e foi a UPA o artífice fundamental, antes de ser ultrapassada por «aprendizes de feiticeiro» e outros elementos descontrolados. Por opção táctica ou limitação imposta pela sua fraqueza e falta de iniciativa sobre uma população volátil, a UPA preconizou, ou deixou adoptar, um método radical: o massacre tão vasto quanto possível de qualquer português ou católico que encontrasse (mas não de qualquer branco, pois os pastores britânicos foram poupados). Havia vários milhares de fazendeiros, comerciantes e funcionários brancos no mato. Logicamente, com o efeito de surpresa a ajudar, o Noroeste deveria ficar limpo de portugueses em dois ou três dias, no máximo, visto haver mais de 600.000 bacongos e várias centenas de milhares de umbundos a norte do rio Cuanza, que marcava o limite médio da área de influência da UPA em 1961. Por diversas razões, cuja principal foi a de que o ódio aos portugueses não era geral e, por mais isolados que estivessem, não era bom enfrentá-los de mãos a abanar, o massacre foi muito mal executado, salvo em duas regiões distintas. Tratou-se da bolsa de penetração a leste de São Salvador e, sobretudo, da região do café nos Dembos, nos distritos de Luanda e Cuanza Norte. Onde teria sido necessário massacrar dois a três mil brancos em operações-relâmpago, para espantar os sobreviventes

e tomar os seus bens, apenas se registaram, em contradição com os números avançados pelos portugueses e pelos porta-vozes da UPA, 200 a 300 brancos liquidados de surpresa. Quantitativamente, isto representa três a quatro vezes o número de belgas mortos no Congo durante a descolonização, números que, pela sua amplitude, não têm paralelo na África sub-saariana, desde muito antes da Primeira Guerra Mundial. Porém, o efeito foi contrário ao esperado. Em vez de pôr em debandada os portugueses do Noroeste, o massacre de vizinhos ou entes queridos incitou-os à vingança com dez vezes mais vigor. Dispondo de armas ou armando-se rapidamente, os civis do Noroeste tomaram o comando das operações de represálias, durante um mês, visto o Exército e a Administração terem ficado manifestamente hesitantes, aguardando instruções de Lisboa. Elas não vieram, por diferentes razões, e foram os civis portugueses o elemento decisivo nesta revolta única na África Negra. Não insistiremos na crueldade e nas atrocidades de uns sobre os outros, nem no pormenor das operações. Ao lançar ao ataque milhares de jovens a peito descoberto, com um feitiço no bolso ou uma fé cega na sua ressurreição no dia da independência, a UPA, ou melhor, aqueles que dela se reclamavam, conseguiu destruir, nos dois primeiros dias, os postos administrativos portugueses da região dos Dembos setentrionais (zona de florestas de montanha de tradições guerreiras ainda frescas, pois a última campanha portuguesa local tinha sido em 1919). Caíram igualmente alguns postos entre o rio M'bridge e a fronteira norte com o Congo. A estação das chuvas impediu o movimento de unidades portuguesas mecanizadas e, mais grave para o moral dos civis brancos, os relatos de atrocidades semearam o pânico em cidades que estavam tão bem defendidas como Luanda. No Noroeste, os brancos que escaparam evacuaram mulheres e crianças, abandonaram os locais mais indefesos e deixaram os trabalhadores a contrato, ovimbundos e ganguelas do centro de Angola, a defender as plantações de café, esteio da sua colonização. Por detrás da revolta independentista, dissimulava-se uma guerra tribal dos bacongos contra estes africanos empregados dos colonos, logo, suspeitos

de serem seus amigos. Mesmo tendo alguns passado para os revoltosos, a gente do centro de Angola não pactuou em massa com os insurrectos. E sub-repticiamente surgiu também um conflito social (assassinato, pelos rurais, de alguns mestiços e assimilados negros). Em suma, toda a herança cultural europeia foi rejeitada, bem como os seus apêndices genéticos ou sociais.

O Estado-Maior português perdeu um mês, antes de enviar algumas tropas para o Noroeste, e deixou quase sós os milhares de homens brancos bloqueados (pelas chuvas e pelas emboscadas) nas casas mais sólidas das localidades mais fortes. Em Abril, a situação era crítica para os portugueses. Lentos a reagir, porque a rapidez nunca foi a sua virtude primordial, tiveram, entretanto, a tenacidade feroz de camponeses que esperavam salvar a sua colheita de café ou encontrar um patrão de confiança. Os revoltosos não exploraram esta passividade para se reforçar em quadros locais. Estes eram de qualidade medíocre, pois os jovens instruídos ou tinham ficado em Léopoldville, ou estavam hesitantes, ou tinham sido presos ou executados pelos portugueses, ou simplesmente não existiam nas matas. Quanto aos quadros africanos urbanos, os independentistas de Luanda dirigiam bem alguma resistência umbunda nos Dembos, mas numerosos chefes foram eliminados pelos portugueses. Mais grave para o futuro desta revolta essencialmente konga e acessoriamente umbunda, as grandes etnias do Centro e do Sul não entraram na rebelião, a despeito da descoberta de supostas conspirações em certas cidades como Novo Redondo, Moçamedes, Benguela, etc.. A revolta jamais ultrapassaria o rio fulcral de Angola, a saber, o Cuanza. Contudo, os portugueses ficaram na defensiva em toda a parte. Perderam ou abandonaram duas sedes de concelho e trinta e três postos administrativos. Aproximadamente um décimo do território passou a ser uma zona batida por bandos de rurais revoltados, à espera de ordens e de armas, metralhados pela aviação quando tentavam, quer atacar as últimas bolsas de resistência portuguesas, quer fugir para o Congo-Léopoldville. Eis o que foi chamado, com propriedade, o «período da confusão», em

que negros e brancos se mataram impiedosamente, enquanto a censura deitava a sua capa sobre informações alarmantes e a imprensa internacional, intoxicada pela propaganda dos independentistas, pensava que Portugal tinha perdido a partida.

Ora, este silêncio escondia outras realidades. Os três ou quatro mil colonos do Noroeste, barricados nas suas povoações, eram praticamente inexpugnáveis face a bandos que não tinham mais do que pedras, cacetes e duvidosas espingardas de carregar pela boca. As localidades que caíram foram raras, a partir de meados de Abril. Apenas as deslocações fora dos postos eram mortais. Limitaram-nas tanto quanto puderam, contentando-se em chamar o apoio da aviação militar quando tal era possível, esperando abastecimentos trazidos ou lançados por duas ou três avionetas do aeroclube.

Os reforços militares começaram a chegar ao Noroeste a partir de 15 de Maio de 1961. Lentamente, os eixos rodoviários começaram a ser percorridos por colunas de viaturas, enquanto os bandos se reforçavam nas serras e tentavam ganhar outros militantes fora da área kongo. Apanhados entre dois fogos, os habitantes das aldeias indígenas neutras fugiram e foram engrossar os magotes de refugiados que tentavam escapar à aviação. A UPA massacrava os que não queriam juntar-se-lhe.

Depois, à medida que a estação seca foi chegando e a pressão militar branca aumentava, a UPA pôs em acção uma arma terrível, que teria sido absoluta, caso tivesse sido utilizada desde Março-Abril: incendiou as plantações de café que não puderam ser limpas de ervas daninhas. Juntou-lhe a destruição das construções abandonadas ou deixadas à guarda de contratados. De Junho a Setembro de 1961, a guerra passou a ser económica. Tratava-se de cortar o laço afectivo e financeiro entre o colono e esta terra a que ele se agarrava na esperança da colheita, custasse o que custasse. Os pequenos fazendeiros que nada tinham vendido ainda, por terem plantações demasiado recentes para produzir, estavam em dívida para com os seus credores de Luanda. Tratava-se de ver qual das duas paciências levaria a

melhor. Foram atacadas ou destruídas cerca de 700 plantações. As perdas foram tais que muitos fazendeiros arruinados deixaram o Noroeste. Os comerciantes viram esfumar-se a sua clientela com a fuga dos africanos. Milhares de quilómetros quadrados tornaram-se desertos humanos, enquanto os bandos de militantes subiam ao alto das serras mais inacessíveis, arrastando uma população desorientada. É aí que sobrevivem, onze anos depois, os restos da resistência de 1961 no Noroeste.

Pelo seu lado, o Exército esforçou-se por destruir os bandos, mas quem conhece a selva depressa compreende que os êxitos do Verão de 1961 foram principalmente psicológicos. A reconquista do posto de Nambuanguo, nos Dembos, distrito de Luanda, a 9 de Agosto de 1961 destinou-se sobretudo a levantar o moral dos brancos e a lançar a inquietação nos bastiões tidos por mais inacessíveis dos insurrectos. Estes viram o seu moral desintegrar-se com o retorno da estação das chuvas, que iria paralisar os movimentos dos portugueses, é certo, mas iria debilitar consideravelmente as populações que, mais de seis meses antes, tinham abandonado as suas aldeias e agora erravam na floresta, sem sal, sem medicamentos, quase sem comida. Foi a grande miséria dos bacongós, cujos milhares de mulheres e crianças nunca mais viam a independência que lhes tinha sido prometida um tanto apressadamente. Os portugueses, constantemente reforçados, acabaram por recuperar todos os postos e localidades abandonados, antes de meados de Outubro de 1961.

O balanço desta revolta é impossível de estabelecer: entre 8.000 a 50.000 mortos entre os africanos, talvez mais próximo o segundo número do que o primeiro. Quase toda a população konga (mais de 600.000 pessoas) deixou as aldeias. Uma parte, esfomeada ou mais chegada aos portugueses, entregou-se-lhes (236.000 só no distrito do Zaire, de Outubro de 1961 até ao fim de 1962). Outra parte, várias centenas de milhares, alcançou o Congo-Léopoldville. Militarmente, as baixas portuguesas foram pouco significativas (320 soldados mortos, de 4 de Fevereiro de 1961 a Setembro de 1962). Em combate, morreram apenas 134 homens em 1961.

A situação em 1971

Onze anos depois desta tragédia, relativamente benigna ao lado das grandes carnificinas do Congo e do Biafra, a guerrilha reduzida e sempre fragmentada mudou de cara, mas subsiste, apaziguada ou pretensiosa, segundo o estado momentâneo dos seus arsenais. Pelo seu lado, os portugueses não conseguiram eliminá-la no Noroeste e, se praticamente a repeliram em Cabinda, um novo teatro de operações no Leste não permite dizer que o fim da «guerra» está à vista, longe disso. Somente, o que parece uma aberração económica para outros que não os portugueses, para estes mais parece um mal de apatia curável com paciência. E sabe Deus se, em cinco séculos de expansão ultramarina, este povo não conseguiu armazenar quantidade e qualidade de paciência desconhecidas noutros países europeus. Estatisticamente, as baixas não aumentaram em relação a 1961 e mantêm-se em 23 a 25 militares mortos por mês em Angola, o que, para forças três vezes mais fortes do que há dez anos, não parece testemunhar a favor dos independentistas.

Contudo, dificilmente se pode considerar esta situação como militarmente sã, pois Lisboa tem de fazer face a três movimentos independentistas, antagonistas entre si, é verdade, mas cada vez mais bem armados, cada vez mais ambiciosos e seriamente apoiados por patrocinadores estrangeiros que sabem o que fazem. A esses também se recomenda paciência, pois não irão ver o reembolso do seu investimento tão cedo.

É preciso aceitar a evidência e não nos deixarmos levar pela apreciação sentimental de uma tese aparentemente sedutora, mas que deve ser vista à luz dos números. Admitindo um exército de 70.000 homens (dos quais, talvez 10.000 a 15.000 africanos), apoiado por cerca de trinta mil brancos, negros e mestiços nas forças policiais e paramilitares, chegamos a 100.000 homens regularmente em armas. Quem se convencerá de que é suficiente para proteger 300.000 brancos contra 6.000.000 de negros prontos a sacrificarem-se para expulsá-los, quando Angola é tão grande como a Espanha,

a França e a Alemanha Ocidental juntas? Aceitemos que a maior parte da população europeia está concentrada numas quantas cidades; mas qual é o posto administrativo português, mesmo dos mais isolados, isento de civis, nem que seja o cantineiro? A árvore dos golpes de mão não nos deve esconder a floresta que é a seguinte: mesmo com o risco de pisar uma mina, nenhuma parcela do território angolano está interdita aos portugueses, a não ser pela inacessibilidade de algumas selvas de montanha ou alguns pântanos. Falar de centenas de milhares de quilómetros quadrados controlados pelo MPLA, de vários distritos controlados pela UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) faz sorrir e denuncia um desconhecimento das realidades pouco compreensível.

Consideremos a população, quaisquer que sejam os seus sentimentos profundos. De momento, afastada do conflito ou reagrupada em aldeias novas mais fáceis de vigiar e defender, a esmagadora maioria da gente africana está no campo português, seja porque aí encontra vantagens – e são numerosas –, seja porque a isso é forçada. Ao que parece, nem a UPA tornada FNLA, nem o MPLA, nem a UNITA podem pretender controlar realmente (isto é: organizar militarmente, socialmente e economicamente, sob o risco de um bombardeamento) 85.000 a 115.000 pessoas que ficaram em Angola, mais uns prováveis 600.000 refugiados no exterior, que não podem ser considerados militantes prontos a bater-se.

Muito pelo contrário, o êxodo dos bacongós, pois é deles que se trata fundamentalmente, pode ser interpretado como uma grande perda para a luta independentista da UPA que, desde então, tem de percorrer centenas de quilómetros onde não existe população amiga. Além disso, mesmo sem falar do tribalismo que continua a ser um peão fundamental no jogo português, convém interiorizar outra evidência: a guerra gasta soldados, mas eles renovam-se pela mobilização. As populações locais nunca podem escapar à guerra, quer estejam reagrupadas pelos portugueses, quer sejam libertadas pelos independentistas. São elas quem mais sofre a tensão nas zonas contestadas. A usura dos civis não é um factor que se possa conta-

bilizar no activo das guerrilhas. Não se pode dizer quantos deles estariam prontos a juntar-se aos guerrilheiros ou a apresentar-se aos portugueses, caso pudessem escolher. Mas um facto subsiste. Segundo tudo leva a crer, as Forças Armadas portuguesas – pelo menos, o Alto Comando – não estão dispostas a deixar-se humilhar por adversários inferiores em número (alguns milhares) e em conhecimentos militares. Mal ou bem, pensam que o cansaço irá vencer os independentistas (em português corrente, *turras*; no vocabulário oficial, terroristas), antes que elas o sintam. Já o fizeram compreender ao Governo, o que é de somenos, mas também à população africana, humanamente propensa a obedecer ao mais forte. Uma vez que a perspectiva de uma saída dos portugueses parece longínqua, até pouco realizável a médio prazo, mais vale viver em paz com eles. E para tal, como não é possível fazer jogo duplo de amizade com os brancos de dia e ajuda aos guerrilheiros de noite, há que tomar partido, isto é, resistir às solicitações comprometedoras dos grupos armados independentistas. Os portugueses não só arregimentaram os africanos «fiéis» – o que não falta num território onde há mais de cem tribos – em unidades regulares e corpos especiais de antigos «terroristas» recuperados, como – o que é mais inquietante – armaram as aldeias transformadas em unidades de autodefesa, que talvez não sejam muito activas, mas não hesitam, quando se sentem apoiadas pelo Exército ou violentamente atingidas pelos guerrilheiros (assassínio ou mutilação de mulheres, crianças, homens notáveis, etc.), em bater-se ao lado dos portugueses. Raramente há quartel nestes recontros entre africanos em paroxismo.

Quando se evoca a fácil dicotomia colonialistas-insurrectos, comete-se um erro ao pretender simplificar. O que conta é saber quem dispara sobre quem num dado momento e quem assegura às massas um destino menos miserável. Tanto quanto se sabe, por agora são os portugueses quem tem o domínio do mato, salvo em certos redutos da UPA que sobreviveram às doenças e aos ataques, depois de 1961, e exceptuando igualmente algumas zonas do Leste onde o MPLA e a UNITA reagruparam, voluntariamente

ou à força, populações afectas aos seus métodos e à sua luta, depois de 1966.

Nada impede, evidentemente, que infiltrações independentistas progridam perigosamente para o coração (ovimbundo) de Angola e aí granjeiem simpatias; mas, à hora actual, pretender que os portugueses vacilam e vão desmoronar-se é uma tarefa que é preferível deixar ao cuidado dos militantes independentistas. Finalmente, a balança económica de Angola acusa lucros muito substanciais, para as companhias e para a maior parte dos portugueses locais que não vislumbra por que razão haveria de abandonar, agora, esta terra que não perdera nas horas sombrias de 1961.

Quando os independentistas conseguirem ameaçar gravemente os dois pilares económicos de Angola, a saber, o café e as minas, então poderemos voltar ao problema e ver se as hipóteses de minar as esperanças dos brancos e inflamar as esperanças dos negros estarão à altura de vergar o Exército e a metrópole. Entretanto, faltará aos independentistas convencer uns quantos milhões de hesitantes, paralisar a ajuda exterior a Portugal, desencorajar os colonos (talvez mais fácil no caso de uma crise económica), fazer progredir as guerrilhas paralelas na Guiné e em Moçambique e – esforço inglório – conseguir a unidade política e operacional entre os vários movimentos. O perigo que representam para Lisboa é real, mas, ao ritmo actual, é pouco provável que as suas actividades militares consigam empurrar os portugueses para o mar. Definitivamente, em Angola como nos outros territórios africanos onde se combate, vencerá quem tiver mais paciência. Onze anos analisados retrospectivamente mostram que uns e outros dela estão amplamente fornecidos.

A vida política em Angola⁵⁵

Não há partidos políticos em Angola.

Assim sendo, se quiséssemos basear esta análise naquelas que se lêem sobre a maior parte dos estados francófonos ou anglófonos, o presente estudo acabaria logo na primeira linha. Com efeito, se por partidos políticos entendermos formações reconhecidas como tal: 1) no poder ou na oposição; 2) influenciando na opinião dos governantes, por meios legais ou ocultos; 3) dispondo de uma clientela eleitoral capaz de exprimir as suas escolhas; não há, repetimos, partidos em Angola. Em contrapartida, se para a definição da palavra partido nos contentarmos com qualquer grupo de pessoas tendo: 1) ambições políticas ou pessoais, manifestas ou clandestinas; 2) uma doutrina, um programa (ou um esboço de reflexão) para o futuro da totalidade ou parte de um território, dentro ou fora da República Portuguesa; 3) um escritório, alguns quadros de chefia, militantes dignamente conhecidos ou na sombra e adeptos em quantidades não despreciandas; então Angola – ou melhor, a sua periferia – regurgita de partidos, «partículos», simulacros ou embriões dos supracitados.

A dificuldade do problema consiste em não negligenciar qualquer deles, pois todos pretendem chamar a atenção e não nos parece haver qualquer critério honesto para não lhes reconhecer essa atenção. Adoptaremos, portanto, uma arbitrariedade deliberada, a fim de nos situarmos nos limites de um curto estudo que visa mais a poda do que a exaustividade, esta inacessível devido às características da informação sobre tudo o que concerne a África portuguesa. Não garantimos ficar isentos de injustiças flagrantes, mas os interessados devem ir-se habituando a isso, por seu turno, pois praticamente nada do que se publica sobre este estranho país escapa à polémica, à indignação virtuosa, às meias verdades ou às mentiras descaradas acolhidas com serenidade.

⁵⁵ Publicado na *Revue française d'études politiques africaines*, n.º 65, Maio de 1971.

Neste caso, a intolerância é polícroma.

Sejam eles os últimos defensores da Civilização Ocidental; ou nostálgicos do rei D. Afonso I do Congo ou da rainha Ginga; ou leitores do Grande Timoneiro⁵⁶ ou admiradores do Sr. Vorster⁵⁷, todos os que, a qualquer título, se ligam a um movimento cuja razão de ser é Angola são nacionalistas, leia-se, ultra-nacionalistas. Para pôr um pouco de ordem na nomenclatura, tomaremos como fio condutor a situação geográfica e, dentro de uma das duas grandes divisões assim traçadas, adoptaremos a atitude consentânea com o *statu quo* político. Também insistiremos mais nas motivações, do que nas peripécias.

A Angola oficial

I. As tendências

Um primeiro erro consiste em acreditar que todos os angolanos se opõem ao *statu quo* e que todos os portugueses lhe são favoráveis. Não estaríamos na África «cinzenta», se esta esquematização fosse comprovada.

A) Os negros

É deles que dependerá o futuro do país, a longo prazo. Se a maioria não o sabe, porque ainda não atingiu um nível de consciência política suficiente, sabemos-lo nós por ela. O maior obstáculo à realização de aspirações comuns provém de uma dupla divisão: étnica e sociológica. Em 1971, podemos afirmar que a noção de entidade angolana não é percebida pela maioria dos seis milhões de angolanos, por uma simples razão: Angola actual, com os seus 1.246.700 km², é uma criação recente dos portugueses e dos seus mestiços. Sabendo que mais de nove décimos do território

⁵⁶ N. do T. – Alusão a Mao-Tse-Tung (1893-1976), revolucionário comunista e presidente da República Popular da China.

⁵⁷ N. do T. – John Vorster (1915-1983), primeiro-ministro (1966-1978) e presidente (1978-1979) da República Sul-Africana.

eram independentes em 1900, pergunta-se por que alquimia política os seus habitantes se encontrariam, setenta anos mais tarde, num grau mais avançado de coesão nacional do que o Congo ou a Nigéria em 1960. No plano da unidade, etnicamente, não estão em desvantagem em relação aos seus vizinhos. Cite-se, em primeiro lugar, um fraccionamento menor das etnias, donde a diminuição de eventuais rivalidades. Isso não impede que os massacres de trabalhadores a contrato (ovimbundos e ganguelas) nas fazendas de café, pelos bacongos e umbundos em Março de 1961, tenham avivado os ódios raciais, habilmente atizados pelos portugueses.

Em segundo lugar, existe um aglutinador, superficial ou não, que aproxima as etnias: a língua portuguesa. Ao proibir o ensino e difusão das línguas indígenas (salvo, acessoriamente, nas missões protestantes anglo-americanas, em vias de reabsorção desde 1961) e ao fazer do português a língua veicular exclusiva⁵⁸, e o que é mais importante, a língua indispensável a quem queira progredir na sociedade colonial, Lisboa dotou o território de uma infraestrutura linguística uniforme, com a qual os interessados se congratularão um dia. Esta coesão cultural aparente⁵⁹ tem, contudo, o seu reverso. Ela aprofundou as diferenças sociais entre africanos, sendo o domínio perfeito da língua portuguesa um dos critérios da assimilação antes de 1961, ou seja, o acesso aos direitos políticos. O indigenato foi suprimido há dez anos mas, pese embora aos independentistas africanos, a antiga barreira erguida pelos colonizadores entre assimilados (logo, civilizados) e as massas não desapareceu da mentalidade de certas elites negro-africanas. Todos os habitantes de Angola são iguais, mas, para retomar uma expressão conhecida, uns são mais iguais do que outros. A distância entre um ex-assimilado ou os seus filhos e um «preto do mato» é

⁵⁸ De notar a ausência de línguas veiculares autóctones (nada de lingala como no Congo, nada de suaíli como na África Oriental – incluindo Moçambique) ou aculturadas (nada de crioulo).

⁵⁹ Dizemo-la aparente porque não atinge todas as etnias com a mesma intensidade. Se alguns umbundos e muitos ovimbundos aprendem o português com avidez, os bacongos (ou o que deles subsiste localmente) não se aplicaram verdadeiramente senão depois de 1961.

infinitamente maior do que entre um morador de Benguela e um camponês do planalto, por exemplo. No plano político, um movimento reivindicador da independência com base rural e de quadros largamente francófonos (a UPA) estava e está pouco à-vontade quando se confronta com intelectuais negros educados nos moldes portugueses.

Como era de esperar, não há nem pode haver uma frente comum face aos portugueses e existem angolanos bantos puros que, sinceramente ou por conveniência pessoal, advogam a perpetuidade do *statu quo* porque lhes assegura, nomeadamente:

- 1) Um certo à-vontade ou estabilidade (funcionários);
- 2) Segurança (antigas tribos donde eram arrebatados os escravos, incrustações étnicas minotritárias);
- 3) Prestígio (indivíduos pouco ou medianamente instruídos, a caminho de uma ex-assimilação aceite, mas que, na eventualidade de uma independência, perderiam a sua posição no caso de preponderância absoluta de um movimento mais preocupado em fazer triunfar as suas opções ou a sua clientela étnica, do que respeitar os quadros locais.);
- 4) Continuidade das tradições (etnias arcaizantes e querendo assim permanecer porque a mudança é uma porta para o desconhecido – principalmente no Sul).

Isto é válido para os africanos que, com razão ou sem ela, pensam ser preferível ligar a sua sorte à da minoria branca, porque é mais forte, mais útil ou menos incómoda. Avaliar o seu número enferma de parcialidade partidária, mas não pensamos ser esta corrente de pensamento maioritária entre os negro-africanos urbanizados (512.543 cidadãos de todas as cores nas cidades de mais de 2.000 habitantes em 1960, isto é, 11 % da população total), nem entre os rurais remanescentes no Noroeste angolano, que viveram a grande convulsão de 1961, nem provavelmente onde a densidade

branca aumenta as fricções e as suspeitas, nem por todo o lado onde os protestantes africanos⁶⁰ ainda são numerosos.

Seria polémico afirmar que, tendo em conta estes elementos, os apologistas negros do *statu quo* são menos numerosos do que aqueles que queriam vê-lo modificado. Tal não se pode demonstrar politicamente, à hora actual, pois as eleições são «filtradas» e ameaçam assim ficar por muito tempo. No máximo, considerando o estado cultural de certas etnias, poderíamos pensar que os «sem outra opinião senão a do *soba* (chefe genético), a dos seus *capitas* (conselheiros) e do Senhor Chefe (administrador de posto)» são os mais numerosos.

B) Os mestiços

Quem se daria ao trabalho de tratar impunemente o espinhoso problema das opiniões políticas dos mestiços, quando ninguém sabe quantos são (oficialmente, 53.392 em 1960)? Ao contrário da África do Sul, ser mestiço em Angola é uma situação transitória que cessa geralmente ao fim de três ou quatro gerações, salvo em comunidades mestiças suficientemente grandes para se reproduzirem por si próprias. A prazo, ou se salta a linha (para as raparigas bonitas mais claras e os estudantes na metrópole), ou se regressa à raça materna (os mestiços homens que não conseguem casar-se dentro da sua comunidade, absorvida pelo branco e aumentada pela parte negra).

Nada nos fará negar que o número de mestiços «genéticos» é superior ao dos mestiços «sociológicos». Basta frequentar os arredores de todas as aglomerações da África portuguesa para tomar consciência da precariedade da estatística. Bem perspicaz seria quem pudesse dizer para que lado pende o coração dos verdadeiros mestiços registados e assumindo a sua mestiçagem. O seu grupo forneceu, seguramente, pelo menos dez vezes mais quadros à administração portuguesa, do que aos independentistas no exílio. A partir desta verdade sócio-económica, tirar conclusões sobre as suas predilecções seria comparável às acrobacias das estimativas e do

⁶⁰ Em 1960: 796.695 negros protestantes, 2.236.959 católicos, 834.244 «pagãos» e 735.315 «sem religião».

apriorismo que são a maior falha das análises publicadas pela maior parte dos especialistas alinhados com a direita ou com a esquerda.

Poucos observadores o admitirão, por divergentes razões, mas os únicos verdadeiros angolanos conscientes da sua angolanidade primordial são os mestiços «estabilizados», pois só eles estão suficientemente acima da suas origens para se considerarem não inteiramente negros, em vez de umbundos, por exemplo, e não inteiramente brancos para reagirem como um português, mesmo nascido no território. A distância a que o nascimento os colocou entre os dois mundos, que eles frequentam sem jamais evoluir neles inteiramente à-vontade – salvo notáveis exceções –, fez deles uma comunidade sem bases profundas, a não ser numa Angola crioula largamente urbana, onde é preciso lutar para conservar o estatuto social, minado pela imigração branca e ameaçado pela vaga de escolaridade negra⁶¹.

Os mestiços de Angola sabem-no bem: poucos brancos e ainda menos negros confiam cegamente neles. Alguns são odiados pelos negros com uma intensidade raramente igualada entre negros e brancos. Não foram eles, historicamente, os melhores auxiliares do branco quando foi preciso dominar o negro e vendê-lo? É certo que, individualmente, não são responsáveis; mas colectivamente é-lhes apontada esta queixa. A grande força dos portugueses nos trópicos foi não desprezar os benefícios que lhes traziam os seus filhos mestiços, num tempo em que não era possível ter outros. Pela sua virilidade itinerante, quer se queira quer não, o português multiplicava os seus tentáculos, o seu poder e, no fim de contas, a sua sobrevivência. Os revoltosos bacongós de 1961 lembraram-se desta realidade sociológica, massacrando tanto os brancos como os seus filhos mestiços

⁶¹ Outro exemplo da longevidade das ideias-feitas: o obscurantismo e o analfabetismo, elevados a dogma em toda a África portuguesa por aqueles que os contestam, são agora avalizados por demasiados autores considerados bem informados, esquecendo que foi feito um esforço educativo impressionante na sequência das revoltas de 1961. Notaremos simplesmente que, em 1958-1959, para cerca de 4.000.000 de habitantes, as escolas de Angola tinham 87.776 alunos; dez anos mais tarde, em 1968-1969, para 5.500.000 habitantes, educavam-se 333.767 alunos. Lembremos que esta escolarização tardia, a partir de 1964-1965, se deve à vontade da metrópole, conduzida, entre outros, por um mestiço de Cabinda, Secretário Provincial da Educação que, silenciosamente, fez mais pelo futuro das elites angolanas do que duas conferências de solidariedade, tão espalhafatasas quanto onerosas.

ou os mestiços «estabilizados» que apanharam⁶². Quererá isto dizer que os mestiços pendem para o lado do *statu quo* porque lhes garante a promoção, mesmo a sobrevivência física? Seria ir depressa de mais. As células urbanas do MPLA e outras, embargadas em 1959 e 1960, eram compostas parcialmente por mestiços crentes de que a esperada mutação política seria vantajosa para eles. Onze anos depois, continuamos a encontrar em Angola mestiços implicados em actividades independentistas do MPLA. Pensam que, pigmentação à parte, o seu futuro está do lado da maioria, isto é, dos negros que poderão vir a enquadrar, quando chegar o momento, pois são mais instruídos do que eles. Fazem um prognóstico igual ao dos mestiços haitianos. Outros, mais prudentes – ou menos jovens, ou mais brancos –, estimam que uma mudança de *statu quo* político não seria forçosamente favorável aos que estão demasiadamente próximos dos brancos. O exemplo dos árabes de Zanzibar, ainda que mal conhecido em Luanda, deve incitar alguns a concordar com tudo o que Lisboa deseja. Doutro modo, que fazer senão tomar o caminho do exílio? Ora, é um facto que, apesar das brilhantes individualidades mestiças que evoluem nos cenáculos internacionais e os mais raros que se batem nas matas contra os portugueses, não se assiste, desde 1961, a qualquer deserção massiva das elites mestiças locais. Seja qual for a opinião desta comunidade específica, a sua maioria pensa que há mais a ganhar aperfeiçoando armas intelectuais em Portugal ou em Angola, do que em percorrer os caminhos incertos da aventura política.

Para um mestiço, perder o seu bem mais precioso, a sua angolanidade, não significará o seu desaparecimento genético a prazo?

C) Os brancos

Os brancos de Angola (172.529 em 1960, talvez 300.000 actualmente) são, primeiro que tudo, portugueses, com as características inerentes, das quais a mais generalizada é a maledicência, ou seja, denegrir sistemática

⁶² É justo referir que alguns mestiços estavam do lado dos revoltosos, mas, até mais ampla informação, podemos considerar a comunidade mestiça abalada por estes massacres, cujos ecos de reprovação se encontram nos textos do MPLA, onde numerosos quadros eram mestiços.

e cegamente qualquer poder instituído, sobretudo se for autoritário. Em Angola, onde o branco que ali chega não o faz por amor aos sociólogos, mas sim por necessidade vital e cruel, existem clivagens profundas no seio da comunidade europeia, como não existiam em qualquer outra colónia tropical. A Argélia de antes de 1962 era a que mais se aproximava. O que choca e conta, antes do mais, é a mediocridade do nível de vida e de horizontes da maioria dos brancos. Adivinha-se que Angola seja uma terra de brancos pobres, mas esta pobreza ocupa áreas que é preciso sondar para compreender as reacções políticas. Não choca ver que todos os motoristas de táxi são brancos e que a classe de um hotel se avalia pelo número de empregadas de quarto brancas de que dispõe. Afinal, este espectáculo é frequente em Johannesburgo.

a) *Os brancos de poucos recursos*

O que faltaria avaliar era o número de desempregados brancos à espera de um patrão e que não o encontram porque este considera mais vantajoso alugar os serviços de um negro, mais bem aclimatado e menos exigente no dia do pagamento. Segundo os nossos cálculos, em 1960, 6 % dos moradores nos musseques (bairros pobres de maioria indígena) de Luanda eram brancos, ou seja, 10.000 brancos. Perto de um quinto da comunidade branca da capital vivia, portanto, paredes-meias com os africanos mais desfavorecidos. Isto podia criar laços, mas também tensões que, mal foram avivadas, desembocaram nas explosões de 1961. Dez anos mais tarde, foi efectuado em Luanda um esforço extraordinário de construção, mas nada permite dizer que a concorrência no mercado de trabalho está menos activa, sobretudo nos cargos que exigem poucas qualificações. Pior ainda, para o branco que, em vez de ir para França ou para a Alemanha, desembarca nesta cidade-miragem rodeada de mato hostil, o negro instruído⁶³ e o mestiço tornam-se seus concorrentes cada vez mais ameaçadores no plano económico. O imigrante é um homem cercado e reage como tal.

⁶³ Por exemplo, são necessários quatro anos de escola primária para tirar a carta de condução.

Apesar de dar o salto para África, parecendo, à primeira vista, um indivíduo aventureiro, o imigrante é, antes do mais, um camponês do Norte de Portugal, de dura raça. Depressa compreende que nesta terra onde o trabalho agrícola é mal pago, a menos que cultive café por conta própria, a única saída é o pequeno comércio com o negro. De camponês, transforma-se em lojista, caso tenha as relações, a oportunidade e o capital necessários. Ora, nem o arado nem o balcão alguma vez atraíram os grandes revolucionários.

Essencialmente, a maioria dos brancos é, portanto, conservadora e não são alguns milhares de operários especializados que, por alguma agitação irreflectida sob os olhos da DGS (Direcção Geral de Segurança, ex-PIDE desde Novembro de 1969), iriam comprometer o seu estatuto de «privilegiados». Mesmo brancos, nem os sindicalistas nem os cabecilhas duram muito tempo neste território.

Por determinismo, vocação ou prudência, a maioria branca ou aprova, ou se resigna.

b) *Os brancos de médios e grandes recursos*

Não sendo as estatísticas sócio-profissionais separadas por raça, nada se sabe de muito nítido sobre o número de médios e grandes plantadores, comerciantes, profissionais, etc.. Por definição, sendo mais instruídos e mais bem informados (?) do que os brancos de pequenos recursos, esta gente é menos dócil e mais «maldizente». Têm ideias e criticam, enquanto os seus interesses não são realmente ameaçados, limite raramente atingido.

Quais são as correntes políticas desta burguesia suficientemente rica ou estabelecida para manter, não controvérsias públicas – quem o ousaria, visto não estarmos em Moçambique? –, mas esperanças de mudanças políticas? Os que têm os seus interesses locais, quer por terem nascido em Angola (50.921 em 1961), quer por terem feito fortuna em bens não exportáveis e facilmente expropriáveis sem indemnização em caso de conflito violento

(terras e imóveis)⁶⁴, vêem com maus olhos a intromissão das Finanças e da Administração metropolitanas na economia angolana. Protestam contra todos os espartilhos que não sejam forjados por si próprios. O Presidente do Conselho Marcelo Caetano – astuto manobrador, ainda que alguns assim não o considerem – ao anunciar em Dezembro de 1970 a concessão de um estatuto de maior autonomia às províncias ultramarinas no quadro do Estado português, pode ter querido desanuviar o descontentamento destes críticos da tutela lisboeta.

Os que acreditam que a independência está próxima e lhes será proveitosa (isto é, presumivelmente de modelo rodesiano com suficiente flexibilidade para integrar mestiços e negros educados votando «bem») parecem entregar-se a um «não há-de ser nada» atávico. Aqueles que, pelo contrário, pensam que se deve encontrar o modelo em Pretória e que é preciso acabar com tudo militarmente, aterrorizando o «terrorismo», constituem uma corrente de opinião que, se não é mensurável quantitativamente, não deixa de estar presente. A pouca estima em que têm os oficiais de carreira, acusados de fazer durar as operações para aproveitar o subsídio de campanha, é conhecida de todos e denuncia bem o desconhecimento das dificuldades de um exército convencional face a uma guerrilha pouco activa, mas crescente na medida em que se estendeu ao Leste. Estes «duros» clamam contra o Exército, mas seriam os primeiros a chamá-lo de volta se, por acaso, tivessem conseguido dispensá-lo momentaneamente.

c) As Forças Armadas

As forças empenhadas (talvez 75.000 homens em 1971, dos quais 50.000 metropolitanos) representam uma força parapolítica no sentido em que são, com a Administração e a Polícia (mais de 13.000 homens), o único poder capaz de se afirmar como corporação em toda a Angola. Segundo tudo faz crer, encontram-se presentemente do lado do *statu quo*.

⁶⁴ O fenómeno luandense do investimento, no sector imobiliário, dos lucros do café, por não serem repatriáveis para a metrópole devido ao controlo de câmbios entre o escudo metropolitano e o angolano, é suficientemente conhecido para ser aqui desenvolvido.

Alguns observadores pensam que não são nem eficazes operacionalmente, nem homogéneas politicamente. A segunda premissa é mais verdadeira do que a primeira. Há, efectivamente, uma margem considerável entre, de um lado, os oficiais de carreira – minoritários, ligados ao Estado Novo e, para as patentes mais elevadas, a alguns meios financeiros decididos a espremer Angola «até ao tutano» – e, doutro lado, os oficiais mobilizados temporariamente, que reduzem as suas actividades e as dos seus homens ao mínimo. Num país onde a política do segredo é um ponto de doutrina governamental desde, pelo menos, o século XV, as Forças Armadas incentivam o mutismo dos civis. Parece aleatório acreditar que as deserções⁶⁵, os mortos⁶⁶, os feridos⁶⁷ e os refractários (muito importantes devido à emigração dos jovens antes da incorporação) são capazes de minar a sua vontade de resistir. O desgaste, neste décimo primeiro ano, é contudo um elemento a ter em conta entre os oficiais de carreira.

d) *Que fazer?*

Entre outras escolas de pensamento, mencionaremos a que seria favorável a uma aproximação, mesmo um entendimento, com alguns independentistas africanos. Para esses, as dificuldades surgiriam mal esse passo fosse dado; de resto, não poderia sê-lo abertamente, pois seria considerado um atentado à segurança do Estado e punido como tal. Na selva dos movimentos angolanos, qual escolher? O GRAE-FNLA, incarnação da UPA dos «estripadores de 1961», considerado estrangeiro e cavalo-de-Troia dos Estados Unidos da América? O MPLA, pró-soviético, com o qual esta tendência poderia encontrar afinidades? A UNITA, mal conhecida, que prossegue um trabalho obscuro no Centro de Angola com o apoio da China? Qualquer dos grupos inconstantes que enviam uma ou duas petições por ano às Nações Unidas? Um novo movimento a constituir com a

⁶⁵ Oficialmente, 4 a 5 por mil (africanos incluídos), segundo uma declaração, em Outubro de 1970, do Ministro da Defesa, general Sá Viana Rebelo, ex-Governador-Geral de Angola.

⁶⁶ 5 por mil, segundo a mesma fonte.

⁶⁷ 19 por mil, segundo a mesma fonte.

finalidade do entendimento? Na verdade, o problema para estes adeptos da reconciliação seria encontrar o interlocutor válido que ainda não existe.

A gama de opiniões virtuais ou reais dos brancos vai, portanto, das tomadas de posição dos partidários de uma independência branca de tipo sul-africano, às dos adeptos (raros) de uma independência incondicional de maioria africana, passando pela manutenção da actual situação de província, até um acordo com certos independentistas angolanos e, finalmente, à autonomia sugerida por Marcelo Caetano⁶⁸, que deve congrega uma proporção não negligenciável de brancos, para não falar de outras raças.

II. As estruturas

Estas considerações por vezes «subversivas» encontram-se em estado latente, porque, para expor as que saem da linha oficial, não há nem imprensa, nem partidos, nem associações políticas. Então, como se exprimem as tendências?

A) A representação na Metrópole

Sabe-se que, a nível central, Angola está representada no Conselho Ultramarino, o órgão permanente mais elevado, encarregado de aconselhar o Ministro do Ultramar. O Conselho Legislativo de Angola elege, entre os seus membros, três representantes para o Conselho Ultramarino. Estes três porta-vozes de Angola na metrópole figuram entre os dezanove representantes do Ultramar no seio do Conselho, que conta trinta e nove membros no total (incluindo metropolitanos), eleitos ou nomeados, e um presidente. Parece que, destes três indivíduos, pelo menos um tem de ser mestiço ou banto puro.

Angola está também representada na Câmara Corporativa, organismo consultivo do poder central, com mais de 200 membros, dos quais dois

⁶⁸ Por agora muito indefinida, prevê leis próprias para Angola, votadas por um organismo legislativo provincial e um governo encarregado dos assuntos correntes da administração local. É um passo em frente bastante importante, ao que parece.

representam Angola. Destes dois delegados, um é escolhido entre os membros do Conselho Económico e Social de Angola, o outro entre os membros da Administração.

Esta representação pode ser qualificada de «homeopática». Rege-se entre gente que se dá bem.

Mais séria é a representação de Angola na Assembleia Nacional, em Lisboa, onde os 130 deputados são eleitos por quatro anos. Angola, como é considerada uma única circunscrição eleitoral, tem o direito de eleger sete deputados. É a este nível que o jogo político se faz sentir ligeiramente porque, na falta de verdadeiros partidos, as associações económicas de Angola, de maioria branca, manifestam-se por diversas pressões durante o período eleitoral, para fazer nomear os seus candidatos, ou levando a peito defender os interesses da província. A petição não é uma forma desconhecida de atingir objectivos⁶⁹.

B) As eleições à Assembleia Nacional de 1969

Nas eleições de 1969, estimou-se haver cerca de 1.800.000 eleitores inscritos em Portugal, sendo 107 deputados pela metrópole, ou seja, um deputado por cada 16.800 eleitores. Angola, a que se atribuía por grosso 200.000 eleitores, deveria ter, portanto, doze representantes em vez dos sete actuais. Passou-se adiante e a lei eleitoral que dava direito de voto, tanto às cidadãs como aos cidadãos maiores de idade, sabendo ler e escrever português e isentos de incapacidade, parece não ter sido aplicada aos eleitores do Ultramar.

Em Portugal, grupos da oposição como o Centro Democrático Eleitoral (CDE), democrata liberal, e a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), social-democrata, concorreram às eleições, baseando o seu programa para o Ultramar no reconhecimento à autodeterminação definida pelas Nações Unidas. A CDE reclamava a abertura imediata de

⁶⁹ Em Outubro de 1969, estas associações pediram, nada menos que ao Presidente do Conselho, a revisão da proporcionalidade eleitoral, a fim de que Angola, com os seus milhões de habitantes, pudesse pesar mais do que qualquer das 22 circunscrições metropolitanas e das Ilhas Adjacentes.

negociações com os chefes independentistas africanos; a CEUD punha como ponto prévio o reconhecimento do direito e o regresso à paz antes de entabular o diálogo, para restabelecer a confiança e preservar os interesses da minoria branca.

No opinião da maioria dos observadores neutros, estas eleições pós-salazaristas constituíram uma prova de boa vontade de Marcelo Caetano, uma operação de prestígio bastante hábil, no fim de contas, um êxito (130 lugares sobre 130), talvez demasiado perfeito, mas apesar disso impressionante.

Em Angola, ao invés de Moçambique, onde os sete candidatos oposicionistas foram invalidados, nenhuma lista da oposição se constituiu, o que, em certa medida, testemunha a prudência da comunidade politizada. Estimou-se em cerca de 4 % da população a massa eleitoral em Angola. Votaram 90 % dos eleitores e seguramente «votaram bem». Dos sete deputados eleitos, quatro nasceram em Angola, três em Portugal, um só é de origem africana. Seis eram já membros do Conselho Legislativo de Angola ou de outros órgãos municipais ou locais angolanos.

C) A União Nacional em Angola

O único agrupamento a apresentar candidatos em Angola foi a União Nacional que, em rigor, poderia passar por um partido de vocação especialmente angolana, se não fosse, antes de mais, uma máquina do Estado destinada a fazer eleger bons representantes por toda a parte onde flutua a bandeira e defender as suas orientações perante uma população despolitizada⁷⁰ em extremo. Enquanto aparelho político, a União Nacional é praticamente inexistente na África portuguesa. Mal estudada, esta formação parece ser, em África, um clube destinado a recrutar candidatos idóneos para cargos elegíveis e fazê-los eleger sem mais tergiversações.

Desde 1961, a União Nacional tem-no conseguido muito facilmente, apesar dos seus efectivos esqueléticos e uma organização débil nas capitais de distrito. Preconiza a luta contra os independentistas africanos, pelo que

⁷⁰ As melhores fontes (*Area Handbook for Angola*, p. 211) avaliam em menos de 5 % os europeus politicamente activos, num total de 250.000, ou seja, 10.000. Julgamos ser generosa esta estimativa.

goza do favor dos eleitores⁷¹. Depois das revoltas, tendo ficado a oposição conotada com traição, em Angola, a União Nacional é uma simples correia de transmissão do poder central. A remodelação de Fevereiro de 1970, que a transformou em Acção Nacional Popular (ANP), talvez tenha trazido um pouco de ar fresco às suas estruturas africanas. O Comité Central, aumentado de seis para dezanove membros, integra, pela primeira vez, um representante de Angola.

À falta de um programa a longo prazo, a ex-União Nacional explicou por que razão era necessário eleger os sete candidatos. Os temas principais dos discursos foram os seguintes. Portugal luta na guerra e na paz, segundo os três princípios do Estado Novo: integração multirracial, consciência de uma nacionalidade comum e inalienabilidade do território nacional. É necessário dar prioridade à melhoria da situação dos rurais, a fim de alcançar melhor justiça social e melhor cooperação com os africanos. Segundo um dos seus porta-vozes, a recente urbanização deteriora as relações amistosas que outrora existiam no mato, entre as raças. No plano económico, importa melhorar a integração das parcelas do território nacional, flexibilizar as transferências de capitais e aperfeiçoar as modalidades de povoamento branco, a fim de melhorar o nível de vida dos colonos e atrair novos.

D) As associações económicas

Os discursos da ex-União Nacional foram aceites com facilidade, pois as verdadeiras alavancas motoras, no território, não estão no seio desta organização, mas nas associações comerciais, agrícolas e industriais que agrupam as pessoas que realmente contam e os seus clientes, sendo estas relações de dependência universais. A petição de 24 de outubro de 1969 ao presidente Caetano passou despercebida a numerosos comentadores, mas contou muito mais do que estas eleições pró-forma em Angola. As associações queriam e querem a descentralização administrativa e a

⁷¹ Antes das revoltas, a sua tarefa era menos fácil e, por ocasião das célebres eleições presidenciais de 1958, o almirante Américo Tomaz ultrapassou à tangente o general Humberto Delgado em Angola, apesar de o eleito ser praticamente todo constituído por brancos.

autonomia económica, isto é, aproveitar as divisas que Angola canaliza para a metrópole, mas conservar a protecção militar, tudo assente nos termos patrióticos adequados. Um ano mais tarde, o presidente Caetano, na sua mensagem de Dezembro de 1970, parecia anunciar uma parte das reformas requeridas pelos notáveis. Aqueles que, no estrangeiro, falaram de independência dentro de algum tempo, pareciam ignorar quem iria lucrar com ela.

E) As outras engrenagens locais

Para registo citaremos, entre as aparências de representatividade a nível provincial, dois organismos que servem de escapatória a quem tem posições a defender. Trata-se, em primeiro lugar, do Conselho Legislativo que consegue orientar, por vezes, a administração angolana em direcções favoráveis às esperadas quer pelos grupos de pressão socioeconómica, quer mesmo pela maioria da população, em certos casos. É composto por 36 membros, dos quais 34 são eleitos por quatro anos: 19, por entidades económicas (3), sindicatos (3), religiosas e culturais (3), grandes contribuintes (3), regedorias (3), administração e colectividades locais (4); 15 por sufrágio directo (1 por distrito). De mencionar, igualmente, o Conselho Económico e Social (8 membros) cuja influência real é difícil de avaliar. As fontes do poder situam-se geralmente fora destas duas instâncias e singularmente na Administração luandense, depois na lisboeta. É sempre tentador deixar-se levar pelas relações pessoais, de importância capital numa terra latino-africana, onde fortes ressurgências orientais não cessam de intrigar os especialistas.

Angola subterrânea

I. Um nacionalismo latente

Os movimentos independentistas africanos que reivindicam a independência total ou parcial do território angolano são, evidentemente, hostis

ao *statu quo*. Pensamos que a sua importância para o futuro do território é ainda (1971) inferior à dos angolanos que, no campo oficial, não querem ou não podem pronunciar-se. São ruidosos no exterior, mas a sua veemência acabou por cansar muitos dos que esperavam resultados tangíveis no terreno que eles próprios escolheram: a guerrilha. Actualmente, já não têm muito boa reputação⁷². Merecerão eles, na verdade, este esquecimento que os enraivece? Dir-se-ia, em sua defesa, que têm pela frente portugueses, adversários de uma força pouco comum na intriga e na penetração intuitiva do seu jogo. Toda uma escola anglo-americana sustentou por demasiado tempo que, como colonizador, o português não valia o mesmo que os seus concorrentes. Esta apreciação, essencialmente baseada em testemunhas que conheceram os portugueses nas águas mornas do século XIX e princípios do século XX, talvez se justificasse bastante nessa época. Mas parece que, numa situação como a actual em Angola, o ponto importante não está aí. Devemos procurá-lo na situação das forças em presença, na habilidade de cada um em dominar o adversário, dividi-lo e vencê-lo. Apesar de toda a sua ignorância científica sobre o substrato africano⁷³, os portugueses, que – não obstante as afirmações de um consabido sociólogo brasileiro – são etnocêntricos impenitentes e isentos de qualquer remorso pós-descolonizador, têm desse substrato uma percepção empírica e jogam com as fraquezas dos que contestam a sua presença com uma eficiência que dá matéria para reflexão.

A) A inércia militar dos independentistas

Recordemos alguns dados bem estabelecidos. A 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda, um esboço de levantamento efectuado por alguns independentistas (entre eles, o MPLA no terreno) foi afogado em sangue

⁷² Quantos jornais assinalaram o décimo aniversário das revoltas de 1961?

⁷³ Ainda não existe um mapa étnico de Angola, de grande escala. Os estudos sobre direito gentílico, provavelmente, nunca serão compilados, os estudos históricos, tirando os de teor militar, foram realizados por anglo-americanos. Pelo contrário, a etnologia, a geografia e a linguística (dicionários) estão um pouco mais divulgadas.

por uma milícia civil espontânea e pelas autoridades. Neste mesmo mês de Fevereiro, uma revolta de camponeses (contra a cultura forçada do algodão) messiânica (chegada da deusa Maria) foi liquidada pelo Exército, no mais completo silêncio, a leste de Malange (Baixa do Cassange). A 15 de Março de 1961, uma grande insurreição de bacongós e umbundos, reforçados com alguns militantes da UPA, conseguiu massacrar 200 ou 300 brancos, centenas de mestiços e africanos, chegando a ser milhares no Noroeste de Angola, singularmente, no antigo Reino do Congo e na faixa meridional confinante. Na «confusão» de Março de 1961, os portugueses perderam ou, as mais das vezes, abandonaram duas sedes de concelho e 33 postos administrativos. No mínimo, 700 plantações de café foram atacadas, queimadas ou arrasadas durante os meses seguintes. Milhares de refugiados brancos ficaram desalojados. Houve dezenas de milhares de mortos entre os insurrectos ou presumidos como tal. A febre independentista chegou ao vale do Cuanza, onde foi preciso multiplicar as execuções para manter aberto o corredor entre Luanda, Malange e o Centro de Angola. Foram descobertas «intentonas» nos portos e em certas cidades do interior. Em Abril de 1961, nenhum jornalista estrangeiro dava mais de doze meses a Portugal para ficar reduzido aos postos administrativos, antes de se refugiar nas grandes aglomerações e testas-de-ponte costeiras. Era o fim do Império.

Dez anos mais tarde, Portugal reocupou tudo o que tinha perdido, suprimiu inúmeras causas de descontentamento, multiplicou a presença, quintuplicou as forças armadas e policiais, praticamente duplicou o povoamento branco, triplicou o valor das exportações angolanas e conseguiu manter, frente a combatentes bem armados, as baixas de militares – mas não de milícias civis – num nível quase idêntico ao registado no mais aceso da revolta de 1961⁷⁴. Não é preciso ser grande estratega para concluir que, com sensivelmente 100.000 homens das forças regulares em armas, Angola, com o dobro da superfície de França, é tecnicamente indefensável

⁷⁴ 23 militares mortos por mês em Angola, entre 1 de Novembro de 1969 e 28 de Outubro de 1970, segundo as fontes oficiais citadas pela oposição portuguesa de extrema-esquerda.

perante uma guerrilha digna desse nome, alimentada em armas e quadros através das fronteiras norte e oriental, igualmente indefensáveis.

Ora, três formações reivindicam operações militares e vitórias que, acumuladas e traduzidas em baixas das tropas regulares, corresponderiam ao aniquilamento de pelo menos quatro divisões portuguesas em dez anos. Quem quiseram, os responsáveis de informação destes três movimentos, enganar? Patrocinadores de boa-fé, mas mal informados? Os seus próprios militantes? Estarão reféns do entusiasmo dos seus próprios combatentes, quando proclamam controlar ou ter libertado um terço, metade, ou mesmo nove dos quinze distritos de Angola? Perante estes exageros, recordaremos a frase cortante de um professor universitário português bastante crítico do seu Governo: «Essa gente [os chefes independentistas] morrerá sem ter realizado o seu sonho⁷⁵». Com mais contingentes regulares anunciados, é lícita a dúvida científica mas, recuando dez anos, permitimo-nos perguntar se a causa independentista não teria sido mais bem defendida minando o interior do sistema, do que combatendo de frente especialistas em guerra lenta. Desde 1961, tanto o MPLA como a UPA, mais tarde a UNITA, lançaram-se contra os portugueses, mais com esperança do que com prudência.

B) Os movimentos independentistas em presença

O histórico destas formações é de uma complexidade que já exigiu estudos de várias centenas de páginas. Limitar-nos-emos, evidentemente, a dele traçar as grandes linhas. Dois movimentos saíram da insignificância e um terceiro porfia em içar-se ao mesmo nível.

a) Os «espectadores não-violentos»

No exílio, subsiste uma boa dúzia de formações não tendo, muitas vezes, mais do que uma máquina de escrever e meia dúzia de militantes. Nem por isso a sua causa parece menos válida do que a dos seus concorrentes

⁷⁵ Esta previsão, naturalmente, revelou-se falsa, mas servirá para nos lembrar de quão fracas pareciam as hipóteses dos independentistas africanos, vistas de Lisboa (1979).

armados. Entre os menos inconsistentes, tendo ou parecendo ter sobrevivido a dez anos de disputas, citaremos a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que reivindica a independência de Cabinda e do seu petróleo contra a visão pan-angolana do MPLA e do GRAE-FNLA. Os bacongos ao sul do rio Zaire têm os monárquicos católicos do Ngwizako que querem um rei não-protestante em São Salvador e a independência do reino. Este Ngwizako aliou-se a outros grupúsculos bacongos numa Frente Patriótica Para a Independência do Kongo Português (FPIKP). Não subestimaremos a influência anti-UPA deste grupo sobre os angolanos refugiados no Congo-Kinshasa. Também não a sobrevalorizaremos. Entre os outros micromovimentos, citaremos ainda um Conselho do Povo Angolano (CPA) que, com insigne raridade, integrava dois grupos tribais bacongos, um grupo quioco e um quarto grupo ovimbundo. De mencionar também um Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA) e outros grupos (ovimbundos ou do Leste) com base na Zâmbia, etc..

É provável que vários deles enviem emissários a Angola, apesar das barragens dos movimentos «duros» e da Administração portuguesa, que se infiltra em vários, a título de contrafogo contra os «falcões».

b) *Os movimentos militarmente activos*

Combatem e atraem a atenção da imprensa, mais ou menos episodicamente. Além da guerrilha, o que os caracteriza é:

1. Apoios financeiros, técnicos e em armas, do exterior.
2. Ajuda dos países vizinhos de Angola.
3. Contactos com simpatizantes espalhados pelos grandes países, que se encarregam de informar a opinião internacional sobre a sua existência⁷⁶.

⁷⁶ Se uma nova opinião pessoal é aqui permitida, diremos que estas informações funcionam muito abaixo do nível mínimo, se confiadas a angolanos, e um pouco melhor se dela se encarregam simpatizantes estrangeiros. De resto, sendo o exagero e a intolância os dois emblemas das suas actividades, ainda não admitiram que, à falta de veracidade, a verosimilhança é a melhor propaganda.

Os três movimentos em causa (GRAE-FNLA, MPLA e UNITA) conseguem trazer jornalistas ou observadores aos seus feudos, para grande irritação dos portugueses e dos movimentos seus concorrentes. Que saibamos, há vários anos que não se observa *in loco* qualquer combate real do GRAE-FNLA e ninguém viu um prisioneiro feito pelo MPLA, enquanto os outros dois grupos conseguem levar de Angola alguns soldados ou civis, todos os anos. Estes dissidentes oferecem alguns passeios pedestres, pela Angola que lhes é acessível, a informadores que dali vêm geralmente bem impressionados. Tudo isto é útil no plano da informação, mas insuficiente, porque apenas um dos três serviços de propaganda parece ter passado a admitir que o importante é persuadir os verdadeiros especialistas, em vez das grandes massas e dos já convencidos.

1) O GRAE-FNLA

Parece ter feito uma recuperação espectacular no plano militar, depois da travessia do deserto de 1963 a 1968. Diz-se activo nas suas serras do Congo português, onde vivem verdadeiras repúblicas de refugiados rurais que sobreviveram à morte e aos êxodos. O movimento reforça-as com caravanas de homens e de armas que atravessam, entre a fronteira e os seus bastiões, grandes extensões de território donde desapareceu qualquer presença humana. Enquistados nas selvas de montanha, a sua clandestinidade pode continuar indefinidamente, dado que em dez anos os portugueses não conseguiram desalojá-los.

Mais significativas, segundo parece, são as incursões através do Cuango e a fronteira congoleza, para leste do distrito do Uíge e os de Malange e da Lunda. Essas obrigam os portugueses a alargar o seu dispositivo e a dispersar as forças. Como nunca se sabe onde começa a intoxicação informativa, nada diremos de certos golpes de mão que teriam sido lançados contra a margem sul do Cuanza onde, cinco anos atrás, reinava uma calma absoluta. Mais a leste, ainda, ao longo da região congoleza do Katanga, as

actividades militares andam ao nível das escaramuças. A falta de refúgios orográficos e étnicos constitui a maior fraqueza desta formação, a operar muito longe da região Kongo. Os veteranos da UPA dominam totalmente o GRAE-FNLA e as suas componentes.

2) O MPLA

Tendo exorcizado em 1966 o facto de terem sido bloqueados em Cabinda e numa parte dos Dembos pelos portugueses e pelas forças da FNLA, abriu o que chamou «frentes» no Leste, a partir da Zâmbia. Possuindo quadros marxizantes em quantidade, prepara o futuro catequizando quiocos, ganguelas, lundas, etc., enquanto espera ter acesso aos ovimbundos e, mais uma vez, aos umbundos, pelo sudoeste. Contrariamente ao que por vezes se lê em folhas impressas, não cremos que detenha o controlo de um terço de Angola, pois se o MPLA tem a iniciativa em ataques relâmpago, os portugueses agrupam e armam as populações contra os guerrilheiros, tarefa facilitada pelo extremo subpovoamento do Moxico e do Cuando-Cubango. Por outro lado, enviar combatentes muito para além de Serpa Pinto, perto de onde estão os dois campos de prisioneiros políticos de Missombo, aos quais noutros tempos se incentivavam visitas, não é propriamente um sinal de abrandamento das ambições deste movimento. A zona actualmente contestada é a savana, terreno a percorrer obrigatoriamente antes dos planaltos dos ovimbundos, que contam mais na geopolítica angolana do que os seus acessos quase desabitados. Já escrevemos⁷⁷ que, a longo prazo, este movimento é o adversário mais perigoso para os portugueses, pois prepara uma solução pan-angolana, já não centrada nos problemas desta ou daquela etnia. Este princípio continua válido, mas muito lentamente o GRAE-FNLA está a mudar a pele após a sua fase kongo e poderá muito bem afrontar o MPLA no seu próprio terreno. Como se sabe, a (relativamente)

⁷⁷ Douglas L. Wheeler e René Pélissier: *Angola*, p. 219. Reeditado por Greenwood Press, Westport, Connecticut, 1978.

forte presença de intelectuais mestiços e ex-assimilados entre os quadros do MPLA é a sua maior vantagem actual, com apoios entre a *intelligentsia* mestiça e negro-africana que aguarda pacientemente do lado português.

3) A UNITA

Tendo entrado tarde na liça, é dirigida por um dissidente do GRAE (Jonas Savimbi, seu ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, ovimbundo, com estudos universitários). Reivindica como grande feito o ataque contra a localidade de Teixeira de Sousa (Natal de 1966). É lícito perguntar se o resultado de 300 quiocos armados de pedras e feitiços, massacrados por uma forte guarnição, é um progresso sensível, em relação às táticas irrisórias de 1961.

Seja como for, a UNITA catequiza politicamente os distritos orientais e talvez tenha conseguido infiltrar-se no Bié, mesmo no Huambo onde reside a maioria dos ovimbundos susceptíveis de ser atraídos por uma formação onde alguns quadros são maioritariamente ovimbundos e meridionais. Partindo do nada em 1966, conseguiu, segundo se diz, estender-se largamente pelas zonas do MPLA. A parte oriental de Angola, com poucas estradas, raros postos administrativos e imensos espaços vazios, é ideal para estas infiltrações. Mas será ideal para ali desenvolver uma actividade política sujeita aos golpes do MPLA, o que, por ricochete, provoca aproximações entre o GRAE-FNLA e a UNITA? Joga-se um delicado jogo de alianças, de convergências, de deserções, nessas solidões sobrevoadas pelos helicópteros portugueses, que não sobrevoam os escritórios de Lusaka, Brazzaville ou Kinshasa, mas as dos comandantes da guerrilha local, nas aldeias ainda não retomadas pelos portugueses.

C) Um balanço político?

O MPLA, a UNITA e, em menor grau, o GRAE-FNLA pretendem ter toda ou parte da sua organização instalada em Angola. Tanto quanto se

possa julgar à distância, parece verdade. Mas ficaríamos surpreendidos ao saber que os três partidos reunidos dispõem efectivamente em Angola de mais de 6.000 guerrilheiros e quadros operacionais, apoiando-se em 85.000 a 115.000 camponeses ditos libertados, isto é, escondidos. Estes últimos asseguram o apoio logístico às unidades combatentes, para as quais uma imobilidade dissimulada no Noroeste e frequente no Nordeste, no Leste e no Sudeste constitui a melhor hipótese de sobrevivência operacional. Daqui se conclui que a vida política é aqui ainda embrionária, embora o MPLA pretenda tê-la desenvolvido singularmente nas suas «zonas seguras» orientais e disso dado notícia aos seus simpatizantes estrangeiros.

A estes números juntam-se provavelmente mais de 500.000 refugiados, na maioria bacongós, que representam um reservatório humano para o GRAE-FNLA. A maior parte parece ter-se recusado a voltar tão cedo para Angola. A sua desangolinização acentua-se com o tempo e o patri-mónio de 1961 tornou-se progressivamente uma desilusão, em muitos casos. Formações como o MPLA e a UNITA, que não podem contar com grandes colónias étnicas no exílio, atenuam esta fraqueza insistindo no recrutamento local.

O que há a aprender deste quadro político, voluntariamente sumário, por parte dos adversários militantes do *statu quo*? Pouco a pouco, os três movimentos «duros» compreenderam que o essencial é a posse das populações. Falta-lhes, portanto, cortar os laços entretanto formados entre os rurais e os portugueses. Quando tais laços eram constrangedores (impostos, prestações, contrato, etc.), era fácil. Vai sendo menos, desde que os portugueses decidiram aplicar a «psico»⁷⁸, leal e intensivamente (supressão dos abusos gritantes, ajuda sanitária, escolar, económica [mercados rurais], etc.). Nas zonas contestadas, os êxitos de uns são em função dos fracassos dos outros.

⁷⁸ «Psico» é a abreviatura popular portuguesa para «Acção Psico-social», uma «guerra psicológica» adaptada às condições africanas.

Para seduzir as populações é preciso, obviamente, oferecer condições melhores do que as do adversário; mas para as manter satisfeitas importa tê-las enquadradas. Ora, faltam tragicamente os quadros entre os independentistas em luta. Então, cada um esforça-se por atrair as elites, actuais ou futuras. À primeira vista, o MPLA consegue-o melhor do que os seus dois rivais, mas menos bem do que os portugueses, mais tentadores através de uma Administração acolhedora para com os angolanos. Aos três movimentos, não podendo oferecer sinecuras (ocupadas pelos que entraram primeiro), falta apelar ao patriotismo étnico ou angolano, às ambições pessoais (formação no estrangeiro), à agilidade intelectual, mesmo às opções políticas de gente susceptível de ocupar cargos médios no seu aparelho militar e administrativo.

Chegam, assim, às afinações políticas. Os portugueses propõem um *statu quo* em vias de melhoramento. Que podem oferecer os três movimentos? Essencialmente, um programa político destinado aos candidatos a quadros e, em certa medida, à opinião internacional. A este respeito, cada um está orgulhoso da elaboração do seu programa e o MPLA, recentemente, não se coíbia de sublinhar a inexistência de qualquer visão de futuro por parte da UPA.

II. Os programas dos movimentos independentistas «duros»

Apresentamos seguidamente os programas, resumidos e esquematizados, das três formações. Notaremos, de passagem, que o sectarismo é tal, quando estas questões são abordadas, que do nosso conhecimento nenhuma publicação alguma vez quis pôr em paralelo as perspectivas dos três adversários dos portugueses.

MPLA	GRAE-FNLA	UNITA
<i>INDEPENDÊNCIA</i> - Eliminação do colonialismo e do imperialismo; - Luta comum das forças patrióticas reagrupadas para a instauração de um regime republicano e democrático; - Abolição dos privilégios; - Igualdade étnica, de classe, de sexo, de tendência política e religiosa; - União popular para salvar a integridade e a soberania angolanas. <i>UNIDADE DA NAÇÃO</i> - Garantia da igualdade étnica; - Regresso dos refugiados; - Autonomia das minorias nacionais densas e individualizadas; - Desenvolvimento da solidariedade económica e social entre as regiões autónomas e as minorias ou etnias de Angola.	<i>INDEPENDÊNCIA</i> - Abolição das leis racistas e discriminatórias; - Salvaguarda da integração territorial. <i>UNIDADE DA NAÇÃO</i>	<i>INDEPENDÊNCIA</i> - Mobilização dos angolanos; - Formação de uma frente unida de todos os independentistas, com vista a uma guerra de libertação nacional; - Idem. <i>UNIDADE DA NAÇÃO</i>

MPLA	GRAE-FNLA	UNITA
<i>UNIDADE AFRICANA</i> - Solidariedade com os africanos contra o colonialismo; - União dos africanos; - Defesa das conquistas políticas, económicas, sociais e culturais dos trabalhadores e camponeses de todos os países.	<i>UNIDADE AFRICANA</i> - Solidariedade com todos os povos anticolonialistas e anti-imperialistas; - Idem; luta contra a balcanização.	<i>UNIDADE AFRICANA</i> - Solidariedade com as forças progressistas contra o colonialismo, o imperialismo e o neo-colonialismo; - Aplicação dos princípios da O. U. A.
<i>REGIME DEMOCRÁTICO</i> - República democrática e laica; - Igualdade total no sufrágio universal directo e secreto; - Constituição de uma Assembleia livremente eleita, investida do poder legislativo que designará um governo de coligação e de união; - Particularismo legislativo das regiões autónomas; - Africanização dos quadros.	<i>REGIME DEMOCRÁTICO</i> - Idem; - Reforma da administração; - Julgamento de traidores e colaboradores.	<i>REGIME DEMOCRÁTICO</i> - Governo africano, por africanos e sem ingerências estrangeiras.

MPLA	GRAE-FNLA	UNITA
<i>ECONOMIA</i>	<i>ECONOMIA</i>	<i>ECONOMIA</i>
- Desenvolvimento planificado; - Criação de empresas estatais, de cooperativas de comercialização e de produção; - Exploração estatal da energia; - Protecção da indústria e do comércio privados (incluindo os de estrangeiros úteis ao país); - Elevação do nível de vida dos rurais; - Controlo estatal de todo o comércio externo; - Revisão da «dívida» de Angola para com Portugal; - Fiscalidade justa.	- Planificação de toda a produção; - Encorajamento às cooperativas agrícolas; - Nacionalização dos recursos energéticos; - Nacionalização das minas ou participação estatal; - Controlo de todos os bancos e seguradoras; - Redução das importações de luxo (vinhos); - Nacionalização de todos os meios de transporte.	- Economia planificada; - Industrialização.
<i>REFORMA AGRÁRIA</i>	<i>REFORMA AGRÁRIA</i>	<i>REFORMA AGRÁRIA</i>
- A terra pertence a quem a trabalha;	- Nacionalização do solo e do subsolo;	

MPLA	GRAE-FNLA	UNITA
- Nacionalização das terras dos inimigos dos nacionalistas, dos traidores e dos inimigos; - Limitação da propriedade privada mediante indenizações; - Redistribuição das terras aos camponeses pobres;	- Eliminação da concentração capitalista pela nacionalização das empresas concessionárias; - Idem; - Liberdade de acção dos pequenos e médios agricultores encorajados a agrupar-se em cooperativas; - O Estado assegura a comercialização da produção agrícola; - O Estado cultiva os latifúndios, aumenta os meios dos camponeses e aumenta as superfícies cultivadas.	
<i>POLÍTICA SOCIAL</i>	<i>POLÍTICA SOCIAL</i>	<i>POLÍTICA SOCIAL</i>
- Abolição do trabalho forçado; - Respeito pelos sindicatos; - Jornada de trabalho de 8 horas e salário mínimo;		- Idem;

MPLA	GRAE-FNLA	UNITA
- Protecção dos lugares de culto; - Igualdade dos sexos; - Assistência social e eliminação do desemprego; - Ajuda especial aos antigos combatentes inválidos.	- Luta contra o desemprego e aplicação da segurança social; - Reintegração prioritária dos antigos combatentes.	- Emancipação da mulher; - Protecção da família e do bem-estar comunitário.
<i>CULTURA</i>	<i>CULTURA</i>	<i>CULTURA</i>
- Luta contra o analfabetismo; - Ensino estatal gratuito e obrigatório; - Desenvolvimento das ciências, das letras e das artes; - Eliminação da prostituição e do alcoolismo; - Apoio às actividades progressistas dos jovens.	- Idem; - Ensino primário e secundário gratuitos; - Idem; - Ensino das principais línguas nacionais; - Difusão do ensino da agricultura.	- Idem; - Desenvolvimento de uma cultura africana autêntica.

MPLA	GRAE-FNLA	UNITA
<i>DEFESA NACIONAL</i> - Exército popular angolano democrático, nacional e anti-regionalista; - Interdição de bases estrangeiras. <i>POLÍTICA EXTERNA</i> - Relações com todos os países na base do respeito pelas soberanias e da não-ingerência, etc.; - Não-adesão a um bloco militar; - Relações de boa vizinhança e protecção dos angolanos no estrangeiro.	<i>DEFESA NACIONAL</i> <i>POLÍTICA EXTERNA</i> - Idem; - Adesão aos princípios e iniciativas revolucionários.	<i>DEFESA NACIONAL</i> - Exército nacional; - Eliminação de bases estrangeiras. <i>POLÍTICA EXTERNA</i> - Idem e política independente tendo em conta os superiores interesses do país; - Idem; - Persuadir os angolanos no estrangeiro de que só a luta armada libertará o país; - Luta pela paz no mundo.

FONTES:

- 1) Movimento Popular de Libertação de Angola: *Programa*, s. l., 1966.
- 2) Ministério da Informação do GRAE: *Plataforma e Programa da Frente Nacional de Libertação de Angola*, Kinshasa, 1966.
- 3) UNITA Central Committee: *Angola Seventh Year 1968*, s. l., s. d..

Depressa nos apercebemos de que o mais ortodoxo dos dois movimentos marxistas não é o mais revolucionário dos três, e o que possui uma base rural forte (GRAE-FNLA) insiste, antes de tudo, na reforma agrária, medida especialmente destinada a ganhar a simpatia dos pequenos cafeicultores africanos.

O programa mais elaborado e o mais equilibrado é o do MPLA. O da UNITA, que não tem muitos quadros de valor fora dos que andam a combater, é o mais linear. Parece-nos que querer ir mais além destas constatações rápidas seria conferir uma importância exagerada a textos que não vale a pena levar à letra. Seja como for, com programas publicados e quadros formados ou em formação, estes três movimentos têm toda a aparência de seriedade. Será isso suficiente para convencer a massa de angolanos fiéis aos portugueses a dar o salto e transformar-se em guerrilheiros politizados? Os anos futuros o dirão.

A guerra no leste de Angola⁷⁹

Alguns elementos aqui expostos, recolhidos no Leste de Angola durante o Verão de 1973, não pretendem dar uma visão definitiva da situação militar em meados de 1973, tal como um artigo anterior⁸⁰ também não podia servir de referência ao que se passa em 1974 no eixo Beira-Salisbúria e mais ao sul. Dão-se a ler a título de actualização do que escrevemos, quatro anos antes, na que continua a ser a única obra, em francês, que dá uma visão de conjunto sobre a escalada do nacionalismo em Angola⁸¹. Irão surpreender não poucos leitores e alguns especialistas atentos unicamente à aceleração da evolução política na África «portuguesa» depois do 25 de Abril de 1974. O único mérito que talvez se reconheça ao seu autor será o de ter visitado as zonas onde os diplomatas não vão com frequência e os jornalistas raramente, ainda que vários destes últimos tenham percorrido, a pé, alguns sectores do itinerário seguido.

A impressão que ressalta desta pesquisa é a de que o MPLA, por razões tácticas, por falta de meios ou de habilidade, não tinha, em meados de 1973, realizado as esperanças que a entrada no «ventre flácido» de Angola fizera nascer em 1966. Da UNITA falaremos pouco, porque não visitámos as suas principais áreas de actividade. Quanto à FNLA, cuja sorte os portugueses pensavam, em Julho de 1973, estar a melhorar no Leste, realizava incursões visando essencialmente a Lunda e acessoriamente o Moxico. Tendo-se limitado esta investigação principalmente a dois distritos (Moxico e Cuando-Cubango) e muito secundariamente a um terceiro (Cunene), escolhemos deliberadamente os pontos, em princípio, mais

⁷⁹ Publicado na *Revue française d'études politiques africaines*, n.º 103, Julho de 1974.

⁸⁰ René Pélissier: «De la guerre au Mozambique». *Revue française d'études politiques africaines*, n.º 97, Janeiro de 1974.

⁸¹ Douglas L. Wheeler e René Pélissier: *Angola*. Reeditado por Greenwood Press, Westport, Connecticut, 1978. Para maior desenvolvimento, consultar René Pélissier: *La colonie du Minotaure (1926-1961)*. Pélissier, 78630 Orgeval, França.

ameaçados dos portugueses: as fronteiras. Foram os que se mostraram mais tranquilos.

De uma maneira geral, se as autoridades militares da ZIL (Zona de Intervenção Leste) estão mais habituadas a ordenar do que a convencer, a partir da sua capital, o Luso, o contacto diário com as tropas e os oficiais disseminados por onze aquartelamentos permitiu confirmar o que já havíamos sentido em Moçambique: para os portugueses, o pior inimigo não era o guerrilheiro furtivo, colocador de minas, mas o sentimento da sua inutilidade nestes campos onde as únicas distrações eram o fabrico de mulatinhos, a caça, a chegada do correio, por vezes o cultivo de uma horta e as engenhocas. Neste sétimo (1973) ano de «guerra» no Leste, a intendência deste exército pobre conseguiu mais ou menos implantar-se e funciona relativamente bem nas zonas onde, oito anos antes, os funcionários da Administração eram quase os únicos a gozar de um mínimo de conforto. Quem pensasse encontrar militares em estado de alerta, soldados contando os últimos cartuchos diante de guerrilheiros triunfantes, oficiais veteranos e alcoólicos, pelo contrário depara com capitães desocupados e jovens mobilizados que, no fim do mundo, sonham nostalgicamente com desembarcar no Cais da Rocha, em Lisboa. Se a guerra existe – e existe um pouco, de facto – tem o pudor de se apagar na rotina de tropas cujo inimigo aposta na lentidão, mais do que na força.

Portanto, aparentemente, nada se passava no Leste angolano, mas mal as guarnições se retirem, é certo que irão reaparecer à luz do dia os quadros do MPLA, ou da UNITA, talvez da FNLA.

A guerra em números

A ZIL, ou ainda ZML (Zona Militar Leste), abrange os distritos administrativos⁸² da Lunda, do Moxico, do Cuando-Cubango, do Bié e uma

⁸² Angola compreende (1973) 16 distritos, à frente dos quais se encontra um governador (geralmente, um oficial do Exército). Cada distrito subdivide-se em concelhos e/ou circunscrições, por sua vez divididas em postos que integram regedorias aldeãs. As freguesias são raras no Leste.

parte de Malange. São as regiões de Angola menos lusitanizadas (a ocupação e suas campanhas terminaram na década de 1920), mais pobres (os diamantes da Lunda são uma exceção) e menos povoadas. Numa palavra, as menos governáveis, o que não deve ser considerado uma vantagem para os independentistas. Havendo poucos portugueses, estas regiões não conheceram outros atritos senão os nascidos da necessidade (antes de 1962) de enviar homens para trabalhar a contrato, pagar o imposto (250 escudos em muitos locais, em 1973) e de ser clientes de certos comerciantes de ética profissional discutível. Ao contrário do Noroeste, não havia espoliação de terras, pouca ou nenhuma memória de tempos míticos de grandes reinos, poucas ou nenhuma elites modernas, pois não existiam grandes cidades (fora o Bié). De resto, as correntes migratórias para o Congo Belga e a Rodésia eram relativamente reduzidas. Em resumo, era o torpor colonial, donde cada um podia escapar, visto a fronteira ser ilusória.

Quadro I – Evolução da população recenseada por Portugal no interior da ZML (1960-1970)

	<i>Superfície (km²)</i>	<i>População em 1960</i>	<i>População em 1970</i>	<i>Variação</i>	<i>Densidade (1970)</i>
Lunda	167.786	247.273	302.538	+55.265	1,80
Moxico	199.786	266.449	213.119	-53.330	1,06
Cuando- Cubango	192.079	113.034	112.073	-961	0,58
Bié	71.870	452.697	650.337	+197.640	9,04
Malange	101.028	451.849	558.630	+106.781	5,52

Deste quadro ressalta que, longe de terem perdido o milhão de pessoas que o MPLA pretende ter retirado, mais o segundo milhão que a UNITA⁸³ teria libertado, os recenseadores de 1970 quase equilibram as suas perdas na Lunda, no Moxico e no Cuando-Cubango. Um estudo aprofundado a que nos dedicámos mostra que, apesar destes números de 1970, os independentistas fizeram baixar a população controlada pelos portugueses

⁸³ Se compararmos estes dois números com a população anterior à das revoltas, aumentada do crescimento natural, encontramos-nos perante uma impossibilidade aritmética.

em oito concelhos ou circunscrições, todos eles fronteiriços (salvo dois): Lumeje, Luacano, Teixeira de Sousa, Cazombo, Gago Coutinho, Mavinga, Rivungo e Dirico⁸⁴. Partindo desta constatação, o nosso estudo fez-nos deslocar a sete dos oito citados, onde se supunha haver menos domínio dos portugueses, do que naqueles onde os seus administrados estão em crescimento, de 1960 para 1970.

A entrevista que nos foi concedida, como visitante estrangeiro, à chegada ao Luso, não apresentou o mesmo grau de pormenor do que as de Nampula, em Moçambique. Foi um serviço prestado a um jornalista apressado, não a um especialista curioso e difícil de convencer. Contudo, permitiu avaliar as inquietações do comando da Zona Militar Leste e de considerar separadamente os três movimentos independentistas. Para portugueses que não tenham interesse em favorecer um deles em relação aos outros, a UNITA agiria, em meados de 1973, no sul do rio Lucusse, sub-subafluente do Zambeze a sudeste do Luso, na estrada inteiramente asfaltada que liga o Luso a Gago Coutinho. Também teria o seu corredor até ao sul de Gago Coutinho, entre a fronteira e os seus bastiões do Bié. Os militares reconheciam-lhes grupos organizados. No que respeita ao MPLA, o comando português mostrou-se quer discreto, quer mal informado, pois só o localizava entre Gago Coutinho e Neriquinha e à volta de Sessa. Não quiseram aceitar que houvesse grupos fixos. Quanto à FNLA, o exército encontrou-a durante as suas infiltrações a norte do rio Lucano, afluente do Cassai. Estas indicações tão vagas só moderadamente satisfizeram o observador. Para o consolar, disseram-lhe que, desde o início de 1972, não se registaram acções importantes a leste do meridiano do Luso, o que é surpreendente. De 1971 a princípios de 1973, a quantidade de ataques dos guerrilheiros teria diminuído de 7 para 1 e as respostas portuguesas, de 4 para 1. Estes números contradizem os mostrados a seguir, provenientes da mesma fonte.

⁸⁴ Para não complicar a leitura, indicámos simplesmente as sedes destes concelhos ou circunscrições.

Quadro II – Quantidade de acções dos independentistas ^(*)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973 ^(**)
Zona Norte	72	75	74	100	81	81	78
Zona Leste	21	47	79	100	65	65	24
Total das zonas	43	59	77	100	72	72	48

(*) Em percentagem em relação à base 100, considerada para 1970.

(**) Extrapolação a partir do 1.º trimestre.

Quadro III – Natureza das acções (em toda Angola)

	1967	1970	1972	1973 (1.º trim.)
Engenhos explosivos	6 %	22,6 %	29 %	24 %
Ataques contra populações	20 %	22 %	29 %	29 %
Flagelações	21 %	8,9 %	21 %	9 %
Acções defensivas	21 %	32,8 %	14 %	33 %
Acções ofensivas	32 %	12 %	7 %	5 %

A acreditar neste quadro, os independentistas, não encontrando o apoio que procuravam nas aldeias africanas, aumentaram as suas sevícias (29 %) e, perante os embates das tropas, diminuíram as acções onde têm a iniciativa (9 e 5 %), aumentando a colocação de minas (24 %).

Quanto às baixas, os militares abandonaram esta maneira curiosa de contabilizar a agressividade dos independentistas e forneceram os quadros seguintes que, um dentro do outro, corroboram uma confirmação: é sempre preciso dividir, no mínimo por cinco, as baixas anunciadas pelos insurrectos.

Quadro IV – Baixas portuguesas (apenas mortos, em toda Angola)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973 (1.º trim.)
Militares	100	126	118	117	85	91	29
Civis	200	274	238	238	201	209	30

As estatísticas, campo em que os portugueses nunca foram fortes, mostram discrepâncias quanto ao ano de 1967⁸⁵ e Lisboa ganharia em responder quando se lhe escreve para obter esclarecimentos. Estes 91 mortos em combate (os outros não são contabilizados aqui) em 1972, valem, naturalmente, para toda a Angola. Quanto às baixas infligidas aos guerrilheiros, as Forças Armadas comunicaram os três quadros seguintes:

Quadro V – Baixas independentistas (em toda Angola)

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973 (1.º trim.)
Mortos	1453	2221	1483	1313	1672	1611	274
Feridos	453	380	515	497	544	342	65

Quadro VI – Armamento capturado ao inimigo (em toda Angola)

	1968	1969	1970	1971	1972	1973 (1.º trim.)
Armas colectivas	8	14	29	48	107	21
Armas individuais	150	263	345	619	1.169	264
Minas	13	40	279	293	468	370
Granadas	346	504	982	1.005	1.545	72
Munições	21.861	25.512	54.680	44.170	87.000	17.228

Quadro VII – Rendições de guerrilheiros armados (em toda Angola)

	1972 (3.º e 4.º trimestre)	1973 (1.º trimestre)
Norte	16	22
Leste	<u>68</u>	<u>65</u>
Total	84	87

A fim de melhor se compreender estes números, notaremos que, na Guiné Portuguesa, o Estado-Maior anuncia, para 1973, 959 mortos independentistas, ou seja, com uma população doze vezes menor a libertar, o

⁸⁵ Ver o número de 88 mortos em combate, em Angola, em 1967, comunicado pelos Serviços de Informação das Forças Armadas portuguesas. Douglas L. Wheeler e René Pélissier: *Angola, op. cit.*, p. 270.

PAIGC perdia quase tantos mortos como os três movimentos independentistas angolanos juntos; e a tomada, pelos portugueses, do quartel independentista de Kumbamori, em 1973, privara o PAIGC de um arsenal igual ou superior ao conjunto de armas recuperadas em Angola em 1972. É com estes indicadores que podemos avaliar a intensidade da luta em Angola, em 1973.

Terminaremos estes números com os que dizem respeito ao essencial: a população africana entalada entre uns e outros. Os portugueses patenteiam um optimismo que só se compreende comparando a amplidão das baixas sofridas em 1961 (o grande êxodo do Noroeste) e a partir de 1966 (no Leste).

Quadro VIII – População perdida (subtraída aos portugueses)

1968	1969	1970	1971	1972	1973 (1.º trim.)
7.477	2.665	2.572	1.254	715	91

Quadro IX – População recuperada pelos portugueses

	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973 (1.º trim.)
Rendições	-	-	-	4.762	6.468	6.248	1.399
Libertações	-	-	-	8.072	5.721	5.346	2.308
Total	7.942	16.362	16.728	12.841	12.189	11.594	3.707

Assoberbado por estas estatísticas, o especialista só tem tempo para alinhar um ou dois dados ainda não tornados públicos. Enquanto os militares da ZML perdiam 4 mortos por mês em 1971, não perderam mais do que um desde o princípio de 1973, tendo-se rendido entre 1971 e meados de 1973, na ZML: 166 guerrilheiros do MPLA, 20 da FNLA e 10 da UNITA. Um ou dois tenentes-coronéis deixaram entender que será o fim do MPLA no Leste, desde o início de 1973, acrescentando que cerca de 20.000 africanos regressaram às aldeias portuguesas do Leste, a partir da mesma data.

Salientamos que há uma contradição entre este número e os apresentados no Quadro IX, mas lembraremos que 30-40 % vieram do Zaire, 20 % da Zâmbia e 30-40% das matas (isto é, das zonas independentistas).

Os oficiais insistem no desenvolvimento social das populações. Segundo eles, 250 milhões de escudos são ou serão consagrados, em três anos, a esta promoção, a partir de Junho de 1972, sendo 44 % para autodefesa. Assim voltamos à guerra. Em meados de 1973, haveria 2.300 *milícias* armados nas aldeias do Moxico, vários milhares no Cuando-Cubango e 2.000 na Lunda. Não são pagos. Depois aprendemos, por acaso, que o Dr. Américo Boavida, que todas as fontes do MPLA deram como morto num bombardeamento na base Hanói II, acabou afinal por ser morto por um paraquedista português, quando do ataque a esta base independentista, em 1968. Relatividade da verdade que não perdemos de vista, enquanto seguíamos as últimas perorações junto ao quadro de parede: enquanto se atribui comumente 7.000 homens armados ao MPLA e 4.000 à UNITA, os serviços de informações militares no Luso apenas atribuíam 500 homens à UNITA e nem sequer um milhar ao MPLA da «frente» oriental. Quanto às forças portuguesas na ZML, reinou o mais completo mutismo durante toda esta jornada entre os guerreiros sem guerra.

Os «teatros de operações»

Luso

Quem viu o Luso no início das operações militares no Leste, em 1966, ainda reconhece a cidade, mas não os seus arrabaldes. A chegada de um general, uma guarnição de efectivos desconhecidos e uma nuvem de funcionários civis e paramilitares transformou este burgo adormecido, nascido do caminho-de-ferro para o Catanga. Em 1969, o Luso era indirectamente visado pelas investidas independentistas contra os aldeamentos (aldeias de reagrupamento, ditas fortificadas) do seu termo e pelos ataques aos com-

boios. Terminada a asfaltagem até à capital da Lunda, o aparelho militar foi aliviado pela proximidade da cidade de Henrique de Carvalho, com a sua grande base aérea (diamantes obrigam!) e ligada a Luanda pelo mesmo tipo de estrada, o fim do prolongamento asfaltado até Gago Coutinho, o rarear das rajadas de metralhadora contra os comboios e a certeza de «invulnerabilidade» face aos independentistas actuais. Os comerciantes dos postos da fronteira do sudeste, que a partir de 1966 tinham recuado para a capital, recuperaram parcialmente as suas lojas, sendo as tropas suficientes para os compensar das perdas financeiras provocadas pelo êxodo das populações negras.

O Luso conhecia, portanto, um desenvolvimento estável da construção civil para funcionários e militares que aí viviam com as suas famílias. Uma muralha de terra protegia bem a área de estacionamento do aeródromo, mas os 8 aviões de caça ou de reconhecimento, os 2 helicópteros e os dois aviões de transporte descolavam de uma pista sem qualquer protecção, nem sequer uma vedação de arame farpado. A uma dezena de quilómetros a norte, foram criados dois núcleos de agricultores brancos. Ver surgir telhados vermelhos, de um lado e doutro da estrada para o Alto Chicapa, num território já por duas vezes libertado pelo MPLA e pela UNITA, traía a inconsciência política do inimigo e seguramente um grande desprezo pelas suas capacidades ofensivas. Esta cidade, com três ou quatro mil brancos e uma galáxia de aldeamentos africanos na sua periferia, tinha absorvido o choque da guerra. A estação de caminho-de-ferro nem sequer parecia guardada de noite, à chegada do comboio do Oeste. Estava cheia de quiocos (estimados em 650.000, em 1966) que partiam para a costa, a trabalhar⁸⁶ a contrato. Uma pequena dresina com um pelotão de soldados precedia o comboio. O terrorismo de outrora (tiroteio sobre os comboios de passageiros) parecia (1973) estar em ponto morto. Como quase nenhum europeu viajava neste comboio lento, com intermináveis paragens durante a noite, eram os africanos, evidentemente, quem morria nesses ataques. A Zâmbia

⁸⁶ Segundo a nossa investigação, voluntariamente; caso contrário, bastava-lhes sair da estação e internarem-se no mato. Tratava-se de quiocos da fronteira zairense.

não os via com bons olhos e restava a UNITA (e talvez a FNLA) para dar uns tiros de bazuca contra os vagões de madeira. Estávamos bastante longe da batalha dos carris.

Corriam rumores de que os quiocos, etnia expansionista em extremo, se aproveitariam dos problemas para se dedicar, por vezes, ao banditismo em grande escala. Toda a espécie de tráfico de diamantes escapava à observação do visitante, mas, a coberto da libertação popular e da contra-guerrilha, alguns marginais europeus, mestiços e africanos aproveitavam-se, aliando-se por vezes em assaltos nas picadas mais afastadas. «Angola está a tornar-se adulta» neste oriente onde a dupla censura só deixava passar o que lisonjeasse os mandantes. De facto, circula-se em colunas de viaturas escoltadas na estrada do Luso a Henrique de Carvalho (até Dala) e igualmente para Gago Coutinho. Mas um capitão vai sozinho, em carro desportivo, de Gago Coutinho (dada como cercada) a Luanda em 18 horas, por uma estrada inteiramente alcatroada. Os portugueses tinham compreendido que só podiam manter a sua Angola do Leste abrindo estradas onde seria difícil colocar minas. O esforço de construção de estradas feito no Leste só é comparável (guardadas as proporções quanto às respectivas populações) com a abertura viária da Amazónia⁸⁷. Asfaltaram, portanto, um deserto humano até Lumbala (a 50 km da fronteira zambiana) e de Gago Coutinho saía o inevitável ramal até Neriquinha, aqui formando uma estratégica pinça com a estrada vinda de Serpa Pinto, via Cuito Cuanavale e Mavinga.

Há qualquer coisa de patético ao ver, todos os anos, prolongarem-se para Leste e para Sudeste as linhas vermelhas nos mapas das estradas de um território do qual uma parte da opinião pública internacional pensa já pertencer ao MPLA, só porque está a 1.800-2.000 quilómetros do Atlântico. Este «impulso para Leste»⁸⁸ lusitano, praticamente ignorado, marca

⁸⁷ Estradas vazias de trânsito, mas excelentes: cerca de 1.500 km entre Luanda e Gago Coutinho.

⁸⁸ N. do T. – Em alemão no original (*Drang nach Osten*). Alusão à frase-incentivo de nacionalistas alemães do séculos XIX e XX (incluindo nazis) traduzindo a intenção de expandir o território para oriente, anexando os países eslavos.

uma inversão da política de desenvolvimento costeiro que caracterizou prioritariamente a história luso-angolana. Falta ver se este imenso esforço não terá a sorte das auto-estradas italianas na Somália.

O Luso, centro desta teia de aranha, protegido pela cintura de aldeias africanas reagrupadas, evidencia uma criação própria do Leste de Angola. A PIDE, transformada em DGS, temível polícia política sem a qual nada se movia no mundo português desde há décadas, provavelmente agastada com a lentidão dos militares profissionais, criou uma tropa de choque com eficácia pelo menos igual à dos para-quedistas. Trata-se dos Flechas, reintegrados pelos militares em Abril de 1974. É a contra-guerrilha em estado puro. São tropas africanas, quer de voluntários (porque apreciam o pré ou, mais geralmente, porque a família foi massacrada por independentistas demasiado expeditos), quer «um pouco forçados» (ou seja, *turras*⁸⁹ a quem é dada esta alternativa face a um destino pouco invejável, após a captura). São 700 no Moxico, quase outro tanto no Cuando-Cubango e quase 200 na Lunda (2.000 em Angola). Em equipas de cinco homens ou em pelotões de 30, apoiam os militares ou actuam sozinhos no mato. 177 têm o seu quartel no Luso, onde vivem com a mulher e os filhos. Com disciplina militar, mas métodos eficazes, são matadores subtis, temidos pelos seus antigos companheiros de luta. A DGS tratava-os com desvelo, no Luso. O seu comandante, um gigante africano, mais o seu chefe inspector de polícia branco e alguns adjuntos tinham uma verdadeira caverna de Ali-Babá: armamento chinês, russo, checo, belga, etc., tomado aos guerrilheiros. Os Flechas sofreram 35 mortos em Angola, desde o seu início. Mataram 144 pessoas na mata, em 1972, no Moxico; e fizeram 39 prisioneiros armados. Prevalece a impressão de que a leitura de Marx não deve ser o passatempo favorito destas unidades onde a quantidade de bosquímanos não pressagia nada de bom para os guerrilheiros que desalojam.

⁸⁹ *Turra*, em calão luso-africano, significa «terrorista» ou, em termos menos subjectivos, independentista. Num curioso desvio semântico, parece que o uso do termo é apreciado por certos guerrilheiros que a si próprios se intitulam *turras*.

Lumeje

Para quem vem do Luso, é o primeiro concelho (Cameia) a registar uma quebra de população, entre 1960 e 1970. Lumeje, no itinerário do caminho-de-ferro, é uma paragem que outrora servia de ponto de reunião a quem visitava o Parque Nacional da Cameia. Por outras palavras, é uma vila poeirenta que não deve contar mais de meia centena de casas elegantes e uma igreja nova em folha, perdidas no cinzento da floresta que se estende de um lado e doutro dos carris. Data de Março de 1968 o início das actividades do MPLA neste concelho, assinaladas pela entrada de comissários políticos vindos do Luso e de Gago Coutinho. Terão conseguido matar uns quarenta luenas que não quiseram ir com eles para o mato. Aqui são sobretudo as mulheres quem manda. Uma soba (chefe gentílica) chamada Caxala contou-nos, em luena traduzido em português: A sua mãe, de nome Jamba, fora morta em Março de 1968 porque, sendo ela a soba, não quis reabastecer os grupos do MPLA infiltrados. Ambas viviam a 5 km do Lumeje. Os guerrilheiros apanharam Caxala e dois homens, levando-os para um acampamento comandado por um luena de nome Gomes. Depois, parece que o MPLA forçou os habitantes da aldeia original a construírem outra em território libertado, isto é, fora do alcance do exército. Mas este atacou o acampamento e foi preciso fugir outra vez. Embora receando represálias, ela e o marido apresentaram-se aos portugueses em 9 de Janeiro de 1972, após pelo menos três anos passados com o MPLA. Ainda mostrou um raspão de bala que a atingiu, numa tentativa de fuga.

A Administração calcula que 4.000 aldeãos viviam com o MPLA no concelho, em 1970. Depois, por razões pouco claras (falta de apoio local, segundo os portugueses), o MPLA terá sido repelido do caminho-de-ferro, inclusivamente abandonando armas. Este recuo data de Outubro, permitindo levar para a Zâmbia 1.000 pessoas. Cinco quadros menores quiocos ter-se-ão rendido às autoridades, a partir de Setembro de 1972. A origem étnica pode esclarecer esta movimentação local, o que não surpreenderá o leitor. Por trás das grandes ideias, encontra-se um conflito. Segundo os portugueses, os grupos do MPLA infiltrados no concelho eram mistos

(luenas, quiocos, etc.), mas os chefes eram quiocos⁹⁰ e a língua de comando era o quioco. Tratava-se de antigos agricultores vindos das regiões de Léua, Lucusse, Luso, talvez marxistas, mas quiocos antes do mais. Acampavam nas terras dos luenas, isto é, aos seus olhos, uma população menor, portanto, explorável e aniquilável. Reciprocamente, para os luenas, gente mais voltada para os trabalhos de Vénus do que para os de Marte, a libertação tinha um tom demasiado quioco que lembrava as grandes razias do século XIX e do princípio do XX.

As autoridades não tinham encontrado mestiços nos grupos do MPLA, antes da sua retirada em Setembro de 1972, mas parece pouco provável que estes expansionistas quiocos, vindos do Sul, tenham podido matar 600 pessoas⁹¹ só no concelho de Cameia. Pelo contrário, as listas nominativas de apresentados em 1973 apenas referem 6 rendições de homens trazendo com eles, ou dizendo onde estavam, 40 armas diversas e 13 pistolas-metralhadoras checas. Era aí que a habilidade portuguesa se revelava nos pormenores quotidianos. Render-se aos portugueses era, não só uma operação sem riscos se fosse bem preparada⁹², mas podia ser também um bom negócio, por pouco que fosse o arsenal entregue. Traidor, ou não, à pátria e ao movimento, quem pudesse entrar no perímetro português com três ou quatro minas na bagagem não tinha de se preocupar com o futuro, pelo menos, durante um ano⁹³. A 2.000 escudos por mina, o prémio oficial dispensava-o de trabalhar durante algum tempo. Um canhão sem recuo valia o mesmo montante, tal como uma granada de 122 mm ou um lança--granadas, e a rampa de lançamento de granadas de 122 mm valia

⁹⁰ A lista dos 26 *turras* apresentados no concelho da Cameia, em 1972, fez aparecer estes quadros menores que, longe das grandes teorias, fizeram avançar a revolução no mato: Rodrigues Camisa, o *Venceremos*; Inácio Samungonga, o *Muaca*; Luciano Muzala, o *Zâmbia*, etc..

⁹¹ Como explicar as contradições em relação ao quadro de perdas civis (Quadro IV)?

⁹² Por ordem de Marcelo Caetano, tinha sido aplicada uma amnistia parcial, da qual não sabemos os mistérios nem os critérios, a certos presos políticos e, consequentemente, a quem se rendesse. E isto muito antes da libertação de prisioneiros da Primavera de 1974.

⁹³ Comando do Sector de Cameia da OPVDCA [Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola]: «Tabela de Prémios para Militares e Civis por Apreensão de Material ao In. [Inimigo]».

5.000 escudos. A Administração acabara de pagar 28.000 escudos a um africano que tinha denunciado um depósito de armamento. E como o pagamento desta soma, importante para um angolano do mato, era feito publicamente, a Administração atingia dois objectivos: 1) encorajava a rivalidade; 2) comprometia o denunciante aos olhos dos agentes ou simpatizantes dos independentistas presentes na multidão.

Tais inimigos podiam desencorajar o patriota mais ferrenho. Deste modo o visitante foi informado displicentemente da rendição, com entrega de armas, do guerrilheiro Angola Livre, chefe da sub-região Sul da 3.^a Região Militar do MPLA, em 22 de Abril de 1973. E contudo, tratava-se de um homem pertencente à etnia que fornecia os quadros e as tropas da primeira hora do MPLA, um umbundo. Pois neste posto onde não se via uma só trincheira, mas sim uma aldeia de casas de funcionários brancos, separada uns 500 metros do quartel, o observador ficou surpreendido ao saber que o comandante Iko Carreira, um mestiço desertor do exército português, veterano do MPLA desde 1961, célebre chefe da 4.^a Região Militar do MPLA, vivia (1973) livremente em Luanda, depois de se ter entregado, em 1972, aos que tinham abatido o seu grupo que, num golpe de audácia louca, tinha tentado ligar, num veículo roubado, o longínquo Leste ao bastião dos Dembos, no Cuanza Norte. É preciso conhecer Angola para avaliar o que esta tentativa de desbloquear a 1.^a Região Militar do MPLA (Dembos) tinha de aleatório, face aos helicópteros portugueses. Por detrás dos silêncios e da propaganda, era por estes pormenores que se media a gravidade da situação desta guerrilha que, desde 1961, resistia nas florestas montanhosas do Noroeste do território. E a inércia dos que, neste 12.^o ano de guerra, até tinham sido membros do Comité Central, mas também eram homens que se aproveitavam desta terra ingrata, donde os portugueses tinham retirado a maior parte das populações dispersas, susceptíveis de fornecer algum apoio aos guerrilheiros.

Actualmente (1973) ainda vagueiam pelo Leste de Angola bandos de camponeses aterrorizados, que não ousam entregar-se aos portugueses

(quer por deles terem medo, quer por recearem represálias dos guerrilheiros, caso estes voltem em força). Os helicópteros e os Flechas parecem ser o seu maior terror.

Teixeira de Sousa

A fronteira com o Zaire fica a 11 km desta vila anónima, onde as ruas se cruzam em linhas rectas, bordejadas de vivendas e de lojas. Aqui, no Natal de 1966, a UNITA mandou 243 homens, talvez 295, com o feiticeiro à cabeça, fazer-se massacrar pelas metralhadoras. A seguir, os portugueses abriram um colégio e mediram, pelo volume de negócios dos comerciantes, a penúria dos seus vizinhos que aproveitavam a abertura da fronteira para se abastecer. Os automóveis zairenses, muitas vezes conduzidos por administradores de posto ou funcionários de Dilolo, levantavam a poeira da estrada. O alcatrão estava longe e às vezes havia minas. Era a FNLA que minava as estradas, sem muita convicção. Tal como «antes da guerra», a população continuava a ser de 500 civis brancos, mais ou menos, nesta estação ferroviária, mas também duas companhias de tropa, mais os Grupos Especiais (unidades de voluntários africanos, colocadas às ordens do Exército e consideradas muito activas) e os Flechas. Nem sequer havia a preocupação de guardar o avião durante a hora da sesta, e no Luau, afluente do Cassai que serve de fronteira, os militares zairenses encontravam-se com os brancos, incluindo o inevitável agente da DGS. Sempre com ostentação, as autoridades portuguesas construíram uma piscina no posto alfandegário, o que seria um alvo ideal para uma emboscada nesta selva frondosa. Lembremos que este canto do Ultramar, entre o Cassai e o Luau, só é português depois da convenção luso-belga de 1927. Apesar do isolamento e do sentimento de estar «no fim da linha», mal se trata de investimentos, esta sentinela composta por ferroviários brancos a 1.350 quilómetros de Luanda parecia não temer nem um improvável irredentismo zairense, nem os guerrilheiros da FNLA, nem os sabotadores de comboios cujas buzinas têm incongruentes sonoridades de roncas de nevoeiro. Sem esquecer que

uma parte da população angolana vivia do outro lado da fronteira e que os conhecimentos militares dos antigos gendarmes catangueses aqui reunidos não eram desperdiçados, pois provavelmente uma parte deles devia estar entre os Grupos Especiais.

Cazombo

Esta grande saliência das terras angolanas penetrando para leste só foi reconhecida como portuguesa pela arbitragem do rei de Itália, em 1905. É o Alto Zambeze, povoado por luenas e lundas, mais alguns inevitáveis quiocos. A circunscrição tem 51.000 km². Para a manter, os portugueses têm, em 1973, um batalhão de aproximadamente 600 homens, ainda que outras fontes registem 700 a 800 militares na circunscrição. A sede, Cazombo, fundada em 1912, poderá ter 500 homens em armas, com os Grupos Especiais e as milícias aldeãs. Sede do batalhão, ninguém se preocupa em proteger os aviões durante a noite. É preciso dizer que, em dois anos, o batalhão apenas sofreu quatro mortos em emboscadas e dois por minas. Os portugueses apenas contabilizam 36 mortos infligidos ao MPLA, desde Julho de 1971. Para uma região encerrada entre duas fronteiras incontroláveis, estes números dão uma imagem da guerra. Uma centena de civis brancos, na maioria comerciantes, ajuda o batalhão a matar o tempo. A impressão de desconstracção não parecia fingida e, numa rusticidade espartana, os oficiais preocupavam-se mais com a sua promoção na carreira do que com a guerrilha. É verdade que 13.000 camponeses faltaram à chamada desde 1960, mas mais ou menos 150 apresentam-se por mês. Alguns documentos, dispensáveis de aqui citar, confirmam que, militarmente falando, desde o início de 1972 nada se passa no plano operacional, nesta região.

O Comando admite que o posto militar de Caripande, mesmo na fronteira com a Zâmbia, foi abandonado, e as patrulhas levariam até lá um observador, se este manifestasse muito interesse nisso. Os artilheiros do MPLA bombardeavam-no como exercício, mas não tentaram ocupá-lo (ataques aéreos). Os responsáveis acrescentaram, diante do imenso mapa

militar, que não há qualquer elemento do MPLA instalado no saliente. Em contrapartida, o mesmo mapa assinala as bases do MPLA no território zambiano, nesta franja de uma quinzena de quilómetros de largura, que o presidente Kaunda desguarneceu de tropas zambianas e, mais ou menos, «emprestou» ao MPLA, ao longo de toda a fronteira angolana. Assim, segundo os portugueses, a leste encontrava-se a base de Chipanga, comandada pelo chefe guerrilheiro cognominado Canhangulo. Teria (1973) uma centena de homens. A sul, quase em frente de Caripande, o MPLA teria cerca de 80 homens na sua base de Kalombo, comandada por um tal Correia, igualmente negro. Sempre ao sul, quase no ângulo formado pela fronteira, a base de Cassamba, criada em 1967 (?), abrigaria o esquadrão Avança, de 100 a 120 homens do MPLA, dirigida pelo chefe guerrilheiro Condamaninga. Dali partiria a pista Agostinho Neto, para norte, atravessando o caminho-de-ferro por altura do Lumeje, já visitado. Terão sido elementos destas duas bases meridionais os responsáveis por uma emboscada na estrada entre Lumbala e Cazombo, em Junho de 1973.

A missão protestante de Cazombo é considerada em actividade, forte índice demonstrativo da ausência de apreensões portuguesas⁹⁴ no plano local. Quanto à UNITA, no Alto Zambeze os militares não ouviram falar dela desde 1967, provavelmente porque o MPLA a eliminou. No que respeita à «fusão» MPLA-FNLA, nada de concreto ainda havia sido notado no terreno, no Leste. Pudera!

Gago Coutinho

Areias negras e cinzentas separam as duas localidades. São fendidas pelas obras da estrada que irá ligar, dentro em pouco, o Luso a Lumbala. A imensidão vazia, plana, percorrida pelos meandros dos afluentes do Alto Zambeze, é um pesadelo para quem precisa de se proteger dos helicópteros, mal eles deixam de sobrevoar as florestas-galeria. A sede de circunscrição de Bundas não tem a amenidade sombreada de Cazombo. O asfalto

⁹⁴ As missões de Muié e de Boma (Luso), pelo contrário, foram encerradas, por razões cuja validade nos parece suspeita.

que acaba de chegar ainda não lhe trouxe desenvolvimento. A «guerra» aproximou-se, a julgar pela extensão da pista de aviação, aqui guardada por abrigos fortificados. Dois aviões militares e um helicóptero lembram que a fronteira está a 70 km. O administrador de posto é um mestiço que fala quimbundo e assim é compreendido pela dezena de velhos sobas, homens e mulheres. A população é composta por quicocos e bundas, o que parece curioso numa área étnica atribuída aos luchazes⁹⁵. Rigorosos reagrupamentos da população, anteriormente dispersa, fizeram passar o número de habitantes desta grande localidade para 5.300 pessoas, mais a tropa de efectivos desconhecidos, provavelmente não inferiores a 200-300 homens, a ver pelas casernas. Em linha recta para leste, o posto de Mussuma é por vezes flagelado, o que não impede as autoridades zambianas de vir reabastecer-se a Gago Coutinho, onde os comerciantes vêem renascer as esperanças com a nova estrada. Enquanto Cazombo mantinha 100 civis brancos, Gago Coutinho parece não ter mais de 50. Um dos comerciantes instalou-se aqui em 1924 e parece difícil fazê-lo sair detrás do balcão, haja ou não haja guerra de libertação.

Um velho soba quicoco, antigo militar do exército português, lembra o tempo da revolta dos luchazes, em 1917, e ao mesmo tempo a sua juventude nestas terras sujeitas, na época, ao arbítrio dos comerciantes e dos sipaios cobradores de impostos. Presentemente, o grande assunto do administrador é o reordenamento rural (política de reagrupamento das aldeias dispersas, por razões estratégicas e económicas) das antigas aldeias localizadas ao longo dos rios. Segundo os nossos cálculos, os portugueses terão perdido mais de 70 % das populações, entre 1960 e 1970, nesta circunscrição. Este funcionário fez notar que as antigas aldeias a sul de Gago Coutinho foram arrasadas pelo MPLA, a norte pela UNITA e pelo MPLA, a fim de «fazer refugiados». Não falou das que foram incendiadas pelos portugueses, para convencer os hesitantes. É quase tão velho como a fundação de Gago Coutinho, que data de 1915.

⁹⁵ Mas os mapas por etnias são ainda simbólicos em Angola.

Apesar das circunstâncias, ou talvez por causa delas, os aldeãos que deambulam pelas fileiras de vivendas-lojas não aparentam mendicidade. As casas africanas admitem elementos de aculturação inesperados tão longe do mar. O administrador, cujas origens parcialmente africanas indicam que ele deve saber muito mais do que diz, afirma que as populações zambianas foram afastadas 15 km, ao longo de toda a fronteira, o que faz com que os seus homólogos em frente falem oficiosamente de uma «new border»⁹⁶. Esta medida, a ser verdadeira, deixaria uma faixa sob o domínio do MPLA, que aí terá reunido bastantes aldeias, por onde faria passear visitantes. A razão desta generosidade zambiana seria dupla: 1) evitar uma intensificação do atritos locais entre angolanos e zambianos; 2) facilitar a penetração ao MPLA que assim não mais teria de implicar as autoridades zambianas, no caso de perseguições.

Rivungo

De Gago Coutinho a esta aldeia fluvial sobre o rio Cuando, passa-se do Moxico ao distrito do Cuando-Cubango, seguindo a estrada que vai para o bico de Angola junto à Faixa de Caprivi. Ninda e Chiume parecem ser postos administrativos insignificantes, perdidos nas areias cinzentas semeadas de lagos das proximidades do Calaari. A estrada está desmatada em 35-50 m de largura, por razões evidentes. A existência de aviação militar em Neriquinha, junto ao rio Cuando, data de 1966, pelo menos. Uma estrada vermelha furando a floresta e alguns hangares reduzem às justas proporções a guerra que se praticava neste serão. Chicote, uma aldeia comercial, a última do Moxico em direcção ao sul, foi palco de um morticínio de comerciantes brancos no tempo (1966) em que a UNITA afiava as garras em adversários desarmados. Desapareceu desta zona.

A surpresa surge em Rivungo. Aqui, a fronteira obliqua para sudeste, seguindo a margem esquerda do Cuando. Mas, rio preguiçoso, obstruído por ilhas longilíneas, flanqueado por pântanos, este Cuando transborda

⁹⁶ N. do T. – Em inglês no original.

periodicamente por longos quilómetros. Sendo um povo (outroa) avaro do mínimo pedaço de terra «nacional», os portugueses conseguiram que os britânicos reconhecessem a posse do rio na largura máxima do caudal, inclusive na margem oposta a Angola. Por esta astúcia, controlavam não só a totalidade do curso de água, mas também uma apreciável extensão de terra do lado zambiano, na estação seca. Por este estratagema, podem legalmente manter os rebanhos zambianos afastados do seu bebedouro natural e patrulhar o rio à sua vontade, graças a uma lancha de fundo chato. Ver estes marinheiros em actividade neste rio «lacustre» de 2 ou 3 quilómetros de largura fascina o apreciador de exotismo. «Die Wacht am Kwando»⁹⁷ era um exercício que os dez fuzileiros brancos da lancha, armada com uma metralhadora, praticavam pelo menos uma vez por ano. O limite norte da navegabilidade portuguesa é por alturas do Chiume, em Angola; ao sul fica em Kongola, na Faixa de Caprivi, ou seja, em território sul-africano.

A 9 de Março de 1972, homens do MPLA, escondidos entre a vegetação aquática, a sul de Luiana, dispararam à queima-roupa sobre a embarcação, matando um marinheiro. Neste combate naval insólito, na fronteira aquática entre a África negra e a África «cinzenta», não foram encontrados nem o português caído à água, nem os assaltantes encobertos pela verdura.

Já ninguém vem a Rivungo, a não ser por boas razões, tendo os apreciadores de safaris cedido o lugar aos agentes da DGS. Embora se trate de uma sede de circunscrição na qual ainda foram recenseados 5.246 habitantes em 1970⁹⁸, as hostilidades não trouxeram qualquer progresso visível. Os pescadores vivem nas suas cabanas como se nada fosse. O administrador de Rivungo é um mestiço angolano muito escuro, usando um uniforme camuflado. Neste mundo fluvial parecido com as rias da Guiné-Bissau, a influência militar e policial parecia quase total. Rivungo é a porta do pólo da inacessibilidade absoluta em Angola.

⁹⁷ N. do T. – «O quarto de sentinela no Cuando». Em alemão no original. Alusão ao hino patriótico alemão «Die Wacht am Rhein» (O quarto de sentinela no Reno), cantado desde a Guerra Franco-Prussiana até à 2.ª Guerra Mundial, sempre que os franceses tentavam conquistar a margem esquerda do Reno.

⁹⁸ Contra cerca de 14.420 em 1960.

Luiana

Há anos que aqui não vem qualquer jornalista ou observador e ninguém se importa de contar os quilómetros que o separam de Luanda, pois os 187 km da pista que desce de Rivungo não são percorridos regularmente. Luiana é o último posto de Angola no Sudeste. O recenseamento de 1960 atribuía-lhe dois brancos e, ilusoriamente, 7.367 negros. Ilusoriamente, porque este território, ocupado por imensas reservas de caça, não estava completamente explorado em 1961. Conta-se que, quando Luiana foi fundada em 1920, o chefe de posto levou um ano a chegar ao seu lugar de exílio, em carro de bois. Toda a sorte de aventureiros assombrava, então, este rio insalubre. Em 1964, o chefe de posto era um mestiço que, por razões controversas, matou um sipaio. Prenderam o mestiço e, em 1966, só lá restava um desses «indesenraizáveis» comerciantes portugueses do mato. Numa sua ausência, a UNITA deitou fogo à loja. Desde aí, não houve mais civis europeus na Luiana. Em contrapartida, aí se encontra um destacamento português e um administrador que tem a única casa da localidade. Quanto ao resto, os militares vivem em tendas e em palhotas africanas. É uma subcultura da caça e da guerra, atrás da qual se desenha a sombra da África do Sul.

Da Faixa de Caprivi sobem (1973), ou subiam, frequentemente patrulhas sul-africanas de 50-60 soldados brancos que não hesitavam em atravessar o Cuando para ver o que se passava na margem zambiana⁹⁹. Foram também os sul-africanos e os seus buldózers que provavelmente construíram a pista de aviação, e os malogrados rapazes destacados para este «inferno» durante dois anos estão tão esquecidos pelos seus superiores, que até usam mapas sul-africanos e não portugueses. O tédio cai como uma marreta sobre esta clareira onde todas as casas são feitas de troncos, as portas e as cadeiras de peles de animais, os telhados de palha. Se ainda existe uma fronteira em Angola, chama-se Luiana.

⁹⁹ Não apurámos se passavam a linha imaginária de enchente do rio, que constituía a fronteira portuguesa teórica.

Trezentos africanos, mais ou menos, na maioria mucussos (*mambukush*), vivem, ou sobrevivem, aqui. Facto inimaginável em Angola, nenhum paga o imposto. O seu soba, incapaz de falar português, exprime-se em inglês. Mas como não existem comerciantes senão em Katima, no Caprivi, a noção de dinheiro é desconhecida e a permuta impera. Bosquímanos habitando este canto encravado na África anglófona esperam não se sabe o quê. O avião é guardado à beira de uma floresta pouco recomendável. Contudo, ninguém fala de combates, mas de penúria. Tão longe de Deus e tão perto dos «primos» *boers*, quem não se dedicaria a fazer mestiços¹⁰⁰, à falta de outras distrações?

Mucusso

Aqui, nem guerra, nem civilização silvícola. Em Luiana não se encontrava nem um saco de cimento, provavelmente, nem um prego. Mucusso, fundado em 1909 por João de Almeida, o principal organizador do Sul de Angola face aos alemães, é o último posto português no Cubango e só tem falta de alimentos. Pelo contrário, as telhas e a cal atestam estarmos em território bem português. A localidade é elegante e nem sequer tem militares. É verdade que, na outra margem deste rio facilmente atravessável, os sul-africanos de Andara têm forças suficientes para vir em socorro dos seus «primos», se fosse o caso. De resto, a pista de aviação só é acessível passando pelo território vizinho. Não obstante, os portugueses perderam, entre 1960 e 1970, metade da população da circunscrição de Dirico, à qual pertence o posto. De facto, antes de 1967, a presença portuguesa no Cubango era simétrica da que tinham no Cuando: quatro aglomerações, Cuangar, Calai, Dirico e Mucusso, fundadas em 1909, asseguravam a frente fluvial, sendo o interior um deserto humano, ponteados de reservas de caça e mal conhecido.

Quando é sabido que os bois comprados em Mucusso vão a pé até Nova Lisboa (mais de 1.000 km), compreende-se que o problema das comuni-

¹⁰⁰ Um alferes marcou a sua passagem abandonando, contra os regulamentos militares, sete mulatinhos em dois anos, tão perto dos sul-africanos: «os nossos primos», segundo a expressão consagrada.

cações é lancinante. Os africanos, por uma razão mal definida, não querem separar-se do seu gado. Nesse aspecto, os comerciantes (uns quarenta, perto do rio) sofrem não um «conflito», mas uma certa resistência passiva. A caça internacional abandonou praticamente as grandes coutadas do interior. Apenas uma patrulha de Flechas, formada por um número pouco habitual de bosquímanos fardados, lembrava nestas margens tranquilas que, no interior, a caça passara a ser humana. Uma picada em mau estado liga Mucusso a Cuangar (360 km), contrastando com a estrada «estratégica» paralela, na margem oposta. A base aérea sul-africana de Runtu dispensa os portugueses de grandes esforços, neste rio indolente. Porém, a coutada de Mucusso foi atacada em 1967 e o Cuito, afluente do Cubango, constitui uma linha de barragem contra as infiltrações. A aldeia de M’Pupa, no Cuito, seria a sede de um batalhão português.

Vila Nova da Armada

Como o nome indica, trata-se de uma criação nova (1969) da Marinha portuguesa no Cuito. Mas enquanto o Rivungo, na primeira linha, tem apenas forças navais simbólicas, sem fuzileiros navais, Vila Nova, completamente construída em quatro anos entre os ganguelas, já tem uma companhia de Infantaria de Marinha e prevê a instalação de um batalhão. Isto não é por acaso e as passagens para o Sudoeste Africano, através das coutadas, parecem justificar a instalação deste potencial actualmente não utilizado, pois a unidade que faz as patrulhas de lancha não teve mortos em combate e praticamente toda a actividade militar cessou no Cuito e no Longa, no sector navegável (Baixo Longa-M’Pupa, essencialmente). Assim se vêem dezenas de barbudos de bíceps tatuados cultivar, como bons portugueses, leiras de couves junto de instalações desproporcionadas em relação à agressividade do inimigo que aqui rareava em meados de 1973. Seja como for, os portugueses não serão apanhados de surpresa, se ele um dia regressar. Aqui também ninguém se dá ao trabalho de guardar a pista de aviação encravada nesta colónia militar onde não existem civis europeus, mas apenas uns quantos ganguelas.

Cuito Cuanavale

Em Cuito Cuanavale, sede de um batalhão e base aérea (quatro helicópteros e um avião), os militares vieram para ficar e transformaram esta localidade, onde havia apenas onze brancos em 1960, numa imensa vila com casas de um lado e doutro, ao longo de vários quilómetros da estrada que liga Serpa Pinto a Mavinga. Parece que o lugar beneficiou deste afluxo de salários, de famílias, de criados, de reagrupados, etc., para mostrar a imagem de uma cidade-cogumelo típica do Cuando-Cubango. As pontes do troço oriental já estão construídas e espera-se o asfalto (236 km desde Serpa Pinto, capital do distrito) com impaciência. O número de clientes africanos nas novas lojas testemunha um mínimo de rendimentos ao nível dos aldeãos. É certo que aqui «não se passa nada», militarmente falando, embora as colunas para Mavinga sejam escoltadas, e o regresso de vários comerciantes do Leste (nomeadamente de Luiana) seja «definitivo».

Mavinga

Este regresso ao Leste aproxima-nos dos problemas. Aqui eles existem (1973), mas tão suaves e espaçados que nos sentimos a mil léguas da tensão verificada na fronteira com a Tanzânia, no Planalto dos Macondes¹⁰¹. Mavinga situa-se nos limites de uma coutada, mas os caçadores deixaram de vir. Contudo, os comerciantes portugueses parecem prosperar. Os efectivos da guarnição desta localidade são cerca de uma companhia, mais os Flechas. Ninguém fala de ataques, nem de abandono. Tal como se encontra, estendendo-se por uma rua poeirenta, flanqueada por campos de refugiados africanos, Mavinga é indefensável. Porém, embora a pista de aviação esteja guardada, não há vestígios de arame farpado. Daria a impressão de que a circunscrição teria perdido 60 % da população entre 1960 e 1970, mas como contava apenas 60.000 habitantes, a diferença não é impressionante. O tipo de actividade comercial subsistente escapa-nos – parece que várias vivendas foram alugadas ou compradas pelo Exército – e a aldeia de refu-

¹⁰¹ Em Moçambique.

giados (ou melhor, «recuperados») aparenta ser bastante pobre. Algumas horas antes da nossa chegada, tinha-se apresentado aos portugueses um grupo de bosquímanos, gente acorada junto às paredes do edifício da onnipresente DGS, fugindo à morte no mato. Para estes nómadas em vias de sedentarização, perseguidos ou desprezados pelos bantos¹⁰², a guerra de libertação parecia uma coisa tão incompreensível como o colonialismo em Mavinga. Tinham frio e fome e a sua História, que ainda ninguém teve tempo de escrever, pareceu-nos constituir um documento a acrescentar à História Contemporânea de Angola.

Envolto num sobretudo (sobrevivente de alguma generosidade?), o chefe do grupo contou que o seu clã (9 homens, 5 mulheres, 18 crianças, mais os que tinha morrido no mato) tinha sido ameaçado de morte pelo MPLA, caso fossem para sítios onde houvesse brancos. Tinham partido para o mato em 1967 e cinco deles, que não quiseram acompanhá-los, foram prontamente liquidados com uma granada. Apesar da provável tendência a tornar sombrios estes seis anos de «libertação», para ficar bem visto pelos seus novos protectores, a narrativa, feita em ganguela misturado com as duas únicas palavras reconhecíveis em português («bandidos» e «escravos»), esclareceu o que pode passar-se longe dos quadros independentistas, nas florestas libertadas. Na verdade, estes bosquímanos tinham trocado uma escravatura por uma situação pouco invejável, tornando-se caçadores, carregadores e abastecedores de doze guerrilheiros ganguelas do MPLA e de apenas um bosquímano armado que ligara a sua sorte à dos «libertadores». Havia um enfermeiro do MPLA que os via de vez em quando, mas nunca um estrangeiro ou mesmo um mestiço do movimento os visitou, durante todos estes anos. Recebiam doutrinação política em ganguela. O MPLA teria aqui um embrião de organização comercial, pois trocava roupa por mel. Ao longo dos anos, o caleidoscópio humano do Leste de Angola revelava-se nesta micro-resistência. Quiocos e bundas

¹⁰² O intérprete ganguela da DGS marcava nitidamente a diferença entre «a gente da nossa cor» e estes sujeitos amarelados, falando por estalidos indecifráveis; embora, olhando mais de perto, a mestiçagem com os bantos fosse, neste grupo, bastante evidente.

tinham reforçado os gangueiras. Segundo se dizia, quem não obedecia levava pancada (várias cicatrizes eram visíveis na cabeça de um deles) ou era abatido. Para estes especialistas em sobrevivência, a fome não era problema de maior, mas como não havia acampamentos fixos, por causa dos ataques portugueses, a errância era retomada após alguns meses. Conseguiram fugir sempre, mesmo quando, da última vez, no princípio de 1973, os helicópteros desembarcaram tropas que puseram em fuga o grupo do MPLA com quem os bosquímanos andavam. Durante mais de seis meses, foram abandonados pelo MPLA mas, como ingenuamente confessou o chefe, não se apresentaram logo aos portugueses porque tinham medo de ser mortos pelos Flechas. Foram contactos furtivos com outros bosquímanos que viviam em redor de Mavinga que os convenceram de que tinham mais a ganhar cultivando uma horta protegida, do que arriscar-se a um novo encontro com guerrilheiros. Destes nove homens, dois ou três disseram querer alistar-se nos Flechas (vingança?), os outros desculpam-se com a idade. As mulheres mantinham-se em silêncio e o cigarro oferecido foi partilhado equitativamente por todos os homens. Ei-los de novo colonizados.

Este apontamento que, bem polido, poderia figurar numa brochura de propaganda portuguesa, não consegue esconder-nos que, mesmo em estado larvar e por vezes em declínio, a guerra no Leste causou danos consideráveis na população civil, apanhada entre o fogo cruzado de uns e de outros. Execuções, pilhagens, raptos, bombardeamentos, metralha, abate de gado, esgotamento, fome, doenças, tornam naturalmente ilusórias as estatísticas das perdas. Ao nível dos que foram vítimas, certas grandes tiradas tornam-se indecentes.

Serpa Pinto

A capital do Cuando-Cubango ficou irreconhecível em sete anos. Depois de a termos visto (1966) em gestação (talvez uma centena de habitações, nessa altura), poeirenta e desconfortável, encontrámos agora uma cidade

européia (com uns 3.000 brancos), densa, asfaltada, onde casas com 12 anos fazem o papel de monumentos quase históricos. Em mais nenhuma parte de Angola se sente esta impressão de chicotada dada pela guerra. Não é, porém, o caminho-de-ferro de Moçâmedes que explica este crescimento vertiginoso do néon, dos hotéis e de uma certa prosperidade. Nem a estrada que acaba de estender o seu alcatrão desde Silva Porto. Será a agricultura? A cidade está cercada por imensos bairros africanos, inexistentes em 1966.

Sem poder afirmá-lo, prevalece a impressão de que os reagrupamentos drásticos da população estão na origem desta concentração urbana, exactamente onde, sete anos antes, as hienas se aproximavam dos limites da cidade onde morava provisoriamente o Governador. Bandeirante é a palavra que acode ao espírito, embora alguns índices mostrem que, mesmo aqui, a vigilância policial não abrandou. Notar-se-á o encerramento dos dois campos de trabalho de Missombo¹⁰³, onde outrora se amontoavam algumas centenas de guerrilheiros e membros do MPLA e da UPA. Missombo I tornou-se uma escola de ofícios para jovens pensionistas africanos que substituíram os presos políticos. A julgar pela importância das novas instalações militares, a capital do Cuando-Cubango alberga pelo menos um batalhão, provavelmente para garantir a protecção à distância das minas de ferro de Cassinga.

Pereira de Eça

A acreditar no MPLA e na UNITA, a região dos cuanhamas teria sido teatro de um levantamento armado no início de 1972 e lê-se em textos inspirados pelo MPLA que os portugueses teriam enviado 10.000 homens numa acção punitiva para proteger os trabalhos no Cunene¹⁰⁴, transformados, por obra e graça de um comunicado, no objectivo militar

¹⁰³ Ver fotografia e números em Douglas Wheeler e René Pélissier: *Angola, op. cit.*, p. 179 e p. 270.

¹⁰⁴ O jornal diário alemão *Neues Deutschland*, de 23 de Março de 1972, publicou um mapa das áreas controladas pelo MPLA que não só englobavam Serpa Pinto, como se prolongavam ladeando a fronteira sul-africana até ao mar, ou quase.

da «Sexta» Região Militar do MPLA. Pereira de Eça, a capital mais débil dos dezasseis distritos de Angola, nunca seria capaz de resistir a um décimo desta força armada. Apesar da presença: 1) da fronteira com uma Ovambolândia em efervescência; 2) do «complexo dos cuanhamas» herdado das campanhas do princípio do século ¹⁰⁵; 3) do problema económico e político que representa a utilização das águas do Cunene, encontra-se um vilarejo adormecido aonde se enviam as companhias fatigadas pelo clima do Noroeste, para recuperar antes de regressarem à metrópole. Basta uma companhia para controlar a antiga capital do último rei independente de Angola, Mandume, vencido em 1915 pelo general Pereira de Eça (assistido por 6.000 metropolitanos) e abatido pelos sul-africanos em 1917. Há um destacamento a 11 km da fronteira, em Namacunde, mas pode-se visitar o túmulo do rei, em plena selva, apenas acompanhado por um capelão. Esta «Sexta» Região Militar do MPLA esperava, sem grande pressa, que a viessem libertar. Por outro lado, não convém considerar definitiva esta aparente calma dos ovambos angolanos. A este respeito, vários especialistas portugueses vêem com apreensão desenvolverem-se os planos para cercar pastagens e a instalação de grandes fazendas europeias, nas margens do Cunene. Há ali uma fonte latente de conflitos, reavivada de há uns anos para cá, apesar das negativas das autoridades portuguesas que, por enquanto, deixam os ovambos da Namíbia vir visitar os seus irmãos no Norte, para maior proveito do comércio local. É inevitável, apesar de todas as precauções tomadas, que um povo tão orgulhoso como os cuanhamas se interogue sobre o futuro da etnia, separada por uma linha de arame farpado. A lusitanização entre eles é demasiado superficial para que resistam ao apelo do Sul, indefinidamente. Portugueses e independentistas angolanos têm ali um problema de irredentismo de que se falará nos anos que hão-de vir.

Por agora, é evidente que não houve levantamento armado em 1972, mas apenas alguma turbulência dissipada pelo soba e pelas concessões do Governador-Geral, que veio informar-se no local.

¹⁰⁵ René Pélissier: *Les Guerres Grises ...*, op. cit., pp. 415-506.

Conclusões

Serão muito prudentes, pois a situação originada pelo golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 ainda é incerta (Maio) em Angola. Para nos limitarmos ao Leste, é por demais evidente que não se vê qualquer saída militar que dê a vitória a um campo ou ao outro. Mas, para lá da propaganda, um facto permanece. Nunca houve 500.000, um milhão ou dois milhões de angolanos libertados ou «sobre-libertados» no Leste de Angola e no Centro. A posição dos insurrectos, bem mais crítica do que na Guiné-Bissau ou em Moçambique, não lhes permite ameaçar militarmente, de forma séria, a presença portuguesa. Actualmente, não há quase ninguém em posição de contestar, de armas na mão, no interior; e ainda que seja de prever uma retoma das actividades da guerrilha, caso fracassem as negociações, secretas ou públicas, esta retoma será provavelmente aproveitada pelos portugueses para reforçar junto de si as populações militarizadas, melhorar por pouco que seja a sua sorte e desertificar as extensões que separam os postos. Esta concentração seria intolerável no Centro de Angola, onde a densidade da população é muito mais elevada. No Leste, a demografia é, momentaneamente, a aliada directa do Exército português, desde que este tenha vontade de combater.

Moçambique

Há quase cinco séculos, Vasco da Gama ...¹⁰⁶

Da Índia veio, em 1489, aquele que provavelmente foi o primeiro português a desembarcar nas costas do futuro Moçambique: o «viajante-espião» Pêro da Covilhã. Nove anos mais tarde, Vasco da Gama desembarcou, pelo sul, nas talassocracias islamizadas que se estendiam até à Somália. Desde aí, a política de Lisboa ficou estabelecida para vários séculos: apoderar-se das localidades mercantis costeiras da África Central e, acessoriamente, encontrar terras auríferas subindo o Zambeze. Para nos limitarmos a Moçambique actual, Sofala, Quelimane e, sobretudo, a Ilha de Moçambique são alguns dos pontos do litoral que foram ocupados pelos portugueses, na charneira do século XVI. O primeiro português a penetrar no interior do império do Monomotapa foi António Fernandes, um degredado, ou seja, um deportado por delito comum. Ele daria o tom, pois os povos de Moçambique iriam passar a ter relações de rapina, tanto entre eles, como com os comerciantes arabizados e cristãos.

Para ter mais fácil acesso ao Monomotapa, entre 1530 e 1570, os portugueses erigiram fortins no Zambeze, em Sena e em Tete, mas os rápidos de Cabora Bassa bloquearam o seu avanço no rio. O rei D. Sebastião (1557-1578), um cruzado tardio no século XVI, pensou recuperar um pouco de glória e de riquezas enviando mil portugueses comandados por Francisco Barreto. A malária haveria de os dizimar antes de alcançarem as minas. Outros viriam, conseguindo impor, no século XVII, um protectorado frágil, depois decadente, ao Monomotapa. Alguns soldados e mercadores metropolitanos, depois goeses, instalaram-se em permanência no vale do Zambeze.

De início feudatários do Monomotapa, estes concessionários de *prazos* (imensos domínios cuja travessia levava, nalguns casos, mais de oito dias

¹⁰⁶ Publicado em *Le Monde*, 26-27 de Junho de 1975.

de viagem a cavalo) eram, em teoria, fazendeiros vassalos da Coroa. Ainda que, originalmente, os titulares destes *prazos* tenham sido mulheres brancas a quem era interdito casar com africanos, na prática, os descendentes destes poderosos barões coloniais africanizaram-se em três gerações, dando origem a verdadeiras dinastias de senhores da guerra que mobilizavam exércitos pessoais de 10.000 a 25.000 guerreiros, para lutar entre si ou contra «inimigos» da Coroa. Para o restante território, Moçambique, administrado a partir da ilha-fortaleza do mesmo nome, não existia verdadeiramente. No seu apogeu, os postos poderiam albergar um milhar de portugueses, quase todos degredados que se empenhavam na exportação da melhor mercadoria da região: escravos. Mesmo estendendo-se oficialmente a zona de influência portuguesa entre o Rovuma e Delagoa Bay¹⁰⁷, em tempos ocupada por austríacos, este Moçambique, esquecido nas águas-mornas do século XVIII e do princípio do XIX, era uma cloaca onde ninguém vinha, a não ser contra vontade ou para enriquecer depressa.

A quimera cor-de-rosa

A Administração local era geralmente demasiado fraca para alimentar grandes desígnios. Contudo, por vezes aparecia uma fulgurância, e foram as tentativas de junção com Angola que levaram, por exemplo, o brasileiro Francisco de Lacerda até aos confins sul-orientais da actual República Democrática do Congo. As grandes migrações zulus do princípio do século XIX devastaram o interior, o que não abalou muito as populações periféricas empenhadas em sobreviver. Para os portugueses, as ameaças eram de outra ordem. O «fim» oficial da exportação de escravos em 1836, as expedições-denúncia de Livingstone, as intenções de anexação dos ingleses, tudo anunciava tempos difíceis na «corrida para África» ou, para não fazer uma figura muito triste, Lisboa deveria adoptar os métodos dos seus concorrentes europeus: encomendar metralhadoras. A subjugação da

¹⁰⁷ N. do T. – O autor usa a designação inglesa inicial. Hoje, Baía da Lagoa.

família Cruz ficou conhecida por Guerras do Zambeze e durou de 1851 a 1888. Em 1891, laboriosas negociações com Londres e o insaciável Cecil Rhodes acabaram com a «quimera cor-de-rosa» (a continuidade territorial com Angola) e deram origem ao tortuoso traçado das fronteiras actuais.

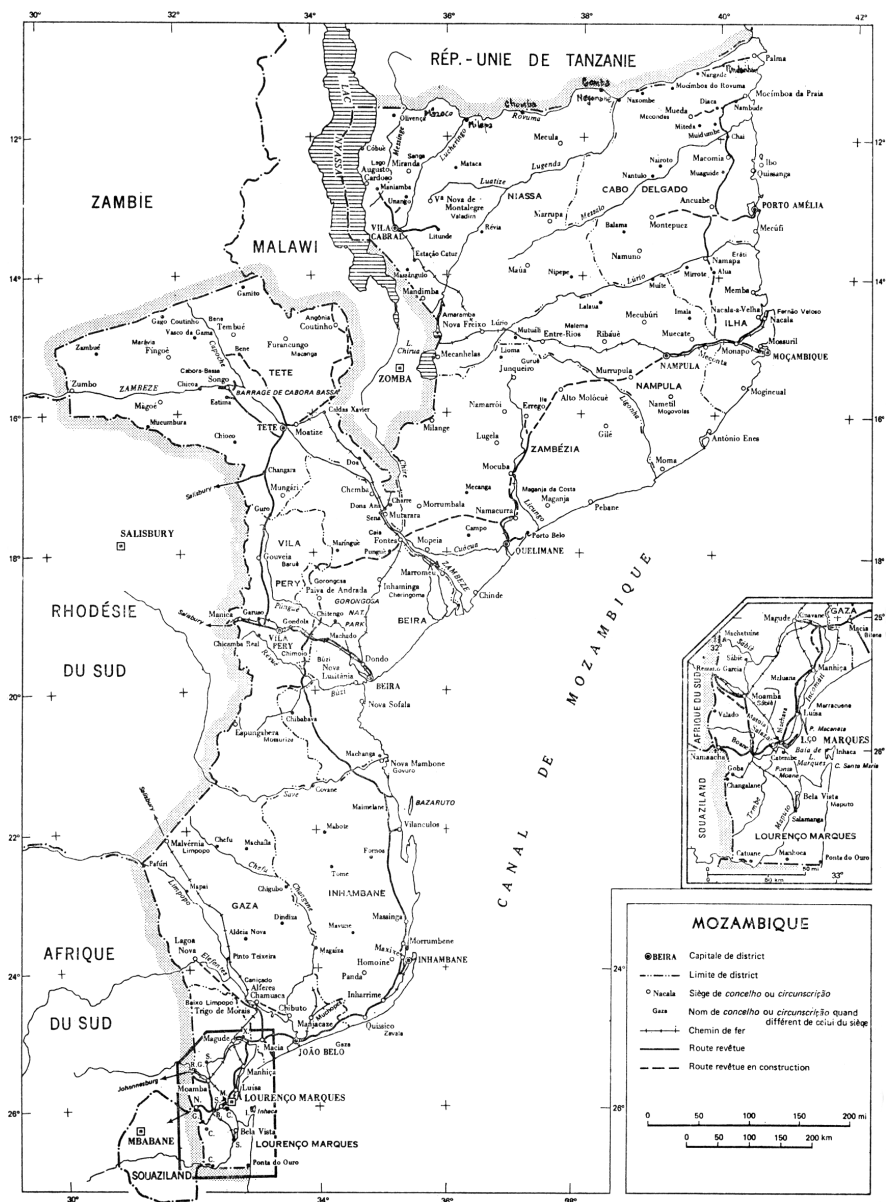
A partir de 1895, foi de armas na mão que os portugueses esmagaram resistências e revoltas. A renascença colonial de Lisboa encontrou o seu terreno de eleição em Moçambique onde, sob a autoridade do Comissário-Régio António Enes, alguns oficiais – aqueles cujas estátuas acabam de ser apeadas – iriam, com meios modernos, lusitanizar à sua maneira o sertão e levar algum alívio aos comerciantes. Estes bem precisavam, pois chegaram a ser levantadas barricadas nas ruas de Lourenço Marques, como protecção contra invasões, em 1894. No ano de 1895 deu-se, finalmente, a captura de Gungunhana, rei dos vátuas, após combates «épicos» que, durante 79 anos, alimentaram as hipérboles portuguesas. Desde então, as acções militares tornaram-se quase anuais, do Centro ao Norte. E isto até à Primeira Guerra Mundial, onde Portugal teve a infelicidade de se confrontar com um génio da guerrilha, o general alemão Von Lettow-Vorbeck, que rechaçou uma pequena invasão portuguesa do Tanganica, em 1916, e penetrou em Moçambique em 1917. Arrasou o Norte até 1918. Nestas impiedosas campanhas de 1914-1918, os portugueses perderam 2.000 metropolitanos e cerca de 2.800 soldados e carregadores africanos, ou seja, baixas superiores às que sofreram em Moçambique, entre 1964 e 1974.

Com dois terços do território entregues a três grandes companhias majestáticas, das quais uma de capitais parcialmente franceses, Moçambique ficaria por muito tempo uma simples justaposição de colónias de exploração – ou melhor, de sobre-exploração – privadas, vivendo de culturas forçadas (algodão), do caminho-de-ferro e dos portos que desafogavam o oeste anglófono, bem como da exportação de centenas de milhares de trabalhadores para a África do Sul. Salazar, o grande centralizador, conseguiu recuperar as parcelas arrebatadas e pôr em ordem as finanças de um território que, progressivamente, deixou de viver exclusivamente para os seus

vizinhos e tentou aliviar um pouco mais a sua metrópole. Falta dizer que, dos 6.603.653 habitantes em 1960, apenas 97.268 eram brancos e que a sua influência cultural no meio africano mal era sentida fora das cidades. Havia uma discriminação subtil, que alguns se apressavam a atribuir à vizinhança da África do Sul, deixando marginalizados 98 % da população, a qual, em setenta anos – e não cinco séculos, como certos propagandistas continuam a afirmar – não tinha tido tempo de esquecer as suas tradições.

Os exilados, bem como os evoluídos de um Sul mais escolarizado, tomavam consciência do que os separava dos colonizadores. Como os sofismas oficiais não conseguiram fazer deles portugueses do coração, tiraram daí as suas conclusões e, ao lado de outros movimentos rivais, nasceu em Junho de 1962 a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sob a autoridade de Eduardo Mondlane. Com base no Tanganica, estes intelectuais tiveram a habilidade de recrutar a maioria dos seus guerrilheiros entre os macondes, etnia particularmente belicosa, localizada sobre a fronteira norte. A FRELIMO bater-se-ia durante dez anos (1964-1974) e, apesar do assassinato do seu chefe, de um tribalismo avivado pelos portugueses, e de um poder militar contrário apreciável (quase 80.000 homens com os auxiliares), não conseguiria vencer, mas desmoralizar os oficiais portugueses. A despeito da sua expansão para a Beira em 1973, restava à FRELIMO, no início de 1974, implantar-se em dois terços do território. O desmoronamento das barreiras psicológicas que os altos comandos tinham levantado permitiu à FRELIMO, em pouco mais de um ano, afirmar-se na totalidade do terreno.

Mapa 4 – Moçambique em 1974



Apresentação de Moçambique¹⁰⁸

É frequente considerar Moçambique (778.000 km², mais de 8 milhões de habitantes) semelhante a Angola. De facto, o elo é apenas cultural e político e sente-se em Moçambique uma atmosfera bem diferente. Tal como Angola foi, por muito tempo, um apêndice do Brasil, assim Moçambique foi, durante séculos, tutelado por Goa: a presença oriental e islâmica foi suficientemente forte para mostrar que este longo território virou costas a Portugal e está mais voltado para o oceano Índico. Não acabam aí as diferenças. A geografia fez dos portos de Moçambique os pulmões da África Central e Austral anglófona. Enquanto Angola é um feudo lusitano podendo viver isolada do resto de África, as relações económicas e o turismo obrigam os detentores de Moçambique a interrogar-se sobre a sua dependência em relação ao poderoso vizinho sul-africano e seus satélites. A colonização branca é demasiado recente para se sentir segura da sua identidade. Insidiosamente, os comportamentos sul-africano e rodesiano, face aos africanos, tendem a substituir-se às atitudes observadas em Angola. O nível social da comunidade branca, mais elevado do que no outro território da África austral portuguesa, é também um elemento deste desfasamento. Neste cenário, a esmagadora maioria da população é banto e, visto isso, considera os asiáticos e os europeus estrangeiros. A «lusitanização», ainda muito desigual e pouco sólida, é um objectivo activamente procurado pelo governo de Lisboa. O que não impediu – se é que não favoreceu – o nascimento de um nacionalismo moçambicano que, desde 1964, pretende conquistar a independência de armas na mão. Ocupando uma posição geográfica e estratégica vital para as minorias brancas da África Central e Austral, Moçambique está na primeira linha do confronto entre a África negra e os regimes brancos do Sul.

¹⁰⁸ Publicado em *Le Million. L'Encyclopédie de tous les pays du Monde*, n.º 200-201, Janeiro de 1973. Éditions Atlas. Paris.

O Estado

As instituições políticas de Moçambique são idênticas às de Angola: as modificações previstas ou em curso neste território aplicam-se igualmente a Moçambique que, província ultramarina de Portugal, se tornou, em 1971-1972, um «Estado» gozando de uma certa autonomia. Em Moçambique tem assento um Conselho Legislativo de 29 membros, dos quais 27 eleitos (9 por sufrágio directo, 18 por entidades corporativas). Em 1969, o número de eleitores não ultrapassava 90.000, sendo restrito o direito de voto.

A partir de 1970, o território foi dividido em dez distritos. A subdivisão em concelhos e circunscrições, depois em postos e regedorias, é semelhante à usada em Angola. A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), movimento independentista, conseguiu pôr de pé um embrião de organização local em zonas onde as tropas portuguesas não penetram.

Do lado português, há um partido único: a Acção Nacional Popular (ex-União Nacional). Do lado independentista, existem dois movimentos com actividades militares em Moçambique: a FRELIMO (que começou a luta armada em 1964, activa nos distritos de Cabo Delgado, Niassa e Tete), e a Comissão Revolucionária de Moçambique (COREMO).

Os africanos de Moçambique são maioritariamente animistas. Haverá 900.000 islamizados, 900.000 católicos e 200.000 protestantes. Além disso, há alguns milhares de hindus, budistas e judeus.

Desconhecemos os efectivos das Forças Armadas portuguesas, mas andarão à volta de 80.000 homens, incluindo unidades paramilitares, as milícias e as polícias. As forças dos três ramos regulares contarão cerca de 60.000 homens. Os independentistas terão 5.500 guerrilheiros e 5.000 auxiliares, segundo estimativas de 1972.

Distritos (<i>sedes</i>)	Superfície (<i>km²</i>)	População (1970)
Lourenço Marques (Lourenço Marques)	16.783	799.358
Gaza (João Belo)	82.534	753.347
Inhambane (Inhambane)	68.470	746.711
Manica e Sofala (Beira)*	129.854	1.085.209
Tete (Tete)	100.714	492.233
Zambézia (Quelimane)	102.880	1.756.864
Moçambique (Nampula)	78.265	1.735.206
Cabo Delgado (Porto Amélia)	78.374	567.478
Niassa (Vila Cabral)	120.135	297.428
MOÇAMBIQUE	778.009	8.233.834

*No final de 1970, Manica e Sofala foi dividida em dois novos distritos: Beira (Beira) e Vila Pery (Vila Pery).

Os sindicatos fazem parte, obrigatoriamente, da organização corporativa do Estado português.

Os doentes são tratados em 1.469 instalações hospitalares (574 públicas, 895 privadas). Há cerca de 450 médicos e 12.000 camas. Perto de 50 % das crianças têm instrução, 93 % delas em escolas primárias. Neste aspecto, têm sido feitos grandes esforços nas zonas contestadas pela guerrilha.

A população e as cidades

Embora o recenseamento de 1960 apresente dois números para a população negra (6.430.500 ou 6.455.600), estima-se que, nesse ano, 97 % dos habitantes fossem africanos, 1,4 % brancos, 0,3 % indianos, 0,03 % chineses e 0,5 % mestiços. Por outro lado, o número de moçambicanos vivendo no estrangeiro por razões económicas (trabalho temporário ou semipermanente na África do Sul e na Rodésia: 500.000 em 1966) ou políticas (numerosos refugiados fugindo dos combates, instalados na Tanzânia, no Malawi ou na Zâmbia), devia atingir 600.000 pessoas em 1972.

Moçambique é, portanto, um território negro incluído no sistema branco da África Austral, o que não quer dizer que seja homogêneo, ao nível dos africanos. No mínimo, distinguem-se dez grupos étnicos maiores entre os bantos, cada um deles dividido em tribos, sendo o Zambeze considerado a fronteira, mais ou menos permeável, entre o Norte e o Sul. Não houve estudos quantitativos sobre as etnias, desde 1950. Contudo, pode-se considerar o grupo macua-lomué como a principal etnia (cerca de 40 %). Mais ou menos islamizado, vive nos distritos do Niassa, Cabo Delgado, Moçambique e Zambézia. Os ajauas acantonam-se no Niassa e no vizinho Malawi. Parcialmente islamizados e pouco tocados pela influência lusitana, estão em vias de se reagrupar por iniciativa dos portugueses (as autoridades terão reagrupado no Niassa 163.000 pessoas em 120 aldeias). A etnia mais turbulenta é, incontestavelmente, a dos macondes (136.000 em 1950), habitando as margens do Rovuma, rio-fronteira. Guerreiros ferozes, constituem as tropas de elite da FRELIMO. Ao longo do saliente do Malawi, os nianjas e os cheuas fornecem igualmente alguns insurrectos. Incluídos no grupo dos maraves (166.000 em 1950), têm uma importância numérica secundária. O mesmo acontece com os suaílis muçulmanos, na costa de Cabo Delgado, e uma galáxia de povos fixados no vale do Zambeze. Ao sul deste rio, o grupo dos chonas, com mais de um milhão de almas, prolonga o povoamento da Rodésia até ao mar, a norte do rio Save. Finalmente, os três distritos meridionais são habitados pelos africanos que adquiriram mais experiência da vida ocidental. Assim, os tonga (1.460.000 em 1950) constituem o contingente mais apreciado de trabalhadores nas minas sul-africanas. O seu habitat estende-se para sul, até Lourenço Marques. Os chopos, no distrito de Inhambane, beneficiaram de uma escolarização um pouco menos sumária. Este caleidoscópio inclui também os angonis, no extremo sul. Em resumo, Moçambique, cujas fronteiras arbitrárias foram talhadas separando as populações, revelou-se pouco receptivo à influência portuguesa, que nestes territórios imensos vem em segundo lugar atrás do Islão, se não for na terceira posição, atrás da recente influência do mundo anglo-saxónico.

Terra de fraca densidade populacional (10,6 hab./km² em 1970), Moçambique, ao contrário de Angola, tem as suas regiões mais populosas na costa: entre o Zambeze e Moçambique, entre o Trópico de Capricórnio e a capital.

1961	1965	1967	1968	1969
6.621	6.959	7.124	7.270	7.376

As cidades

Lourenço Marques

Este grande porto, saída natural para a Suazilândia e sobretudo para o Transval e a Rodésia, é uma cidade europeia (tem cerca de metade dos brancos de Moçambique) que faz lembrar Lisboa. Visitada em 1502 e explorada em 1544 por Lourenço Marques, Delagoa Bay teve um papel apagado durante séculos. Aí comerciaram ingleses, holandeses e até austríacos, nos séculos XVII e XVIII. Os portugueses retomaram este longínquo posto em 1781 e disputaram-no aos africanos (1833, 1868, 1894), sobretudo aos ingleses finalmente afastados pela arbitragem do marechal Mac-Mahon, em 1875; mas este porto, localizado muito ao sul do território, só em 1898 se tornou a capital da África Oriental Portuguesa.

Ligada por estrada e por caminho-de-ferro a todos os países vizinhos, a cidade soube tirar partido, magistralmente, de uma localização em degraus. A periferia superpovoada pelo êxodo rural dos africanos faz desta cidade branca o principal centro industrial do território (refinaria de petróleo, têxteis, cimenteira, moagem) no arrabalde da Matola, mas a cidade gravita manifestamente na órbita económica de Pretória. Há poucos monumentos antigos, salvo uma velha fortaleza transformada em museu histórico.

184.000 habitantes em aglomeração urbana (1960).

Beira

Segunda cidade de Moçambique e sede do distrito de Manica e Sofala, é uma criação inteiramente artificial, já que nasceu do porto e este da necessidade de escoar o mais depressa possível a produção das antigas Rodésias e, acessoriamente, da ex-Niassalândia. Construída sobre pântanos por uma companhia britânica, desenvolveu-se a partir de 1925, devido às suas funções portuárias. O bloqueio inglês contra a Rodésia, em 1965, causou-lhe um golpe sensível, mas a construção da barragem de Cabora-Bassa, a importância do turismo (praias e a proximidade do parque da Gorongosa), a excelência das comunicações terrestres com Vila Pery e a Rodésia, bem como o progresso da agricultura local favoreceram-lhe a recuperação. Está em curso a implantação de um colonato (de brancos e negros) no rio Revué, não longe de uma barragem.

– 58.235 habitantes (1960).

A Economia

A economia moçambicana está menos desenvolvida do que a angolana. Este atraso é devido à ausência de produtos mineiros importantes e à prioridade dada ao tráfego este-oeste. Cada fatia deste alongado território é praticamente estanque no sentido norte-sul; deste modo, os dois pólos, Lourenço Marques-Beira, nem sempre têm ligações terrestres permanentes entre si, enquanto centenas de milhares de sul-africanos e de rodesianos têm ali, efectivamente, o seu destino de lazer preferido (1972).

Terceiro Plano de Fomento Económico (1968-1973)
(25.384 milhões de escudos)

<i>Sectores</i>	<i>Despesas</i>	<i>%</i>
Agricultura	2.041	8
Indústria	3.361	13,2
Minas	11.600	45,6
Energia	1.238	4,9
Transportes e comunicações	3.779	14,9
Ensino e investigação	1.358	5,3
Outros sectores	2.007	8,1

Um território agrícola

Estima-se que perto de 80 % das exportações são de origem agrícola e avalia-se em 90 % a proporção da população que trabalha no sector. A tonelagem das exportações agrícolas aumentou 50% entre 1960 e 1969, mas a superfície cultivada dificilmente atinge 5 %. As explorações tradicionais ocupam 2,2 milhões de hectares (média da propriedade africana: 1,4 ha), enquanto as plantações representam 2,3 milhões de hectares (média: 562 ha) e empregam 130.000 trabalhadores agrícolas.

Utilização do solo (%)

Arável e culturas arbórescentes	3,4
Prados e pastagens	56,2
Florestas e bosques	24,8
Inculto e improdutivo	15,6

Castanha de caju, algodão e cana-de-açúcar

A castanha de caju ocupa um lugar primordial nas exportações. A zona costeira alimenta, desde há lustros, a Índia e os Estados Unidos da América; a produção era de cerca de 120.000 toneladas em 1970. Uma grande parte é descascada localmente, antes de ser exportada.

Produção agrícola (*em milhares de toneladas*)

<i>Culturas</i>	<i>1963</i>	<i>1968</i>
Milho	133	400
Arroz	100	74
Trigo	13	8
Mandioca	34	44
Banana	33	25
Citrinos	11	9
Chá	8,6	15,9*
Coco	440	430**
Copra	61,6	60
Amendoim	21	15
Cana de açúcar	1.600	1.685
Algodão (semente)	57	87
Algodão (fibra)	29	44
Sisal	31,2	30*
Tabaco	2,5	3

*1970.

** Em milhões de cocos.

A cana-de-açúcar é cultivada em grandes plantações pertencentes a sociedades outrora monopolistas, como a Sena Sugar Estates Ltd., junto a um afluente do Zambeze; a Companhia Colonial do Buzi, a sul da Beira; e a Sociedade Agrícola do Incomati, próximo de Lourenço Marques. Em 1969, os campos de cana-de-açúcar cobriam 39.000 ha nos distritos de Manica e Sofala, Zambézia e Lourenço Marques e, em 1970, alimentavam seis refinarias com uma capacidade anual de 350.000 toneladas.

A cultura do algodão foi imposta a centenas de milhares de camponeses até 1961. É a grande cultura comercial dos indígenas do Norte; no Sul, a seca que o assola há anos, pelo contrário, afectou duramente os agricultores. Pensa-se aumentar a produtividade dos plantadores autóctones e desenvolver as plantações europeias (nomeadamente, as de Cabo Delgado) para atingir 200.000 toneladas/ano.

Moçambique é um dos mais importantes produtores africanos de chá, cultivado essencialmente nas colinas da Zambézia.

O coqueiro prospera nas plantações costeiras dos distritos de Zambézia e de Moçambique; a maior plantação de coqueiros do mundo encontra-se em Quelimane. A Companhia do Boror é a principal produtora de copra.

Moçambique ainda recentemente exportava milho, mas a seca obrigou a importá-lo, em 1970. Mais de 400.00 africanos cultivam-no em 400.000 hectares. O sisal é um produto de plantação introduzido pelos alemães. O arroz, o sésamo, o girassol, a banana, o tabaco, etc., constituem produções menores. A criação de gado é pouco importante, devido à mosca tsé-tsé, que afecta dois terços do território; também os bovinos se concentram nos distritos meridionais. A exploração florestal é insuficiente. Quanto à pesca, está incrivelmente subdesenvolvida, num território com tamanha frente marítima.

Criação de gado (*em milhares de cabeças*)

	1963	1969
Bovino	1.142	1.260
Caprino	418	522
Ovino	100	5.118
Suíno	82	129
Asinino	12	19

Produtos (*em milhares de toneladas*)

	1963	1969
Leite	51	52
Carne	11	12

Prospecção mineira

A exploração do subsolo está ainda na fase das esperanças, pois dificilmente se poderá considerar notável a produção de hulha em Moatize, perto de Tete. Em contrapartida, no território abundam os minerais raros, que continuam pouco explorados (excepto a tantalite-colombite e a micro-lite), devido à falta de capitais dos concessionários, à fraca concentração das jazidas ou, mais frequentemente, à sua inacessibilidade. Há grandes expectativas quanto às riquezas minerais do distrito de Tete, mas até à data a província tem de importar todo o petróleo de que necessita. Uma jazida de ferro de 360 milhões de toneladas foi entretanto localizada em Namapa, no distrito de Moçambique. No âmbito do ordenamento do Zambeze, está previsto fazer de Tete um centro siderúrgico.

Produção mineira (1969, em toneladas)

Carvão	351.600*
Bauxite	4.393
Amianto	787
Berílio	122
Sal gema	18

* 1970

Imensas possibilidades energéticas

As principais barragens estão implantadas no Revué, em Chicamba Real e Mavuzi. Abastecem Vila Pery, Beira e Umtali na Rodésia. Para o desenvolvimento do colonato do Limpopo, será necessário terminar a barragem de Massingir, mas a gigantesca obra de Cabora Bassa, em construção no Zambeze, eclipsará, de longe, todas as realizações africanas anteriores, ultrapassando mesmo a barragem de Assuão, no Egipto.

Energia eléctrica

	1960	1969	1970
Potência instalada (milhares de kW)	122	332	»
Produção (milhões de kW/h)	153	313	558

Em 1968, a produção industrial atingia já 7.500 milhões de escudos e estima-se o seu crescimento em 10 % ao ano. A transformação das matérias-primas locais (açúcar, castanha de caju, óleos, cereais) tem alguma expressão nos dois grandes portos. Não obstante, a província sofre de insuficiência da rede comercial e do fraco poder de compra dos africanos. Em Vila Pery procede-se à fiação e tecelagem do algodão. Na Beira está em curso a montagem de uma aciaria. As indústrias petrolíferas, químicas, do cimento, da borracha, do vidro, etc., permitem responder parcialmente às necessidades locais e esforçam-se mesmo por algumas exportações (petróleo). O peso da regulamentação económica, a dificuldade com que se procede à transferência de capitais e a mediocridade dos transportes intra-moçambicanos prejudicam uma expansão ainda muito afastada dos objectivos a que este território pode aspirar.

Produção industrial (*base de 1963 = 100*)

	1965	1966	1967	1968
Indústrias mineiras	83	103	100	110
Indústrias manufactureiras	109	135	153	177

Uma região de tráfego

Moçambique deve à sua posição geográfica uma parte essencial das suas receitas orçamentais, graças aos melhoramentos realizados no caminho-de-ferro, pelo Estado. Em 1968, as vias férreas tinham transportado 4.220.000 passageiros e 14 milhões de toneladas de mercadorias. Apenas contam verdadeiramente as três vias de penetração ligando Lourenço Marques aos seus vizinhos e a linha Beira-Rodésia, à qual se ligam a Transzambezia

(privada) para o Malawi e o Caminho-de-Ferro de Tete (Estado). A linha Vila Cabral-Nacala tem um tráfego fraco, apesar da ligação com a linha do Malawi que dispõe, assim, de uma segunda abertura para o mar. O tráfego regular com a África do Sul e a Rodésia está em progresso, graças a convenções internacionais assinadas com esses países.

Comunicações e meios de transporte (1969)

Estradas (km)	37.085
Viaturas de turismo	64.222
Veículos industriais	18.876
Motocicletas	3.614
Vias férreas (km)	3.599

A importante tonelagem manuseada pelos portos depende das importações e exportações dos países vizinhos. Além de Nacala, saída prevista para o Malawi e objecto de trabalhos de ampliação, Lourenço Marques e Beira são vitais para a Rodésia e o Transval sul-africano.

A balança comercial é tradicionalmente deficitária, mas o défice registado na balança de pagamentos é parcialmente compensado pelas receitas turísticas e os envios de fundos dos trabalhadores moçambicanos na África do Sul. Este simples facto seria suficiente para ilustrar a dependência económica de Moçambique em relação aos seus poderosos vizinhos.

Comércio (em milhões de escudos)

	1968	1969	1970
Importações	6.741	7.491	9.363
Exportações	4.421	4.081	4.497
Importações (1969)	%	Exportações (1969)	%
Portugal	34,3	Portugal	46,4
República Sul-Africana	15	República Sul-Africana	10,3
República Federal da Alemanha	8,5	Estados Unidos	9,8
Reino Unido	8,1	Reino Unido	4,8
Estados Unidos	6,5	República Federal da Alemanha	3,1
Outros países	27,6	Outros países	25,6
Máquinas, veículos	24,1*	Castanha de caju	23,1*
Petróleo	5,6*	Algodão em bruto	14,3*
Algodão, têxteis	5,1*	Açúcar	9,3*
Vinhos	4,5*	Chá	6,7*
Outros produtos	60,7*	Copra	6,2*
		Outros produtos	40,4*

* 1968

A História

Os habitantes primitivos do território eram bosquímanos e hotentotes, que claudicaram diante das invasões bantós vindas do norte. Na primeira metade do século XV, um chefe karanga (federação das etnias estabelecidas na actual Rodésia, conhecidas pelas suas capitais fortificadas [*zimbabwe*] e pela exploração do ouro) conquistou os tongas que o nomearam «dono das terras saqueadas» (*Muene-mutapa* = Monomotapa). Quando os portugueses chegaram, no século XV, os comerciantes árabes e arabizados estavam em contacto com o médio-Zambeze. O primeiro português que entrou em Moçambique foi Pêro da Covilhã que, em viagem de reconhecimento a partir do Cairo e de Adem, tocou em Sofala. As intenções dos portugueses eram claras: eliminar ou neutralizar a presença dos muçulmanos,

a fim de garantir a segurança da rota das Índias e o monopólio comercial com o interior.

Dependência de Goa

Terra de conquista, Moçambique português era uma zelosa dependência de Goa que para ali enviava os seus piores indivíduos, enquanto a Coroa para ali despachava conquistadores infelizes, como o governador Francisco Barreto, e alguns missionários. A falta de homens levou os portugueses a doar terras aos que se decidiram a povoá-las e governá-las, por conta do Reino. Eram os *prazos da Coroa* que durante séculos mantiveram uma espécie de actividade comercial no Zambeze, graças à acção de aventureiros e de comerciantes vindos de Portugal e da Índia. Em 1752, o Moçambique português desligou-se da Índia, mas de facto o interior era independente. A agressividade económica dos mercadores de escravos de Zanzibar, a mediocridade dos colonos e dos governadores, as grandes migrações destruidoras dos zulus em fuga do rei Chaka a partir de 1820, as guerras civis na metrópole, a africanização dos detentores de *prazos* que se tornaram verdadeiros senhores da guerra, tudo se conjugou para dar, nesta época, uma péssima imagem de Portugal em Moçambique.

Foi necessário que os portugueses lançassem os seus exploradores e as suas tropas, para convencer as potências mundiais de que ainda marcavam presença na África Oriental. A corrida às fronteiras (1884-1891) implicou confrontos entre o poder de Cecil Rhodes, a influência dos missionários escoceses na Niassalândia e um Portugal que, em 1890, perante o Ultimato de Londres, teve de renunciar à ligação entre as duas costas oceânicas.

A pacificação

No interior, faltava submeter os africanos. Entre as campanhas mais célebres, avultam as levadas a cabo contra os *prazos* demasiado poderosos da família Cruz (1888), ao sul o aniquilamento dos vátuas de Gungunhana (1895) pelo alto-comissário António Enes e Mouzinho de Albu-

querque, e as operações montadas por duas das três grandes companhias majestáticas, grandes sociedades concessionárias que tinham recebido da Coroa a incumbência de explorar, pacificar, administrar e explorar dois terços da província. A eliminação progressiva destas sociedades (a da Companhia de Moçambique só aconteceria em 1941), o afluxo de novos colonos, a estabilidade da gestão administrativa e sobretudo a estreita ligação entre as economias moçambicana e sul-africana permitiam pensar que Portugal, pela primeira vez, dominava completamente o território, ao fim de quinhentos anos de contactos. Mas a insurreição dos macondes, em 1964, depois o alargamento da guerrilha ao Niassa e ao Zambeze sob o impulso da FRELIMO, mostram que os africanos não se resignam a aceitar outro «meio milénio» de tutela branca. Ainda que ali se combata pouco e os portugueses estejam muito longe de estar exauridos, Moçambique é chamado a conhecer um futuro conturbado. A construção da grande barragem de Cabora Bassa representa, nesta perspectiva, um desafio, tanto para uns como para outros.

A Literatura

Se exceptuarmos textos em suaíli redigidos nas zonas muçulmanas, a literatura moçambicana teve um despertar tardio. À parte alguns textos conservados por missionários protestantes, quase sempre está escrita em português.

Entretanto, no início do século XX, alguns mestiços mostraram-se bastante seguros de si ao informar Tolstoi da precariedade da sua condição. E no sentido da revolta se afirmariam os autores moçambicanos. O *Brado Africano*, órgão dos assimilados de Lourenço Marques, fundado em 1918, chegaria mesmo muito longe nas reivindicações políticas, antes de ser silenciado.

Seria preciso esperar por Rui de Noronha (1909-1943) para que um grande poeta introduzisse subrepticiamente alguns temas africanos nos seus *Sonetos*.

Os movimentos literários que sacudiram os meios intelectuais da África portuguesa depois da Segunda Guerra Mundial ficaram representados em Moçambique pelo efémero *Msaho* (Renascença). A impossibilidade de prosseguir por muito tempo nesta via obrigou os mais intransigentes a exilarem-se e os mais hábeis a procurarem alguns tutores em Lisboa. Quase todos os homens de letras africanos que ficaram no território decididos a publicar, ou foram presos, ou vigiados. Entre os poetas, citaremos Marcelino dos Santos (Kalungano, na literatura), que se tornaria um dos dirigentes da FRELIMO. O exílio levou-o a cantar a sua terra natal e a ambiguidade da sua ascendência. A poetisa Noémia de Sousa é igualmente devorada pela sua África perdida. Parece que foi, afinal, José Craveirinha, preso em 1965, quem soube exprimir melhor a amargura da condição de mestiço numa terra insidiosamente tentada pela vertigem do *apartheid*. Rui Nogar, encarcerado por convivência com a FRELIMO, deve também ser citado entre os que não suportaram mais a presença portuguesa.

Esta mesma recusa, ou antes, esta impossibilidade de se incorporar no mundo colonial, encontra-se nos prosadores. O mais conhecido é Luís Bernardo Honwana, cujo célebre *Nós Matamos o Cão Tinhoso* (1964) é a parábola transparente da colonização e da sorte do estigmatizado na sua própria terra.

Nota-se, pois, uma tensão extrema entre os autores moçambicanos que, armados dos conhecimentos adquiridos no liceu, se apressam a fazer da língua portuguesa um instrumento temível. Pode-se, mesmo, sustentar que a sua experiência pessoal, num meio inconscientemente hostil aos «não-brancos», os levou a adoptar uma atitude talvez mais próxima da dos autores bantos da África do Sul, do que a dos angolanos, que escrevem, contudo, na mesma língua.

A sociedade de hoje (1972)

Moçambique é um território em guerra que não sabe disso ou, pelo menos, um território cuja população europeia não tem uma consciência

aguda da guerrilha que assola o Norte, porque não a vê. Aí reside uma das grandes diferenças em relação a Angola. A geografia explica parcialmente este fenómeno. Extremamente concentrada em Lourenço Marques e na Beira, a comunidade branca considera as emboscadas e as minas esporádicas, que flagelam as tropas no Norte do território, como um assunto para especialistas, que não diz respeito nem à sua vida quotidiana, nem sequer ao seu futuro.

A comunidade branca

É certo que poucos colonos sofreram combates, porque a FRELIMO recomendou aos seus guerrilheiros que não hostilizassem os portugueses, contrariamente ao que se passou em Angola, em 1961. De resto, o hábito de verem os seus vizinhos manter a confiança na superioridade do potencial branco na África Austral contribui para apaziguar eventuais inquietações profundas. Outro elemento deve igualmente ser mencionado: em Moçambique, a classe dos brancos pobres existe, mas é muito mais reduzida do que em Angola. Sendo o comércio do mato exercido por naturais do continente indiano, e os pequenos fazendeiros relativamente pouco numerosos, os que se aproximam mais do esquema angolano são os agricultores dos colonatos. Como são poucos, não se fazem notar. Quem o faz, então? Antes de mais, os representantes locais das grandes empresas portuguesas ou estrangeiras, os altos funcionários e profissionais liberais. Ligados por afinidades sociais, educação e à-vontade, quando não abastança, são raros os que apostaram tudo em Moçambique: para a maioria, a colónia é apenas um lugar de passagem, entre outras colocações ou o regresso à metrópole. Fascinados pelo exemplo sul-africano, a sua preocupação parece ser não perder a face perante os seus arrogantes vizinhos. É raro, neste ambiente de ligações sociais, dar confiança aos parentes pobres que são os soldadinhos vindos da metrópole para os defenderem e aos mestiços de lealdades duvidosas. Os africanos praticamente nunca têm acesso a estas esferas, onde apenas a presença de alguns goeses subtis permite dizer que a discriminação

não é racial, mas social. Nas franjas ou acima deste estrato, os portugueses nascidos em Moçambique tendem a olhar muito menos para Lisboa do que para Pretória. Muitos mandam os filhos estudar em Joanesburgo e é frequente ouvir dizer em Lourenço Marques que, se estalarem atritos graves com os africanos na cidade, o exército sul-africano apareceria no local em duas ou três horas. Este sentimento de segurança é menor no Norte, mas, como o grosso das tropas é ali que está aquartelado, ninguém acredita verdadeiramente no êxito da rebelião, a curto prazo.

A coexistência racial

Mais uma vez ao contrário de Angola, os mestiços desempenham um papel insignificante no território e os lojistas indo-paquistaneses e chineses aprenderam a viver dentro da sua comunidade, para melhor poderem explorar os africanos. Estes últimos ainda estão numa posição económica, social e política subalterna, salvo raríssimas exceções (em 1955, só 0,1 % dos africanos tinham sido assimilados). Os cidadãos, por falta de meios e de habilitações, tendem a constituir um proletariado ou um subproletariado de operários (Beira, Lourenço Marques), de empregados domésticos e pequenos funcionários. Vivendo um pouco à margem dos centros brancos, esforçam-se, pela via de clubes ou associações profissionais, culturais ou de entreajuda, por beneficiar da prosperidade das cidades.

As tensões visíveis entre raças são muito pouco notadas e a atmosfera destas metrópoles é muito menos tensa do que a oeste da fronteira. A integração escolar permite, mesmo, esperar que certos preconceitos se apaguem, se a influência sul-africana der tempo. É neste sentido que o Governo metropolitano trabalha, sabedor de que a manutenção da sua presença ao sul do Trópico de Capricórnio tem este preço. Contudo, é entre estes africanos catequizados e escolarizados que os independentistas recrutam os seus quadros mais sólidos. Mas a compartimentação étnica e as simples distâncias lineares entre um bacharel tonga e um guerrilheiro maconde, por exemplo, são tais que apenas uma minoria deseja ou conse-

gue juntar-se às fileiras dos que se batem efectivamente. Sabe-se que estes últimos são muito poucos; não obstante, pode-se admitir que durante oito anos conseguiram infligir alguns danos sensíveis aos portugueses, mas ainda não os ameaçam o suficiente para que a maioria dos africanos – mesmo no Norte – pensem que os europeus perderam. Como em todo o lado onde se combate pouco, o partido mais importante é o dos «aguardistas», que sabem quão duramente pagariam uma revolta improvisada, cada um perguntando a si próprio se essa revolta não acabaria por beneficiar os inimigos étnicos de ontem.

Nestas condições, brancos e negros preferem remeter-se aos profissionais das armas, cada lado esperando que o seu peão acabará, a longo prazo, por ganhar usando o adversário.

Carta do Rovuma¹⁰⁹

Amibíase, ou mimetismo? O tenente-coronel é magro como uma onça, após onze anos de guerras africanas. Ao volante de um jipe de onde assomam seis espingardas-metralhadoras, ele é o último vigilante do Império no Norte de Moçambique contra o inimigo – presentemente, os guerrilheiros da FRELIMO. Avistam-se telhados de zinco na Tanzânia, a alguns quilómetros para lá do Rovuma, vadeável e arenoso, que serve de fronteira setentrional a Moçambique. A sul, o Planalto dos Macondes, etnia em dissidência desde há nove anos, é o terreno das embocadas, das minas e da fome. Em Nangade, posto outrora insignificante, ninguém pretende enganar os raros visitantes. Protegidos por trincheiras de bidons cheios de terra, os canhões encontram-se em bateria, apontados para a colina donde geralmente partem os obuses da FRELIMO. Metralhadoras pesadas mostram os seus canos frios entre a messe de oficiais, a padaria e as casas dos 2.900 civis que a guerra abocanhou entre mandíbulas de arame farpado. Duas outras peças de artilharia de 140 mm, perto da enfermaria de aspecto sujo, aguardam os seus artilheiros e munições.

Uma vez mais, estamos numa destas intermináveis guerras de cerco de que os portugueses têm o segredo há mais de cinco séculos, neste lado de África. Umas mulheres macuas e ajauas, vestidas de capulana, e algumas velhas camponesas macondes, de lábio superior furado pelo disco que os desfigura, regressam dos campos, escoltadas pela milícia da aldeia e por soldados dos Grupos Especiais. Às dezenas, as crianças cantam e batem com os pés, já sentadas num *unimog*, esperando que o tenente-coronel lhes ofereça, como todas as tardes, um passeio pelas ruelas das duas aldeias que enquadram o quartel. No posto de comando, um mapa do subsector assinala, a vermelho, as bases da FRELIMO, de um lado e doutro do rio,

¹⁰⁹ Publicado em *Le Monde*, 9-10 de Dezembro de 1973, com o título «La ‘pacification’ au Mozambique», numa versão amputada, reformulada e «reajustada» por um redactor, não africanista, sem consultar o autor.

mais os caminhos de infiltração a partir do Rovuma, bem como a picada portuguesa que se estende, paralela à fronteira, a partir da costa.

Às seis da tarde cai a noite e, com ela, a bandeira verde e vermelha, saudada em sentido, empertigando ao mesmo tempo a criançada, os soldados, alguns pescadores armados de espingarda Mauser e umas apanhadoras de castanha de caju. Não houve baixas hoje e apenas os geradores da central e da estação de tratamento de águas perturbam esta pausa na vida de uma comunidade que sobrevive e sorri, apesar da insegurança. O último ataque contra Nangade foi há onze dias. Às 5h30, as granadas-foguete, disparadas da colina oculta pela obscuridade, rebentaram entre as palhotas. Quem não se lançou depressa nos abrigos protegidos por troncos e terra arriscou-se a morrer por uma causa da qual a população local aprendeu a pesar as consequências, pois é a população que essencialmente as paga. Desta vez, houve apenas três feridos e uma mulher morta. Ao acaso.

Na noite fria e áspera, sobre um talude iluminado por uma fiada de candeeiros e os faróis das viaturas, Nangade oferece um alvo de sonho para a artilharia chinesa de quem está em frente. Por justificada utilidade, a edificação mais elevada – a saber, a messe – só espreira o vale através de seteiras a fazer de janelas. De resto, para quê pôr vidros novos, se cada bombardeamento os estilhaça? Mas, esta noite, o deus da guerra protege os ansiosos lusitanos.

Ainda que o Exército jogue a cartada da africanização das tropas – logo, das baixas – e já tenha cerca de 65 % de soldados moçambicanos, o comando de Nangade é branquíssimo, mas os artilheiros do quartel são africanos da Beira e de Quelimane, enquanto os homens do lixo de faxina são resignados metropolitanos, condenados pela má sorte a ficar onze meses neste sítio onde o terrível tédio português, apesar de tudo, parece ser mais de temer do que a agressividade dos «turras» (terroristas, em calão luso-africano).

Homem recto e oficial da velha escola, o tenente-coronel, licenciado em Ciências, com algumas centenas de homens do subsector e uns poucos

civis que ali subsistem sob a sua responsabilidade, nunca fala de terroristas, mas de guerrilheiros. Tacticamente, sabe que os seus inimigos preferem algumas escaramuças na picada de Palma, durante os patrulhamentos, a desalojá-lo da praça-forte. Apesar do deslocamento da guerra para Tete e para o centro de Moçambique, de há uns anos para cá, o *statu quo* militar encontra-se praticamente inalterado neste território onde o Exército perde, em média, 18 homens por mês, sem contar os feridos. Mas, num ano, Nangade não recuperou mais de 20 civis subtraídos ao domínio dos independentistas. Para além da fraqueza e da pouca eficácia do adversário, a força do exército português reside, talvez, na concepção completamente oriental do decorrer do tempo. «Dar tempo ao tempo»¹¹⁰. À falta de aliciar ou perseguir os macondes que aderiram à FRELIMO, e são a ponta de lança da guerrilha no distrito de Cabo Delgado, os portugueses, lenta mas obstinadamente, lançaram-se na «Operação Fronteira».

Da costa até aqui, o Exército vai criar um «cordão sanitário» composto por aldeamentos – aldeias estratégicas, de preferência florescentes – povoadas por camponeses africanos armados, protegidos e guiados pelos militares. O complexo beneficiará de uma estrada asfaltada, subindo do mar até Nangade. Por agora, o arranque está a ser modesto. Faltam os fundos e a FRELIMO esforça-se por fazer abortar esta realização que daria um golpe severo na sua propaganda local e internacional. O incrível peso do aparelho administrativo português também explica muita coisa. Teoricamente, o mérito da operação consiste em fazer, dos 2.900 civis de Nangade, não uns eternos refugiados cercados por minas, mas agricultores cuja prosperidade deveria levar os independentistas a interrogar-se sobre o sentido da sua resistência famélica.

No arame farpado, uma vítima das minas, uma metade de homem enterrada numa cadeira de rodas, conta as mulheres que saem do perímetro com os seus parentes armados. Duzentos metros mais adiante, a Nangade do futuro e da paz começa a aparecer. Meia centena de casas de cimento,

¹¹⁰ N. do T. – Em português no original.

com água corrente, espera os habitantes da Nangade da guerra. Doze aprendizes de carpinteiro da escola-oficina fabricam as portas e as janelas necessárias, enquanto seis serralheiros em formação soldam forquilhas e as encaixam em longas varas. Servem para localizar e fazer explodir minas antipessoal. A última campanha do caju, colhido de surpresa, foi um êxito financeiro para as duas aldeias. Mas o professor de Corão é maneta: minas. Os campos da cooperativa, um ou dois quilómetros mais abaixo das metralhadoras, foram abandonados depois da morte de nove camponeses desfeitos: minas. «O torno e a serra mecânica que está a ver também foram pagos em sangue na picada de Palma». Minas.

Enquanto o Exército suspira pelo alcatrão, a Administração civil, encarregada de governar as duas aldeias, insiste por vezes nos seus erros de antanho. O tenente-coronel acabou de recambiar e denunciar o administrador de posto anterior. Esquecido dos preceitos da acção psicológica, mas preocupado com os seus negócios, este peculatório, também ele da velha escola, explorava os camponeses do «tampão humano», como se a FRELIMO não rondasse, a três quilómetros dos projectores. Poderá o Exército – quase a única entidade em Moçambique a praticar a integração racial – esperar pela inversão de hábitos seculares, enquanto do outro lado da fronteira, e já um pouco para cá, se afirma ter sido encontrada, nestes ensaios, a solução do futuro?

Às 5 horas, nasce o dia em Nangade. Às 5h30, soa o clarim. Às 6h00, as mulheres descem para os vales, para cultivar as *machambas* (hortas), acompanhadas pela maioria dos camponeses-soldados e pelas milícias profissionais. O meio-homem na saída regista quem parte, para saber quem faltará, à noite. Às 10h00, o comandante chama um helicóptero para evacuar um soldado africano dos Grupos Especiais, de uma patrulha a 7 ou 8 quilómetros do Rovuma. «Vai perder um pé, ou uma perna». Minas.

Moçambique: um novo Vietname?¹¹¹

Moçambique disputa com a Guiné Portuguesa (Guiné-Bissau, segundo os independentistas africanos) o pomposo título de Vietname africano. Vários jornalistas têm tentado encontrar analogias entre as duas guerras: terreno tropical, choque de ideologias, entre armamento ocidental e comunista, entre técnicas de guerrilha e de contraguerrilha, massacres de populações civis, etc. Estas semelhanças escondem, com efeito, diferenças tão profundas, que apenas podemos considerar comuns aos dois conflitos as aparências.

A primeira diferença entre os confrontos indochinês e moçambicano é evidente. Os insurrectos não são asiáticos, herdeiros de longas tradições culturais e nacionais, mas africanos, com tanto direito a obter a independência como os primeiros, mas não beneficiam de qualquer coesão étnica, religiosa ou social que lhes permita apresentar uma frente comum face a uma ideologia ou presença estrangeira. A segunda diferença vê-se nos números. Os africanos não só se subdividem em dez grandes etnias ou grupos (do Norte ao Sul: ajauas, macondes, suaílis, macuas-lomués, maravis, angónis, complexo do Baixo-Zambeze, chonas, tongas, chopes), como falam línguas incompreensíveis entre eles e estão fragmentados em mais de 80 tribos diferentes, não atingindo no total, em 1973, mais de 9.000.000. Há, pois, à partida, uma debilidade numérica, acrescida de um tribalismo inevitável.

Diante deles, há duas comunidades economicamente mais apetrechadas (os asiáticos e os europeus) e uma camada de mestiços divididos entre os seus interesses, as suas ambições e a sua cultura portuguesa. Não sendo conhecidos os números actuais, pode-se estimar entre 200.000 e 250.000 os portugueses brancos, talvez 30.000 a 50.000 pessoas originárias da Índia,

¹¹¹ Publicado em inglês, com o título «Mozambique moves to Africa», *The Geographical Magazine*, Londres, Vol. XLVI, n.os 3, 4, 5, Fevereiro de 1974. Reproduzido por cortesia de *The Geographical Magazine*. Londres.

do Paquistão e de Goa, cerca de 5.000 chineses e várias dezenas de milhares de mestiços. Pareceria então que, numa guerra baseada na diferença de cor, a maioria africana mais pobre deveria levar a melhor sobre a minoria mais clara. Para já, não é o caso, porque entra em jogo o factor português.

Os Portugueses são europeus difíceis de compreender por uma mentalidade ocidental, porque receberam influências da África muçulmana, do mundo negro e do oriente, elementos díspares sobrepostos a uma cultura judeu-cristã. Não são colonizadores vulgares: impiedosos para com os fracos (aqui, os negros), mas paternalistas, à moda do século XVIII brasileiro («cacete» e igualdade entre homens da mesma cultura – portuguesa, entenda-se), administradores incompetentes mas comerciantes astuciosos, sentimentais e generosos, mas capazes de explosões de violência, ignorando cientificamente os seus colonizados, mas sabendo intuitivamente levar-lhes um certo calor nas relações humanas.

Os portugueses vieram para Moçambique essencialmente para enriquecer e não para obedecer a uma qualquer missão civilizadora. Não obstante, orgulhosos da sua língua e da sua cultura, dispuseram-se – em certa medida – a dar um lugar aos africanos aculturados, desde que estes se considerassem mais portugueses do que tongas ou chopos. Esquemáticamente, pode-se resumir assim uma situação que não está teoricamente exposta, mas é vivida na prática: o africano, ou absorve a cultura portuguesa e torna-se um homem igual ao colonizador, ou fica um selvagem a explorar. Inversamente, os independentistas afirmam que o moçambicano, mesmo que leia Camões, continuará sempre africano e chegou o tempo de se tornar dono da sua terra. A dificuldade, para os independentistas, consiste em fazer compreender, aos rurais perdidos longe das escolas, que são moçambicanos antes de ser membros desta ou daquela etnia. Assim se pode ver que o nacionalismo moderno é uma criação da escola portuguesa, fruto amargo da discriminação sofrida pelas elites africanas à procura de um emprego nas cidades. Nacionalismo que recruta os seus guerrilheiros entre camponeses que não se sentem mais portugueses do que moçambicanos,

mas respondem a preocupações imediatas (fim das arbitrariedades de certas autoridades administrativas, atritos com o mundo da colonização, como plantações europeias e lojistas asiáticos no mato) ou, mais frequentemente, porque obedecem a um chefe tribal, ou querem reconquistar apregoadas glórias de um passado mais mítico do que real. A menos que peguem em armas só porque não têm alternativa: quem não pertence à revolução é seu inimigo, portanto, tem de ser eliminado pelos guerrilheiros.

O movimento nacionalista de Moçambique está relativamente unificado, embora seja resultado de múltiplas fusões e dissidências. Foi dirigido, de início, por intelectuais saídos das escolas – portanto, das cidades – do Sul de Moçambique e, muito acessoriamente, do Centro. Os dirigentes mestiços são raros e a influência protestante é considerável, ao nível dos quadros médios. De uma maneira geral, os guerrilheiros sofrem de falta de quadros instruídos, porque: 1.º) estes são em número reduzido em Moçambique; 2.º) os africanos instruídos preferem trabalhar em segurança, mais na Administração portuguesa, do que a correr o mato e o exílio. Esta carência explica o nível da luta: os guerrilheiros, praticamente, não podem contar com uma elite média já formada. É preciso enviar camponeses, mal sabendo ler, para a Tanzânia, a seguir para a URSS, para os países de Leste, ou para a China. De resto, o nível de doutrinação política parece ainda insuficiente para aceitarem cegamente um quadro vindo de outra etnia. Ora, os mais preparados intelectualmente são gente do Sul, não compreendidos pela gente do Norte, falando português, língua ignorada pela maior parte das pessoas do mato no Norte e no Centro.

Primeiro ponto: penúria de quadros. Em toda a parte, as guerrilhas têm necessidade de apoios exteriores e de um santuário inviolável. A FRELIMO, principal protagonista da guerrilha, resulta da fusão de diversas organizações independentistas exiladas e provisoriamente agrupadas na Tanzânia, em Dar-es-Salam, em 1962, sob a direcção de Eduardo Mondlane (assassinado em 1969). A consequência foi ter sido necessário à FRELIMO abor-

dar a luta a partir da fronteira norte e não onde as suas hipóteses políticas eram melhores (no sul mais evoluído e nas cidades). Mas as suas linhas de comunicação estão à mercê de uma decisão do Estado que lhe dá guarida. Se os primeiros incidentes tiveram lugar em Charre (distrito de Tete) em Março de 1964, a sul do Malawi, não tiveram qualquer repercussão antes de 1970-71, porque o presidente Banda, amigo da África do Sul e de Portugal, impediu um reforço de guerrilheiros. Acontece o contrário na fronteira norte, onde a Tanzânia do presidente Nyerere apoia sem reservas a causa da FRELIMO. Esta lançou então o seu combate num sector bem preciso: o Planalto dos Macondes, etnia vivendo de um e outro lado da fronteira, composta por guerreiros resistentes, praticamente impermeáveis ao mundo português que não conhecem senão através de uma Administração pesada e brutal. Em Setembro de 1964, aproveitando o descontentamento generalizado dos macondes, a FRELIMO e os seus quadros intelectuais aliaram-se a eles, a etnia mais xenófoba de Moçambique. A progressão foi fulminante. Embora prevenidos, os portugueses perderam o domínio do mato e, na região dos macondes, apenas mantêm os quartéis de Mueda, Mocímboa do Rovuma, etc. As picadas são sistematicamente minadas. Como represália, os portugueses bombardeiam e metralham as aldeias cujos habitantes não se encontram sob a sua protecção, ou não partiram para o outro lado do Rovuma onde estão os seus irmãos de raça, independentes e tanzanianos. Área de guerra total, que em breve se tornará um deserto humano onde subsistirão apenas algumas dezenas de milhares de macondes vivendo nas aldeias reconstruídas pelos quadros da FRELIMO. Mas os números falam. Ninguém conhece os efectivos dos macondes em 1964, mas é improvável que fossem mais de 250.000 a 300.000. Logo abaixo deles, estende-se a enorme massa dos macuas-lomués (mais de 2 milhões em 1964). Inimigos de raça e de religião dos macondes animistas, os macuas-lomués (em parte islamizados) são armados pelas autoridades portuguesas e conseguem, com bastante êxito, impedir a extensão da guerrilha maconde para sul do rio Messalo.

Segundo ponto, portanto: compartimentação étnica e hostilidade tribal limitam a propagação da ideia revolucionária.

A FRELIMO, preocupada com expulsar os portugueses de todo o Norte, virou-se para os ajáuas e, a seguir, para os nianjas ribeirinhos do Lago Niassa. Conseguiu aglutinar a população entre Vila Cabral, capital do distrito, o lago e a fronteira tanzaniana, numa faixa com uma centena de quilómetros de largura. Aumentaram as minas nas picadas e os ataques às aldeias portuguesas ou neutras. O distrito do Niassa dos portugueses está cada vez mais ameaçado. Aqui, como no distrito de Cabo Delgado, onde vivem os macondes, a colonização portuguesa é muito recente e demasiado insignificante (alguns comerciantes e caçadores, administradores, raros fazendeiros) para estabelecer qualquer barreira (contrariamente a Angola). Pouco a pouco, a FRELIMO foi deslizando ao longo da fronteira do Malawi, mas depressa esbarrou com o bloco macua. De 1966 a 1970, não houve grandes alterações operacionais. A FRELIMO tenta sondar o distrito de Tete, mas o coração da guerra continua no planalto maconde e ao longo do Lago Niassa onde, pela primeira vez, os portugueses colocaram navios de guerra (pelo caminho-de-ferro, desde o porto de Nacala, depois por estrada). A FRELIMO organizou nas suas zonas os rudimentos de uma sociedade independente dos portugueses, com milícias aldeãs, armazéns do povo, escolas, comissários políticos, casernas para os guerrilheiros, etc. A situação não é boa para os portugueses que, contudo, perdem poucos soldados. Criaram grandes zonas despovoadas para cortar os contactos dos guerrilheiros com a população que mantém consigo. Desde essa data, a FRELIMO pretende ter libertado todo o Norte de Moçambique e ameaça a construção da barragem de Cabora Basa, no Zambeze (distrito de Tete), que deverá fornecer electricidade à África do Sul e reforçar o potencial branco na África Austral. Durante o Verão de 1970, o general Kaulza de Arriaga lançou grandes operações em Cabo Delgado, para destruir a infraestrutura política e militar da FRELIMO entre os macondes. Alguns jornalistas ingénuos acreditaram que a guerra iria terminar dentro de poucos meses, como

pretendiam as autoridades portuguesas. Essas operações mobilizaram mais de 30.000 homens (provavelmente, apenas alguns milhares) apoiados por aviões e helicópteros e conseguiram dismantelar uma parte do complexo da FRELIMO entre os macondes. Mas não o eliminaram. Os guerrilheiros que se renderam foram pouco numerosos, mas os refugiados aumentaram e dirigiram-se para a Tanzânia. Os efectivos da FRELIMO sofreram perdas pesadas. Em Dar-es-Salam houve dissensões no seio do aparelho do movimento, fomentadas pelos portugueses, enfraquecendo a posição dos independentistas. Mas, mais gravemente para os seus combatentes, o cansaço, a fome, as doenças, a miséria dizimaram os que, de vontade ou à força, vivem nas matas. Com efeito, se os soldados do lado português vivem em condições difíceis (18 meses nas zonas operacionais, sem interrupção), os guerrilheiros são ainda mais maltratados, pois os reforços são poucos e alguns vivem no mato desde 1964. Apesar do que diz, a FRELIMO não tem, de facto, conseguido ultrapassar um certo limiar de combatentes, avaliados em 10.000 homens em todo o Moçambique.

Terceiro ponto: na ausência de progressos rápidos, a guerrilha desgasta mais quem a pratica, do que os portugueses que renovam periodicamente as suas tropas (mas não os oficiais de carreira dos graus subalternos).

Marcando passo no Norte, perante a resistência das aldeias fortificadas criadas pelos portugueses – os famosos aldeamentos, directamente inspirados nos *strategic hamlets*¹¹² do Vietname –, a FRELIMO, com uma população local fatigada, vai deslocar o centro das suas operações para o saliente de Tete. Esta região tem o mérito de atrair a atenção da opinião internacional, por causa de Cabora Bassa. Um tanto temerariamente, a FRELIMO jurou destruir a barragem antes de ela entrar em actividade. Para aí destacou os seus melhores combatentes e, através de um trabalho político prévio nas aldeias, encontrou uma população maravi receptiva às suas palavras de ordem. Além disso, tem o apoio do presidente Kaunda, da

¹¹² N. do T. – Em inglês no original: aldeias estratégicas.

Zâmbia, que lhe abriu uma fronteira incontrollável, por ser artificial. Perante a ameaça a oeste, o comando português aliviou o dispositivo no Niassa e em Cabo Delgado e concentrou vários milhares de homens em várias dezenas de pontos adequados para proteger a barragem. Os guerrilheiros não têm meios para a atacar directamente (ainda que as pretensas linhas de defesa concêntricas, apreciadas no local, sejam largamente fictícias). Então, minam e flagelam as linhas de comunicação, nomeadamente o caminho-de-ferro Beira-Moatize, que transporta cimento, e a estrada vital entre a Rodésia e o Malawi, via Tete. Fazendo isto, concitam a hostilidade da Rodésia e do Malawi. Este último país não tem as forças militares necessárias para impedir as infiltrações de guerrilheiros que atravessam abertamente o Sul do Malawi para desembocar no Zambeze. Quanto a Salisbúria, a guerra aproximou-se tão perigosamente das suas fronteiras em 1971, que formulou acusações de incapacidade contra os seus aliados portugueses. Foram perpetrados massacres de retaliação pelas tropas portuguesas, em 1971 e 1972. Como a FRELIMO pratica igualmente o massacre das populações que têm medo ou não querem juntar-se-lhe, são elas as grandes vítimas desta luta impiedosa.

Parece que, actualmente, a FRELIMO compreendeu que não tem interesse em impedir a construção de Cabora Bassa, pois, seja qual for o futuro de Moçambique, esta barragem trará prósperas(?) consequências aos africanos locais. Tanto mais que será possível impedir mais facilmente o fornecimento de electricidade à África do Sul, sabotando uma linha de alta-tensão que se estende por um milhar de quilómetros. Seja como for, a FRELIMO, desde 1972, conseguiu contornar o Zambeze pelo sul e infiltrar grupos armados na área étnica dos chonas, ameaçando assim a linha de comunicação vital que liga a Rodésia ao seu pulmão marítimo, a Beira. Ao atacar, durante o Verão de 1973, nas proximidades do grande porto (no Parque da Gorongosa), a FRELIMO alcançou uma tripla finalidade: 1.º) reuniu-se às suas bases iniciais de militantes urbanos no Sul: chonas, tongas, chopos, etc.; 2.º) alarmou a Rodésia; 3.º) rompeu o cerco português a norte e a leste, diluindo as forças europeias.

Férteis em manhas e estratégias, os portugueses organizaram, por sua vez, a retaliação. Economicamente, a tripla guerra que levam a cabo, aqui, em Angola e na Guiné, é dispendiosa (mais de 45 % do orçamento nacional é consagrado à Defesa). Mas humanamente, é suportável, pois o grande segredo das guerrilhas na África portuguesa – e a maior diferença com o Vietname – é que se combate muito pouco. Apesar dos números muito exagerados publicados pela FRELIMO, os portugueses apenas perderam, em média, 18 mortos por mês em 1972, ou seja, 216 mortos num ano (mais 288 feridos graves). Pelo seu lado, os portugueses pretendem ter matado ou ferido gravemente 1.140 guerrilheiros em 1972 e ter capturado ou recuperado 288. Teriam assim libertado, do domínio da FRELIMO, mais de 12.000 camponeses em 1972.

A serem exactos, estes números significam que, para uma população combatente de 7.800 homens, a FRELIMO perde, anualmente, cerca de 18 % dos seus efectivos, cuja reposição não é problema, recorrendo às centenas de milhares de moçambicanos que vivem nas suas zonas. De frente, os portugueses conservam consigo 9.000.000 de africanos e, num ano, esta população cresce mais do que o total de africanos controlados pela FRELIMO em nove anos. De momento, portanto, a melhor aliada de Lisboa é a demografia. Contudo, não é suficiente e, para a reforçar, os portugueses utilizam duas armas.

Em primeiro lugar, criam um vazio diante da guerrilha, retirando-lhe o apoio da população local. Alguns jornalistas falaram de dois milhões de africanos reagrupados nos aldeamentos estratégicos, armados contra a guerrilha que, em português, é classificada de terrorismo. Este número era, na realidade, de 607.950 pessoas no final de 1972, repartidas por 510 aldeamentos. Para 1973, prevê-se criar mais 293 aldeamentos, com uma população de 358.000 pessoas. A FRELIMO está consciente da ameaça e ataca preferencialmente os aldeamentos, alegando serem campos de concentração. Ainda que, por vezes, a força seja utilizada para obrigar os aldeãos a deixar as suas casas, estas novas aldeias mais modernas (água,

electricidade, saneamento, escola) nada têm a ver com Ravensbrück¹¹³. Importante é que, falando do futuro, os portugueses armam os africanos constituídos em milícias de autodefesa e incorporam massivamente africanos educados jovens nas suas tropas regulares (prevê-se entre 60 e 65 % em 1973), notoriamente, em armas complexas como Artilharia ou, mais frequentemente, em unidades de Comandos e de Comandos-Paraquedistas. A partir de agora, os 50-60.000 soldados das Forças Armadas portuguesas em Moçambique são maioritariamente moçambicanos, o que: a) africaniza a luta; b) africaniza as baixas; c) africaniza a questão política.

Se bem que o Governo ainda o não confesse, a Metrópole está a confiar progressivamente aos territórios africanos o encargo humano de combater. Resta saber por quem, para quê, e até onde esta evolução poderá ir. Mas no presente, por causa e apesar dos guerrilheiros da FRELIMO e dos seus apoios exteriores, Moçambique separa-se da imagem clássica da colónia sonolenta, à sombra da tutela sul-africana. Quanto ao Vietname, parece bastante longe, visto de Tete ou de Nampula.

¹¹³ N. do T. – Campo de concentração nazi, durante a 2.ª Guerra Mundial, a 90 km de Berlim, conhecido pelo número excessivo de prisioneiros.

Da guerra em Moçambique¹¹⁴

Os massacres de que as forças portuguesas foram acusadas, em Julho de 1973, relançaram o interesse nas guerras que se desenrolam na África lusófona, desde 1961. O presente trabalho visa dar uma visão parcial da actividade militar em Moçambique, tal como um especialista estrangeiro a pôde colher no decurso de uma viagem de estudo efectuada em Julho de 1973. Contrariamente às alegações dos jornalistas e especialistas que cobriram o mesmo tema do lado dos independentistas da FRELIMO, seria vão pretender que conclusões baseadas em observações pessoais feitas no campo português – mas não necessariamente segundo a visão de Lisboa – reflectissem todas as facetas da realidade militar. A habilidade instintiva dos portugueses para a dissimulação, a imensidão dos territórios, a dispersão das unidades, a disparidade de situações locais, tudo isso impede um carácter preempatório às constatações acima indicadas.

Contudo, na medida em que as autoridades terão desejado dá-los a conhecer, os números fornecidos reflectem uma boa parte de verdade, embora a contabilidade não seja o forte dos serviços de informação oficiais, habituados a ser ouvidos sem discussão por uma imprensa nacional cuja sobrevivência depende da sua docilidade. Como todos os correspondentes de guerra sabem, ou deviam saber, deixa de ser possível, a partir de uma situação movediça, extrapolar para prever o futuro. Não obstante, a impressão de conjunto que ressalta desta investigação é a de que se justifica o relativo optimismo do Comando. Longe de diminuir, a guerra intensifica-se, desloca-se, modifica-se, torna-se mais cara, mas permanece muito aquém do limite das possibilidades materiais e humanas das Forças Armadas portuguesas. Dito de outra maneira, se este conflito não tem uma solução militar previsível, pois uma guerrilha é invencível enquanto uma centena de homens bem armados estiver disposta a combater e o seu

¹¹⁴ Publicado na *Revue française d'études politiques africaines*, n.º 97, Janeiro de 1974.

santuário for inviolável, seria uma quimera acreditar que a ameaça militar dos independentistas seja, presentemente, de tal natureza que faça Lisboa renunciar à continuação do desenvolvimento económico, e acessoriamente social, das zonas afectadas.

As forças em presença

I – Os portugueses

Quais são os efectivos portugueses em 1973? O general Kaulza de Arriaga, comandante-em-chefe até Julho de 1973 e muito mais aberto aos problemas da informação do que a maioria dos seus colegas, dispunha, no quartel-general de Nampula, de um gabinete de informação pública que tentava lutar contra a reputação de incompetência de todos os serviços de propaganda portugueses. Não o conseguiu completamente, mas as suas actividades estavam, contudo, vários patamares acima da média nacional. Mais adiante encontraremos alguns números recolhidos da sua documentação.

Se acreditarmos na síntese¹¹⁵ oficial sobre as actividades em 1972, a FRELIMO – ninguém fala da COREMO – teria infligido aos portugueses as seguintes baixas (média mensal): 18 mortos e 29 feridos graves.

Portanto, chegaríamos a 216 mortos e 348 feridos graves em 1972¹¹⁶. Em relação ao total de efectivos, a percentagem de mortos seria de 0,4 % e, a de feridos, de 0,6 %. Primeira anomalia: se reconstituirmos os efectivos a partir da indicação fornecida para os mortos, chegamos a 54.000 homens, enquanto o número seria de 58.000, segundo a percentagem dada para os feridos. Admitamos uma flutuação de 54.000-58.000 em 1972.

¹¹⁵ Comando-Chefe de Moçambique, Serviço de Notícias – Gabinete de Informação: «Comunicado N.º 1/73», 27 de Janeiro de 1973.

¹¹⁶ Nestes números não figuram as mortes por acidente, ou devidas a doença grave.

1) *Tropas regulares*

Para 1973, ainda que seja de estranhar uma diminuição, o número oficial comunicado seria de 50.000 «mais ou menos», o que é largamente inferior aos efectivos correntemente estimados nos anos precedentes, ou seja, 70.000. A distribuição por armas não foi revelada. Mas estes 50.000 homens englobam unidades cuja composição racial é interessante, pois assinala uma mutação importante no espírito do Alto-Comando. Por razões políticas e psicológicas, está a africanizar em extremo. É-nos difícil admitir que 60 a 63 % das tropas em Moçambique sejam já negras, como se proclama bem alto, mas esta proporção poderá ser atingida muito rapidamente, o que dá uma dimensão totalmente diferente à luta contra a FRELIMO. Quer se seja independentista, quer não, é cada vez mais difícil libertar o território do jugo colonialista quando se é alvejado por uma maioria de homens tão moçambicanos quanto os guerrilheiros. Existe nisso um argumento de que os portugueses se servem: Num «Portugal uno e pluricontinental», integrando teoricamente nove milhões de europeus e doze milhões de africanos, as Forças Armadas devem reflectir, sensivelmente, esta proporção. Evidentemente, trata-se de um indicador de confiança na lealdade das dezenas de milhares de moçambicanos que, todos os anos, são chamados a jurar bandeira. Para ir ao fundo da sua lógica, aplicada à pretendida autonomia de Moçambique, o Alto-Comando deveria então incorporar 95 % de africanos, o que, de uma assentada, africanizaria proporcionalmente as baixas. O recrutamento local parece obedecer a instruções a que não conseguimos ter acesso. Segundo o que observámos, o exército não chama qualquer um, mas selecciona – contrariamente à sua política tradicional de antes da guerra – elementos relativamente evoluídos, e não o refugio das sanzalas, os indesejáveis e os malvistas pela Administração. Só são chamados os recenseados e, para ser recenseado, é necessário ser conhecido da Administração. Embora não possuamos estatísticas sobre este assunto, das conversas com soldados africanos ressalta que frequentaram dois ou três anos de escola primária, ou mais. Um número desconhecido

de sargentos – não necessariamente mestiços – é africano, com o quinto ano do liceu. Não vimos oficiais negros, mas existiriam até ao posto de capitão. Serão eles assim tão raros, ou preferiram deixar o serviço militar, depois de cumprido, no posto de alferes ou tenente? Não insistimos. O que se poderá dizer é que uma fracção mínima de cada faixa etária é chamada todos os anos. A escolha é feita pelo administrador-de-posto, com todos os elementos de arbitrariedade que isso pode implicar (o estado físico e a situação familiar serão os únicos critérios a entrar em linha de conta?). Seja como for, daqui resulta uma certa homogeneidade cultural nas unidades. Teoricamente, não há soldados «inferiores» e «superiores» e os soldados são todos iguais, em postos iguais. Em princípio, há integração racial em todas as unidades e é difícil encontrar o equivalente às antigas companhias indígenas, no seio das armas tradicionais. Armas especializadas, como a Artilharia, têm uma percentagem inesperadamente elevada de moçambicanos, tanto na primeira linha (exemplo: em Nangade, frente à Tanzânia) como na retaguarda (exemplo: o Centro de Formação de Artilharia, na secular fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique).

Existem, no entanto, matizes importantes na composição racial de cada arma. A Marinha e os Fuzileiros Navais dão um lugar insignificante aos africanos, sendo o recrutamento feito por alistamento na metrópole, aparentemente sem fazer apelo a voluntários locais. A duração do serviço, mais longo, pode explicar este estado de coisas. A Força Aérea e os Pára-quedistas que dela dependem são praticamente branquíssimos¹¹⁷. As forças terrestres são mais multicolores. As unidades de Caçadores têm um recrutamento quase exclusivamente africano, ou ficam pelos 30 % de tropas negras, segundo a sua formação. Os Comandos recebem um soldo mais elevado do que o comum dos soldados. As unidades de Comandos constituídos localmente são racialmente equilibradas. Os Comandos vindos da metrópole são quase todos europeus.

Estas três armas tradicionais (terra, mar, ar) coabitam com unidades inteiramente africanas dependentes do Comando-Chefe sem estarem or-

¹¹⁷ Contudo, há cabo-verdianos. Note-se que não existe intercâmbio de tropas com Angola.

ganicamente ligadas ao Exército. Trata-se dos Grupos Especiais e, máximo dos máximos, dos Grupos Especiais Pára-quedistas. De uniforme negro – as outras formações usam o camuflado – estas unidades parecem ser de um nível cultural mais fraco, mas operacionalmente elevado. Numa política de promoção por prestígio (saltar em pára-quedas), o general Kaulza de Arriaga atraiu incontestavelmente para estas unidades os elementos mais combativos da população negra. Em geral, os Grupos Especiais intervêm na sua região de origem. Parecem ser, actualmente, a ponta de lança das forças portuguesas, onde a acção é mais quente. Correlativamente, os membros destes Grupos sofrem baixas mais sensíveis.

2) Supletivos e polícias

Ao lado destas tropas regulares e não incluídas nos 50.000 homens, existem milícias nas aldeias, protegendo as concentrações de rurais reagrupados pelos portugueses. Actuando com ou sem apoio das unidades clássicas, oferecem uma saída ocupacional para os jovens rurais, mantendo-os perto das suas famílias. É uma tropa de autodefesa a tempo parcial, recebendo igualmente um soldo. O armamento é constituído sobretudo por material antigo (espingardas Mauser) ou recuperado ao inimigo. Os efectivos não foram revelados. Note-se que, estando na primeira linha, estes soldados-camponeses têm a arma em casa. No fim de 1972, as autoridades avaliavam em 230.000 pessoas os rurais beneficiando deste sistema de protecção. Isto permite-nos entrever as incidências do reagrupamento antiguerrilha operado, nos últimos anos, no Norte de Moçambique e no distrito de Tete.

Em 1970, Moçambique tinha uma população de 8.233.834 habitantes. Três distritos estão seriamente afectados pela guerrilha. Cabo Delgado (567.478), Niassa (297.428) e Tete (492.233). Três outros também o estão, acessoriamente, ou ameaçam estar: Zambézia (1.756.864), Vila Pery e Beira (estes dois não separados em 1970: 1.085.209). O quadro seguinte permite avaliar a dimensão dos reagrupamentos efectuados nos aldeamentos, reconstituídos e protegidos.

	1972		Planos para 1973	
<i>Distritos</i>	<i>Aldeamentos</i>	<i>População reagrupada</i>	<i>Aldeamentos</i>	<i>População reagrupada</i>
Niassa	116	186.450	15	20.000
Cabo Delgado	238	262.000	20	20.000
Zambézia	–	–	33	35.000
Tete	156	159.500	32	35.000
Vila Pery	–	–	31	50.000
Beira	–	–	162	198.000
Total	510	607.950	293	358.000

Portanto, apercebemo-nos de que, mesmo nos distritos mais sensíveis (fronteiras com a Tanzânia e a Zâmbia), o índice de reagrupamento não atinge 50 % e nem metade desta população assim enquadrada dispõe de milícias. Pode-se considerar provável que os planos para 1973 não sejam realizados, mas a tónica posta na concentração ao sul do distrito de Tete indica em que sentido vão as preocupações do Comando. Onde lavra o fogo é em Cabo Delgado e no Niassa; Tete preocupa, na dupla medida da presença da barragem de Cabora Bassa e do facto de ser a chave do acesso a um dos actuais pólos estratégicos de Moçambique: o corredor Salisbúria-Beira. Os dois novos distritos de Vila Pery e da Beira esperam problemas e, para os prevenir, os portugueses esforçam-se por separar dos guerrilheiros uma parte da população.

Completa-se este esboço das forças portuguesas lembrando que a Polícia (P. S. P.) está implantada em todas as aglomerações de alguma importância. Quanto à polícia política (ex-PIDE, tornada DGS), tem os seus agentes tanto nas aldeias em contacto com o inimigo, como nas cidades, nos serviços oficiais, presumivelmente nas Forças Armadas e, de maneira geral, em todo o lado onde a vigilância se imponha. Ninguém se atreve a avaliar os efectivos dos seus informadores. Tudo leva a crer que são como formigas. Se, no conjunto, a eficácia das administrações civis e militares

deixa a desejar, todos os observadores concordam em reconhecer que este laxismo não se aplica à DGS¹¹⁸.

II – A FRELIMO

Face a este dispositivo impressionante, não obstante modesto considerando um país com cerca de nove milhões de habitantes em 1973, qual é o peso dos guerrilheiros, tal como o avaliam os militares a meio deste Verão? Os portugueses estão relativamente bem informados sobre as forças e as fraquezas dos seus adversários. Prisioneiros, desertores, trânsfugas e provavelmente agentes infiltrados mantêm uma corrente de trocas de informações. Se os portugueses não são «os peixes na água» moçambicana, as suas redes de alianças ou de cumplicidades – sem falar dos laços familiares – são suficientemente amplas para os colocar numa posição bem melhor do que a dos americanos no Vietname. Os portugueses, empíricos por defeito ou por escolha, sem demasiados escrúpulos quanto aos meios utilizados, têm a sorte de enfrentar inimigos à sua medida, cujos erros destroem o capital de simpatia que possuem entre a população africana.

Seja como for, as estimativas dos efectivos da FRELIMO, estabelecidas em Nampula, eram as seguintes (Julho de 1973):

	<i>Guerrilheiros activos</i>	<i>Milícias armadas</i>	<i>População controlada</i>
Cabo Delgado	3.500	1.000	+60.000
Niassa	800	–	±6.000
Tete	2.000	500	30.000
Total	<u>6.300</u>	<u>1.500</u>	<u>+96.000</u>

Operacionalmente, os portugueses asseveram que a situação estabilizou em Cabo Delgado, graças a um certo mal-entendido que existiria entre os

¹¹⁸ A DGS leva o seu perfeccionismo ao ponto de exigir uma declaração dos passageiros em voos domésticos. Ninguém – muito menos os estrangeiros – se perde em Moçambique.

macondes e o aparelho da FRELIMO em Dar-es-Salam. Merecem-nos a confiança suficiente para aprofundar o assunto, caso seja tão acentuado como pretendem. Em contrapartida, os 2.000 guerrilheiros em Tete parecem preocupá-los e, mais ainda, o seu chefe local, Sebastião Mabote, homem do Sul (distrito de Gaza), encarregado do Departamento de Defesa da FRELIMO e responsável nacional pelas operações. Será isto a vingança de Gungunhana, posta em prática via Pequim? O maconde António Chipande (adjunto do Departamento de Defesa, dirigente em Cabo Delgado), o comissário político nacional Armando Guebuza (a quem se atribuem as actividades residuais no Niassa) e Maquivala (encarregado da Zambézia) parecem ser homens menos de temer do que esta força da Natureza que é Mabote.

As actividades

Não cessam de aumentar, se soubermos¹¹⁹ que o número de operações militares terrestres, em Junho de 1973, foram, em média, 150 por dia. Não é revelada a natureza dessas operações. Inclino-nos bastante a que, desejoso de parecer activo aos olhos de uma população branca que não lhe poupa críticas, o Exército inclui patrulhas insignificantes, escoltas, etc.. Em caso algum se combate 150 vezes por dia. Basta a exiguidade das baixas para o provar. De facto, o grande segredo de guerra, na África Portuguesa, é que se combate muito pouco. Nem os independentistas, nem os portugueses querem admiti-lo, pois isso prejudicaria a sua imagem. Contudo, nota-se uma recrudescência dos combates em Junho de 1973, traduzida por 228 mortos, feridos ou capturados nas fileiras da FRELIMO, ou seja, apenas mais de sete indivíduos neutralizados por dia, em 150 operações quotidianas. As más-línguas dizem que nem uns nem outros procuram o contacto, o que pode ser desmentido pelos quadros seguintes:

¹¹⁹ «Comunicado N.º 18/73», 3 de Julho de 1973.

DA GUERRA EM MOÇAMBIQUE

Actividades das forças portuguesas

	1971	1972	1973 (1.º semestre)	Total
Operações terrestres	3.657	6.038	4.202	13.897
Missões aéreas	14.398	15.461	8.697	38.556
Missões navais	675	627	381	1.683
Elementos transportados por avião ou helicóptero para fins operacionais	67.739	47.984	29.614	145.337
Tonelagem transportada por via aérea	3.223	3.344	1.056	7.623
Horas de voo consagradas à difusão sonora de acção psicológica	1.417	2.285	963	4.665
Prospectos lançados de avião	2.184.250	4.899.100	2.450.000	9.533.358

Perdas infligidas aos guerrilheiros

	1971	1972	1973 (1.º semestre)	Total
Refúgios destruídos	528	715	588	1.831
Armas apreendidas	791	962	452	2.205
Elementos mortos ou gravemente feridos confirmados	1.041	1.140	823	3.004
Elementos capturados ou apresentados	299	274	82	655
Chefes da FRELIMO capturados ou apresentados	20	14	3	37
Baixas totais	1.360	1.428	908	3.696
População libertada do domínio da FRELIMO	11.267	+12.000	4.302	+27.569

Registaremos que a FRELIMO terá perdido 1.428 homens em 1972, para um contingente avaliado em 7.800 homens, isto é, um total de baixas de 18 %. Como não deixam de fazer notar os responsáveis pela informação da FRELIMO, os números de baixas englobam provavelmente os não-combatentes que a má sorte colocou entre o curso da História e os Grupos Especiais ou os Comandos. Tudo nos leva a crer que a FRELIMO não tem qualquer dificuldade em colmatar os vazios nas suas fileiras e está longe de ficar exaurida por estas 6.038 operações terrestres, das quais cada cinco não registaram nem um morto ou ferido. É ainda de notar, porém, que não são descontadas as baixas não comprovadas, nomeadamente, as vítimas dos bombardeamentos e da metralha.

Terminaremos as estatísticas acrescentando que os portugueses reconhecem ter perdido 18 viaturas em 1972 e 969 mortos e feridos graves entre a população civil, o que, em termos humanos, equilibraria sensivelmente o balanço das vítimas nos dois campos. Impõe-se um certo cepticismo quanto ao número de viaturas destruídas. Ou se trata de veículos irrecuperáveis¹²⁰, ou quem fez as estatísticas peca por omissão. As minas desempenham um grande papel em Moçambique para que se aceitem cegamente estes 18 despojos. Ninguém menciona aviões abatidos, o que é igualmente curioso.

Último ponto sujeito a controvérsia: os abusos ou, como elegantemente os classificam as autoridades militares, os «casos de mau comportamento possível das nossas forças para com a população»¹²¹. Em 1971, em dez casos mencionados, o Comando confirmou quatro, dos quais um de carácter criminal em Cabo Delgado, e três de natureza disciplinar em Cabo Delgado e em Tete. Em 1972, em cinco casos assinalados, um foi objecto de inquérito e um segundo, de natureza disciplinar, foi confirmado em Tete. Seria precisamente o caso tornado célebre de Wiriyamu? Que abismos estarão dissimulados neste vocabulário ambíguo? Quem traz estes factos ao conhecimento do Comando? Os missionários? A Administração, como

¹²⁰ Tratando-se de um exército pobre, as suas oficinas de mecânica visitadas ultrapassam os limites do imaginável na reparação de viaturas que, em qualquer outro lado, seriam vendidas para sucata.

¹²¹ Ver o documento citado na Nota 115.

vingança pela guerrinha surda que o Exército lhe move? Oficiais ou soldados traumatizados? Não sabemos responder. Nem garantir, com toda a honestidade, que estes números isolados não sejam a crista de um icebergue sangrento, escondido nas consciências. Queremos vincar, não obstante, que se o Exército é avaro de pormenores quanto a estes «excessos», também não os nega em bloco. Para um exército empenhado numa guerra contra-revolucionária com as características políticas que se conhecem, ao nível do Alto Comando é de assinalar o esforço, mesmo se fica pelo caminho.

Os «teatros de operações»

I – Tete

Por muito prevenido que esteja, o visitante fica confundido com a actividade desta capital de distrito, julgada adormecida na contemplação do Zambeze. A construção da grande ponte sobre o rio irá permitir que a estrada internacional Salisbúria-Blantyre passe pelo saliente português, sem que daí resultem interrupções impostas pela antiga barça. Um novo aeródromo em vias de conclusão e sobretudo o impulso vertiginoso dado pela grande barragem transformaram esta localidade sem graça num torvelinho viário e num ponto de apoio militar (pelo menos 2.000 homens escoltam as colunas de viaturas entre as duas fronteiras). O tráfego turístico a partir da Rodésia está quase paralisado, em função da lentidão das colunas, mas a asfaltagem praticamente terminada permitiu acelerar o trânsito que, ainda há uns meses, se efectuava a passo¹²². Tete tem todo o aspecto de uma cidade pioneira onde a construção civil, pública e privada, não reflecte a mínima dúvida quanto ao futuro da barragem e das indústrias locais que se prevê montar perto. Directamente ligada à Beira (portanto, a Lourenço Marques) por uma estrada inteiramente alcatroada (1.515 km para o sul), com um prolongamento asfaltado até Cabora Bassa (colunas militares obrigatórias), outro até Fingoé e um ramal para Angónia, que se julgava já

¹²² Do detector de minas que precedia a coluna.

arrasada¹²³, Tete, coberta de nuvens de pó levantadas pelos camiões com reboque e as viaturas militares, tem a alacridade das «cidades-cogumelos» em vésperas do seu desabrochar económico. O poder de compra – modesto, mas real – das tropas, a mais-valia ainda mais considerável dos construtores de Cabora Bassa e os investimentos que aí afluem tornam-na a cidade mais dinâmica de Moçambique actual. Não fora a presença de milhares de soldados desocupados ou de regresso das suas missões, e a guerra pareceria desenrolar-se noutro planeta. Em caso algum se nota insegurança, ainda que a ponte esteja guardada e haja uma faixa desmatada, de 50 metros, de um lado e doutro das estradas, a fim de fazer recuar uma eventual linha de ataque da FRELIMO. Três ou quatro aviões de caça FIAT, mais uns aparelhos que devem pertencer aos aeroclubes e um ou dois helicópteros bastam, aparentemente, para assegurar a cobertura aérea.

II – Cabora Bassa

A acreditar nalguns jornalistas anglo-saxónicos, um verdadeiro campo entrincheirado protegeria o sítio da barragem contra qualquer tentativa de ataque da FRELIMO, que tinha jurado destruir Cabora Bassa antes que a barragem a destruísse. Provavelmente, nem destruirá esta obra colossal, nem a barragem a impedirá de se expandir para sul. O tráfego para Tete efectua-se a horas fixas, mas sem interrupções provocadas pela guerrilha. Menos de 500 homens vigiam esta garganta isolada onde se eleva uma obra impressionante que progride de acordo com os planos, pois os trabalhos nunca foram ameaçados, nem de perto, nem de longe¹²⁴. A protecção próxima é assegurada por uma companhia de 120-150 homens. Como a obra está disseminada por uma zona selvagem com várias dezenas de quilómetros quadrados, não completamente cercados por duas irrisórias fiadas de

¹²³ Está-o tão pouco, que os europeus do Malawi vão até lá passar o fim-de-semana, sem sequer um passaporte, e os portugueses acabam de aí acolher 15.000 testemunhas de Jeová expulsas do Malawi. Subtil meio de pressão sobre um «amigo fiel»?

¹²⁴ Há uns anos, uma falha técnica provocou uma explosão numa galeria, custando a vida a uma dezena de operários. Neste universo da desinformação, o caso passou por uma sabotagem da FRELIMO.

arame farpado (cerca de um metro de altura), separadas – em parte! – por uma zona minada com dez metros de largura, nada impediria o acesso de sabotadores à barragem. Não são alguns milícias e a polícia – protegendo 13.000 pessoas (pelo menos, 6.000 a 7.000 africanos) a viver no Songo e no próprio local – que poderiam opor alguma resistência eficaz. Quanto às companhias militares acampadas no exterior do perímetro e patrulhando o mato, é preciso estar muito mal informado sobre a natureza montanhosa do terreno para acreditar que poderiam conter por muito tempo um inimigo digno desse nome, se atacasse em força.

É diante destes números que se toma consciência do extraordinário desfasamento entre a realidade e a propaganda dos independentistas e dos observadores apressados que, não falando português, prestam-se a aceitar seja que informação for, desde que lhes seja fornecida numa língua para eles acessível. No estado actual das defesas, Cabora Bassa está madura para quem se decida a mandar para lá verdadeiros combatentes. Mas quem quererá fazê-lo, se para a FRELIMO, ao desejar impedir o fornecimento de energia eléctrica à África do Sul (Maio de 1975), basta fazer saltar cinco ou seis postes, espaçados ao longo de uma linha de alta-tensão¹²⁵ desmesurada?

III – Nampula

Sede do Estado-Maior de todas as operações portuguesas em Moçambique, esta estação ferroviária na linha Nacala-Vila Cabral (com um ramal para o Malawi), a 175 km do mar, deve a sua inesperada expansão à função pública e militar que coloniza verdadeiramente esta cidade branquíssima (talvez mais de 20.000 brancos em 1973) no planalto. Esta urbe, com o aparelho militar implantado na região dos macuas ainda quase impenetráveis à FRELIMO, impressiona o visitante pelo seu urbanismo e a sua febre de

¹²⁵ De facto, há duas linhas gémeas, sendo uma de reserva. Os construtores italianos começaram do sul e, com um ano de avanço, já instalaram 750 km. O problema da vigilância será confiado a um corpo especial, com helicópteros a sobrevoar a linha a cada dez minutos (sic). Prevê-se que uma avaria durará, no máximo, 24 horas. Na verdade, o fornecimento de electricidade à África do Sul só começou muito depois da independência de Moçambique (no Verão de 1977).

construção, parecendo que os edifícios e as oficinas do caminho-de-ferro são as únicas actividades económicas notáveis. Embora alguns vagões tenham saltado com minas a oeste, entre Nova Freixo e Vila Cabral, a região aparenta, por agora, absoluta confiança e tranquilidade¹²⁶, embora sejam prováveis algumas tensões entre a Administração e a população africana, comportando-se a primeira, em certos postos do distrito, como se nada tivesse mudado desde 1964 (trabalhos não remunerados, abusos de poder, humilhações, etc.).

IV – Norte do Lúrio

Um plano rodoviário prevê ligar, sempre em alcatrão, o extremo Norte (Mocímboa da Praia) a Lourenço Marques. Por agora, o trecho entre Mocímboa da Praia e o Lúrio, que é o rio-limite das actividades da FRELIMO em Cabo Delgado, está asfaltado (350 km), mas será refeito. O construtor, levado pelo desejo de não perder muitos homens, suspendeu os trabalhos e a FRELIMO fez saltar todas as pontes (salvo a do Messalo, inacabada) entre Porto Amélia e Mocímboa da Praia. É um território perigoso (descendentes de macondes, simpatias independentistas por parte dos suaílis) por causa das minas, sistemáticas embora intermitentes, nas picadas e nas estradas. Ainda que não tenhamos verificado no local, pode-se ter como seguro que todas as localidades têm, ou tropas regulares, ou milícias. Mueda, no coração do Planalto dos Macondes, lugar cimeiro do seu levantamento e da sua resistência, era, no triste folclore do Norte de Moçambique, a quintessência do inferno para os soldados portugueses. A operação Nó Górdio, de 1970, permitiu aliviar o garrote da FRELIMO (minas) à volta da localidade, que parece ser cada vez menos atacada ou bombardeada.

Os casos graves começam ao longo da fronteira, seguindo o curso oriental do Rovuma. Aqui, cada um sabe o que tem a fazer. Tudo o que não esteja nas áreas portuguesas é susceptível de ser bombardeado ou atacado pelos Grupos Especiais. Tudo o que não pertence à FRELIMO,

¹²⁶ Percorre-se em duas horas de estrada, à noite, a distância entre Nampula e a Ilha de Moçambique, tornada a estância de repouso de alguns Comandos e o destino de fim-de-semana dos cidadãos de Nampula

seja do outro lado do rio arenoso, seja a sul do planalto maconde, é vítima das minas colocadas à volta dos campos e na picada Nangade-Pundanhhar-Palma-Mocímboa da Praia. Nangade, empoleirada num esporão planáltico a 5-6 km da Tanzânia, pode ser considerada um bom exemplo das actividades de uns e de outros, neste nono ano de guerra. No sopé do planalto maconde, o posto, em tempos insignificante, conta actualmente (Verão de 1973) 2.900 habitantes, compostos por macuas, angónis, suaílis, alguns raros macondes e uma miríade de outras etnias. A pista de aviação tem poucos buracos de obuses, mas uma metralhadora pode varrê-la. Os portugueses, especialistas em cercos de longa duração, têm ali dois canhões (um de 88 mm) em serviço e esperam pelas munições para pôr em bateria duas peças inglesas de 140 mm. Com as suas duas aldeias enquadrando as instalações militares, Nangade oferece um alvo ideal à artilharia móvel da FRELIMO que dispara de uma colina fronteira. Quando caem, as granadas-foguete e os morteiros rebentam aleatoriamente sobre o esporão de um quilómetro de comprimento. Cada edifício militar tem o seu abrigo enterrado sob troncos. A vigilância sobre o Rovuma não é propriamente um exercício propício à imaginação, mas julgar que estes ataques são mortíferos para a tropa seria um erro¹²⁷. O inimigo a recear é a mina, responsável por um número apreciável de amputados das pernas, manetas, desfigurados e estropiados entre a população africana. Dois Grupos Especiais (120-160 homens) vivem aqui com as suas famílias. Cada homem possui 75 balas em casa. Uma mistura de vigilância, de bonomia paternalista e de confiança no futuro imprime a este campo de primeira linha um aspecto inesperado. Faz pensar, vagamente, nas fronteiras-limite do império romano. Os campos nos vales são periodicamente minados pela FRELIMO, para o que lhe basta atravessar o Rovuma. Sendo as vítimas essencialmente civis, nenhuma camponesa sai do arame farpado sem ser acompanhada por homens de armas. Aqui, o *statu quo* está militarmente conseguido. Estima-se em 12.000-15.000 o número de aldeãos que puseram a fronteira entre eles e a guerra. As rendições ou as apresentações são raríssimas (menos de

¹²⁷ Quando chegámos, resultaram do último bombardeamento, 11 dias antes, uma aldeã morta e três camponeses feridos. Num ano, apenas um soldado tinha sido morto num bombardeamento. Começam a instalar-se neste posto famílias de oficiais.

vinte num ano). O subsector, que se estende por 60 km de comprimento com 30 de largo, é defendido por um batalhão que não chega a 500 homens. O reabastecimento efectua-se pela pista de Palma, que a FRELIMO mina conscienciosamente. Durante 11 meses, os soldados não saem do subsector e parece que o tédio é mais de temer que o inimigo. Este usa um armamento cada vez mais aperfeiçoado, mas mantém-se à distância do campo. Que fazem os portugueses em Nangade?

Do ponto de vista operacional, há a impressão de que ninguém pretende resolver o problema da travessia do rio pelos guerrilheiros. O comando local nem sequer sabe se a fronteira passa pelo meio do vale, ou se ela segue a margem esquerda do Rovuma. Bastam algumas patrulhas nos vales, a protecção às colunas de viaturas e a perseguição a eventuais militantes, para ocupar uma guarnição que se acomoda bastante bem ao desconforto material e à interminável espera pelo próximo bombardeamento.

Em contrapartida, no plano económico e social, uma operação atinge o máximo. À falta de poder destruir um inimigo que, muitas vezes, tem a iniciativa, os portugueses, através de um «*Plan de Constantine*»¹²⁸, procuram convencer os hesitantes que vivem na Tanzânia. A Operação Fronteira visa expor uma montra à FRELIMO, com a construção de umas 150 casas de cimento, abertura de escolas-oficinas, desmatção de novos campos, saneamento do local, desenvolvimento da cultura do caju e da pesca lacustre e fluvial, asfaltagem da estrada até ao mar. Tudo isto deve dar, às populações locais, a certeza de que é preferível ligar o seu destino às tropas e não à FRELIMO, a qual, aqui, é considerada seu inimigo de raça.

Vive-se perigosamente em Nangade, mas, tendo em conta as condições anteriores, não se vive pobremente. É provável que os promotores do que se chama pomposamente o «tampão humano» não consigam concretizar as suas ambições e que se trate, em todo o caso, de uma gota de água no

¹²⁸ N. do T. - Plano de desenvolvimento económico e social que o governo francês pôs em prática no auge da Guerra da Argélia, entre 1958 e 1961, publicamente anunciado pelo presidente De Gaulle na cidade argelina de Constantina, destinado a enfraquecer a propaganda do movimento independentista *Front de Libération Nationale* (FLN).

oceano das necessidades de Moçambique. Não menos importante, para as 60.000 pessoas que ficaram com a FRELIMO no mato de Cabo Delgado, o atractivo deste «New Deal»¹²⁹ em miniatura poderá parecer irresistível quando se tem o estômago vazio e se morre de privações. A FRELIMO não se deixa enganar e intensifica o seu controlo sobre aqueles que desejariam entregar-se.

De facto, esta zona fronteiriça que cobre o sector nevrálgico do Planalto dos Macondes é apenas um ponto de passagem para os guerrilheiros, que aí não têm bases fixas. Mais a oeste, a fronteira entre Nangade e Negomane, de sinistra memória na lamentável história da 1.ª Guerra Mundial em Moçambique, desempenha o mesmo papel para a FRELIMO, com a pequena diferença de que está na área étnica maconde, portanto, numa segurança relativa.

V – Distrito do Niassa

A oeste da confluência do rio Lugenda, a situação torna-se desfavorável aos guerrilheiros. Muito árido, o terreno já não se presta às infiltrações e exige-se, mesmo, que um único administrador-de-posto em Gomba, sem tropas para o proteger, monte vigilância sobre a margem portuguesa do Rovuma, uma vigilância solitária face à Tanzânia. Num território dado como libertado desde 1964 nos mapas da FRELIMO, este funcionário «inconsciente» tem de caminhar 40 km pelo mato para chegar a Negomane. A única picada que o liga ao Sul estende-se por 125 km antes de chegar a Mecula, sede de um batalhão.

A área dos ajauas, cenário de solidões humanas, está ainda menos provida de tropas. O posto português mais próximo de Gomba é Chomba, a pelo menos 150 km a oeste. Trinta homens bastam para o guarnecer. Mais longe ainda, Milepa, junto ao Rovuma, tem uma companhia. Mais próximo do Lago Niassa, Mazoco possui o mesmo efectivo. Olivença,

¹²⁹ N. do T. - Em inglês no original. Alusão ao programa posto em prática pelo presidente norte-americano Roosevelt, entre 1933 e 1937, para recuperar a economia do país e ajudar quem ficou prejudicado pela Grande Depressão de 1929.

na terra dos nianjas, tem também uma companhia. Que significam estes números? Do lago até Negomane, a fronteira corre por 450 km, frente à Tanzânia. Para a cobrir, os portugueses têm 500 homens repartidos por quatro destacamentos e nem uma pista de aviação perto do rio. Ora, em cinco meses, no sector mais exposto a infiltrações (ao longo do lago), a única actividade foi duas minas.

São estes elementos que permitem avaliar a distância entre o triunfalismo de alguns comunicados e a frieza da realidade dos combates.

O Lago Niassa, que o Malawi se esforça, pelo seu lado, por transformar num Mediterrâneo de montanha, na margem moçambicana está praticamente virgem. 400 marinheiros, dos quais 80 fuzileiros, patrulham as águas territoriais que mais parecem feitas para o repouso da Armada, do que para batalhas navais. Quatro vedetas, algumas lanchas de desembarque, uma minúscula «base» lacustre em Augusto Cardoso (ex-Metangula) constituem a presença recentíssima da Marinha no lago, cuja parte portuguesa só o é, efectivamente, apenas há uma vintena de anos. De notar que a Marinha do Malawi é uma criação de Portugal, que ofereceu três vedetas ao presidente Banda e levou, mesmo, a amabilidade ao ponto de pôr oficiais da Marinha à sua disposição. Bem como o pequeno «arsenal» que executa as reparações de tudo o que arvora uma bandeira no lago. Um batalhão de Cavalaria ocupa toda a região montanhosa adjacente, a leste de Augusto Cardoso. A estrada entre esta frente do lago e a capital do Niassa, Vila Cabral, está a ser alcatroada, o que não impede que as colunas de viaturas tenham de ser escoltadas.

Vila Cabral é o término da via-férrea que, no seu trecho paralelo à fronteira com o Malawi, é esporadicamente minada. Como por todo o Moçambique, está em curso um esforço por agilizar o tráfego, através da asfaltagem da estrada entre Quelimane e o lago. A empresa encarregada da obra teve 25 mortos em 1972, o que testemunha bem a importância que a FRELIMO atribui à manutenção da precariedade das comunicações. Ainda há três anos, Vila Cabral era uma aglomeração atrás de arame farpado e o cemitério contava, pelo menos, 125 campas de militares. Com a redução da

actividade da FRELIMO no Niassa, a cintura fortificada foi desmontada. O desenvolvimento económico é, porém, muito lento e o colonato agrícola de Nova Madeira não deu os resultados esperados, pelas mesmas razões que fazem estagnar ou periclitare todos os empreendimentos de colonização agrícola dirigida: má qualidade dos colonos. Quatro ou cinco aviões a hélice, quatro teco-tecos¹³⁰ e um helicóptero constituem a defesa aérea da capital deste distrito, o mais abandonado de Moçambique, porque é o mais isolado. Vila Cabral, em matéria de luta antiguerrilha, patenteia também um fenómeno raro nesta terra onde a rotina se alia à falta de meios e de imaginação. Um antigo caçador profissional organizou praticamente uma milícia semiprivada de antigos pisteiros e de guerrilheiros «convertidos». Verdadeiros caçadores de cabeças autónomos, conhecendo admiravelmente o terreno, a estes homens que trabalham à base de informações deve-se o desmantelamento parcial do aparelho militar da FRELIMO no Niassa do Sul. Como os prémios pelo material de guerra capturado¹³¹ são bastante elevados, esta milícia «à percentagem», um pouco marginal, tem a fama de fazer mais pela «pacificação» do distrito, do que os batalhões assaz estáticos que a enquadram.

O impasse

Em resumo, os elementos recolhidos numa parte das zonas de guerra moçambicanas mostram que o que se publica sobre a situação militar tem apenas vagas conexões com o que cada um pode verificar no terreno. Esquemáticamente, as estatísticas portuguesas – e as da FRELIMO se não fossem ultrajantemente inflacionadas – confirmam o que se segue:

1. O nível das actividades ofensivas é fraco, de um lado e doutro, seja porque há falta de material ou de homens, seja porque esperar é a solução

¹³⁰ N. do T. – Pequenos aviões, de estrutura muito leve e sem rádio.

¹³¹ Este senhor da guerra, semi-funcionário, semi-caudilho, terá capturado recentemente quatro mísseis soviéticos e talvez mesmo peças de radar (?) ainda embaladas.

mais fácil. Não se vislumbra qualquer actividade febril – contrária ao carácter português –, qualquer angústia quanto ao futuro imediato no plano operacional. Faltando inimigos próximos, na maior parte das unidades mata-se o tempo.

2. As populações africanas são as grandes vítimas destes reagrupamentos, das minas, das fugas para as florestas, de emboscadas, bombardeamentos, limpezas, etc.. No Norte de Moçambique, pelo menos, a lassidão em que o desfecho se arrasta e os largos anos que vão passando sem que os portugueses sejam expulsos são verdadeiramente o maior aliado das autoridades militares.

3. A maioria da população africana sabe que os melhoramentos materiais de que está a beneficiar nunca teriam visto a luz do dia se não fosse o desencadear da guerrilha. É de crer que veria de bom grado os brancos e os indianos desaparecerem do território. Mas, por agora, os métodos usados pela FRELIMO (quando falham, há sempre o recurso a procedimentos muito menos suaves), os perigos que se correm ao segui-la no mato, a hostilidade étnica para com os macondes, viraram contra este movimento independentista uma parte considerável dos seus potenciais simpatizantes. Ter conquistado, em nove anos, cerca de 100.000 pessoas apenas, num território que, de 1960 a 1970, viu a sua população do lado português passar de 6.603.653 para 8.233.834 habitantes, não pode, de maneira nenhuma, ser considerado um progresso suficiente. Mais importante do que isso, a este ritmo preguiçoso, a demografia tornou-se o inimigo mais insidioso da gente de Dar-es-Salam.

Os portugueses sabem-no e, lentos que são, esperam, limitando as suas baixas e as suas despesas a um mínimo compatível com a reputação de umas Forças Armadas que, de resto, ainda não têm que se preocupar com o despertar de uma qualquer opinião pública interna, posto que desde há quase cinquenta anos são persuadidas de que o Estado vela em seu lugar, enquanto dormem. Na verdade, o destino do país está nas mãos dos oficiais de carreira. Alguns parecem bastante fatigados e sem ilusões, neste nono ano de «guerra».

Índice de mapas

Mapa 1 – Angola em 1970	20
Mapa 2 – Angola. Carta etnográfica (século XX)	78
Mapa 3 – Angola. Carta etnográfica pormenorizada	104
Mapa 4 – Moçambique em 1974	189

Índice geral

Fastos, fogos, fim	9
--------------------------	---

Angola

Da conquista à guerra civil	15
Apresentação de Angola	21
Os nacionalismos em Angola	45
Evolução dos movimentos etno-nacionalistas bacongos de Angola antes da revolta de do Noroeste (1961)	79
Angola ou a aprendizagem da paciência militar	105
A vida política em Angola	121
A guerra no Leste de Angola	153

Moçambique

Há quase cinco séculos, Vasco da Gama... ..	185
Apresentação de Moçambique	191
Carta do Rovuma	211
Moçambique: um novo Vietname?	215
Da guerra em Moçambique	225

